



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO SETOR DE  
CIÊNCIAS JURÍDICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ–  
PPGD - UFPR**

**O DEVER DE RESISTÊNCIA FRENTE À (I)LEGITIMIDADE DO  
SISTEMA JURÍDICO: contra a racionalidade dos “donos do poder”**

**MÉRCIA MIRANDA VASCONCELLOS CUNHA**

**Orientador: Professor Doutor Celso Luiz Ludwig**

---

**CURITIBA - PR – 2014**



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

## **O DEVER DE RESISTÊNCIA FRENTE À (I)LEGITIMIDADE DO SISTEMA JURÍDICO: contra a racionalidade dos “donos do poder”**

**MÉRCIA MIRANDA VASCONCELLOS CUNHA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito do setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR, área de concentração Direito das relações sociais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito

**Orientador: Professor Doutor Celso Luiz Ludwig**

---

**CURITIBA - PR - 2014**

C972d

Cunha, Mércia Miranda Vasconcellos.

O dever de resistência frente à ilegitimidade do sistema jurídico: contra a racionalidade dos donos do poder / Mércia Miranda Vasconcellos Cunha; orientador: Celso Luiz Ludwig. – Curitiba, 2014.

222 f.

Bibliografia f. 200-222.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, 2014.

1. Legitimidade (Direito). 2. Resistência (Direito). 3. Ciência política I. Ludwig, Celso Luiz. II. Título.

CDU 32

**Catálogo na Fonte UFPR – Sistema de Bibliotecas - SIBI**  
**Bibliotecária: Paula Carina de Araújo CRB 9/1562**

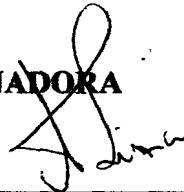
## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MÉRCIA MIRANDA VASCONCELLOS CUNHA**

### **O DEVER DE RESISTÊNCIA FRENTE À (I)LEGITIMIDADE DO SISTEMA JURÍDICO: contra a racionalidade dos “donos do poder”**

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós graduação em Direito do setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná – UFPR -, área de concentração Direito das relações sociais, defendida por Mércia Miranda Vasconcellos Cunha e aprovada em 15 de agosto de 2014, pela banca examinadora constituída pelos doutores abaixo designados:

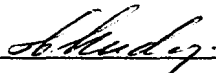
**BANCA EXAMINADORA**



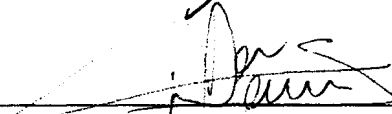
Professor Doutor Abili Lázaro Castro de Lima



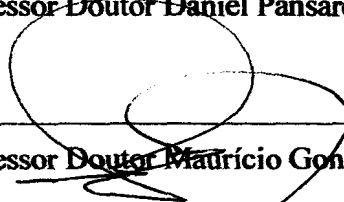
Professor Doutor Antônio Rufino Vieira



Professor Doutor Celso Luiz Ludwig – orientador



Professor Doutor Daniel Pansarelli



Professor Doutor Márcio Gonçalves Saliba

Curitiba, 15 de agosto de 2014.

## **DEDICATÓRIA**

*À humanidade do ser humano.*

*Aos meus pais, que me ensinaram as pequenas grandes verdades da vida.*

*Às minhas filhas, que me proporcionaram viver a experiência de amor ilimitado.*

*Ao meu marido, que fez a vida acontecer quando eu menos esperava.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à *Pachamama* geradora de vida, pela energia criadora e transformadora da realidade humana.

Ao meu orientador, professor Dr. Celso Luiz Ludwig, pelo apoio intelectual e humano.

Ao meu marido pela compreensão da ausência que se fez presente em muitos momentos.

Às minhas filhas e aos meus pais pelo apoio incondicional.

Ao meu colega de profissão e de doutorado Alexandre Barbosa da Silva pela partilha de ansiedades e alegrias nesse momento de amadurecimento intelectual e pessoal.

A todos que, direta ou indiretamente, ajudaram na realização deste trabalho.

**“Necessitamos de nova civilização humana e temos de nos aferrar a batalha das ideias, da verdade, dos valores, necessitamos encarnar essas ideias e valores no indivíduo e no coletivo, como povo e como república e converter esses valores em poder transformador de nossas realidades.” Hugo Chávez**

**“O pensamento possui poder transformador sobre a realidade” Leopoldo Zea**

**”Eu lutei contra a dominação dos brancos e lutei contra a dominação dos negros. Eu cultivei a esperança do ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas vivem juntas e em harmonia e têm oportunidades iguais. É um ideal pelo qual eu espero viver e alcançar. Mas, se preciso for, é um ideal pelo qual estou disposto a morrer”. Nelson Mandela**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. MITO DA MODERNIDADE, NEGAÇÃO ORIGINAL, DIFERENÇA COLONIAL.....	16
1.1. Da Invasão ao “descobrimento”: O mito da modernidade.....	16
1.2. Modernidade e colonialidade na América Latina.....	28
1.3. Matriz colonial de poder e esfera de dominação.....	32
1.3.1. O domínio da economia.....	33
1.3.1.1. Colonialidade e capitalismo.....	33
1.3.1.2. Colonialidade e globalização.....	37
1.3.1.3. Capitalismo, globalização e Estado.....	43
1.3.2. O domínio epistêmico.....	56
1.3.3. O domínio discursivo.....	61
1.3.4. O domínio da subjetividade.....	63
1.4. Alternativa descolonial – <i>bien vivir</i> .....	66
2. FUNDAMENTOS POLÍTICOS LIBERTÁRIOS.....	69
2.1. Transmodernidade.....	70
2.2. Totalidade e exterioridade.....	72
2.3. Alienação.....	75
2.4. Libertação.....	76
2.5. Método da Filosofia da Libertação.....	78
2.6. Vida humana.....	82
2.7. A ordem política: horizonte ontológico.....	87
2.7.1. Âmbito estratégico: o campo político.....	90
2.7.2. O poder político.....	94
2.7.2.1. <i>Potentia</i> .....	99
2.7.2.2. <i>Potestas</i> .....	101



2.7.3. Conteúdos do poder político.....	104
2.7.3.1. O poder político como estratégia de dominação – concepção negativa.....	105
2.7.3.2. Fetichização do poder.....	106
2.7.3.3. O poder como estratégia de libertação – concepção positiva.....	109
2.7.4. Âmbito político institucional.....	111
2.7.5. Âmbito político principiológico – princípios normativos implícitos.....	120
2.7.5.1. Princípio político material.....	124
2.7.5.2. Princípio político formal-democrático.....	126
2.7.5.3. Princípio político da factibilidade estratégica.....	130
 3. LEGITIMIDADE SISTÊMICA E DEVER DE RESISTÊNCIA.....	134
 3.1. O político e o jurídico: entrelaçamento estrutural.....	137
3.3.1. Considerações sobre o direito.....	138
3.3.1.1. O realismo jurídico de H.L.A.Hart e António Manuel Hespanha.....	140
3.3.1.2. A teoria dialética de Roberto Lyra Filho.....	144
3.2. Estado e sociedade – breve panorama: do olhar tradicional ao libertário.....	148
3.2.1. Soberania e Estado.....	150
3.2.2. Estado como mediação para realizar vida da comunidade política.....	159
3.3. O sistema de direito e sua função no campo político.....	161
3.3.1. O dever-ser normativo – olhar tradicional.....	164
3.3.2. O dever-ser na filosofia de Habermas – a legitimidade democrática.....	168
3.3.3. Estado de direito e (ir)racionalidade da lei.....	174
3.3.3.1. A lei e o mercado.....	176
3.4. Fundamento de validade do sistema jurídico sob o viés libertário.....	179
3.5. O dever de obediência.....	183
3.5.1. O direito de resistência.....	184
3.6. O dever de resistência.....	192
 CONCLUSÃO.....	196
 REFERÊNCIAS.....	200

CUNHA, Mércia Miranda Vasconcellos. **O dever jurídico frente à (i)legitimidade do sistema jurídico: contra a racionalidade dos “donos do poder”**. Curitiba, 2014. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Direito no setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

## RESUMO

O presente estudo intenciona apresentar reflexões a partir de um discurso fora da racionalidade ocidental hegemônica, construído sob um viés marginal, a partir da história inoficial, paralela, insurgente que traz à superfície o que foi ocultado, a fim de propor um diálogo capaz de permitir a saída da repetição ontológica, a ultrapassagem dos limites sistêmicos, valorizando a diversidade e colaborando para o reconhecimento da existência de negação, marginalização, propiciando a possibilidade de conscientização e de luta por libertação e humanidade. O sistema de direito efetiva-se no mundo de sentido em que há significado e valores insertos em uma ordem vigente. Sendo fruto das relações políticas, é ínsito à concretude da vida humana, e atinge as ações práticas, nos mais diversos campos, seja familiar, esportivo, educacional, econômico. Dependendo do seu fundamento, fetichiza-se, deslegitima-se, corrompe-se e é utilizado como instrumento coercitivo para a manutenção do *statu quo* dos “donos do poder”, afastando-se das vozes da rua, dos clamores das diferenças, do sofrimento dos marginalizados, para responder a interesses de pequenos grupos em uma sociedade na qual se mercantilizou a vida, transformando-a em mercadoria, cujo valor é o fundamento máximo. Sem legitimidade não há obrigatoriedade legal de obediência às estruturas jurídicas. Não há normatividade legítima, não há validade jurídica, há opressão e corrupção originária da estrutura legal, há fetichização, justificando o direito de resistência do cidadão como primeiro passo na luta contra a dominação e morte. Diante do contexto apresentado, defende-se a tese de, sob situação de corrupção matricial de poder, que ocasiona ilegitimidade sistêmica, impõe-se o dever de resistência como mecanismo legítimo e necessário na luta da libertação contra os “donos do poder”.

Palavras-chave: Política da libertação, legitimidade, resistência.

VASCONCELLOS, Mércia Miranda. **The legal duty from the legal system's (i) legitimacy: against "power owners" rationality.** Curitiba. 2014. PhD Dissertation submitted for the fulfillment of the requirements for degree of doctor of posgraduation program - Paraná Federal University – UFPR.

### **ABSTRACT**

This study intends to provide some reflections from a speech outside the hegemonic rationality, built under a marginal bias, from the unofficial history, parallel, insurgent that brings to the surface what was concealed in order to propose a dialogue capable of allowing the output of the ontological repetition, exceeding the systemic boundaries, valuing diversity and contributing to the recognition of denial, marginalization, providing the possibility of awareness and struggle for liberation and humanity. The right system effective in the world of sense that there is meaning and inserts values into a standing order. Being the result of political relations, is inside the concreteness of human life, and attains practical actions, in various fields, be it family, sports, educational, economical. Depending on delegitimizing itself, corrupts up and is used as a coercive tool to maintain the status quo of the "power brokers", moving away from the voices of the street, the cries of the differences, suffering marginalized, to respond to the interests of small groups in a society in which went corporate life, turning it into a commodity whose value is the maximum foundation. Without legitimacy there is no legal obligation to obey the legal structures. There is legitimate normativity, no legal validity, there is oppression and corruption of the original legal structure, fetichization justifies the right of resistance of the citizen as a first step in the fight against domination and death. Given the aforementioned context, it is argued the thesis, under the situation of corruption matrix of power, which causes systemic illegitimacy, imposes the duty of resistance as legitimate and necessary mechanism in the fight for liberation against the "power owners".

**Keywords:** Politics of liberation, legitimacy, resistance.

## INTRODUÇÃO

A inquietação e a fome são as forças motrizes deste trabalho e da linha de pensamento na qual é situado. Inquietação frente à inércia e negação latentes e patentes em uma sociedade que se coisifica a cada dia. Fome de humanidade. A vida humana banalizou-se sob o véu da racionalidade, da cegueira intelectual, das reflexões rasas, simplistas, da repetição infundada de pensamentos alheios que justificam o processo de desumanização do ser humano e sua inserção nas diversas totalidades como coisa a ser dominada, vendida, apreendida, trocada. O pensamento ontológico dominante jamais mostrará a negação e miséria existentes na realidade escondida sob o manto da racionalidade e abstração.

A intenção do presente estudo é apresentar reflexões alternativas, a partir de uma racionalidade alternativa, com perspectiva de vida de orientação ecossociocêntrica<sup>1</sup>, que supõe o estabelecimento de nova intersubjetividade, trazendo a lume no universo dialógico, um discurso fora da racionalidade ocidental hegemônica, construído, ao contrário, sob um viés marginal, a partir da história inoficial, paralela, insurgente que traz à superfície o que foi ocultado, a fim de propor um diálogo capaz de permitir a saída da repetição ontológica, a ultrapassagem dos limites sistêmicos, valorizando a diversidade e colaborando para o reconhecimento da existência de negação, marginalização, propiciando a possibilidade de conscientização e de luta por libertação e humanidade.

Por óbvio, sabe-se que a *voz* emanada das reflexões, como tantas outras, não se junta ao coro das vozes que traduzem as ideias preponderantes, mas este fato não diminui a inquietude e indignação, nem subestima a vontade de contribuir, minimamente para a possibilidade de transformação da sociedade. A voz levantada expressa a denúncia ao que nega, realiza a responsabilidade ética de quem enxerga a ausência que se escancara, mas não é revelada, restando escondida nas entranhas do sistema que não se culpa pela negação que produz. O pensamento crítico lança a semente que poderá se converter historicamente em transformação se enraizar no imaginário das pessoas e fomentar a luta por humanidade. Nessa linha de raciocínio construíram-se as ideias.

O sistema de direito insere-se no mundo de sentido em que há significado e valores insertos em uma ordem vigente. Sendo fruto das relações políticas, é ínsito à concretude da

---

<sup>1</sup>Perspectiva de vida de orientação ecossociocêntrica supõe o estabelecimento de uma nova intersubjetividade entre os seres humanos e entre estes e a natureza, de modo que a satisfação das necessidades humanas das dimensões de vida humana, reconhecendo a finitude dos ecossistemas, e respeite a natureza e a transforme, para a satisfação das necessidades de vida, sem afetar o equilíbrio dos ecossistemas. Nesse sentido, o conjunto de relações sociais deve ser redefinido em termos de solidariedade, reciprocidade, complementação, conjunto.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

vida humana, e atinge as ações práticas, nos mais diversos campos, seja familiar, esportivo, educacional, econômico. Dependendo do seu fundamento, fetichiza-se, deslegitima-se, corrompe-se e é utilizado como instrumento coercitivo para a manutenção do *statu quo* dos “donos do poder”, afastando-se das vozes da rua, dos clamores das diferenças, do sofrimento dos marginalizados, para responder a interesses de pequenos grupos em uma sociedade na qual se mercantilizou a vida, transformando-a em mercadoria, cujo valor é o fundamento máximo.

O direito, embora tenha sido utilizado para manter o domínio de uns sobre os outros, possui potencial de transformação social. Não se trata de mudança pontual ou mera reforma no sistema, mas de um primeiro passo para a transformação sistêmica como um todo. Portanto, a proposta central deste trabalho, emanada de inquietações filosóficas e contextuais, é articular, a partir de um novo conceito do político, com fundamento positivo que permite descrever a vontade e o poder político em sentido forte com pretensão de verdade e legitimidade, que busca a realização da vida humana concreta em primeiro plano e que se sustenta e funda no respeito à dignidade alternativa do outro, na responsabilidade e solidariedade, analisar o chamado direito de resistência, ressignificando-o.

Quando as instituições corrompidas, os governos ilegítimos com leis ilegítimas encobrem a pluralidade de realidades, sob a máscara da ordem, em nome do Estado de direito, ocorre o fetichismo do poder que corrompe toda a estrutura estatal e jurídica, o direito de resistência é mais do que um mero direito subjetivo, consiste em um dever de resistência à corrupção matricial do sistema jurídico, exigindo a retomada da autoridade a quem ela realmente pertence. A instância última é a soberania popular, fonte de autoridade e poder e esta possui o dever de resistência, o dever de mostrar a quem se entenda *dono do poder* que deve exercê-lo delegadamente.

Sem legitimidade não há obrigatoriedade legal de obediência às estruturas jurídicas. Não há normatividade legítima, não há validade jurídica, há opressão e corrupção originária da estrutura legal, há fetichização, justificando o direito de resistência do cidadão como primeiro passo na luta contra a dominação e morte. Diante do contexto apresentado, defende-se a tese de, sob situação de corrupção matricial de poder, que ocasiona ilegitimidade sistêmica, impõe-se o dever de resistência como mecanismo legítimo e necessário na luta da libertação contra os “donos do poder”.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Tal proposta só é possível a partir da ruptura com a ordem política vigente, da qual emana o direito, concebida sob um viés negativo e a refundamentação sob os critérios de uma nova ordem pautada na subsunção dos princípios éticos ao campo político como princípios normativos políticos, permitindo a realização de uma política justa, de execução obediencial e que cumpre as exigências da reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade.

Levando-se em conta a complexidade e pluralidade de ideias, o presente estudo apresenta uma reflexão cujo ponto de partida é além do ideário ocidental hegemônico. A abertura à alteridade requer um enfoque metafísico que aceite que a verdade está “mais além” e não se esgota no que é dado, porque o outro é uma exterioridade que não se reduz ao mesmo. Diante disso, o estudo parte não do que está posto, daquilo que “é”, mas de sua margem, da “ausência presente” subjugada, mascarada, da revelação real da exterioridade do outro. É uma crítica real ao sistema, implicando ruptura do posto e construção de algo novo.

As reflexões empreendidas têm como referencial teórico, metodológico e epistemológico notadamente a Filosofia política da libertação de Enrique Dussel, bem como o pensamento descolonial, que tem Aníbal Quijano e Walter Dignolo como expoentes, além de toda produção de conhecimento cujas categorias analíticas propostas fundamentam a teoria crítica contemporânea de raiz latinoamericana, pautada na experiência material de colonialidade do poder, do saber e do ser, desde uma posição de subalternidade, exterioridade dentro da lógica geopolítica do conhecimento, desde as fronteiras de um pensamento crítico social com o compromisso ético e político e com a construção de conhecimentos e projetos alternativos.

O giro descolonial é necessário para contrapor-se à unidade e identidade do pensamento ocidental e questionamentos novos, cujo olhar não se faz pela lente da visão tradicional, arraigada a um imaginário marcado pela colonização, inclusive intelectual. Uma nova teoria crítica é necessária, transcendente da história da Europa, situada na história colonial da América, permitindo novos pensares. A partir de reflexões desde outra lógica, de outro marco de pensamento, que busca descolonizar-se, o posicionamento crítico impugna a realidade existente, atento à própria realidade social e política. Nesse contexto, o estudo possui uma justificação transmoderna - que tem em Dussel sua expressão maior - para análise teórica que toma a denúncia e a crítica como pontos de partida para uma reflexão original e criativa, “mais além” do imaginário dominante, buscando rearticular forma, conteúdo e

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

possibilidades e tem a sua razão de ser na crença no homem e em sua potencialidade de superação, bem como no comprometimento com a vida humana como modo de realidade, como condição epistemológica determinante para a busca de uma nova realidade.

Se a ideia é dialogar, a diferença colonial é fundamental para a transformação descolonial de todo o pensar e agir. O diálogo inicia-se quando se desmitifica essa criação que impõe uma única civilização. A modernidade, sob a ótica descolonial, é considerada, não como caminho único, mas como complementar. Assim, o pensamento descolonial inclui a modernidade, enfatizando a coexistência e simultaneidade e não a unicidade e unilateralidade. A produção teórica crítica situa-se no novo terreno da descolonialidade, transcendendo a história da Europa e situando-se na história colonial da América – no caso do presente estudo -, o que permite um novo marco de pensamento, apresentado para dialogar com o marco tradicional.

A reflexão empreendida adotou o método analético, também conhecido como anadialético ou dialético positivo, orientado pela Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, que se abre ao outro em sua transcendência ao sistema. As ponderações filosóficas buscam afirmar a exterioridade, negar a negação do outro, instante positivo, anterior ao próprio sistema. O pensamento parte da periferia mundial, desde um giro descolonizador intenta desconstruir a filosofia política moderna sem critérios universais para determinar fins, sem limites de racionalidade prática, sujeita ao capitalismo que subjuga a maioria da humanidade à pobreza e marginalização crescentes e apresentar um novo estatuto teórico de filosofia política crítica, observada desde a perspectiva metafísica e manejada com o método analético, pautada no respeito e solidariedade, que busca recuperar o sentido nobre e sério da política e realizar a justiça política, mais além da justiça do sistema, real, crítica, originada da prática libertária e do respeito pelo Outro.

O raciocínio é desenvolvido em três capítulos. Iniciando a reflexão, o primeiro capítulo aborda a diferença colonial e a necessidade do giro descolonial. O segundo capítulo apresenta a arquitetura da filosofia política, abordando as categorias utilizadas para o desenlace da reflexão, bem como o arcabouço político normativo sobre o qual se fundamentou a construção do raciocínio. O terceiro capítulo proporciona o questionamento sobre a legitimidade sistêmica e defende a tese de que a resistência ante a ilegitimidade consiste em um dever, constituindo na práxis da negação da negação.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

A reflexão sob a perspectiva apresentada é relevante, visto ousar trazer a lume um antidiscurso, um pensar crítico, cujo ponto de partida é a realidade negada, despojada da perspectiva ocidental tida por universal, destoante do pensar majoritário que ignora a existência de outras realidades, de outras verdades, de outros discursos, alheios ao seu e que, por isso mesmo, é capaz de propiciar novos pontos de partida para novas discussões pautadas em novo referencial – original e capaz de legitimar novas fundamentações filosóficas políticas e novas práticas jurídicas, políticas e sociais.

É possível pensar um novo direito, fundado em outra política, originado da prática libertadora, a partir da responsabilidade pelo Outro, que toma a exterioridade, a exclusão, a marginalidade, a diversidade como arranque inicial e tem como objetivo a realização da justiça política, contextualizada e real, diferente da justiça do sistema vigente. Direito que permite produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade, buscando a libertação da injustiça do sistema, fundado na racionalidade instrumental da vontade de poder.

A utopia é necessária, não como fuga da realidade, mas como antecipação do futuro. Não existe, por enquanto, uma prática obediencial do poder político, no contexto atual, corrompido ao extremo, muito menos uma prática jurídica transformadora, que promova a ruptura com o *statu quo*. A política libertária, bem como o direito transformador “ainda não são”. O rompimento da cultura tradicional do poder pelo poder somente será possível sob outra visão e a partir de novos questionamentos. A situação exige criatividade e fé na capacidade de autossuperação do ser humano. Exige crítica pautada em novo paradigma, reflexão a partir de novos marcos teóricos, para que se chegue a novas propostas para superação da situação de injustiça e de morte em que se encontram as sociedades, notadamente as latinoamericanas.

O discurso sob o viés apresentado, a princípio, pode não despertar interesse para o pensar acadêmico, pode até vir a ser ele mesmo excluído, marginalizado, desprestigiado, mas a responsabilidade da denúncia e anúncio motiva e justifica o discursar. O século XXI é o século em que o homem terá de se superar, tornar-se consciente da diversidade da terra, ser criativo e renovar suas práticas na sociedade, escrever sua história intelectual como história de libertação do hábito colonial e, para isso, a contribuição de reflexões como as do presente trabalho são fundamentais.

Apresentar novo discurso, novos marcos reflexivos, sob paradigma diverso do vigente e dominante é tarefa árdua, mas instigante e apaixonante. O que pode ser considerado “ruído”



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

indecifrável e ininteligível, sob o arquétipo sistêmico “normal”, encontrará, em algum momento e contexto, ouvidos abertos ao “grito” emitido e terá a possibilidade de iniciar um novo diálogo com sementes de transformação.

# **CAPÍTULO I**

## **MITO DA MODERNIDADE, NEGAÇÃO ORIGINAL, DIFERENÇA COLONIAL**

### **1.1. Da invasão ao “descobrimento”: O mito da modernidade**

Revisitar o projeto moderno, sob um olhar mais aguçado e transcendente ao ideal europeu é o objetivo da primeira parte da pesquisa, com o fito de situá-la paradigmaticamente. Para se pensar a colonialidade, é imprescindível referir-se ao projeto da modernidade, eis que aquela se faz presente e se produz nas ausências desta, sendo parte constitutiva, porém obscura. Um conjunto de elementos advindos de um processo histórico específico ao atual sistema-mundo<sup>2</sup> aponta para um conceito diverso da modernidade europeia, alheia às referências e traços anteriores.

Diante disso, insta salientar que, no presente estudo, situado paradigmaticamente na transmodernidade, a modernidade<sup>3</sup> origina-se em 1492, quando ocorrem as condições históricas necessárias para tal, ou seja, quando a Europa se confronta com o outro e o controla, domina e o encobre<sup>4</sup>. Enrique Dussel (2014, p. 297) enfatiza:

a modernidade começa com a abertura do oceano Atlântico ao mundo latino-germânico da cristandade medieval, superando o cerco otomano em 1492. A partir desse momento começa o desenvolvimento da Nova Idade do mundo (...).

---

<sup>2</sup> Sistema-mundo: categoria de Aníbal Quijano.

<sup>3</sup> A releitura da história feita por Enrique Dussel identifica dois paradigmas de interpretação da realidade, o primeiro, chamado de europeu pelo filósofo, desenvolve-se a partir de um horizonte eurocêntrico, propõe que o fenômeno da modernidade é exclusivamente europeu e desenvolve-se desde a Idade Média, difundindo-se para todo o mundo. Já o segundo paradigma interpretativo, defendido por Dussel e adotado no presente estudo, desenvolve-se a partir de um “horizonte mundial”, no qual a centralidade da Europa não se deu desde sempre, mas após a colonização da América, quando surgiram condições para a dominação e centralidade europeia. Saliente-se que em ambos os paradigmas, a América faz parte da modernidade, desde o momento da conquista e colonização, ou “descobrimento”, porém com vieses diferentes. Sobre o assunto, ver Dussel (2002, 2005 ), Pansarelli (2013)

<sup>4</sup> Nesse ano origina-se o mito de violência justificada muito particular, processo de encobrimento do não-europeu. (DUSSEL, 1993, p. 08).

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Na mesma linha de entendimento, Aníbal Quijano enfatiza que a nova totalidade histórica em cujo contexto se produziu a modernidade constituiu-se a partir da conquista e incorporação do que será chamado América Latina, salienta o filósofo (2014, p. 707):

Essa nova totalidade histórica em cujo contexto se produz a modernidade a partir da conquista e incorporação do que será América Latina ao mundo dominado pela Europa. O processo de produção da modernidade tem relação direta e intrínseca com a constituição histórica da América Latina.<sup>5</sup>

Nesse sentido, pode-se entendê-la como fenômeno europeu, mas em relação dialética com o não-europeu, como conteúdo último de tal fenômeno. Segundo Dussel (2014, p. 298) a modernidade é uma Idade do mundo, era que tem como conteúdo o impacto que a Europa latinogermânica produziu no mundo e o efeito codeterminante desse impacto no próprio continente europeu. A modernidade, nascida quando se descobre o novo eixo geopolítico mundial, o Atlântico tropical, produziu certo monopólio da centralidade do sistemamundo que a Europa exerceu como dominação sobre as outras culturas.<sup>6</sup>

Partindo reflexivamente de um questionamento proposto por Enrique Dussel<sup>7</sup> (1994, p. 33/34), a América aparece na consciência histórica a partir do que se costuma dizer “descobrimento”. Ao ser conhecida a “quarta parte” da terra, habitada por humanos muito “primitivos” e desnudos, a Europa – provinciana, mediterrânea, periférica - transforma-se na Europa centro do mundo, passando a constituir todas as outras culturas como sua periferia. Segundo o filósofo, no “ego” concreto do “descobridor” produziu-se a passagem da Idade Média renascentista para a Idade Moderna, assim, a Europa abria-se a um “Mundo Novo”. A Europa deixava de ser uma “particularidade sitiada” pelo mundo muçulmano para ser uma nova “universalidade descobridora.

Daniel Pansarelli (2013, p. 44) afirma que a partir da expedição de Colombo em 1492 iniciou-se um desrespeito ético-político sofrido pelas sociedades- incas, astecas, maias e tantos outros *ethos* - que se encontravam nas terras recém-encontradas – radicalmente

---

<sup>5</sup> Esa nueva totalidad histórica en cuyo contexto se produce la modernidad, se constituye a partir de la conquista e incorporación de lo que será América Latina al mundo dominado por Europa. Es decir, el proceso de producción de la modernidad tiene una relación directa y entrañable con la constitución histórica de América Latina

<sup>6</sup> O autor apresenta seis aspectos que se originam simultaneamente e são momentos de um mesmo fenômeno, o da modernidade: político, geopolítico, econômico, cultural, antropológico e cosmológico. Ver Dussel, 2014, Tesis 16, p. 297-333.

<sup>7</sup> “¿Cuándo y cómo aparece América en la conciencia histórica?”

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

distintas do *ethos* europeu. A ideia de *descobrimento*<sup>8</sup> só faz sentido quando se pensa desde um horizonte egípcio-mesopotâmico ou indo-europeu – do continente que depois veio a ser americano. Diante desse novo contexto, a Europa, ao deparar-se com o novo, ao invés de abrir-se para o reconhecimento do outro diferente, idealizou nele a sua imagem inventada. Assim, a América não passou de uma projeção do “si-mesmo” europeu, que se considerava superior.

Seguindo esse raciocínio, o que se proclama “descoberta” nada mais foi do que um encobrimento daquele continente pelo “centro” europeu, outrora periferia do mundo muçulmano<sup>9</sup>, que se impôs violentamente àqueles que consideravam bárbaros e, por isso, deveriam ser “conquistados” e “civilizados”.

Uma vez reconhecidos os territórios, geograficamente, passava-se ao controle dos corpos, das pessoas: era necessário “pacificá-las” – dizia-se na época -. O que estabelece sobre os outros povos a dominação do mundo espanhol (posteriormente da Europa em geral) é um militar, um guerreiro. O “conquistador” é o primeiro homem moderno ativo, prático, que impõe sua “individualidade” violenta a outras pessoas, ao Outro. (DUSSEL, 1994, p. 40)<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Aníbal Quijano (2014, p. 707) destaca que para a Europa, a conquista da América foi também um descobrimento, não só no sentido geográfico, mas também no sentido de descoberta de novas experiências e sentidos históricos originais e diferentes que se revelaram para os europeus, para assombro desses. *In verbis*: Para Europa, la conquista de América fue también un descubrimiento. No sólo y no tanto, quizás, en el manido sentido geográfico del término, sino ante todo como el descubrimiento de experiencias y de sentidos históricos originales y diferentes, en los cuales se revelaban al asombro europeo, más allá del exotismo, ciertas cristalizaciones históricas de algunas viejas aspiraciones sociales que hasta entonces no tenían existencia sino como mitos atribuidos a un ignoto pasado. Y no importa si esa visión europea de la experiencia americana magnificara la realidad, exaltada por una imaginación cuyas fronteras se disolvían por el asombro del descubrimiento. No importa, porque esa dilatación de las fronteras del imaginario europeo era, precisamente, la consecuencia de América. Y, a estas alturas, nadie ignora ya que, magnificadas o no, en la experiencia americana, andina en primer término, no eran ajenas a la realidad algunas de las formas de existencia social buscadas, la alegría de una solidaridad social sin violentas arbitrariedades; la legitimidad de la diversidad de los solidarios; la reciprocidad en la relación con los bienes y con el mundo en torno, tan por completo distintas a las condiciones de la sociedad europea de ese tiempo.

<sup>9</sup> Segundo Dussel (1993, p. 112/113), a totalidade dos habitantes da Europa latino-germânica não era mais de cem milhões. Era uma cultura isolada que fracassara com as Cruzadas e, por não recuperar presença no comércio do continente euro-asiático, ficou isolada, sendo periférica do mundo muçulmano. Para o autor, o ano de 1492 foi fundamental para a Europa passar à centralidade e constituir outras civilizações como periferia.

<sup>10</sup> Una vez reconocidos los territorios, geográficamente, se pasaba al control de los cuerpos, de las personas: era necesario “pacificarlas” -se decía en la época-. El que establece sobre otros pueblos la dominación del mundo español (posteriormente del europeo en general) es un militar, un guerrero. El “Conquistador” es el primer hombre moderno activo, práctico, que impone su “individualidad” violenta a otras personas, al Otro.

A Europa encontrou uma “periferia mais periférica” (PANSARELLI, 2013, p. 69) do que ela própria e, por meio da expropriação das riquezas encontradas, amplia lentamente seu poder, ao ponto de se transformar em centro hegemônico mundial. Segundo Pansarelli (2013, p. 70), a conquista dessa hegemonia representa a subsunção dos sistemas regionais anteriormente existentes por um sistema único, que Dussel chama de sistema-mundo, pela primeira vez experimentado na história ético-política da humanidade.

Dessa forma, a conquista possui uma matriz violenta que inclui dialeticamente o outro, ainda que distinto, como “o mesmo”, subsumindo a sua diversidade à identidade da totalidade dominadora, alienando-o de sua individualidade, de sua integridade, de sua subjetividade, de sua vida. Assim, a modernidade possui como fachada e como face obscura a colonialidade. É o começo da domesticação, da colonização do “modo” de produção e reprodução da vida, é a conquista do “mundo da vida”<sup>11</sup>.

A história de subjugação e opressão da América Latina tem como matriz a associação de três palavras: colonialismo, modernidade, capitalismo. A partir delas pode-se refletir sobre o encobrimento do outro, a desumanização, a dominação, a espoliação e demais conturbações sociais, econômicas e políticas que culminaram por impor violentamente aos latinoamericanos o legado do desconhecimento de si, desprezo, desconfiança e desdém pelo outro. Enrique Dussel (1993, p. 44) afirma que:

A conquista é um processo militar prático, violento, que inclui dialeticamente o Outro como o “si-mesmo”. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitado, subsumido, alienado a incorporar à Totalidade dominadora, como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado” (...).

Segundo Walter Mignolo (2007, p. 29), “descobrimento” e “invenção” não são somente duas interpretações distintas do mesmo acontecimento, mas são partes de dois paradigmas distintos. O primeiro parte de uma perspectiva imperialista da história mundial adotada por uma Europa triunfal e vitoriosa, algo que se conhece como modernidade, enquanto que o segundo reflete o ponto de vista crítico de quem foi deixado de lado, dos que se espera que sigam os passos do progresso contínuo de uma história a que não crêem pertencer. Assim, soterrados pela história do descobrimento estão histórias, experiências e relatos conceituais calados, silenciados dos que foram aliados de sua categoria de seres

---

<sup>11</sup> Expressão usada por Dussel (1993, p. 51).

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

humanos, de atores históricos, de entes racionais. E é necessário mostrar as vozes silenciadas, a perspectiva desse outro lado, obscurecido e refletir a partir deles. Salienta o autor (2009, p. 30):

A configuração geopolítica dos instrumentos com que se media a natureza dos seres humanos baseada em uma idéia da história que os cristãos ocidentais consideravam a única idéia verdadeira e aplicável a todos os habitantes do planeta levou ao estabelecimento de uma matriz colonial de poder, deixando determinados povos fora da história para justificar a violência em nome da evangelização, da civilização e, mais recentemente, do desenvolvimento e da democracia de mercado.<sup>12</sup>

O filósofo Enrique Dussel (2002, p. 25)<sup>13</sup>, fazendo uma releitura da história, afirma que há cinco mil anos iniciou-se a formação de um sistema mundial resultado da relação entre os vários sistemas ético-políticos que o antecederam, com o fortalecimento e, consequente, sobreposição de um deles – indo-europeu -. Em um primeiro momento, formou-se o sistema regional entre o nordeste da África e o Oriente Médio, especificamente Egito e Mesopotâmia – sistema asiático-afro-mediterrâneo. Em um segundo momento, este sistema interregional, em novo estágio, desenvolve-se nos povos das estepes euro-asiáticas, chamados indo-europeus. Em um terceiro momento encontramos o sistema interregional hegemônico pelo mundo muçulmano. A partir do século XV, o sistema mundializa-se, culminando, mais tarde, na centralização pela Europa que acaba por dominar os valores, invenções, descobertas, relações políticas, econômicas, tecnológicas, culturais.

Daniel Pansarelli (2013, p. 52, 72) afirma que a colonização da América ocasionou desequilíbrio econômico e político no sistema regional ainda vigente, o que foi fundamental para a revigoração da potencialidade espanhola no contexto europeu, com a ascensão da Europa, pela primeira vez ao posto de centralidade. O autor entende que, em um primeiro momento, a ação europeia não contém uma intenção política ou estratégica, sendo um movimento mais instintivo do que planejado, o que não deixa de ocasionar mudança nas correlações econômicas e políticas, interferindo na organização dos estados. Sobre o assunto, nos ensina:

---

<sup>12</sup> La configuración geopolítica de los instrumentos con que se medía la naturaleza de los seres humanos en base a una idea de la historia que los cristianos occidentales consideraban la única idea verdadera y aplicable a todos los habitantes del planeta llevó al establecimiento de una matriz colonial de poder, a dejar a determinados pueblos fuera de la historia para justificar la violencia en nombre de la evangelización, la civilización y, más recientemente, del desarrollo y de la democracia de mercado. – Texto original. Tradução livre.

<sup>13</sup> Sobre o assunto ver Dussel (2002, p.19/77)

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

(...) o longo período entre o início da colonização americana pelos europeus e o fim da primeira Modernidade foi o tempo em que a Europa lentamente abandonava sua condição periférica, rumo ao centro. Foi, por assim dizer, um período de ascensão, de vitória contra seus invasores e outros inimigos, de conquista das rotas mais facilitadas para as zonas produtivas e comerciais existentes, de potencialização das tecnologias, que permitiu à própria Europa constituir-se como centro produtivo e comercial.

A partir de então, a Europa passou a abandonar a condição de periferia, rumo à centralidade sistêmica e, neste panorama histórico, com condições materiais, objetivas, apropria-se teórica e conceitualmente de seu novo potencial, assumindo a postura de “consciência reflexiva” da história mundial, atribuindo a si mesma toda a produção histórica, intelectual como produção exclusiva. Dessa forma, todo o pensar filosófico, todo o atuar político levou em consideração o centro, propiciando uma visão parcial e, por isso, deficitária da evolução histórica bem como da história da humanidade que é definida a partir do horizonte europeu mundializado com a transformação do continente em centro do mundo.

Dussel (2002, p. 52) sustenta que a centralidade da Europa no sistema-mundo não é fruto da superioridade interna, mas da colonização e integração da Ameríndia que dará à Europa a vantagem determinante sobre o mundo otomano-muçulmano. “A modernidade é fruto deste acontecimento e não a sua causa.” No entender de Anibal Quijano (2006, p. 57), a perspectiva eurocêntrica, por sua natureza, distorce, quando não bloqueia, a percepção da experiência histórico-social, ao mesmo tempo em que pressiona a sua admissão como verdadeira, acarretando uma distorção entre a experiência, o conhecimento, a memória histórica e a realidade apresentada. Afirma, ainda, Quijano (2005, p. 120):

O conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às idéias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas. Com todas as suas respectivas particularidades e diferenças, todas as chamadas altas culturas (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) anteriores ao atual sistemamundo, mostram inequivocamente os sinais dessa modernidade, incluído o racional científico, a secularização do pensamento, etc. Na verdade, a estas alturas da pesquisa histórica seria quase ridículo atribuir às altas culturas não-europeias uma mentalidade mítico-mágica como traço definidor, por exemplo, em oposição à racionalidade e à ciência como características da Europa, pois além dos possíveis ou melhor conjecturados conteúdos simbólicos, as cidades, os templos e palácios, as pirâmides, ou as cidades monumentais, seja Machu Pichu ou Boro Budur, as irrigações, as grandes vias de transporte, as tecnologias metalíferas, agropecuárias, as matemáticas, os calendários, a escritura, a filosofia, as histórias, as armas e



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

as guerras, mostram o desenvolvimento científico e tecnológico em cada uma de tais altas culturas, desde muito antes da formação da Europa como nova id-entidade. O mais que realmente se pode dizer é que, no atual período, foi-se mais longe no desenvolvimento científico-tecnológico e se realizaram maiores descobrimentos e realizações, com o papel hegemônico da Europa e, em geral, do Ocidente.

A modernidade é entendida e divulgada em seu sentido positivo que é a emancipação racional que propicia o desenvolvimento do ser humano. O processo civilizador é a meta, a racionalidade é a saída para a barbárie, para a imaturidade crítica. Sob esse fundamento justifica-se o emprego da violência necessária à emancipação, à civilização, sendo considerada ação pedagógica, “guerra justa”<sup>14</sup> que se torna sagrada ao buscar “humanizar” aqueles considerados “inumanos”. Tal raciocínio encobre a irracionalidade da dominação violenta, levada a cabo com atos “tirânicos e infernais”. (LAS CASAS, 2008, p.30)

O conteúdo negativo é encoberto pela exaltação do lado positivo para justificar uma práxis irracional de violência perpetrada pela “civilização” sobre os povos considerados primitivos, bárbaros, rudes. É também essa visão unilateral divulgada pela racionalidade considerada superior que prega e impõe uma noção de desenvolvimento também unilateralizada e deturpada, “falácia desenvolvimentalista”<sup>15</sup> (DUSSEL, 1994, p. 176).

---

<sup>14</sup> Segundo Daniel Pansarelli (2013, p. 45) os espanhóis, antes do descobrimento da América pelos europeus, em função da luta com os mouros, desenvolveram considerável arcabouço teórico sobre as relações de justiça durante e após as guerras, sobre escravidão, sobre retomada de territórios e sobre o que chamavam de “guerra justa”. Com o conhecimento do “Novo mundo”, os intelectuais da época, pressionados pela nova situação vivenciada, retomaram, adaptaram, ressignificaram as doutrinas anteriormente desenvolvidas, com vistas a embasar a justeza dos atos praticados nas terras que começavam a ser colonizadas. Precisavam alterar os critérios de justiça sem contradizer seus fundamentos, para entender como justas as ações naquele continente praticadas, fossem quais fossem. Um dos mais gritantes temas inexplicáveis acerca dos quais os europeus tinham de justificar era a tortura e a matança dos povos que aqui viviam. Ver PANSARELLI, Daniel. (2013, p. 45-48).

<sup>15</sup> Aníbal Quijano (2014b, 849) destaca desenvolvimento foi o termo chave de um discurso político oficial associado a um processo de desconcentração e redistribuição de controle do capital industrial e ensejou complexas contradições e profundos conflitos de interesse políticossocial implicados, particularmente, na América Latina: Desarrollo fue, sobre todo en el debate latinoamericano, el término clave de un discurso político asociado a un elusivo proyecto de desconcentración y redistribución relativas del control del capital industrial, en la nueva geografía que se configuraba en el capitalismo colonial-moderno global, al término de la Segunda Guerra Mundial. En un primer momento, ese fue un discurso virtualmente oficial. Sin embargo, pronto dio lugar a complejas y contradictorias cuestiones que produjeron un rico e intenso debate, con reverberación mundial, como clara expresión de la magnitud y de la profundidad de los conflictos de interés político-social implicados en toda esa nueva geografía de poder y en América Latina en particular. Así fue producida una extensa familia de categorías (principalmente, desarrollo, subdesarrollo, modernización, marginalidad, participación, de un lado, e imperialismo, dependencia, marginalización, revolución, en la vertiente opuesta) que se fue desplegando en estrecha relación con los conflictivos y violentos movimientos de la sociedad, que llevaron sea a procesos inconducentes o a cambios relativamente importantes, pero inacabados, en la distribución de poder.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Nesses termos, a dita emancipação racional não passa de invenção ou máscara para uma atitude irracional de dominação e barbárie. A práxis moderna do exercício da violência sob a justificativa de desenvolver e civilizar é mascarada com o desenho de um imaginário emancipatório no inconsciente coletivo dos dominados. Não existe “guerra justa”, não existe justificativa plausível para opressão engendrada sob a complacência do mito moderno.

Ainda, nesse sentido, Dussel (2001, p. 354, 355) afirma que se a modernidade tem um núcleo racional *ad intra* como “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, por outro lado, *ad extra*, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Assim, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a modernidade é uma justificativa de uma práxis irracional de violência. A civilização moderna se autocompreende e se autodetermina como superior e mais desenvolvida – posição ideologicamente eurocêntrica -, obrigando-se, moralmente, a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, sendo o processo “educativo” e “civilizador” ditado pela sociedade superior – Europa – constituindo, segundo o filósofo, falácia desenvolvimentalista, ou seja, sob a desculpa de desenvolver, aplica-se a crueldade.

Em havendo oposição pelo bárbaro ao processo civilizador, a violência é justificada e inevitável “guerra justa colonial”. O civilizador, considerado herói, pode, então, usar a violência para ajudar os bárbaros a saírem da ignorância – “sacrifício salvador”. Assim a culpa pela violência aplicada é do rude por rejeitar o processo libertador da modernidade. Nessa ordem de ideias, os sacrifícios são inevitáveis, sendo considerados custos da modernização. Sob esse viés, a modernidade é inocente. Não é. Encobre o processo irracional, violento, dominador e encobre o outro, o mundo periférico, o índio sacrificado, negro escravizado, culturas alienadas, mulher e criança oprimidos e os fazem vítimas desse ato irracional.

As promessas modernas revolucionárias e civilizatórias- pautadas em uma racionalidade instrumental que conhecia para dominar e deveria regular - eram o progresso científico-tecnológico, a expansão do mercado e emancipação. Capitalismo, liberalismo, dualismo, instrumentalismo, dominação imperaram na racionalidade moderna. A regulação, homogeneização implicava fim da ambivalência, imposição de padrão de vida e de consciência a todos os povos, a fim de iluminar a diferença considerada negativa, sendo que, o que não pudesse ser assimilado à ordem sistêmica era negado e no caso dos colonizados que se opunham à “civilização”, a violência contra eles era justificada pela “culpa” que esses

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

possuíam de resistirem à emancipação, ao desenvolvimento, à civilização proposta pelo projeto moderno. “A vítima inocente é considerada culpada e o verdadeiro culpado é considerado inocente.” (DUSSEL, 1993, p. 79). O historiador Benjamin Keen (1996, p. 73) constata “as realidades da existência colonial suplantaram a voz da moralidade e religião”<sup>16</sup>.

Bartolomé de Las Casas nega a argumentação de legitimidade da violência, assumindo uma postura de necessidade de diálogo com o outro. Para o frei, os colonizadores deveriam buscar a adesão voluntária dos índios, atraí-los ao bem, de modo brando e doce (1975, p. 71, 75/76), persuadindo-os racionalmente, de modo que, pela reflexão e investigação, os colonizados vissem que o consentimento à colonização e oferta de “desenvolvimento e civilização” seria bom e útil. O frei entendia que a Europa devia mostrar superioridade respeitando a cultura do outro, a alteridade. Devia-se procurar “modernizar” a partir do alter, do outro e não do si-mesmo. Denuncia a violência, a iniquidade, a injustiça, tirania, estragos, crueldade e destruições nos reinos da “Terra firme” (2008, p. 28, 29, 37, 95):

Estamos certos de que nossos espanhóis, por suas crueldades e execráveis ações, despovoaram e desolaram mais de dez reinos, maior que toda a Espanha. (...) a causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade senão o ouro (...) os espanhóis nunca tiveram nenhuma guerra justa contra os índios. Todas foram diabólicas, e muito injustas, mais do que as de qualquer tirano que existia no mundo. (...) assassinaram a muitas nações tendo chegado mesmo a fazer desaparecer idiomas por não haver quem os falasse (...)

Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 187) enfatiza Las Casas denunciou a declaração de inferioridade dos índios como um artifício para a compatibilidade a mais brutal exploração com o imaculado cumprimento dos deveres da fé e dos bons costumes. Entendia injusta tal guerra e defendia que os indígenas eram seres racionais e livres, dotados de cultura e instituições próprias, com as quais a única relação legítima seria a do diálogo construtivo, assente em razões persuasivas. Não obstante o brilhantismo de sua defesa, foi o paradigma de Sepúlveda que prevaleceu, porque só esse era compatível com as necessidades do novo sistema mundial capitalista e colonial centrado na Europa.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> The realities of colonial existence overruled the voice of morality and religion. Tradução livre da autora.

<sup>17</sup> Embora Las Casas tenha vencido o debate, o paradigma de Sepúlveda prevaleceu. Para Juan Ginés de Sepúlveda a guerra contra os índios era justa porque eles são “escravos naturais”, seres inferiores, animalescos, homúnculos, pecadores graves e inveterados que devem ser integrados na comunidade cristã pela força, se necessário, podendo, inclusive esta força levar os índios a sua eliminação, pois, é em seu próprio benefício que são integrados ou destruídos.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O pensamento moderno, pois, teve como pressuposto a negação da cultura periférica, entendida como bárbara. O diferente não era considerado sujeito, mas objeto sobre o qual deveriam imperar o poder e a dominação. Iniciou-se a chamada colonização do homem branco, europeu, liberal, capitalista sobre os “não-seres” da América Latina, os povos bárbaros que precisavam ser civilizados (VASCONCELLOS, 2010, p. 78). Além da negação factual, negaram aos ameríndios, *ethos* diversos do europeu, “o *direito de ser* do outro” (PANSARELLI, 2013, p. 75)

Nessa ordem de ideias, a violência matricial é ínsita ao fenômeno da modernidade que abafou o ser humano, negando sua humanidade, sob a justificação de necessidade de civilização, desenvolvida como oposição ao conceito de barbarismo. Sob essa lógica, os povos periféricos, “não seres”, deveriam ser conquistados e civilizados, sob promessas (falácias) de desenvolvimento e civilização. Porque míticas, tais promessas foram descumpridas e redundaram em efeitos perversos que culminaram na redução do mundo, desumanizando a humanidade do ser humano.<sup>18</sup>

A realidade fática nos permite afirmar que a modernidade criou um mundo menor do que a humanidade, além de ter produzido um enorme contingente de vítimas, em decorrência de sujeições históricas. (VASCONCELLOS, 2010, p. 80). É, pois, é um mito irracional, de justificação de violência por uma práxis irracional, produtora de vítimas, criadora de sujeição, desumanização e morte. Impingiu relações a partir de modelos econômicos, políticos, jurídicos e sociais que não se sustentam na solidariedade, mas na dominação, na exclusão e até no extermínio do outro. Celso Bittar (2005, p. 94-95) observa que os flagelos da modernidade não são ilusões, nem idealismos, mas fatos empíricos. Não há como ignorar a fome e o desprezo aos direitos humanos. Não há como não perceber a

---

<sup>18</sup> Sobre a desumanização, interessante reflexão faz Franz Hinkelammert que afirma ser esse processo especificamente humano, eis que não se pode desumanizar um animal. Para que se trate um ser humano de forma desumana, é fundamental que, primeiro, reconheça-se a sua humanidade, ainda que de forma não intencional. A estrutura de dominação e desumanização tem como fundamento o reconhecimento da humanidade daquele sobre quem se impõe a dominação e se desumaniza.

“Pode-se desumanizar o ser humano, mas não de pode tratá-lo como animal ou fazer dele um animal. Também no extremo mais desumanizante, ele continua a ser um ser humano desumanizado, e as formas de desumanizá-lo revelam que até aquele que o oprime sabe muito bem que é um ser humano, cuja humanidade está negando. (...) As formas da desumanização mostram que o desumanizado é um ser humano desumanizado, e o próprio opressor sabe disso, e tem de sabê-lo para poder oprimi-lo. (HINKELAMMERT, 2012, p. 264/265)

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

existência de países inteiros periféricos e impermeáveis ao capitalismo, vivendo em condições precárias de vida.

Daniel Pansarelli (2013, p. 55-56) aponta que sob a perspectiva dos *ethos* que se expressavam nos povos ameríndios, antes da colonização, três grandes processos podem ser constatados: a inumanização e escravização dos humanos ameríndios; a exploração econômica imposta pelos europeus às terras americanas e a imposição de valores cristãos distorcidos em favor da política econômica de interesse europeu. Afirma o autor: “o *ethos* europeu não reconheceu como outros os *ethos* que encontrou, assim como não reconheceram os europeus humanidade nos homens e mulheres com quem se depararam.”<sup>19</sup>

Para Walter Mignolo, no século XVI a retórica salvacionista da modernidade enfatizava a conversão do cristianismo. A partir do século XVIII a salvação se funda na civilização. Depois da Segunda Guerra Mundial, a retórica salvacionista celebra o desenvolvimento como condição da modernização. Tal retórica continua ainda hoje, acentuando-se, porém o desenvolvimento, a democracia e o mercado. O monopólio mercantil deu lugar ao livre comércio. A revolução industrial cedeu lugar à tecnológica. Modificaram-se também as relações de autoridade – controle político. Mudaram os conteúdos, mas não mudou a lógica da colonialidade que permanece hígida no controle dos corpos, bolsos e almas. Afirma o autor (2009, p. 259):

O que não mudou são dois dos elementos fundamentais da matriz colonial de poder. Por um lado, se mantém a dispensabilidade da vida humana (a acumulação e a autoridade estão primeiro plano, logo, se pode, faz-se algo para que as pessoas não morram, também aqueles que atentam contra a ordem econômica e a autoridade são eliminados de várias maneiras. Por outro lado, mantêm-se as quatro esferas interrelacionadas da matriz colonial do poder (economia, autoridade, gênero e sexualidade, conhecimento e subjetividade), mediante o controle do conhecimento que é, por sua vez, racista e patriarcal. Isso não mudou desde o discurso cristão do século XVI ao discurso economista do século XXI.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> O autor afirma que após 1492 houve gradual eliminação do *ethos* anterior e a imposição de um *sub-ethos*, desamparado, sem história, sem relação com a política autêntica e própria. Tratava-se de pessoas atomizadas, não de povos, dada a ausência de história, de tradição. *Ethos* solto, não reconhecido, porém o único que havia. Incapaz de desenvolver-se por não ser produtor-produto de uma política. *Ethos* próprio que vivia sob ditames da política alheia, ou da política gerada por *ethos* alheio, cuja intenção era somente guerrear, constituir escravos e expropriar.

<sup>20</sup> Lo que no cambió son dos de los elementos fundamentales de la matriz colonial de poder. Por um lado, se mantiene la dispensabilidad de la vida humana (la acumulación y la autoridad están primero; luego, si se puede, se hace algo para que la gente no se muera; también aquellos que atentan contra el orden económico y la autoridad son eliminados de varias y distintas manera). Por otro lado, se mantienen las cuatro esferas interrelacionadas de la matriz colonial de poder (economía, autoridad, género y sexualidad, conocimiento y subjetividad), mediante el control del conocimiento que es a la vez racista y patriarcal. Esto es lo que no ha

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

A invasão seguida da colonização ocultou rostos, silenciou vozes. Este é o lado obscuro da modernidade mítica, invisível ao lado “emancipador racional ilustrado” (DUSSEL, 1994, p. 151). Brutalmente, os povos indígenas foram incorporados à totalidade, alienados de sua humanidade, reduzidos à condição de objeto e explorados nas minas, nas fazendas. Tzvetan Todorov (2003, 187) comenta:

As coisas mudaram um pouco depois de Colombo, que, como sabemos, agarrava os índios para completar uma espécie de coleção naturalista, em que eles eram colocados ao lado das plantas e animais, e onde só importava o número: seis cabeças de mulheres, seis de homens. Nesse caso, o outro era reduzido, pode-se dizer, ao estatuto de objeto.

O mito da modernidade provocou o primeiro holocausto<sup>21</sup>, os mais de dez milhões de índios existentes foram reduzidos a décima parte e os que restaram foram dominados sistematicamente, tiveram as vidas objetivadas e transformadas em material de troca e ganho. Walter Mignolo ( 2007, p. 18) destaca:

O descobrimento” da América e o genocídio de escravos africanos e índios são parte indispensáveis dos cimentos da “modernidade”, uma parte mais significativa que a Revolução francesa e a Revolução industrial..<sup>22</sup>

Para superar-se a modernidade desde seu irracionalismo violento e dominador acobertado por um pretenso racionalismo emancipatório, é necessário negar a negação que o mito provoca, desnudando a “outra cara”, outras vozes, outras culturas, outras religiões. Sobre o assunto, Enrique Dussel (1994, p. 177) afirma:

Ao negar a inocência da “Modernidade” e ao afirmar a Alteridade do “Outro”, negado como vítima culpável, permite “des-cobrir” pela primeira vez a “outra-face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etecétera (as “vítimas” da “Modernidade”) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da mesma Modernidade).<sup>23</sup>

---

cambiado, desde el discurso Cristiano del siglo XVI al discurso secular y economicista del siglo XXI. Texto original. Tradução livre da autora.

<sup>21</sup> Expressão usada por Enrique Dussel citando Russell Thornton.

<sup>22</sup> El “descobrimento” de América y el genocidio de esclavos africanos e indios son parte indispensable de los cimientos de la “modernidad”, una parte más significativa que La Revolución Francesa y La Revolución Industrial.

<sup>23</sup>. Al negar la inocencia de la "Modernidad" y al afirmar la Alteridad de "el Otro", negado como víctima culpable, permite “des-cubrir” por primera vez la "otra-cara" oculta y esencial a la "Modernidad": el mundo periférico colonial, el indio sacrificado, el negro esclavizado, la mujer oprimida, el niño y la cultura popular

No contexto latino-americano, a modernidade é um mito que se mundializa, universaliza em determinado momento histórico – o da colonização da América pelos europeus –. Desvelar o mito, negar a inocência da modernidade, é fundamental para que as reflexões possam ser mais ricas e criativas, saindo do universo de significação europeu, um dos vários parâmetros interpretativos existentes e não o único. Somente quando se nega o mito civilizatório e a inocência da violência perpetrada, reconhece-se a práxis irracional e revela-se a limitação da razão dita emancipadora, possibilitando a superação de seu viés violento, eurocêntrico, desenvolvimentalista, hegemônico e com esta a afirmação do outro em sua integridade. “É indispensável liberar nossa retina histórica da prisão eurocentrista e reconhecer nossa experiência histórica” (QUIJANO, 2006, p. 59). Negar a negação. Somente negando-se a negação da modernidade, desvelando sua face perversa, reconhece-se a injustiça e possibilita-se a razão libertadora.

## **1.2. Modernidade e colonialidade na América Latina**

Seguindo o raciocínio desenvolvido, não se pode considerar modernidade, sem pensar em colonialidade<sup>24</sup>, eis que são duas faces de um mesmo contexto. “Não se pode ser moderno sem ser colonial” (MIGNOLO, 2007, p. 32). O continente americano surgiu na consciência europeia como uma grande extensão de terra que deveria ser apropriada, dominada e explorada. Assim, o outro mundo divisado foi dominado e interiorizado na totalidade dominadora, criando-se o padrão mundial de poder sob o qual passaram a se articular as relações sociais e de trabalho, a criar instituições de poder produzidas no próprio processo de formação desse poder, permitindo a estruturação de uma existência social homogênea, de controle da intersubjetividade, configurado no sistema mundial de poder.

---

alienadas, etcétera (las "víctimas" de la "Modernidad") como víctimas de un acto irracional (como contradicción del ideal racional de la misma Modernidad)Tradução livre.

<sup>24</sup> Colonialidade, por ser um termo pouco frequente, tende a ser confundido com colonialismo. Embora os termos tenham relação, não podem ser confundidos. Segundo Walter Mignolo ( 2007, p. 33), colonialismo refere-se a períodos históricos específicos e a lugares de domínio imperial – espanhol, holandês, britânico e estadunidense -, colônias em cujos territórios estabelecem-se instituições e se mantém administração e exército. Colonialidade, por sua vez, denota a estrutura lógica do domínio colonial que subjaz sob o controle espanhol, holandês, britânico e estadunidense da economia e da política. O colonialismo, pois, sustenta-se pela mesma lógica de domínio – a da colonialidade. Hannah Arendt enfatiza que o imperialismo surgiu do colonialismo, de sua política de expansão. Sobre o assunto ver 2006, parte II.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O domínio colonial exercido pela violência física e subjetividade permitiu que os conquistadores controlassem a produção dos minerais preciosos - notadamente ouro e prata - vegetais preciosos – dentre os principais o tabaco, cacau, batata – por meio do trabalho escravo de negros, índios e mestiços. Tal controle permitiu aos colonizadores começarem a ter uma importante posição no mercado mundial, concentrar benefícios comerciais e manter nos seus países a mercantilização (QUIJANO, 2006, p. 70,71). Dessa feita, a colonização teve influência imediata no mercado mundial e na formação de um novo padrão de poder mundial, outro mundo abriu-se aos europeus, desencadeando novas perspectivas históricas.

Sob as glórias da mercantilização, da centralidade da Europa, ocorria, na América Latina, a maior destruição sociocultural e demográfica da história<sup>25</sup>. Experiências históricas e padrões de poder avançados foram desintegrados. Em pouco mais de três décadas, no século XVI, mais da metade da população, cujo número é estimado em mais de cem milhões, foi exterminada, até o completo desaparecimento de qualquer padrão livre e autônomo da objetivação de idéias, imagens, símbolos, pelo desaparecimento das heranças intelectuais e artísticas sucumbidos pela violência física e subjetiva. (QUIJANO, 2006, p. 60) Não obstante, para a perspectiva eurocêntrica, tais acontecimentos nefastos, mais do que periféricos, decorrem da culpabilidade do próprio povo dizimado em virtude de sua barbárie e da necessidade de civilização, ainda que de forma violenta.

Além da dizimação natural advinda do contato do índio com o europeu que transmitiu doenças “destruidoras de gente”<sup>26</sup>, iniciou-se a dizimação para a dominação sob a justificção de que, como os índios eram “não-seres”, não faziam parte do universo racional pensante da Europa, portanto, deveriam ser dominados e servirem à colônia. Outro fator importante para o genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização foi a utilização desses como mão de obra descartável, sendo forçados a trabalhar até morrer (QUIJANO, 2005, p.229). Esse processo implicou dominação colonial, re-identificação geocultural, exploração do trabalho gratuito, posicionou a Europa como centro hegemônico, de controle

---

<sup>25</sup> Segundo Aníbal Quijano (2006, p. 60/61), a América Latina vive a destruição do mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história, com a desintegração de padrão de poder, extermínio físico de mais da metade da população, eliminação de dirigentes intelectuais, repressão material e subjetiva dos sobreviventes, exploração, cultura de dependência, ‘desaparecimento’ de qualquer padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, imagens, símbolos.

<sup>26</sup> “Se espalhou entre a população uma grande peste, chamada hueyzáhuatl ou hueycocoliztli, que de uma forma geral se pensa ter sido uma epidemia de varíola, enfermidade até então desconhecidos pelos índios.” (LEON-PORTILLA, 1987, p. 98)

de poder, centro de desenvolvimento do capital, da racionalidade, sede do modelo histórico avançado de civilização (QUIJANO, 2006, p. 74).

Segundo Quijano (2006, p. 49, 73) a América Latina foi tanto o espaço original como o tempo inaugural do período histórico e do sistema-mundo, sendo a primeira identidade histórica do atual sistema-mundo ainda existente. A América é uma construção geossocial nascida ao longo do século XVI, é um produto histórico da dominação colonial europeia. O autor defende que sem o contato com a América, sem o conhecimento de formas de existência social baseadas na igualdade social, reciprocidade, comunidade, solidariedade social entre algumas sociedades indígenas pré-coloniais, em especial na região andina, as utopias europeias dos séculos XVI, XVII e XVIII não se explicariam. Afirma, ainda que a ressignificação e idealização das experiências indígenas, em contraste com as desigualdades do feudalismo no centro-norte da Europa, fundaram o imaginário de uma sociedade constituída em torno da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social, como projeto central da modernidade.

A colonialidade levou a uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial, ao abandono do imaginário de uma idade dourada num passado mítico, em favor do imaginário do futuro e do progresso. Assim, os fundamentos e modos dominantes, formadores do novo padrão de poder definiram a dependência histórico-estrutural da América Latina, ao mesmo tempo em que constituiu a Europa como centro mundial de controle desse poder, definindo, também, os elementos materiais e subjetivos da modernidade. Walter Mignolo (2007, p. 31, 40) entende que a América é inseparável da ideia de modernidade e ambos são representações dos projetos imperiais e dos desígnios criados para o mundo por atores e instituições européias, que acabaram por absorver as diversas histórias englobando-as em uma única, a dos colonizadores, dos conquistadores, legando para a posteridade uma concepção linear e homogênea da história da América.

No processo de colonização, os europeus encontraram diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos, reduzidos a negros. Esse resultado da história do poder colonial implicou, além da alienação das identidades históricas singulares, a construção da identidade racial, colonial e negativa, desprezada historicamente quanto à



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

produção cultural da humanidade, porque tida como inferior, primitiva. (QUIJANO, 2005, p. 127)

A colonialidade/exploração e modernidade/racionalidade<sup>27</sup> são, pois, desde o início, dois lados da mesma moeda, duas dimensões inseparáveis do mesmo processo histórico que tornam invisíveis os não-europeus, os índios, mestiços, na condição de raças inferiores, ou de culturalmente primitivos, inferiores, irracionais, *não seres*, portanto, merecedores da subjugação, dominação e exploração. Segundo Walter Mignolo (2005, p. 36) o conceito de colonialidade é fundamental e deve vir à tona na metáfora de sistema-mundo para que se rompa o imaginário conflitivo que surge com e da diferença colonial. A colonialidade desvela a lógica encoberta por um discurso de salvação, progresso e modernização, mas que impõe o controle, a dominação e a exploração. Salienta o autor (2007, p. 33):

A ideia de América, então, é uma invenção europeia moderna limitada à visão que os europeus tinham do mundo e de sua própria história. Nessa visão e nessa história, é lógico que a colonialidade foi ignorada ou disfarçada de injustiça necessária em nome da justiça.<sup>28</sup>

Nesse sentido, desvelar a colonialidade permite a reconstrução de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, além de revelar linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade definida pelos nomes de modernidade e racionalidade. Walter Mignolo (2010, p. 59) reforça que a descolonialidade e a opção descolonial revelam a cumplicidade totalitária da retórica da modernidade e da lógica da totalidade ao mesmo tempo em que permitem construção de futuros globais pluriversos coexistentes. O autor aponta uma “gramática da descolonialidade” que surge e se desenvolve a partir da lógica colonial e pretende superar a visão de que a vida humana depende da imposição de um ideal de sociedade sobre os que diferem dela e não correspondem aos seus “horizontes de expectativas”.

Sob o viés até aqui apresentado, a diversidade cultural, a resistência, a dominação, a subjugação, são momentos constitutivos de um processo histórico silenciado, oculto sob o

---

<sup>27</sup> Interessante artigo sobre colonialidade na América Latina, ver REYNA, Jaime Ortega y CHÁVEZ, Victor Hugo Pacheco. Ethos y colonialidad en América Latina. Un debate hipotético entre Bolívar Echeverría y Aníbal Quijano. Disponível em > <http://marxismocritico.com/2014/06/04/ethos-y-colonialidad-en-america-latina/> Acesso em 10.06.2014

<sup>28</sup> La idea de América, entonces, es una invención europea moderna limitada a la visión que los europeos tenían del mundo y de su propia historia. En esa visión y en esa historia, es lógico que la colonialidad fuera pasada por alto o disfrazada de injusticia necesaria en nombre de la justicia.

vêu de um imaginário imposto e não meras ocorrências no mundo construído do ponto de vista do relato eurocêntrico oficial e devem ser levados em conta nas reflexões empreendidas.

### 1.3. Matriz colonial de poder e esferas de dominação

Um pensar diferente é possível e pode fundar a ruptura com a reprodução da dominação ainda existente. Silvia Rivera Cusicanqui (2010) entende que os movimentos que protagonizaram a independência dos Estados nacionais e sua construção a partir dela basearam-se em ideologias estrangeiras pautadas em um *universalismo excludente* e objetivo de acumulação de riquezas. Subjacentes aos discursos de igualdade e liberdade estão a perpetuação do racismo, do machismo e das desigualdades sociais. A inclusão ao acesso a direitos se faz de uma forma excludente e pernicioso. Para a socióloga, as mudanças ocorridas na América Latina não foram endógenas, sendo que as transformações, havidas numa lógica perversa, reproduziram e justificaram as desigualdades ao mesmo tempo em que proclamavam a igualdade.<sup>29</sup>

A reprodução de ideologias estrangeiras, dominantes justifica-se pelo colonialismo interno, da subjetividade, que produz um fenômeno denominado pelo filósofo boliviano René Zavatela de *sociedade abigarrada* sobre a qual foi imposta cultura diversa mediante simples justaposição, sem o respeito às tensões ou contradições advindas das diversidades culturais e existenciais, sem articulações, só dominação e imposição. Sobre esta sociedade erigiram-se estruturas de autoridade que, muitas vezes, são formas de autogoverno de outras realidades de relações sociais, não representa a diversidade existente e, conseqüentemente, não possui relação orgânica com aqueles que pretendem representar e governar.

O processo histórico no qual se insere a América latina pode ser interpretado sob duas óticas contrárias, diversas, mas que se interrelacionam<sup>30</sup> por meio da matriz colonial de poder. A primeira ótica insere-se no paradigma imperialista<sup>31</sup> no qual a retórica é a do

---

<sup>29</sup> Conversation of the World IV / Conversas del Mundo/ Boaventura de Souza Santos entrevista Silvia Rivera Cusicanqui/ Valle de las Ánimas (La Paz/Bolívia)/ 16 de outubro de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU> . Acesso em 10.05.2014.

<sup>30</sup> Não de forma necessariamente pacífica.

<sup>31</sup> Sobre o assunto, Mignolo (2007) e Mignolo (2009) disponível em <[http://static.squarespace.com/static/524b45fae4b08c5ba07048d9/t/525c40a0e4b047f039a33e05/1381777568142/WMignolo\\_IdeaAmerica.pdf](http://static.squarespace.com/static/524b45fae4b08c5ba07048d9/t/525c40a0e4b047f039a33e05/1381777568142/WMignolo_IdeaAmerica.pdf)>

descobrimento da América, como única forma de apreender a realidade, ao passo que, a segunda ótica insere-se no paradigma da colonialidade em que o percurso histórico é compreendido a partir da visão do colonizado, levando-se em conta a violência, a dominação e a exploração empreendidas pelos colonizadores. Os dois paradigmas apresentados têm por base a matriz colonial de poder, estruturada em várias esferas que se relacionam entre si, dentre as quais podemos destacar a dominação da economia, do conhecimento, do discurso e da subjetividade<sup>32</sup>.

A visão que apresentamos na pesquisa distancia-se da hegemônica, surge de uma *história clandestina* que consegue discernir a violência e subjugação, a riqueza e potencialidade de momentos vividos que não fazem parte da narrativa histórica tradicional, cujas vozes são emudecidas, memórias subjugadas. Outro lugar discursivo, silenciado, porém mais lúcido quanto aos fatos históricos ocorridos, este é o lugar de onde provieram as reflexões presentes nesse estudo e que passamos a analisar.

### **1.3.1. O domínio da economia**

#### **1.3.1.1. Colonialidade e capitalismo**

O processo de colonização da América, que outorgava legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista, continuou em suas formas de controle e exploração, entretanto, acompanhando os acontecimentos históricos que apontavam para uma nova estrutura global, associou-se à dominação pelo capital. Em estreita articulação com o sistema dominante, o desenvolvimento do capital foi uma expressão da colonialidade do poder, no que tange à exploração social, controle de trabalho, recursos e produtos. Assim, tais sistemas de dominação e exploração inéditos precisavam um do outro, “um sem o outro não teriam se consolidado e reproduzido universalmente durante tão longo tempo” (QUIJANO, 2006, p. 68).

O capital não nasceu, por óbvio, com a colonização da América, não obstante, antes da colonização inexistia estruturação articulada com as demais formas de organização e controle de força de trabalho, o que aconteceu a partir da colonização. A partir de então, o

---

<sup>32</sup> Walter D. Mignolo (2007, p. 37), por sua vez, entende que a lógica da colonialidade opera em quatro domínios da experiência humana, quais sejam: 1. Econômico, exploração da mão de obra, controle das finanças, exploração da terra; 2. Político, controle da autoridade; 3. Social, controle de gênero e sexualidade; 4. Epistêmico e subjetivo, conhecimento e subjetividade. Para ler mais sobre o assunto, veja-se também MIGNOLO, 2010.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

capital estruturou-se, consolidou-se e obteve predominância mundial, tornando-se o eixo em torno do qual todas as demais formas articularam-se com a finalidade do mercado mundial. Dessa forma o capital transformou-se no modo de produção dominante. Assim, aduz Anibal Quijano (2005, p. 126):

(...) o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América. A partir desse momento, o capital sempre existiu e continua existindo hoje em dia só como o eixo central do capitalismo, não de maneira separada, muito menos isolada. Nunca foi predominante de outro modo, em escala mundial e global, e com toda probabilidade não teria podido desenvolver-se de outro modo.

O controle sobre o trabalho escravo, que produzia metais e vegetais preciosos, com as riquezas das minas e plantações, permitiu ao colonizador emergir no mercado mundial, apresentando “vantagem comparativa” (Dussel, 2001, p. 389) em relação aos demais componentes do sistema-mundo, com nova força de trabalho, novos alimentos, nova agricultura, incorporados ao sistema. Nesse panorama geral, a economia capitalista mudou de rumo e houve a aceleração do processo de emergência do circuito comercial do Atlântico, como confirma Walter Mignolo (2005, p. 36):

(...) o fato é que a economia capitalista mudou de rumo e acelerou seu processo com a emergência do circuito comercial do Atlântico, a transformação da concepção aristotélica da escravidão exigida tanto pelas novas condições históricas quanto pelo tipo humano (por ex.: negro, africano) que se identificou a partir desse momento com a escravidão e estabeleceu novas relações entre raça e trabalho. A partir deste momento, do momento de emergência e consolidação do circuito comercial do Atlântico, já não é possível conceber a modernidade sem a colonialidade, o lado silenciado pela imagem reflexiva que a modernidade (por ex.: os intelectuais, o discurso oficial do Estado) construiu de si mesma e que o discurso pós-moderno criticou do interior da modernidade como auto-imagem do poder.

Dessa forma, escravidão, servidão, produção mercantil independente, no contexto americano, foram deliberadamente estabelecidas e organizadas como mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Tal raciocínio permite concluir que tais formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

mercado mundial. Consequentemente, fizeram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital, configurando um novo sistema: o capitalismo.

Nessa linha de raciocínio, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno do capital e do mercado mundial tendo como suportes a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma das formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos, mas todas eram histórica e sociologicamente novas, organizadas com a finalidade específica de produzir mercadorias para o mercado mundial, articulado entre si, criando um novo padrão mundial de poder dependente da estrutura criada.

Salienta Aníbal Quijano (2005, p. 118):

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial.

Essa nova estrutura global de divisão e controle do trabalho ocorrida no contexto histórico da conquista da América, acrescida do controle do ouro, da prata e de outras mercadorias, produzidas mediante o trabalho escravo de índios, negros e mestiços, privilegiou a posição europeia no mercado mundial e, via de consequência, a concentração e o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção, permitindo a expansão da dominação para outras populações mundiais.<sup>33</sup>

A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso, foi, posteriormente,

---

<sup>33</sup> A posição de sede central do novo mercado mundial não explica, por si só, a centralidade europeia no processo de mercantilização da força de trabalho, entretanto é necessária para a reflexão desenvolvida no presente estudo.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais. (...)Essa nova id-entidade geocultural emergia como a sede central do controle do mercado mundial. No mesmo movimento histórico produzia-se também o deslocamento de hegemonia da costa do Mediterrâneo e da costa ibérica para as do Atlântico Norte-ocidental. (QUIJANO, 2005, 119)

O controle do trabalho nesse novo padrão de poder mundial constituiu-se articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado e foi constitutivamente colonial, eis que baseada nas formas de trabalho não remunerado aos colonizados, originalmente os índios e, mais tarde, os demais colonizados na esfera mundial. Tal colonialidade do controle do trabalho determinou o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas desse controle, além do controle de seus recursos e de seus produtos, tornando essa estrutura europeia dominante. Nessa medida, a Europa constituiu-se no centro do mundo capitalista. Segundo Aníbal Quijano (2005, p. 120) “o capitalismo mundial foi, desde o início colonial/moderno e eurocentrado”.

O capitalismo na América Latina desenvolveu-se dependente estruturalmente ao poder instituído historicamente. Os interesses sociais dos senhores brancos latino-americanos, donos do poder político, de servos e de escravos, refletiam os interesses dos brancos dominantes na Europa e, depois, Estados Unidos, tornando-se “nada além de sócios menores da burguesia europeia” (QUIJANO, 2005, p. 135). Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, vez que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Assim, o desenvolvimento das relações comerciais na colônia, ocorria se houvesse um interesse maior, da burguesia europeia e desde que tal incremento não afetasse o crescimento da economia europeia.

Nesse contexto, a industrialização também ocorreu de forma dependente, através das importações feitas pela burguesia emergente que apenas limitou-se a buscar a acumulação interna e contribuir com o desenvolvimento da orientação consumista, ao invés de fomentar a produção agrícola e industrial. Dessa feita, o crescimento industrial latino foi ínfimo, permitindo a continuidade da situação de subjugação dos países latinos à dominação europeia e, depois, norteamericana e a dependência da burguesia nacional à estrangeira, condicionando a economia periférica à central, hegemônica.

Antes da América, no entender de Quijano, o capital não está em nenhum lugar estruturalmente articulado com todas as demais formas de organização e controle da força de

trabalho e do trabalho em si, nem tampouco era predominante em relação a nenhuma delas. Com a América, pôde o capitalismo consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial, transformando-se, via de consequência, no modo de produção dominante. Embora o capitalismo mundial esteja longe de ser uma totalidade homogênea e contínua, essa estrutura heterogênea, descontínua e até mesmo conflitiva se mantém pela interrelação de seus elementos constitutivos, simultaneamente em atividade, trabalhando juntos em uma complexa rede de transferência de valor e de mais-valia.

### **1.3.1.2. Colonialidade e globalização**

Refletir sobre a globalização, no contexto do presente estudo, é fundamental, pois esse fenômeno interrelaciona-se visceralmente com a dominação, em todas as suas faces. Não é um fenômeno exclusivamente econômico, embora seja clara e incontestável a hipertrofia da dimensão financeira, ou processo único, mas um processo complexo, contraditório, cheio de tensões, que se reflete na sociedade e até nas relações pessoais de experiência social, reproduzindo a hierarquia do sistema mundial e assimetria entre as sociedades.

Não há aspecto da vida humana que não seja atingido, de uma forma ou de outra, por esse intercâmbio além-fronteiras, de ideias e de bens, causador de crescente interdependência entre os países. Favorece uma ruptura da tradição, dentro e fora das fronteiras dos países, cada vez mais unidos por redes eletrônicas e de comunicação. À medida que o horizonte se alarga além da nossa cultura, possibilitando a cosmovisão, o contato com a pluralidade, a força da orientação das tradições vai diminuindo.

David Held (1997, p. 84/86) afirma que a globalização foi progressivamente moldada pela expansão da Europa que realizava operações por meio de força militar e naval, além mar e propiciou o desenvolvimento e eficiência das atividades estatais. Nesse processo, o continente conectou-se a um sistema global de relações comerciais e produtivas, em cujo centro encontravam-se os mecanismos econômicos capitalistas em ascensão, provocando uma mudança na ordem mundial. Foi possível, então, a constituição de conexões globais entre Estado e sociedade, entre Estados, com acesso aos lugares mais remotos do mundo, imprimindo profundas mudanças sobre a natureza e a dinâmica do poder político e econômico.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 56) aduz que o que é designado de globalização é uma rede de globalismos localizados e de localismos globalizados, interações globais que acompanham as transformações da acumulação do capital e do imperialismo cultural ocidental à escala global<sup>34</sup>. Milton Santos (2000, p. 24) encara como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, entende o autor que quatro são os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização, sendo eles: unicidade técnica, convergência dos momentos, cognoscibilidade do planeta, existência de um motor único na história – mais-valia globalizada<sup>35</sup>. Para Alejandro Médiçi (2004, p. 184) a globalização ressignifica todos os espaços de produção e reprodução da vida e, ao fazer isso, hierarquiza autoritariamente as necessidades criadas pela ideologia neoliberal hegemônica, que tem em seu ápice a acumulação do capital. Assim, populações, grupos, povos, classes são oprimidos pela necessidade de acumulação mundial de capital e transformados, cada vez, mais em mercadorias.

Sob o aspecto econômico, o capital internacionalizou-se e, com a revolução tecnológica, mobilizou-se. Os recursos da revolução tecnológica passaram a permitir o transporte da informação independentemente de meios físicos, com extrema velocidade, as fronteiras geográficas ficam cada dia mais difíceis de sustentar, além disso, os meios tecnológicos permitiram aumento de produtividade, com menor demanda de trabalho vivo para um maior volume de mercadoria.

Para Zigmund Bauman (1999, p. 21) a mobilidade advinda com o transporte da informação permite o afastamento pelas empresas dos conflitos, debates, exigências, desconectando-as das responsabilidades. Dessa feita, a mobilidade do capital significa

---

<sup>34</sup> Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 55/61) apresenta quatro formas de globalização: localismo globalizado, globalismo localizado, cosmopolitismo e herança comum da humanidade. Por localismo globalizado entende que alguma particularidade local vai para além-fronteira e passa a predominar. Globalismo localizado consiste no impacto específico das práticas e imperativos transnacionais nas condições locais que são desestruturadas e estruturadas com o fim de responder a ditos imperativos. Cosmopolitismo pode ser entendido como práticas e discursos contra-hegemônicos destinados a contestar as formas hegemônicas de globalização e se desenvolvem a partir de novas oportunidades de criatividade e solidariedade transnacionais, criadas pelas intensificações das interações globais. Herança comum da humanidade é relativa à possibilidade de permanência da vida humana na terra.

O autor afirma que globalismo contra-hegemônico é um conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, políticas e culturais da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a estas subjacentes, ao mesmo tempo que propõe concepções alternativas. Desdobram-se em lutas políticas e jurídicas apresentando princípios políticos e jurídicos alternativos. Centra-se nas lutas contra a exclusão social, busca a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos. Sobre o assunto, ver Santos, 2006, capítulo 12.

<sup>35</sup> Sobre o assunto, ver, Milton Santos, 2000, p. 24.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

desconexão face às obrigações de contribuir com a vida cotidiana da comunidade. Segundo o autor, surge assimetria entre a natureza extraterritorial do poder financeiro e a territorialidade contínua da “vida como um todo”.

O capital, desgarrado, pode mudar sem aviso, é livre para explorar e abandonar as consequências da exploração, transforma-se em “capital sem amarras locais, que flutua livremente”. Conglomerados e empresas transnacionais dominam a maioria da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais, sem as amarras locais, livre das consequências e responsabilidades, livre de comprometimento. Zigmund Bauman (1999, p. 18) afirma que graças à mobilidade dos recursos, os capitalistas não enfrentam limites reais e sólidos, firmes e resistentes o bastante. Sobre as características predatórias desse modo de produção, Atílio Boron (2010, p. 40) alude:

A cada quatro anos se supera a cifra das vítimas de todas as guerras que houve no século XX. Um lento holocausto. Um sacrifício produzido pela intensificação sem precedentes das características predatórias de um modo de produção, o capitalismo, que ao conceber os homens e as mulheres e a natureza como meras mercadorias, como valores de uso que, ao se mercantilizarem, se transformam em fontes inesgotáveis de lucros, põe em perigo a sobrevivência da espécie em nosso planeta”.

O dinheiro e o consumo passam a fazer parte do *ethos*, influenciando o caráter das pessoas. Vive-se pela busca do dinheiro e para a acumulação de capitais em um mercado competitivo e, às vezes, até violento. Os valores morais invertem-se em favor da lei do valor do capital. Tal inversão ocorre tanto na ordem individual, quanto social e política. Por outro lado, com relação ao consumo, Boaventura de Sousa Santos (2000, p. 129) afirma que um círculo vicioso é criado com rotina de falta e satisfação. A falta é produzida com a perspectiva da satisfação, cujo alcance ajuda a criar a “mente cativa” que motivará o consumidor contumaz a permanecer sempre em busca dos produtos finitos. Dinheiro e consumo passam a regular, pois, a vida individual que se “monetariza”. Frei Betto (2000, p. 39) compreende a existência de uma “globocolonização”, ou seja, uma imposição de um modelo culturalizado, com um único paradigma de comportamento, no caso, o consumista.<sup>36</sup>

As interações mundiais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir com centralidade a vida política, social e econômica da nação. A soberania dos Estados mais

---

<sup>36</sup> “A moda agora é a globalização. Ótimo que o planeta tenha se transformado numa aldeia. O que me preocupa é que certa ocasião, entrei numa loja de discos no interior da China e me deparei com pôsteres do Michel Jackson; mas nunca encontrei, no interior dos Estados Unidos, um pôster de cantor chinês!” Ver mais em BETTO, Frei (2000, p.31-46).

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

fracos está ameaçada pelos Estados mais fortes e poderosos, mas, sobretudo, por agências financeiras internacionais e outros transnacionais privados como empresas multinacionais, impingindo uma pressão coesa e poderosa. No que diz respeito a países periféricos e semiperiféricos, tais políticas provocam turbulências nos quadros legais e institucionais como a liberalização do mercado, privatização de serviços, desregulação do mercado de trabalho, flexibilização salarial, redução e privatização, ao menos parcial, dos serviços de bem-estar social, reformas educacionais dirigidas para a formação profissional, mais do que para a construção da cidadania.

Todas essas mudanças de retraimento do Estado só podem ser obtidas mediante uma forte intervenção estatal capaz de por fim à própria regulamentação estatal e criar as normas e instituições que presidirão ao novo modelo de regulação social. “O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação<sup>37</sup>”. (SANTOS, 2005, p. 38). Diante desse quadro, há uma clara redefinição do Estado, fragilização de sua autoridade, submissão à pressão dos setores vinculados ao sistema capitalista transnacional para melhorar e ampliar as condições de competitividade sistêmica no universo global. Há uma clara atuação de forças impessoais do mercado atuando e afirmando-se sobre as jurisdições territoriais, tornando, por sua vez, o direito social implausível.

Relativamente à cultura e educação, o mundo depara-se com a unificação de espaços, intercomunicação dos lugares globalizados. A cultura universalizada internaliza-se, possibilitando a submissão ao imperialismo cultural norte-americano. Os padrões norte-americanos de cultura espraiam-se pelo mundo globalizado. Tal internacionalização deve-se, em grande parte, à sociedade informatizada. Por sua vez, a educação é concebida como mediação para o desenvolvimento econômico, com a formação do capital humano e não para o desenvolvimento humano, com a formação de uma pessoa consciente, com plena capacidade de exercer sua cidadania.

Segundo Euclides André Mance (1999, p. 05):

[...] o desenvolvimento de novas tecnologias e procedimentos educativos, que massivamente interferem no inconsciente das pessoas, possibilita um novo fenômeno hegemônico de condução da organização social, seja nos processos econômicos de produção e consumo, seja nos processos políticos de eleições democráticas. Compreendida basicamente como fator de

---

<sup>37</sup> Santos (2006, p. 404) aborda a existência de um novo regime políticossocial baseado nas diretrizes do Consenso de Washington, com profundas transformações político-ideológicas que tem como fundamento a lei de mercado.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

produção pelos organismos internacionais de financiamento, a educação formal é esvaziada de seu papel qualificador ao exercício da cidadania. Mesmo as instâncias tradicionalmente centrais no processo educativo como família, a escola, as igrejas e os partidos perdem cada vez mais terreno frente às novas mídias que, institucionalmente, estão sob controle de grupos privados capitalistas que tratam a informação e a cultura como mercadoria e não como mediações do exercício ético da liberdade.

Sob a perspectiva ética, a globalização propõe a iniciativa dos agentes privados em função de seu interesse particular como conduta que contribui para o bem da coletividade, diante do fato que o mercado contribui para o indivíduo realizar o seu bem privado e, realizando esse bem privado, realiza o bem comum. Esse raciocínio permite constatar que, para o neoliberalismo, o bem comum é entendido tão somente como a soma de bens individuais. Entretanto, o individualismo exacerbado, afirmado cada vez mais pela política neoliberal, acaba por culminar massacre de subjetividades que vão ficando insensíveis ao sofrimento alheio, por desobrigar os indivíduos de se preocupar com transformações sociais que visem garantir a cada pessoa as mediações materiais, políticas, educativas que lhe permitam exercer eticamente sua liberdade e viver com dignidade.

Embora o processo de globalização inclua em seu bojo o enriquecimento de algumas regiões dos países chamados de Terceiro Mundo, tal enriquecimento é para uma pequena parcela da sociedade e não para a maioria. As conseqüências que afetam a grande maioria são outras, tais como: incorporações de empresas de capital nacional por empresas transnacionais, devido ao fato daquelas não suportarem a concorrência destas; contratação de empresas de capital nacional de forma terceirizada, como forma de estratégia das grandes empresas; pressão de déficits na balança comercial de países periféricos; dependência de tecnologia de ponta, notadamente a tecnologia de informação; dependência dos fluxos de capitais voláteis; acentuada penetração de capital internacional na economia nacional enfraquecendo o controle da economia nacional pelo governo federal, desemprego em massa, resultado do processo de modernização dos setores produtivos que ampliam os níveis de produtividade, com novas tecnologias e sistemas de gerenciamento, necessitando, cada vez menos, de trabalho humano; economia informal e de práticas econômicas consideradas crimes; aumento da violência e criminalidade, diante das tensões sociais em decorrência da crescente exclusão econômica, dentre outras.

Interessante ressaltar que a fase atual da globalização diferencia-se de suas fases anteriores, não pelo volume de comércio transnacional ou fluxo de capital, mas uma mudança

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

na concentração e no caráter dos fluxos financeiros, possibilitados por novas tecnologias de produção e comunicação (CORONIL, 2005, p. 106/107). O autor baseia suas reflexões no relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) que registra o crescimento das desigualdades mundiais, bem como no artigo intitulado *La IV Guerra Mundial há comenzado* escrito pelo líder do movimento zapatista indigenista, publicado no *Le Monde diplomatique*. Segundo esses documentos, a globalização neoliberal está ceifando vidas de um enorme número de pessoas submetidas a uma pobreza e marginalização crescentes, fratura o mundo em pedaços, concentra riqueza e distribui pobreza, polariza o crescente domínio do capital sobre o trabalho, fragmenta as nações, cria megapolíticas dos impérios financeiros, possibilitando crimes, causando agonia e morte para a maior parte da humanidade, submetida a pobreza e marginalização.

A globalização estruturou-se sobre a matriz da colonialidade do poder hegemônico mundial e do capital colonial/moderno. Para Aníbal Quijano, a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e também de identidade da modernidade e vivenciou dois processos históricos convergentes que, associados, estabeleceram-se como eixos fundamentais desse novo padrão de poder mundial. Afirma o autor (2002, p. 117)

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

Menciona, ainda, o autor, que, atualmente, a América Latina encontra-se imersa em um processo de completa reconfiguração da colonialidade global do poder do padrão de poder hegemônico no planeta. Trata-se, em primeiro lugar, da aceleração e aprofundação de uma tendência de reconcentração do poder, sendo que as tendências centrais do referido processo consistem, dentre outros (2014c, p. 854):

1. Retomada de privatização dos espaços públicos;
2. a reconcentração de todo o controle do trabalho, dos recursos de produção e da produção-distribuição;
3. A polarização extrema e crescente da população mundial;
4. A exacerbação da exploração da natureza;
5. A hiperfetichização do mercado, mais do que da mercadoria;
6. A manipulação e controle dos

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

recursos tecnológicos de comunicação e transporte para a imposição global da tecnocratização/instrumentalização da colonialidade/Modernidade; 7. A mercantilização da subjetividade e da experiência de vida dos indivíduos, principalmente das mulheres; 8. A exacerbação universal da dispersão individualista das pessoas e a conduta egoísta travestida de liberdade individual, o que, na prática, equivale à universalização do “sonho americano” transformado no pedaleto da brutal perseguição individual de riqueza e de poder contra os demais; 9. A fundamentalização das ideologias religiosas e de suas correspondentes éticas sociais, o que relegitima o controle dos principais âmbitos da existência social; 10. O uso crescente das chamadas “indústrias culturais” (sobretudo de imagens, cinema, TV, vídeo, etc) para a produção de um imaginário de terror e de mistificação da experiência, de modo a legitimar a “fundamentalização” das ideologias e a violência repressiva.<sup>38</sup>

### 1.3.1.3. Capitalismo, globalização e Estado

Para a continuidade da construção do raciocínio, mister algumas reflexões sobre a ingerência do sistema econômico na atualidade em que impera o sistema global no qual o fenômeno da globalização, movimento complexo de difusão, intercâmbio cultural, ampliação de fronteiras políticas, econômicas, sociais, mudou as estruturas de toda a sociedade, projetando-se por sobre os mais variados aspectos da vida. Aliás, praticamente não há aspecto da vida humana que não seja atingido, de uma forma ou de outra, por esse intercâmbio além-fronteiras, de ideias e de bens, causador de crescente interdependência entre os países. Favorece uma ruptura da tradição, dentro e fora das fronteiras dos países, cada vez mais unidos por redes eletrônicas e de comunicação.

Os sentidos da globalização são múltiplos, sendo que o fenômeno projeta seus reflexos e efeitos em vários setores, porém Eduardo Bittar (2009, p. 326) sustenta que os

---

<sup>38</sup> 1. la re-privatización de los espacios públicos, del Estado en primer término; 2. la reconcentración del control del trabajo, de los recursos de producción y de la producción- distribución; 3. la polarización social extrema y creciente de la población mundial; 4. la exacerbación de la “explotación de la naturaleza”; 5. la hiperfetichización del mercado, más que de la mercancía; 6. la manipulación y control de los recursos tecnológicos de comunicación y de transporte para la imposición global de la tecnocratización / instrumentalización de la Colonialidad / Modernidad; 7. la mercantilización de la subjetividad y de la experiencia de vida de los individuos, principalmente de las mujeres; 8. la exacerbación universal de la dispersión individualista de las personas y de la conducta egoísta travestida de libertad individual, lo que en la práctica equivale a la universalización del “sueño americano” pervertido en la pesadilla de brutal persecución individual de riqueza y de poder *contra* los de más; 9. la “fundamentalización” de las ideologías religiosas y de sus correspondientes éticas sociales, lo que re-legitima el control de los principales ámbitos de la existencia social; 10. el uso creciente de las llamadas “industrias culturales” (sobre todo de imágenes, cine, TV, video, etc.) para la producción industrial de un imaginario de terror y de mistificación de la experiencia, de modo de legitimar la “fundamentalización” de las ideologías y la violencia represiva.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

demais sentidos de globalização, tais como religiosa, cultura, dentre outros, estão sendo negligenciados em face de um sentido oculto a todos os demais, qual seja, a globalização do processo de expansão dos mercados consumidores. Segundo o autor, este aspecto econômico da globalização tem ganhado acento cada vez maior a partir de quando as grandes corporações multinacionais e transnacionais ocuparam em definitivo o espaço competitivo na disputa pela determinação dos mercados potencialmente favoráveis ao comércio ao longo do século XX. Ainda, enfatiza que a globalização tem ganhado um acentuado sentido financeiro, com ênfase à mercantilização, à difusão de mercadorias, à propagação de métodos comerciais e de integração financeira e comercial, dentro da própria lógica de maximização de lucros e de vendas.

Nesse sentido, o mercado é o novo ditador da era digital, “sem cara e sem bandeira, sem identidade e sem lugar para se manifestar, porém mais cruel e infinitamente mais imprevisível que qualquer ser humano”. No lugar de projeto para a humanidade, tem-se internacionalização da concorrência, da competição, da empresarialidade, da lucratividade, do empreendedorismo mercantil. Zavaleta (2009, p. 338) identifica a construção mercantil da própria identidade do ser humano que trocam suas crenças, valores, representações pela ideologia hegemônica do capital, construindo-se responsivamente às necessidades do mercado.

O capitalismo com sua preponderância e dominação das relações sociais, políticas e humanas acabou por criar novos processos históricos, propiciando novas situações históricas, com reflexos na sociedade e na política, na ingerência do poder, em todos os seus liames, notadamente no que tange à formação do Estado. Adam Przeworsky (1995) afirma que o Estado é fundamental para a reprodução do capitalismo, sistema que exige duas condições para o seu desenvolvimento: acumulação continuada e legitimação – apoio popular, exigido pelas regras da democracia ou o consentimento, necessário para evitar ameaças revolucionárias. Entretanto, tais condições/pré-requisitos não são mais geradas espontaneamente pelas economias capitalistas.

Segundo esse raciocínio, se não há condições necessárias para a reprodução do capitalismo e mesmo assim ele se reproduz, é porque algumas instituições externas ao sistema de produção e troca, portanto, não-econômicas, geraram as condições necessárias para a manutenção do sistema capitalista - acumulação e legitimação. Por várias razões, diz



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Przeworsky, entende que tais instituições são identificadas como o Estado, afirmando, ainda, que o capitalismo contemporâneo é, de uma forma ou de outra, “capitalismo de Estado”.

O autor afirma que toda política pública constitui uma tentativa de implementar os dois requisitos: acumulação e legitimação. O objetivo das instituições estatais é promover a acumulação e legitimação, e o fazem mediante políticas públicas. As atividades do Estado estabilizam o sistema capitalista como um todo. As políticas públicas constituem “funções”. Quando algumas condições para a acumulação e legitimação estão ausentes e a reprodução do capitalismo é ameaçada, o Estado desempenha funções pra fornecer as condições necessárias. “Os capitalistas são dotados de poder público, poder que não pode ser subjugado por nenhuma instituição formal.” (PRZEWORKSKY, 1995, p 57). Assim, a capacidade do governo estatal passou a circunscrição do capitalismo. Se o mercado gera “hiatos funcionais”- incapacidade de o mercado garantir a acumulação -, o Estado precisa intervir; ao intervir, o Estado politiza as relações econômicas: relações de poder substituem relações de troca – para garantir a acumulação; a politização das relações econômicas leva a novas crises – de racionalidade, legitimação e motivação.

Quando a estrutura de poder legalmente construída, fundada para a promoção e realização dos direitos individuais, da dignidade do ser humano, passa a assumir tarefa de gerenciamento da economia, fica permeada por interesses externos que acabam por conflitar com os interesses baseados em valores universais fundamento da instituição, exerce funções contraditórias, pois a necessidade de retirar recursos das relações de mercado conflita com a de tomar decisões segundo critérios não mercantis, essencial ao Estado.

As consequências ultimadas pela globalização são, dentre outras: incorporações de empresas de capital nacional por empresas transnacionais, devido ao fato daquelas não suportarem a concorrência destas; contratação de empresas de capital nacional de forma terceirizada, como forma de estratégia das grandes empresas; pressão de déficits na balança comercial de países periféricos; dependência de tecnologia de ponta, notadamente a tecnologia de informação; dependência dos fluxos de capitais voláteis; acentuada penetração de capital internacional na economia nacional enfraquecendo o controle da economia nacional pelo governo federal, desemprego em massa, resultado do processo de modernização dos setores produtivos que ampliam os níveis de produtividade, com novas tecnologias e sistemas de gerenciamento, necessitando, cada vez menos, de trabalho humano; economia

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

informal e de práticas econômicas consideradas crimes; aumento da violência e criminalidade, diante das tensões sociais em decorrência da crescente exclusão econômica.

Na medida em que a interpenetração das estruturas empresariais, a interconexão dos sistemas financeiros e a formação dos grandes blocos comerciais regionais convertem-se em efetivos centros de poder, o sistema político deixa de ser organização da sociedade por ela própria e, em vez de uma ordem soberanamente produzida, passa-se a ter ordens crescentemente recebidas dos agentes econômicos. (FARIA, 2002, p. 35). Tais relações hegemônicas globais são articuladas por um bloco histórico, uma constelação social e política de forças materiais, institucionais e ideológicas. Esse bloco histórico articula-se em conjunto de idéias hegemônicas que dão coerência estratégica a seus elementos constitutivos – suas bases materiais, políticas e ideológicas de articulação. Segundo Alejandro Médici (2004, p. 184):

A globalização sobredetermina todos os espaços de produção e reprodução da vida e ao fazê-lo hierarquiza autoritariamente as necessidades. Sob o véu da ideología neoliberal hegemónica se encontram as necesidades de acumulación mundial de capital as quais se subsumen as dos povos, grupos e clases oprimidas. Os meios, formas e ambientes de vida e satisfação de necessidades, até agora considerados comuns, como por exemplo a água e a terra, os bens e espaços públicos, como a saúde, a educação, os lugares públicos, os conhecimentos ancestrais das populações indígenas e tradicionais **estão submetidos a um proceso expansivo que os subsume cada vez mais como mercadorias**. (grifo nosso)<sup>39</sup>

No entender de José Maria Seco Martinez (2004, p. 157), o sistema econômico capitalista é um aparato de opressão e dominação:

Certamente o sistema econômico capitalista torna-se assim um aparato desproporcional de opressão e dominação, cuja corrente de transmissão são hoje os bancos, o mercado de renda e quantos mecanismos financeiros se estabeleçam para garantir a efetiva rentabilidade não produtiva. É um sistema opaco porque não é transparente, é fechado, porque não é livre, que apropria do imaginário submetendo-o a suas próprias regras, métodos/modos e princípios, isto é, o preço, a dívida, a segurança, a certeza psicológica, a falsa necessidade e a armadilha especulativa. E ao desvirtuar

---

<sup>39</sup> La globalización sobredetermina todos los espacios de producción y reproducción de la vida y al hacerlo, jerarquiza autoritariamente las necesidades. Bajo el velo de la ideología neoliberal hegemónica se hallan las necesidades de la acumulación mundial de capital a las que se subsumen las de los pueblos, grupos y clases oprimidas. Los medios, formas y entornos de vida y satisfacción de necesidades, hasta ahora considerados comunes, como por ejemplo el agua y la tierra, los bienes y espacios públicos, como la salud, la educación, los lugares públicos, los conocimientos ancestrales de los poblaciones indígenas y tradicionales, **están sometidos a un proceso expansivo que los subsume cada vez más como mercancías**.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

ostensivamente a finalidade natural da economia orienta a ação dos poderes públicos aos designios de uma gestão de aparente bem-estar.<sup>40</sup>

Para Alejandro Médici (2004, p. 187-189), a competitividade no mercado mundial é o critério último da política estatal que justifica o ataque às conquistas sociais. As pautas de valoração do capital transnacional refletem nas políticas de governo, nas políticas econômicas. As corporações multinacionais valorizam as liberdades jurídicas, os custos de produção, a estabilidade política e também o crescimento potencial do mercado de um país.

No que tange às relações internacionais, as organizações internacionais, na medida em que acertam o marco de pensamento que convém aos interesses do capital exercem influência, pressão e coação econômica através da gestão do crédito internacional sobre os Estados nacionais. Podem ser compreendidas, segundo o autor citado, como “aparatos de hegemonia”, produto de uma ordem mundial estabelecida que produzem e reproduzem a mesma ordem, agindo de forma a normatizar, legitimar ideologicamente, cooptar elites dos Estados periféricos, absorver e funcionalizar as idéias contra-hegemônicas.

As novas forças que operam na ordem mundial são dominadas pela economia capitalista de cunho neoliberal. As nações formam blocos geopolíticos e celebram acordos, estabelecendo normas, sobre a organização internacional. A nova economia mundial dominada pelo sistema financeiro e pelos investimentos à escala global mantém a dependência econômica: a dependência comercial ocorrida nas importações de produtos de ponta e exportações de produtos de base, ambas em direção ao capital central; a dependência financeira materializada pela vinculação ao FMI – Fundo Monetário Internacional –; a dependência tecnológica ou industrial ensejada na produção de bens não necessários para o real desenvolvimento, mas que passam a ser necessários pela propaganda massiva vinda do centro, em outras palavras, por pseudonecessidades dos países periféricos criadas pelo capitalismo central. Antônio Rufino Vieira (1988, p. 158) destaca que existe uma alienação

---

<sup>40</sup> Ciertamente el sistema económico capitalista deviene así en un aparato desproporcionado de opresión y de dominación, cuya correa de transmisión son hoy la banca, los mercados de renta y en general cuantos mecanismos financieros se establecen para el aseguramiento efectivo de la rentabilidad no productiva. Es un sistema opaco, pues no es transparente, y cerrado, porque no es libre, que se apropria del imaginario sometiéndolo a sus propias reglas, modos y principios, esto es, al precio, a la deuda, a la seguridad, a la certidumbre psicológica, a la falsa necesidad y a la trampa especulativa. Y al desvirtuar ostensiblemente la finalidad natural de la economía pliega la acción de los poderes públicos a los designios de una gestión nefeloide del bienestar.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

mundial promovida por países capitalistas hegemônicos sobre os periféricos que gera um desenvolvimento desigual e dependente, impedindo o desenvolvimento e levando, conseqüentemente, a existência de uma estrutura interna que reproduz as contradições sociais, a dominação.

A lógica impactante da mundialidade transforma o cenário político, social, econômico, religioso, cultural, ecológico, dentre outros, havendo mudança de perspectivas em todas as dimensões das diversas relações humanas e sociais. Eduardo Bittar (2009, p. 329) afirma que a força da globalização tomou conta dos bastidores e do cenário internacional e é capaz de avanços e retrocessos, conquistas e prejuízos, evolução e destruição. Capaz de homogeneizar gostos e práticas, ações e padrões, é perigosamente nefasta quando quebra identidade e raízes culturais mais elementares de um povo, possibilitando a devastação no que há de mais caro ao grupo: sua memória.

Dentre as influências e os abalos sofridos pela lógica global, a globalização abre campo para a integração das formas pelas quais os povos constroem suas regras na órbita internacional, afetam as dimensões da organização sociopolítico-econômica no plano nacional e internacional, afetando, via de consequência, fatores estruturais da própria sociedade, tais como a identidade coletiva, a noção de soberania estatal, legitimidade democrática do Estado nacional. A territorialidade do Estado torna-se relativa no ambiente virtual e flexibilizado, com isso, a noção de Estado sofre abalos estruturais internos e externos, “na medida em que se torna modelo ultrapassado para a definição dos espaços conceituais sobre os quais se assentam os valores primordiais da organização social contemporânea” (BITTAR, 2009, p. 330).

Franz Hinkelammert (2012a, p.74) salienta que a globalização é um processo antigo, mas que se intensificou a partir dos anos sessenta, tornando a terra disponível de forma anteriormente desconhecida, sendo que tal disponibilidade tornou possível a estratégia global de acumulação de capital imposta aos Estados que, via de consequência, a impõem aos cidadãos:

A globalização é um processo que vem desde muito, muito tempo atrás, possivelmente se pode dizer dos séculos XV e XVI. É um processo que passa pelos séculos. O que se chamava globalização a partir de 1992 e 1993 é o nome de uma estratégia que desenvolveu desde os anos setenta por parte do grande capital e conquistou os governos. Estes a assumiram como uma estratégia de acumulação de capital. A transformação da terra em uma aldeia global não é obra dos globalizadores. Os globalizadores se

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

aproveitam da globalidade da terra. (...) A retórica da globalização alega que somente desde a década dos anos setenta a terra se globalizou, no sentido de que há acesso a terra de um ponto dela a todos os demais em termos de comunicação, transporte, etc. É dizer, a terra tornou-se disponível de uma maneira anteriormente não conhecida e com esta disponibilidade foi possível essa estratégia global de acumulação de capital. A novidade dá-se somente neste sentido: a estratégia do capital através das empresas transnacionais que surgem desde os anos sessenta, setenta e que têm grande peso a partir do final dos anos setenta se transformou na chamada estratégia da globalização ao obter um domínio tal sobre os governos que estes a impuseram universalmente. Enquanto impõe-se aos governos, estes a impõem aos seus cidadãos como estratégia obrigada. Com isso, a democracia se esvazia. Cidadãos que se opõem são vistos como inimigos, inclusive inimigos a se aniquilar.<sup>41</sup>

Na dimensão política da globalização, tem-se a mercantilização das relações sociais que o mundo vivencia, o processo de modernização que mantém as clássicas estruturas capitalistas da organização estatal, reproduzindo as desigualdades econômicas existentes. O neoliberalismo justifica reformas políticas e econômicas que aparentemente visam promover a liberdade da sociedade civil, mas que, na realidade, ampliam a liberdade dos grandes agentes internacionais, ao mesmo tempo em que restringem as liberdades públicas em sua dimensão material, seja pela extrema dificuldade de o Estado conseguir realizar políticas efetivas, seja pela grande parcela da sociedade, desempregada e marginalizada. (MANCE, 1999, p. 03)

Eduardo Bittar (2009, p. 336) sustenta que a globalização que possui mera perspectiva econômica é a potencialização mundial das instabilidades de mercado necessárias para a construção de *status* favorável à hegemonia econômica de acordo com a lógica neoliberal. Nesse viés percebe-se que estruturas aparentemente legítimas, como o Estado,

---

<sup>41</sup> La globalización es un proceso que viene desde mucho, mucho tiempo atrás, posiblemente se puede decir de los siglos XV y XVI. Es un proceso que pasa por los siglos. Lo que se llamaba globalización a partir de 1992 y 1993 es el nombre de una estrategia que se gestó desde los años setenta por parte del gran capital y conquistó los gobiernos. Estos la asumieron como una estrategia de acumulación de capital. La transformación de la tierra en una aldea global no es obra de los globalizadores. Los globalizadores se aprovechan de la globalidad de la tierra. (...) La retórica de la globalización alega que solo desde la década de los años setenta la tierra se globalizó, en el sentido de que hay acceso a la tierra de un punto de ella a todos los demás en términos de comunicación, transporte, etc. Es decir, la tierra se hizo disponible de un manera anteriormente no conocida, y con esta disponibilidad se hizo posible esta estrategia global de acumulación de capital. La novedad se da solamente en este sentido: la estrategia del capital a través de las empresas transnacionales que surgen desde los años sesenta, setenta, y que tiene gran peso a partir del final de los años setenta, se transformó en la tal llamada estrategia de globalización al lograr un dominio tal sobre los gobiernos, que estos la impusieron universalmente. En cuanto logra imponerse a los gobiernos, éstos la imponen a sus ciudadanos como estrategia obligada. Con eso la democracia se vacía. Ciudadanos que se oponen son vistos como enemigos, incluso enemigos por aniquilar.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

acabam por ser verdadeiramente expressões do próprio capitalismo reinante, realizando interesses econômicos e políticos das nações dominantes que passam a se utilizar da lógica global na condução dos assuntos mundiais, hegemonicamente. Dessa forma, a dinâmica histórica mostra que o neoliberalismo enfraquece politicamente a capacidade dos governos, principalmente nos países de economia dependente, promovendo políticas públicas efetivas, enquanto prioriza e assegura a estabilidade das moedas nacionais, adotando políticas de juro e câmbio que culminam por remunerar o capital financeiro.

Abili Lázaro Castro de Lima (2002, p. 352) aponta a ocorrência de uma “metamorfose na política” como consequência do processo de globalização econômica e as políticas neoliberais que a operacionalizam, na medida em que, tais fenômenos fazem com que as decisões de governo deixem de ser políticas, esvaziando-se de seu conteúdo para tornarem-se econômicas, baseando-se na relação custo/benefício. Agindo assim, suportam a hegemonia política do neoliberalismo, causadora de exclusão e vitimação. Nesse sentido, José Eduardo Faria observa (2002, p. 23):

Nesse novo contexto sócio-econômico, embora em termos *formais* os Estados continuem a exercer soberanamente sua autoridade nos limites de seu território, em termos *substantivos* muitos deles já não mais conseguem estabelecer e realizar seus objetivos exclusivamente por si e para si próprios. Em outras palavras, descobrem-se *materialmente* limitados em sua autonomia decisória. E, conforme o peso relativo de suas respectivas economias nacionais na economia globalizada, a dimensão de seu mercado consumidor, a capacidade de investimento dos capitais privados nacionais, o controle da tecnologia produtiva, a especificidade de suas bases industriais, o grau de modernidade de sua infra-estrutura básica e os níveis de escolaridade e de informação de suas sociedades, já não mais dispõem de condições efetivas para implementar políticas monetária, fiscal, cambial e previdenciária de modo independente, nem para controlar todos os eventos possíveis dentro de sua jurisdição territorial.

Noam Chomsky (2002, p. 14) em uma descrição contundente aduz que a globalização é o produto da ação de governos poderosos, especialmente o dos Estados Unidos, que “empurram garganta abaixo dos povos” tratados comerciais e acordos de negócios de interesses dos ricos e das grandes empresas para que estes dominem a economias das nações sem quaisquer obrigações para com as respectivas populações e não permitem sincera e honesta discussão sobre os efeitos do neoliberalismo sobre esse processo.

As interações mundiais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir com centralidade a vida política, social e econômica da nação. A soberania dos Estados mais

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

fracos está ameaçada pelos Estados mais fortes e poderosos, mas, sobretudo, por agências financeiras internacionais e outros transnacionais privados como empresas multinacionais, impingindo uma pressão coesa e poderosa. No que diz respeito a países periféricos e semiperiféricos, tais políticas provocam turbulências nos quadros legais e institucionais como a liberalização do mercado, privatização de serviços, desregulação do mercado de trabalho, flexibilização salarial, redução e privatização, ao menos parcial, dos serviços de bem-estar social, reformas educacionais dirigidas para a formação profissional, mais do que para a construção da cidadania.

A aliança entre interesses de grupos políticos e econômicos, embora não alheia a conflitos, acabou por afirmar a liberdade do capital com o apoio político, mediante processo no qual os direitos políticos, historicamente monopolizados por uns poucos privilegiados foram estendidos à população adulta – sufrágio universal –, pois “se a cidadania era um direito devia ser um direito à plena participação na sociedade política”. Nesse sentido, nas comunidades políticas ocidentais a cidadania cristalizou-se sob a forma de direitos civis e políticos e a democracia triunfou sobre as demais formas de governo, devido ao fato de oferecer legitimidade sob o fundamento de que a representação garantiria uma relação recíproca entre governantes e governados, estes respeitando a lei e a autoridade do Estado e aqueles atuando segundo o mandato do povo. Não obstante, essa relação recíproca nunca foi obtida.

Os direitos do cidadão foram subsumidos pela lógica do mercado que passou a influenciar e, depois, dominar a ordem social e política. (HELD, 1997, p. 93, 95)<sup>42</sup> Dessa forma, o significado substantivo da democracia sofreu dupla redução, tornando-se um procedimento desvinculado do conteúdo concreto e ideologia legitimadora da supremacia estatal, que, por sua vez, difunde, exerce e protege a lógica do capital e das classes dominantes. “A democracia foi lentamente perdendo sua medula igualitária e degenerando em um puro mercado formal de constituição e organização do poder político.” (BORON, 2002, p. 95) Passou a simples procedimento e, por isso, capaz de conviver sem “excessiva” repressão com o regime econômico que, apesar de se fundar na exploração e coisificação do ser humano tem “proclama aos quatro ventos a igualdade dos cidadãos”.

Franz Hinkelammert entende que a democracia é burguesa, sendo que o poder econômico se expressa, sobretudo nas grandes corporações, em especial, nas corporações

---

<sup>42</sup> Si la ciudadanía era um derecho, debía ser um derecho a La plena participación em la sociedad política.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

financeiras, que controlam, de fato, tanto os governos, quanto a soberania popular. Trata-se de um poder sem controle, um poder de chantagem, que se impõe sobre toda a sociedade.

Ressalta o autor: (2012, p. 13):

As eleições transformam-se em eleições-fantasma, os espaços públicos foram privatizados e ocupados pelo próprio poder econômico, que tem tanto um poder absoluto sobre os meios de comunicação como sobre o financiamento das eleições. Com isso, o poder econômico tem um poder de chantagem sobre os governos que os deixa apenas com uma autonomia relativa.

Boaventura de Sousa Santos (2010, p.270) afirma a existência da democracia de mercado que tem como suporte o método competitivo e seleção de elites políticas - e as instituições necessárias para o funcionamento desse método. Sendo assim, fica muito longe de realizar a norma de igual proteção de interesses e preferências individuais e não se justifica moralmente. Álvaro de Vita (2004, p. 8/79) aduz que líderes políticos auto-interessados veem-se obrigados, em virtude da disputa competitiva do voto popular, a levar em conta as preferências e interesses de não-líderes, sob pena de não se elegerem ou reelegerem.

Na democracia competitiva, os interesses políticos dos cidadãos têm por base o interesse próprio de cada um, assim, o eleitor “compra” ao votar um pacote político oferecido pelos líderes e partidos políticos com base na “renda de utilidade” – cálculo de “custo-benefício” - que isso lhe assegurará. Entretanto, tal conduta de escolha é apropriada a consumidor e não a escolha política, uma vez que as consequências afetam a outros além daqueles que a fizeram. Para a emancipação seria necessária uma nova teoria democrática com o objetivo de alargar e aprofundar o campo político em todos os espaços estruturais da interação social, ou seja, maior participação política dos cidadãos na vivência e construção do processo político.

Enrique Dussel (2011, p. 128, 135) menciona a existência de um duopólio que se perfaz com os meios de comunicação servindo ao capital, transformando os cidadãos em meros espectadores passivos, consumidores de uma *política espetáculo*, mercadoria política bem empacotada pela mídia. O filósofo menciona que o objetivo dos meios de comunicação é o divertimento e não a educação, porque o conteúdo da comunicação não se considera um meio de cultura, mas uma mercadoria que deve ser vendida. Nesse sentido, a mídia forma e conforma a opinião pública, mas não como comunidade política e sim como mercado plural



de compradores, exercendo uma *mediocracia*, ou seja, o poder político da mídia que serve às grandes elites políticas, cúmplices do capital.

Todas essas mudanças de retraimento do Estado só podem ser obtidas mediante uma forte intervenção estatal capaz de por fim à própria regulamentação estatal e criar as normas e instituições que presidirão ao novo modelo de regulação social. “O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação”. (SANTOS, 2005, p. 38). Diante desse quadro, há uma clara redefinição do Estado, fragilização de sua autoridade, submissão à pressão dos setores vinculados ao sistema capitalista transnacional para melhorar e ampliar as condições de competitividade sistêmica no universo global. Há uma clara atuação de forças impessoais do mercado atuando e afirmando-se sobre as jurisdições territoriais, tornando, por sua vez, o direito social implausível. Sobre o assunto, Abili Lázaro Castro de Lima (2002, p. 352) sustenta:

O poder local está enfraquecido em face da globalização econômica, na medida que as decisões transcendem à esfera estatal, eis que o grande crescimento do poder econômico mundial dificulta seu controle em razão da capacidade dos capitais cruzarem facilmente e de modo rápido as fronteiras.

Diante desse quadro, novas formas de associações políticas administram áreas da atividade transnacional e problemas políticos coletivos, culminando uma clara penetração da política externa a realidade interna dos Estados. A globalização mudou as bases de poder, com uma grande variedade de organizações não governamentais, grupos de pressão transnacionais, e as características econômicas do sistema internacional, o que afetou a estrutura de elaboração de decisões internas. As questões políticas internas são afetadas pela *condicionalidade* do FMI e do Banco mundial, por exemplo. As diretrizes políticas e econômicas impostas por essas organizações solapam a soberania dos Estados e, ainda, podem causar conflitos internos sérios a ponto de contribuir para a queda de um governo.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Como exemplo pode-se citar o ocorrido recentemente na Romênia, *in verbis*: O governo da Romênia, liderado pelo primeiro-ministro Mihai Razvan Ungureanu, caiu hoje, após inesperadamente perder um voto de confiança no Parlamento. Agora o presidente do país, Traian Basescu, precisa escolher um novo candidato para o cargo de primeiro-ministro. As próximas eleições estão marcadas para novembro, mas podem ser antecipadas se o nomeado do presidente não conseguir apoio do Parlamento atual.

O governo de direita de Ungureanu caiu após perder o apoio de vários aliados, que querem se distanciar do impopular programa de cortes de gastos e também de denúncias de corrupção e nepotismo. "Hoje foi feita justiça", disse o líder da oposição, Victor Ponta. Segundo ele, o voto contra o governo representa o fim de um "sistema abusivo".

As medidas de austeridade impostas para conter o déficit no orçamento, como parte do programa de ajuda que a Romênia recebeu da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI), têm atingido fortemente a

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Tomando por base a interessantíssima metáfora do cientista político Joseph Nye, citado por Luciano Martins (2008, p. 190), o cenário atual político seria como um jogo tridimensional de xadrez que consistiria de 03 tabuleiros superpostos, nos quais jogam atores dotados de recursos de natureza diferente e que apresentam graus variados de concentração ou dispersão de poder. No tabuleiro de cima (*top board*) estaria o poder militar, monopolizado pelos países que possuem armas nucleares e forças convencionais dotadas de armas cada vez mais sofisticadas. No tabuleiro do meio (*middle board*) estariam os organismos internacionais, os centros mundiais de poder – FMI, Banco Mundial, OMC, dentre outros. No tabuleiro de baixo (*botton board*) estaria o poder econômico disperso, fora do controle de governos como empresas transnacionais, dentre outros. Nesse jogo tridimensional o jogador deve observar todos os três tabuleiros, sem deixar de considerar nenhum. Nesse jogo a representação equitativa democrática não prevalece nas arenas decisórias mundiais, nem locais.

Nessa linha de raciocínio, medidas tomadas pelos governos nacionais não mais afetam somente a seus cidadãos. As decisões, embora pertençam ao domínio legítimo da autoridade do Estado-nação soberano, deve levar em conta a interconexão global e questionar-se acerca da coerência, da viabilidade e da *accountability* – responsabilidade – na tomada de decisões. Ainda, quando as decisões são tomadas por organizações como a Comunidade Europeia (CE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou

---

população do país, que é o segundo mais pobre do bloco, depois da Bulgária.

Pesquisas de opinião mostram que a aliança de partidos de oposição liderada por Ponta, a União Social Liberal, tem uma popularidade bem maior do que o Partido Democrático Liberal, que forma a base do atual governo de coalizão. A oposição já disse que vai manter o acordo com a UE e o FMI caso seja eleita.

Atualmente a Romênia tem acesso a um acordo stand-by com o FMI e outro com a UE, o que significa que o país ainda não está utilizando esses recursos. As informações são da Dow Jones. <http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2012/04/noticias/minuto a minuto/internacional/1209243-premie-da-romenia-cai-apos-perder-voto-de-confianca.html> Acesso em 08.05.2012.

O novo primeiro-ministro da Romênia, Victor Ponta, disse neste sábado que vai reafirmar sua intenção de manter o compromisso com as reformas estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). (...) O FMI e a UE disseram que vão continuar seu trabalho técnico com autoridades romenas e voltar a Bucareste para retomar discussões formais com o novo governo quando ele for estabelecido. "Acreditamos que a Romênia vai continuar a observar seus compromissos de política econômica com seus parceiros internacionais", **disse o FMI em nota. "Uma política macroeconômica saudável e reformas estruturais contínuas continuam essenciais para a recuperação econômica da Romênia e para o crescimento de longo prazo", afirmou a instituição.** (Grifo nosso)

[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/04/28/internas\\_economia,291537/romenia-vai-reafirmar-compromisso-com-fmi-diz-premie.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/04/28/internas_economia,291537/romenia-vai-reafirmar-compromisso-com-fmi-diz-premie.shtml) acesso em 07.05.2012.

Recentemente, o FMI anunciou ajuda à Ucrânia condicionando o apoio a algumas medidas políticas e econômicas <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2014/03/27/fmi-anuncia-ajuda-de-entre-14-e-18-bilhoes-de-dolares-para-ucrania.htm> acesso em 10.05.2014.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Fundo Monetário Internacional (FMI) diminuem a presença de decisões ao alcance das maiorias nacionais.

René Zavaleta (2009, p. 338) salienta que a democracia é vanguardista, pois está à frente da incorporação social. De fato, a teoria e a prática democráticas enfrentam, na atualidade, um enorme desafio. A essência da democracia vem sendo desafiada por práticas importantes desenvolvidas ao longo da história, dentre elas a dinâmica de uma economia mundial que provoca a instabilidade e dificuldade dentro dos Estados e entre eles e escapa do controle de qualquer comunidade política. A teoria democrática esboça-se um complexo quadro de contradições: a economia mundial e o tecido de relações e redes que atravessam as fronteiras nacionais x divergência existente entre a totalidade daqueles que são afetados pelas decisões políticas e dos que participam para a sua elaboração – ao menos indiretamente – dentro de um Estado democrático.

O *homo economicus* é fruto da lei de mercado. O ser humano não é mais livre, mas encarcerado pelas leis de mercado, já não é mais do que capital humano que calcula seus lucros e desempenha suas funções como capital. A lei do mercado é absoluta, diante das quais todas as tentativas de assegurar a vida humana e da natureza são denunciadas como distorções do mercado. Leis sociais, leis de proteção da natureza, política de salários, sistemas públicos de saúde, de educação, sindicatos, organizações populares em geral são apresentados como deformações do mercado e contra eles a classe dominante, os governos e os meios de comunicação. (HINKELAMMERT, 2012, p. 136)

A globalização propõe a iniciativa dos agentes privados em função de seu interesse particular e sustenta sua atuação com o discurso que tal conduta contribui para o bem da coletividade, diante do fato que o mercado contribui para o indivíduo realizar o seu bem privado e, realizando esse bem privado, realiza o bem comum. Esse raciocínio permite constatar que, para o neoliberalismo, o bem comum é entendido tão somente como a soma de bens individuais. Entretanto, o individualismo exacerbado, afirmado cada vez mais pela política neoliberal, acaba por culminar massacre de subjetividades que vão ficando insensíveis ao sofrimento alheio, por desobrigar os indivíduos de se preocuparem com transformações sociais que visem garantir a cada pessoa as mediações materiais, políticas, educativas que lhe permitam exercer eticamente sua liberdade e viver com dignidade.

### **1.3.2. O domínio epistêmico**

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais, experiências, recursos a um único mundo dominado hegemonicamente pela Europa propiciou a articulação em uma só ordem cultural global todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e em especial a produção do conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 178) Profundas ligações entre a colonialidade do saber e do poder estruturaram a produção do conhecimento na relação sujeito-objeto, em vez de produzi-lo na relação intersubjetiva. (MIGNOLO, 2003, p. 231). A relação entre colonialidade e epistemologia, a subalternização de conhecimentos por um conhecimento hegemônico está arraigada a um imaginário marcado pela colonização intelectual eurocêntrica – considerada superior, avançada e com valor universal incontestável.

O saber, se produzido em outras línguas e a partir de outras histórias locais, não possui a pretensa validade universal. A produção do conhecimento demonstrou de forma concreta, segundo Aníbal Quijano (2005, p.240) um padrão mundial de poder – colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Segundo Pablo Casanova (2006, p. 131), o pensamento “politicamente correto” é o que coincide com o pensar-fazer dos poderosos e com as mediações de seus interesses, de seus objetivos, assim como com o uso disciplinado de seus paradigmas, de seus textos, de sua linguagem, de sua retórica. Até a crítica ao sistema pode ser considerada “politicamente correta” se serve ao sistema à maneira de monitoração e retroalimentação, se não denuncia o sistema de dominação-apropriação, se em alguns pontos coincide com os imperativos do sistema dominante e em outros diverge, enquanto, ao mesmo tempo, insinua seu desejo de negociar a verdade e de perder parte da autonomia ativocognitiva.

Os autores referenciais do pensamento moderno e mesmos os críticos da modernidade compartilhavam da visão preconceituosa, arrogante e prepotente, na qual somente determinados homens, a partir de determinados lugares, culturas e línguas, têm o direito ao pensamento, à filosofia, à ciência. Os intelectuais do centro do sistema colonial/moderno que falam e teorizam em francês, alemão ou inglês são ouvidos e respeitados. Aqueles que teorizam a partir das margens do sistema moderno/colonial não são sequer ouvidos. Isso revela que ao longo da formação do sistema moderno/colonial se constitui uma verdadeira geopolítica do conhecimento, onde as localizações geo-históricas estão em estreita relação com as localizações epistemológicas, tal relação sendo configurada pela diferença colonial.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O filosofar hegemônico pensa o mundo a partir do ser, situando-o no centro do sistema, a partir do qual se compreende todo o resto. Partindo-se do ser, pensam-se os entes. Tomando-se por base o horizonte intercontinental, os países da Europa central e Estados Unidos são o ser e configuram o centro político, financeiro, intelectual ou bélico. Os demais são entes, objetos percebidos segundo as qualidades relevantes para o ser, segundo suas intenções e necessidades e nos moldes ditados por ele. O ser, portanto, dá o sentido que entender melhor ao ente, periférico, podendo, inclusive, negar-lhe qualquer sentido.

A diferença colonial, elemento fundamental para se pensar a constituição do sistema moderno/colonial, era tida como natural, como parte da ordem universal. A modernidade, segundo Mignolo (2003, p. 25) não pode ser pensada sem a colonialidade do poder e do saber. A colonialidade é o lado sombrio, oculto, silenciado da modernidade. O reconhecimento e a compreensão da diferença colonial bem como da subalternidade epistemológica são fundamentais para o **pensamento liminar** realizado “nas e a partir das margens” (MIGNOLO, 2003, p.30). O exercício de tal pensamento leva a reflexão além da interpretação, da tradução da perspectiva ocidental hegemônica, podendo constituir ruptura epistemológica, criativa, original, libertadora. No limiar da fronteira do conhecimento epistêmico dominante surge o pensamento fronteiriço<sup>44</sup> nascido da negação pelo pensamento moderno colonial.

A opção descolonial é a opção de pensar e intervir política e epistemicamente que foi e continua a ser negada pelo privilégio epistêmico da modernidade. Há somente uma aparente diversidade epistêmica nas ciências sociais, mas, na verdade, há uma monotopia que se estendeu ao redor do globo em conjunto a expansão econômica e política do Ocidente. Interessante destacar que o pensamento descolonial, em sua formação histórico-filosófica, não surge fora do capitalismo global, se não na exterioridade, constituindo a presença de uma ausência<sup>45</sup>.

A presença da ausência significa o que existe subliminarmente ao que é. A ausência é o que não é, não é considerado, mas está ali, presente na realidade fática. Segundo Hinkelammert (2012, p. 264) ainda que esteja como ausência, está presente e existe nas próprias estruturas de dominação. Isso ocorre, porque a ausência deve ser considerada, ainda que de forma inconsciente, para que seja abafada, desconsiderada. Para se desumanizar um

---

<sup>44</sup> Categoria utilizada por Walter Mignolo.

<sup>45</sup> Categoria utilizada por Franz Hinkelammert.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

ser humano, é necessário considerá-lo, primeiro, como ser humano, para então desumanizá-lo.

Desumanizar, subjugar, abandonar, desprezar um ser humano pressupõe mecanismos de dominação que tornam presente o que não é, ou seja, seu reconhecimento como humano. De uma maneira não intencional, é preciso reconhecer que é um ser humano e não um escravo, para poder escravizá-lo. Sem o conhecimento de que o ser humano não é escravo, não pode funcionar a estrutura de dominação da escravidão. Eis a contradição interna que permeia todas as estruturas de dominação. (HINKELAMMERT, 2012, p. 264)

A ausência – o que não é - se faz presente exatamente por sua negação e sua subjugação ao que está presente. A negação revela o que está negado no interior do sistema de dominação. Assim, o pensamento descolonial, a exterioridade na qual se fundam as reflexões do presente estudo partem das ausências presentes no sistema de dominação, de exclusão e de morte. “O negado não está no exterior, mas no interior das relações de dominação. Estas são o que *é*, e delas se pode derivar o que não *é*, porque é negado. *Negatio positio est*. (HINKELAMMERT, 2012, p. 266)

Walter Mignolo (2003, p. 24) afirma que, da perspectiva epistemológica, os saberes e as histórias locais europeias foram tomados como projetos globais, criando-se um imaginário dominante do sistema mundo colonial/moderno, fundamentado na colonialidade do poder e na diferença colonial que historicamente produziu uma geopolítica do conhecimento que subalterniza saberes, povos e culturas. A construção do referido imaginário ao longo da formação do sistema moderno/colonial ensejou verdadeira colonização epistemológica pautada no etnocentrismo, no eurocentrismo arraigado no seio da modernidade, tanto na filosofia, literatura, religião como na ciência.

Na periferia do mundo, a partir dos excluídos, diante da situação de dependência injusta dos países latino-americanos, com a negação da democracia, dos direitos humanos, aumento da violência sistêmica e institucional, marginalização, exclusão, empobrecimento crescente da população da América Latina surge, pois, uma filosofia crítica, uma filosofia da vida, cujas reflexões partem exatamente da negação desta. A vida humana é seu conteúdo. A obrigação de produzir, reproduzir, desenvolver a vida humana concreta de cada pessoa é um princípio com pretensão de universalidade, defende Dussel (s.d, p. 93). A vida é o princípio universal de cada sujeito em comunidade e, portanto, toda norma, ação, eticidade cultural,

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

têm sempre e necessariamente como conteúdo último, algum momento da produção, reprodução, desenvolvimento da vida humana em concreto.

Nas palavras de Dussel (s.d., p. 182):

Filosofia da libertação é uma operação pedagógica desde uma práxis que se estabelece na proximidade do mestre-discípulo, pensador-povo, intelectual orgânico [...] Embora pedagógica, é uma práxis condicionada pela práxis política (e também erótica). Todavia, como pedagógica, sua essência é especulativa, teórica. A práxis teórica ou a ação poética intelectual esclarecedora do filósofo, encaminha-se a descobrir e propor (na exposição e no risco da vida do filósofo), diante do sistema, todos os momentos negados e toda exterioridade sem justiça. [...] *Pensar tudo à luz da palavra do interpelante do povo*, do pobre, da mulher castrada, da criança e da juventude culturalmente dominada, do ancião descartado por uma sociedade de consumo, com responsabilidade infinita e diante do Infinito, isto é filosofia da libertação.

A negação da vida expressa no sofrimento da vítima, dos dominados, é o ponto de partida dessa filosofia. A sociedade contemporânea globalizada econômica, politicamente, vitimiza grande parte da humanidade com a dominação ou exclusão. O projeto vigente que se globaliza descobre-se em contradição consigo mesmo, tendo em vista que a maioria dos seus possíveis participantes afetados encontra-se privada de cumprir com as necessidades que o próprio sistema proclamou como direitos. (DUSSEL, 2002, p. 315).

A modernidade criou um mundo menor do que a humanidade e sua Filosofia ontológica situou o homem alheio ao sistema-centro como útil, manipulável, dominável, enfim, como objeto. As teorias filosóficas contribuíram para justificar a dominação e foram reproduzidas pelos próprios colonizados, despindo-os de sua consciência crítica, permitindo, com isso, a introjeção da dominação de forma pacífica. Não obstante, conforme destaca Antônio Rufino Vieira (1988, p. 226), ao filósofo cabe contribuir para a apreensão clara e objetiva da realidade, permitindo a formação e desenvolvimento da consciência crítica a partir da qual deixará de se submeter mecanicamente ao real, podendo possibilitar a transformação.

Uma nova atitude filosófica foi estabelecida: a de criar uma práxis filosófica capaz de mudar a realidade de subdesenvolvimento, dependência e opressão. Filosofar não pode ser um deleite pessoal, um simples pensar pelo pensar, ou um pensar por prazer, a reflexão filosófica buscará soluções para situações reais, desenvolvendo uma prática de libertação de injustiça, dependência de povos oprimidos, como o povo latino-americano. A Filosofia da

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Libertação constitui-se, pois, em uma filosofia da práxis, que assume os problemas suscitados pela realidade cotidiana, e, a partir de uma reflexão estritamente filosófica, busca resolvê-los. É construída no próprio processo de desenvolvimento, fundamentação e sistematização desses problemas teóricos.

A Filosofia da libertação é criadora, inovadora e comprometida com a realidade. Não copia, nem comenta as filosofias clássicas, concebidas únicas idôneas para pensar o mundo. O surgimento de um filosofar crítico, destoante do tradicional causou um choque no pensamento filosófico clássico, considerado como o pensar autêntico. A “leitura oficial” era autorizada somente ao pensamento europeu.

A América Latina seguiu e repetiu todas as correntes filosóficas europeias, agora procura o próprio caminho, a partir da própria realidade, mediante um pensamento autêntico, semeador de um processo de libertação. O pensar filosófico nascido na periferia, fora dos limites da Filosofia clássica, foi rechaçado como inautêntico, não sendo considerado Filosofia, por não haver sido produzido nos moldes e nos limites geográficos da Filosofia tradicional. O ser se predica de várias formas e, no caso, latino-americano, é fruto de um longo processo histórico de conquista e saque, de colonização e subjugação.

Sobre a descolonização epistemológica, Mario Magallón Anaya<sup>46</sup> (2014, p. 63) sustenta:

Descolonizar-nos epistemológica e ideologicamente pode consistir a base para emancipação intelectual e do colonialismo mental. Se emanciparmos a epistemologia, facilmente emanciparemos a economia e a história. Assim, pois, nosso pensamento deixará de ser servo da filosofia, da ciência e da tecnologia ocidental para propor e analisar problemas desde nossas realidades, contribuindo para o conhecimento mundial.

O processo de superação do subdesenvolvimento e da colonização, em suas várias faces, só se efetivará, pois, a partir de um pensar autêntico e de uma reflexão crítica, capaz de transformar a realidade opressora. A Filosofia da Libertação, portanto, não é uma leitura da Filosofia tradicional, nem a crítica dentro dos parâmetros por esta criados, é genuína e

---

<sup>46</sup> Descolonizarnos epistemológica e ideológicamente puede consistir la base para la emancipación intelectual y del colonialismo mental. Si nos emancipamos la epistemología, fácilmente, emanciparemos la economía y la historia. Así pues, nuestro pensamiento dejará de ser siervo de la filosofía, de la ciencia y de la tecnología occidental, para plantear y analizar los problemas desde nuestra realidades, con aportaciones al conocimiento mundial.

original, autêntica e criadora, comprometida com a realidade social da América Latina. Parte da negatividade, negando-a e propõe uma construção libertadora, propõe uma nova realidade.

### 1.3.3. O domínio discursivo

A pronúncia do mundo tem sido tarefa de poucos. No que tange ao discurso oficial, este justifica a realidade opressora e antidialógica. O discurso filosófico é fundamental para a formação da ideologia dominante, bem como para a aceitação da dominação como fato natural, passando a fazer parte da cultura e a ser reproduzida pelo próprio oprimido/dominado. A discursividade dominante escamoteia a presença de uma realidade de opressão – ausência - e forma o senso-comum teórico, designando as condições de produção, circulação e consumo das verdades ideologicamente criadas. Dussel (s.d., p. 190) observa que o discurso reprodutor tem como consequência o silêncio, a ausência do diálogo, ocasionado pelo desprezo e ocultamento dos oprimidos mediante a colonização.

Segundo Dussel, o dominador, ao dominar, oculta a situação de oprimido a quem sofre seu poderio, tornando tal situação irreal, ou, segundo as categorias de Hinkelammert, negando a ausência. A partir da negação da ausência, a realidade torna-se irreal, pois o dominado não se concebe como tal, introjetando a interpretação feita pelo próprio dominante de uma “natural” dominação que acaba por manter a “cultura do silêncio”, vez que não há diálogo, mas somente monólogo com as palavras que os alienam e os dominam.

O discurso dominante justifica como universalidade a particularidade europeia e o discurso reprodutor mantém tal justificação, mitigando qualquer possibilidade emancipatória. A esse respeito, Dussel (s.d., p. 19) ensina:

Os filósofos modernos europeus pensam a realidade que se lhes apresenta: a partir do centro interpretam a periferia. Mas os filósofos coloniais da periferia repetem uma visão que lhes é estranha, que não lhes é própria: vêm-se a partir do centro como não-ser, nada, e ensinam a seus discípulos, que ainda são algo (visto que são analfabetos dos alfabetos que se lhes quer impor), que na verdade nada são; que são como nada ambulantes da história.

Em sua obra *Política de la Liberación* criticamente comenta o filósofo (2009, p. 552):



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

A filosofia política do centro (da Europa e Estados Unidos) é sumamente restringida em sua problemática. Estuda somente seus próprios assuntos, de maneira tradicional e em função de sua própria prática política. Todos os restantes espaços geopolíticos são simplesmente desdenhados, não investigados. Crê, como a avestruz (que quando é atacado esconde sua cabeça na plumagem), que tratando seus problemas já constroi uma filosofia política adequada para todo o mundo. Sua antiga enfermidade eurocêntrica lhe leva a pensar que sua particularidade é o universal, por onde deverão passar, de uma maneira ou outra, todos os povos da Terra. O percurso do que dissemos, com uma periodização completamente distinta da habitual – e que justificamos em muitas de nossas obras –, nos permitirá sacar a cabeça (da avestruz) e esquadriñar novos horizontes, não temendo situar problemas próprios da América Latina, que são muito úteis para África e Ásia (...).<sup>47</sup>

Relativamente à colonização, a Filosofia europeia definia natureza humana dentro de critérios, modos de pensamento, de comportamento e orientação racionalista ocidental, minimizando as culturas invadidas, subjugadas à condição de não-ser, legitimando historicamente a dominação do Terceiro Mundo, sob o pretexto de modernização e civilização. Os pensamentos, até os que têm pretensão de ser pós-convencionais são éticas das minorias hegemônicas dominantes possuidoras dos recursos, da palavra, dos argumentos, do capital e dos exércitos e ignoram os dominados, afetados-excluídos, nas negociações responsáveis pela criação dos consensos válidos universalmente para o sistema vigente, dando continuidade a negação da ausência presente.

Ao atribuir-se autoridade ao conhecimento e discurso europeus, desenvolvidos segundo critérios, modos de comportamento e orientação da racionalidade européia, desprezando as demais culturas, a Filosofia e o discurso ocidental legitimaram historicamente a dominação do Terceiro Mundo empreendida sob o pretexto da modernização e civilização. A pronúncia do mundo não é tarefa para homens seletos, não pode ser concebida sem a ajuda do outro. O poder de fazer, de criar, de transformar é de todos os homens, embora possa ser prejudicado por algumas circunstâncias concretas de negação, mas o ser humano negado em

---

<sup>47</sup> La filosofía política del centro (de Europa y Estados Unidos) es sumamente restringida en su problemática. Estudia sólo sus propios asuntos, de manera tradicional y en función de sua propia práctica política. Todos los restantes espacios geopolíticos son simplemente desdeñados, no investigados. Cree, como el avestruz (que cuando es atacado esconde su cabeza en el plumaje), que tratando sus problemas ya ha construido una filosofía política adecuada para todo el mundo. Su antigua enfermedad eurocéntrica le lleva a pensar que su particularidad es lo universal, pordonde deberán pasar, de una manera u otra, todos los pueblos de la Tierra. El recorrido que hemos dicho, con una periodificación completamente distinta a la habitual – y que hemos justificado en muchas de nuestras obras –, nos permitirá sacar la cabeza (del avestruz) y escudriñar nuevos horizontes, no temiendo plantear problemas propios de América Latina, que son muy utiles por África y Ásia (...).



sua humanidade precisa acreditar em seu poder para que ele possa sentir-se capaz de estabelecer um diálogo libertador.

#### **1.3.4. O domínio da subjetividade**

Parmênides inicia a Filosofia como Ontologia: “o ser é, o não-ser não é”. O ser é fundamento do mundo, é eterno e imutável. Tal produção filosófica acaba por justificar uma situação de dominação, a partir do horizonte do próprio ser. O “eu conquisto”, “eu domino”, “eu escravizo”, “eu venço”, vivenciados na colonização da América Latina pautaram-se na Filosofia do ser. Para o europeu o ser era, o que estivesse além, não era. O não ser não existe e, por isso, não pode ser cogitado como elemento e princípio da verdade, pois não se pode pensar o vazio. Quando se pensa, pensa-se o ser. O não-ser deve ser dominado e estudado.

Emmanuel Lévinas (2008, p. 30) entende que a filosofia ocidental, foi, na maioria das vezes, uma redução do outro ao mesmo. Seguindo esse raciocínio, ao se deparar com novas terras, com os indígenas, com a diversidade, o ser passou a projetar-se no outro, no ente, mediante o domínio e a conquista, sem reconhecer-lhe a alteridade. Assim, os massacres, as dizimações, as escravizações e demais atrocidades não eram consideradas como tais, uma vez que o povo do novo continente era bárbaro e, portanto, objeto e não seres humanos como os europeus. (VASCONCELLOS, 2010, p. 75/76)

Daniel Pansarelli (2013, p. 105) afirma que a classe dominante utiliza-se de recursos ideológicos para camuflar o processo de exploração e interiorizá-lo e perpetuá-lo na subjetividade dos explorados, enfeitando-os. Segundo o autor, as classes dominantes detêm o controle massivo dos aparelhos ideológicos e utilizam-se deles para difundir a ideologia dominante. Paulo Freire (2005, p. 173) ressalta que os opressores invadem o contexto cultural dos oprimidos impondo a estes a visão de mundo daqueles, com isso freiam a criatividade, inibem a originalidade, o poder criativo, modelando a subjetividade dos oprimidos que somente têm a ilusão de atuarem por si próprios.

Outra aliada da dominação é a educação reprodutora, depositária de informação, cuja preocupação fundamental é a formação de capital humano. Tal educação sustenta a cultura de dominação, porque domestica. O oprimido pensa com os argumentos do opressor e não é capaz de criar argumentos próprios capaz de levá-lo à libertação. Os excluídos perdem o seu conteúdo crítico para tornarem-se descritivos e operatórios. A educação reprodutora reflete a

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

ideologia dominante, impondo a visão de mundo a ela adstrita, manipulando, cooptando as subjetividades a seus objetivos, anestesiando as reflexões críticas, possibilitando a introjeção pacífica de ideias subjugadores da lógica da dominação.

Os opressores invadem o contexto cultural impondo aos oprimidos a visão de mundo e a cultura dominante que são incorporados e harmonizados com a ordem estabelecida por meio da assimilação do ideal passado pela educação acrítica, impossibilitando uma correta visão da realidade opressora. “Os oprimidos introjetam a sombra do opressor” e desenvolvem uma “consciência servil”, acomodam-se, adaptam-se, imergem na engrenagem da estrutura dominante, temendo a liberdade, além de não se sentirem capazes de assumi-la. Para Freire (2005, p. 37/38), sofrem uma dualidade interna. Descobrem que não são livres e, via de consequência, não são autênticos. Desejam sê-lo, mas temem ser e, por isso, dificilmente lutam. Os oprimidos são eles próprios e, ao mesmo tempo, o outro neles introjetado como consciência opressora.

Luiz Alberto Warat (1994, p. 20) entende que produtores alienados são produtos de mecanismos de idealização e alienam outros, anulando a resistência e a possibilidade de transformação e de superação de uma forma social opressiva, excludente, que acaba por ensejar a reprodução da morte, em vez da vida humana. A educação reprodutora não motiva à reflexão sobre a existência de contradição entre a realidade da forma como se apresenta e a realidade como é idealizada teoricamente. Consequência disso é a mitigação da crítica entre a realidade e as possibilidades e a manutenção do *status quo* e da situação vigorante, excludente, desumana.

Paulo Freire (2005, p. 67) utiliza da expressão “educação bancária” para a educação reprodutora que transmite conhecimento e salienta que, em vez do educador comunicar, ele faz “comunicados” e depósitos que os educandos recebem pacientemente, memorizam e repetem. Em outras palavras, a única margem de ação dos educandos é a de receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Não há criatividade, não há transformação, não há saber, somente arquivos, depósitos e reproduções. Na visão bancária, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber, ensejando uma absolutização da ignorância, um falso saber.

Seguindo esse raciocínio, a educação depositária, realizada a partir transferência de valores e conhecimentos, reflete a sociedade opressora e torna-se um ótimo instrumento de

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

manutenção de conquista e dominação, com transmissão das ideias<sup>48</sup> e dos argumentos daqueles que oprimem. A educação bancária integra o oprimido como tal na estrutura sistêmica opressora, educando a mentalidade para se conformar com a situação e não transformá-la e acaba sendo uma educação a serviço da desumanização.

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 2005, p. 77)

O conhecimento por imitação repete na periferia o conhecimento do centro, ensejando um processo duplamente ideológico: aceitar a ideologia dominante centrada nas suas teorias, estudadas na periferia, e repetir, no contexto periférico, a dominação. Passivamente, os alunos ficam à disposição da vontade de poder, enquanto mestres apáticos, apatizam seus discípulos. A simples repetição acrítica do pensamento, das palavras, do discurso, é uma adesão à política dominadora, uma autodomesticação para que outros aproveitem os benefícios da opressão.

A educação reprodutora ensina a cultura do dominador, auxilia na introjeção dessa cultura nos educandos que passam a perceber a realidade sob a ótica dos opressores, amoldam padrões, modos de vida, convencem-se de sua inferioridade, solidificando valores culturais de dominação, ensejando uma quase “aderência” à opressão. Há uma clara invasão cultural, antidialógica que serve à manipulação e manutenção da opressão, porque a visão “transmitida” já é uma visão deturpada, distorcida da realidade, na medida em que mostra a “superioridade” do invasor e a “inferioridade” do invadido. Tal educação culmina em alienação, com a transformação da mentalidade dos oprimidos, no sentido de conformação com a situação existente, criando-se uma “cultura do silêncio”, em vez de auxiliar na transformação da situação opressora.

A partir dessa educação, os oprimidos tendem a ser opressores também. Na ânsia por libertação, acabam por reproduzir a opressão, em vez de superá-la. Segundo Paulo Freire (2005, p. 35), o “homem novo” não é aquele que nascerá da superação da contradição, porque esses se tornarão opressores de outros, sem transformar a realidade opressora, mas serão os

---

<sup>48</sup> As ideias podem ser entendidas desde os mitos criados aos consensos, “lugares-comuns”, que refletem a ideologia dominante.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

que, reconhecendo-se oprimidos, buscam a superação da opressão e a criação de uma nova realidade, libertando-se.

Entende, ainda, o autor (2005, p. 37):

Os oprimidos que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão com outro “conteúdo” – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre; pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem.

Seguindo o raciocínio do autor, a educação reprodutora, transforma o educando em membro disciplinado de um sistema que o oprime e o nega. Imersos nas engrenagens da estrutura dominadora, pela educação bancária, os oprimidos temem a liberdade e, por isso, acomodam-se e adaptam-se. Enquanto movidos pelo medo, surgido da ignorância, negam-se a apelar aos outros, ou, ainda, a escutar os apelos que lhes fazem, preferindo a manutenção da pseudo-ordem que os mantêm em comunhão com a situação hegemônica de dominação. A luta pela libertação dos oprimidos e sua inserção no mundo como sujeitos históricos deve ser resultado da conscientização, do convencimento e da colaboração mútua em busca de efetiva transformação.

#### **1.4. Alternativa descolonial - *bien vivir***

Em meio à dominação e exclusão impostas pela globalização do capitalismo colonial global germina um novo horizonte histórico pautado em práticas sociais orientadas à produção e à reprodução democráticas de uma sociedade com a finalidade de satisfazer as necessidades de vida, em todas as dimensões, buscando outro modo de existência social, radicalmente alternativo à colonialidade global do poder. Nessas condições, como uma proposta de existência social descolonial, ciente do contexto histórico e das possibilidades de transformação, apresenta-se o *Bien Vivir*<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> las variantes principales del Quechua en América del Sur y en el Aymara. En el Quechua del norte del Perú y en Ecuador, se dice *Allin Kghaway* (Bien Vivir) o *Allin Kghawana* (Buena Manera de Vivir) y en el Quechua del Sur y en Bolivia se suele decir *Sumac Kawsay* y se traduce en español como “Buen Vivir”. (QUIJANO, 2014b, p.847)

Segundo Aníbal Quijano (2014b, p. 847) *Bien Vivir* ou *Buen Vivir* são os termos mais difundidos em debate ao movimento da sociedade, sobretudo da população indígena na América Latina, para uma existência social diferente da imposta pela colonialidade do poder. *Bien vivir* é, provavelmente, a formulação mais antiga na resistência indígena contra a colonialidade do poder. As práticas sociais são orientadas a produção e a reprodução democráticas de uma sociedade democrática, buscando outro modo de existência social, a partir do próprio e específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativo à colonialidade global do poder.

Nesse sentido, das perversas formas de dominação, exploração e discriminação surge um novo horizonte de sentido histórico, com toda sua heterogeneidade histórico-estrutural. A defesa das condições das demais do planeta fixa-se nas lutas e práticas sociais alternativas da espécie humana contra a forma de exclusão/exploração na existência social. Afirma Quijano (2014b, p. 857):

Uma Des/Colonialidade de poder como ponto de partida, e a autoprodução e reprodução democrática da existência social, como eixo contínuo de orientação das práticas sociais. Nesse contexto histórico localiza-se, necessariamente, todo o debate e toda a elaboração acerca da proposta de *Bien Vivir*. Por conseguinte, trata-se, antes de tudo, de admitir-la como questão aberta, não somente ao debate, mas à prática social cotidiana das populações que decidam tecer e habitar historicamente nessa nova existência social possível.<sup>50</sup>

O *buen vivir* apresenta-se como alternativa que pode contribuir a restabelecer os laços relacionais entre pessoas, entre pessoas e natureza e a restabelecer a própria humanidade, estabelecendo uma nova intersubjetividade, em que o humano ocupa lugar central. Pauta-se em uma subjetividade baseada na reciprocidade como relação social básica e em nova racionalidade, libertadora, solidária, cooperativa, expressada em cada ação social, pessoal e coletiva. A proposta do *bien vivir* é uma questão histórica aberta que requer contínua reflexão, debate e prática.

---

<sup>50</sup> Es decir, una Des / Colonialidad del Poder como punto de partida, y la autoproducción y reproducción democráticas de la existencia social, como eje continuo de orientación de las prácticas sociales. Es en este contexto histórico donde hay que ubicar, necesariamente, todo debate y toda elaboración acerca de la propuesta de *Bien Vivir*. Por consiguiente, se trata, ante todo, de admitirla como una cuestión abierta, no solamente en el debate, sino en la práctica social cotidiana de las poblaciones que decidan urdir y habitar históricamente en esa nueva existencia social posible.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Dania López Córdova (2014, p.101) *ênfatiza* que o buen vivir trata-se de uma proposta emergente das práticas e cosmovisão dos povos originários, principalmente da região andina. Pode ser entendida como a necessidade universal de estabelecer relações de solidariedade, complementaridade e reciprocidade<sup>51</sup> entre as pessoas e com a natureza, uma vez que esta não é objeto externo à vida, mas é fundamental para o crescimento e desenvolvimento da própria humanidade.

---

<sup>51</sup> Sobre a reciprocidade, afirma a autora (2014, p.104): La reciprocidad se halla en el origen de los valores humanos fundamentales, implica la preocupación y el cuidado por los otros, del nosotros. Refiere a un acto social total en la medida en que las relaciones de reciprocidad comprometen al ser humano en su totalidad. La confianza es un elemento constitutivo de la misma, en tanto que la cooperación es expresión práctica de la reciprocidad. Sin embargo, las relaciones y prácticas de reciprocidad se han tornado invisibles ante la creciente mercantilización de la vida y la supuesta omnipresencia del mercado, con su racionalidad instrumental y su ética utilitarista. Como parte de ese utilitarismo, han surgido perspectivas que abordan la reciprocidad, y en general las relaciones sociales, como un asunto económico, como algo instrumental, orientado a fortalecer intercambios de tipo capitalista. Si bien las relaciones de intercambio producen valores materiales y valores de uso, producen pocos valores humanos comparados con las relaciones de reciprocidad. Resulta importante entonces distinguir la reciprocidad del intercambio, evitando una mirada evolucionista en donde la primera sea entendida como una forma “primitiva” del segundo. En la práctica, en general, la reciprocidad y el intercambio “conviven” de manera conflictiva, generando complementariedades pero sobre todo tensiones, lo que dificulta la identificación y el análisis; para diferenciarlas, como sugiere Sabourin, hay que identificar las polarizaciones, los valores producidos y las estructuras de base que garanticen la reproducción de esas relaciones.

## **CAPÍTULO II**

### **FUNDAMENTOS POLÍTICOS LIBERTÁRIOS**

Situado o lugar do discurso, analisaremos, desde o giro descolonizador, a ordem política na qual surgem as leis, a fim de, a partir dela ressignificar o princípio da legalidade. Apresenta-se nova descrição de momentos da filosofia política, diversa da pensada eurocentricamente, como marco teórico que orienta a reflexão. As reflexões são pautadas em uma nova ordem, libertária e suas categorias fundamentais e princípios político-normativos obtidos mediante a subsunção dos princípios éticos pelo campo político, diversa da hegemônica e vigente.

O projeto político libertário encontra-se além do ser da totalidade, parte da compreensão da alteridade, não enquanto parte alienada no sistema, mas como exterioridade subjugada, negada. A teoria política da libertação ocupa-se fundamentalmente de conceitualizar categorias que permitam a compreensão e tornam possíveis os processos de libertação, pautando a ação política que buscará realizar vida, em vez de ceifá-la.

Dada a ordem política vigente, analisada abstratamente como totalidade, têm-se os inevitáveis efeitos negativos, a curto, médio ou longo prazo. A política rota, dualista, de negação da corporalidade, simplista distancia-se muito da verdadeira política com instituições estáveis e com ação estratégica para a realização da vida humana em comunidade. A política tida por um viés simplista e dominador entende-se somente como instrumental, como competição, como espaço para resolução de conflitos, como consenso discursivo, ou seja, toma-se a parte pelo todo, sendo a política apresentada como uma faceta de toda a complexidade que envolve o mundo da política.

O modelo político consolidado é adequado aos princípios da racionalidade instrumentalizada à disposição dos interesses exploradores, “não tem remorsos na eliminação de vidas”, configurando um cenário político massivo, carente de fundamentos sobre os quais se pode estruturar a vida humana no mundo (PANSARELLI, 2013, p. 76). As construções racionais-discursivas, formalistas, reducionistas e simplificadoras da realidade, estabelecidas sobre bases fetichizadas, não explicam as condições concretas de opressão do ser humano submetidos a políticas desprovidas de ética, orientadoras do modo de produção capitalista, muito menos propiciam a realização e desenvolvimento da vida humana em comunidade.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O projeto político da totalidade dominadora é o fundamento da razão conquistadora, dominadora, opressora, guerreira. Produz dominação, negação e morte. Faz-se necessária uma nova ordem política, originada da práxis libertadora que parte da responsabilidade com o outro, uma política que tome a exterioridade, a exclusão, a marginalidade, a alteridade das vítimas como marco inicial, que, mesmo sendo incerta, porque imperfeita, busque realizar e desenvolver a vida humana em comunidade, está sempre atenta à interpelação das vítimas para descobrir e corrigir os efeitos negativos que acaba causando, ainda que a ação tenha sido praticada da melhor forma, sob o norte dos princípios éticos-políticos.

A política deve erigir-se sobre o princípio ético material – vida humana e desenvolver uma nova concepção de poder. A Filosofia Política da Libertação, desde a exterioridade material propõe uma reflexão crítica e práxis libertária, buscando a realização de uma política justa, de execução obediencial que cumpra as exigências de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade. Para a melhor compreensão do raciocínio empreendido no presente trabalho, a abordagem, ainda que mínima, das categorias faz-se necessária analítica e metodologicamente. Dessa forma, passa-se a abordar abstratamente categorias integradas na complexidade concreta do assunto em questão.

## **2.1. Transmodernidade**

Para além da modernidade e da pós-modernidade, há outra perspectiva apresentada como alternativa que não é produto do pensamento filosófico hegemônico: a transmodernidade. Apresenta o pensar o mundo desde uma nova realidade, exterior ao sistema existente e centrado na visão europeia. O pensamento transmoderno utiliza conceitos positivos da modernidade, mas despreza seus aspectos totalizantes e nega a práxis histórica da dominação e da exploração.

A transmodernidade parte da negatividade e tem como fundamento a vida concreta do outro. Segundo Enrique Dussel (2014, p. 302) a transmodernidade não é somente uma proposta terminológica vistosa, mas um conceito muito diferente de uma mera antimodernidade. O ponto de arranque da crítica da modernidade são âmbitos e momentos que guardam exterioridade com respeito à totalidade da modernidade. Fundamenta-se na vida considerada concretamente e compreendida como uma complexa rede de relações interconexas. Desde o gênero negado, desde as razões discriminadas, desde as culturas



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

depreciadas, desde suas línguas, tradições origina-se a crítica aos momentos negativos e destrutivos transcendentais à modernidade.

O pensamento transmoderno busca a realização da humanidade em que todas as culturas possam afirmar a posição de outro. Não parte da realidade moderna, pois entende que há locais no mundo que não foram atingidos por tal realidade e não se encaixam nos padrões criados pelo projeto moderno. Incorpora o caráter emancipatório da modernidade, sem aceitar o seu caráter de dominação. Enrique Dussel (2014, p. 303) afirma que a transmodernidade é o novo momento da história que se inicia, no qual ocorrerão rupturas em todos os âmbitos da civilização, tais como na política, na cultura, na construção da subjetividade, na concepção e prática do gênero e da raça e também da economia, rupturas essas ocasionadas desde a exterioridade à modernidade, desde experiências positivas anteriores a essa e desde os grupos dominados e excluídos pela própria modernidade.

Insta salientar que a transmodernidade não é contrária à modernidade e nem a tenta excluir, apenas a transcende naquilo que provoca sofrimento e morte. O projeto transmoderno nega o mito moderno criado para justificar violência e dominação, entretanto, colabora com ele naquilo que propicia o desenvolvimento da vida humana em comunidade. Em outras palavras, o projeto transmoderno incorpora, de fato, o caráter emancipador racional da modernidade e de sua alteridade negada. Ambos coexistem, não havendo necessidade de um se suplantar ao outro.

Possui como marco geográfico-teórico a América Latina, a partir de onde se formulam propostas para outro mundo possível, um mundo “em que caibam todos”. A transmodernidade propõe um pensar liberto da visão eurocêntrica, um pensar partindo-se da realidade da periferia excluída do sistema mundo, propõe, portanto, uma reflexão original, para além das mediações já existentes e discutidas. Busca o respeito à alteridade, à liberdade das vítimas, à realização dos direitos e da dignidade e vida humana. Partindo-se de um novo norte, apresenta alternativas de realizações da vida humana. Em um mundo globalizado, a transmodernidade busca afirmar as situações reais, nem modernas, nem pós-modernas, apenas reais, porque a vida é real, o ser é real. A transmodernidade busca a construção de uma “nova humanidade pluriversal” (DUSSEL, 2014, p. 303), um pluriverso, rico em semelhanças, mas não em identidades.

## 2.2. Totalidade e exterioridade

A categoria totalidade pode ser entendida sob variadas óticas. O homem percebe o mundo como uma totalidade de sentido, um conjunto de significações, a partir de um determinado fundamento. São vários os significantes, as coisas, os entes se nos apresentam numa multiplicidade quase indefinida, porém sempre em um sistema organizado que as unifica e as significa, passando a ser significadas com os limites de sentido impostos pelo sistema no qual se inserem. Nesse viés, tudo o que se encontra no interior das determinações da compreensão de mundo constituída sistemicamente possui uma significação determinada e tudo o que transcende às tais determinações e condicionamentos é-lhe estranho, alheio.

Uma totalidade é caracterizada pela unidade se sustentada pela identidade. A diferença implica dependência em relação ao fundamento e negatividade em relação aos demais seres. Para a totalidade, o outro aparece como diferente e coloca em perigo “o mesmo”. Com a finalidade de defender a integridade do sistema e torná-lo hegemônico, passa a incluir o outro, a partir de uma relação de dependência com o ser, alienando-o, corrompendo-o em sua dignidade, para tornar-se uma “totalidade totalizada”, livre de todos os rostos alheios que interpelam o sistema. Dessa forma, “o mesmo” permanece em seu reinado.

A totalidade tende a autocentrar-se e a reproduzir-se, incluindo toda exterioridade possível em seu sistema, como instrumento ou mediação sistêmica. A incorporação desse outro ao sistema, dentro dos parâmetros sistêmicos vigorantes, nega-o como outro, negando, via de consequência, a sua distinção, ensejando a alienação que o faz perder a sua integralidade e o incorpora na totalidade como momento, aspecto ou instrumento do ser. Descaracterizado, transforma-se no “não-ser”, no ente do sistema. Como exemplo pode-se citar a América Latina, cuja conquista e colonização constituiu-se em uma expansão dialético-dominadora do ser que assassinou o outro, totalizando-o no “mesmo”. O contraditório não é permitido. O múltiplo, visto como diferente, é ocultado, negado e até massacrado.

Celso Luiz Ludwig (2006, p. 175) enfatiza que a exterioridade está além do horizonte da totalidade e requer, em cada âmbito, um projeto de libertação e não meramente

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

de emancipação<sup>52</sup>. A libertação requer um novo fundamento e não novos lugares no interior da totalidade sistêmica. O outro como exterioridade está fora do sistema, não tem lugar na realidade da totalidade, é um “nada de sentido”, “não ser”, é excluído, desprezado, oprimido, silenciado.

Para Emmanuel Lévinas (2012, p. 39) o ser “não é” de maneira a se coagular em sua esfera parmenidiana, idêntica a si mesma. A totalidade do ser, a partir das culturas, de forma alguma seria panorâmica, seriam totalidades que se compreendem na penetrabilidade das culturas umas com as outras. O filósofo afirma que o “absolutamente outro” está além do mundo e está “absolutamente ausente”, porque não definido a partir do “si mesmo”. A categoria exterioridade trata do outro além do sistema, além dos limites da totalidade. A razão ontológica não compreende a exterioridade, pelo fato de que esta se encontra além do ser, sendo, pois, o “não-ser”, uma negatividade ontológica, não passível de compreensão.

Os entes que aparecem na totalidade sistêmica são coisificados. Não obstante, em meio a esses objetos, irrompe-se no sistema o rosto do outro humano. Todavia, esse rosto apresenta-se como uma simples “coisa-sentido” a mais (DUSSEL, s.d., p. 46). Assim, o chofer de táxi dá a impressão de ser um prolongamento mecânico do carro; o professor, um ornamento da escola. Esses seres humanos são objetivados e entendidos como entes inseridos na totalidade. Não há uma observação *de per se* sobre cada um deles, mas uma análise objetiva sob as regras sistêmicas que construirão um determinado sentido para aqueles, objetos insertos na totalidade.

A exterioridade revela alguém além do ser do sistema, revela outra realidade, outra história, outra biografia, transcendente às determinações e condicionamentos da totalidade do sistema que a considerava ente. O impacto exterioridade/totalidade revelará o outro, real, exterior à totalidade. O outro, o alter, o distinto, não é habitual ou cotidiano, está fora do sistema, está além do horizonte que abarca a razão da totalidade e, por isso, não pode ser interpretado, analisado, a partir do sistema, como se faz com pedras e vegetais, a partir da racionalidade que o exterioriza.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Emancipação é entendida como caminho dialético progressivo em busca de um novo lugar no interior do mesmo sistema, da totalidade vigente, não rompendo com a estrutura sistêmica. O movimento emancipatório é interno à lógica da totalidade fundada “no mesmo”. (LUDWIG, 2006, p. 175)

<sup>53</sup> Para Dussel, a exterioridade, além de transcendentalidade externa, também pode ser entendida como transcendentalidade interna ao sistema. Nenhuma pessoa é absolutamente só, enquanto parte do sistema, todas têm uma transcendentalidade em relação àquele. O opressor é opressor por uma funcionalidade social, por

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Emmanuel Lévinas (2008, p. 22) afirma:

A alteridade, a heterogeneidade radical do Outro, só é possível se o outro é realmente Outro em relação a um termo cuja essência é permanecer no ponto de partida, servir de entrada na relação (...) Um termo só pode permanecer absolutamente no ponto de partida da relação como Eu. Ser eu é, para além de toda a individualização que se pode ter de um sistema de referências, possuir a identidade como conteúdo.

Nesse sentido, o outro é livre, é estranho, o é por si próprio e não por referência a um sistema – totalidade. Deve apresentar-se como outro, ultrapassando a “ideia do outro em mim”. O ente atravessa todos os invólucros e generalidades do ser para expor na sua “forma” a integralidade do seu “conteúdo”. O outro transcende à totalidade e essa transcendência ultrapassa o pensamento, porque o outro é exterior àquele, podendo-se apresentar de forma diversa, complexa e não semelhante ao que a ideia designa. Abordar o outro – que não é parte de um todo ou a singularidade de um conceito - de frente, olhando-o como outro, em sua alteridade única, diversa, diferenciada, não pensada, não subtraído a categorias, produz ensinamento e não conhecimento. (LÉVINAS, 2008, p. 36,38).

Lévinas entende que “o ser é exterioridade”. Assim, o exercício de seu ser consiste na exterioridade verdadeira, não como um aspecto lateral, em oposição à interioridade, mas como um frente a frente que vai além de um ponto de vista conhecido. A verdade do ser não é a “imagem” do ser, ideia da sua natureza, mas do ser situado num campo subjetivo, além da visão, que permite a exterioridade exprimir-se com autoridade. “O homem enquanto Outro chega-nos de fora”. Para o filósofo (2008, p. 287/288), o frente a frente torna possível a pluralidade da sociedade:

A exterioridade, como essência do ser, significa resistência da multiplicidade social à lógica que totaliza o múltiplo. Para esta lógica, a multiplicidade é uma degradação do Uno ou do Infinito, uma diminuição no ser que cada um dos seres múltiplos teria de superar para regressar do múltiplo ao Uno, do finito ao Infinito. (...) Compreender o ser como exterioridade é romper com o existir panorâmico do ser e com a totalidade em que a exterioridade se produz.

---

atividades desenvolvidas nas instituições da totalidade. Em havendo mudança na estrutura social, muitos que exercem o poder deixam de fazê-lo. Assim, não se identifica, sem a possibilidade de separação, a pessoa e a função social. Dussel (s.d., p. 53) cita o próprio burguês como vítima do Capital e a superação do capitalismo o libertará da escravidão exercida sobre a sua existência. Essa transcendência interna reflete a exterioridade do outro, como outro e não como parte do sistema.

Nesse sentido, a expressão do outro extravasa as imagens do pensamento do ser, suplanta a “ideia do outro em mim”, é uma produção original do ser integral. Essa produção, transcende a visão e à totalidade e produz-se plural. Segundo Lévinas (2008, p. 303), o pluralismo do ser não se produz como uma multiplicidade de uma constelação exposta perante um olhar possível – pois assim, já se totaliza, consolida-se como entidade – mas na relação “mim-outro”, sendo o outro absolutamente outro, original, integral. O filósofo entende que a unidade da pluralidade é a paz obtida não com a coerência na pluralidade, mas com o resultado da relação de um eu e de um outro, alheio às categorias pré-estabelecidas a partir de um determinado prisma.

### 2.3. Alienação

A categoria alienação constitui-se na afirmação prática da totalidade e de seu projeto. É a realização da totalidade do ser, com a conseqüente negação e coisificação do outro pelo sistema dominante. O bem é a unidade do ser, a multiplicidade é encarada como um mal a ser extirpado. A diferença assinala o outro como inimigo do sistema. A alienação não respeita a História, a cultura e incorpora o outro como instrumento do ser, ocultando a sua alteridade no sistema e transformando-o em parte, em instrumento do próprio sistema. A totalidade totaliza-se em si mesma.

A categoria exterioridade trata do outro além do sistema, além dos limites da totalidade. A razão ontológica não compreende a exterioridade, pelo fato de que esta se encontra além do ser, sendo, pois, o “não-ser”, uma negatividade ontológica, não passível de compreensão. Os entes que aparecem na totalidade sistêmica são coisificados. Não obstante, em meio a esses objetos, irrompe-se no sistema o rosto do outro homem. Todavia, esse rosto apresenta-se como uma simples “coisa-sentido” a mais (DUSSEL, s.d., p. 46). Assim, o chofer de táxi dá a impressão de ser um prolongamento mecânico do carro; o professor, um ornamento da escola. Esses seres humanos são objetivados e entendidos como entes inseridos na totalidade. Não há uma observação *de per se* sobre cada um deles, mas uma análise objetiva sob as regras sistêmicas que construirão um determinado sentido para aqueles, objetos insertos na totalidade.

A exterioridade revela alguém além do ser do sistema, revela outra realidade, outra história, outra biografia, transcendente às determinações e condicionamentos da totalidade do

sistema que a considerava ente. O impacto exterioridade/totalidade revelará o outro, real, exterior à totalidade. O outro, o alter, o distinto, não é habitual ou cotidiano, está fora do sistema, está além do horizonte que abarca a razão da totalidade e, por isso, não pode ser interpretado, analisado, a partir do sistema, a partir da racionalidade que o exterioriza.

## 2.4. Libertação

A categoria da libertação trata da consciência ética, da responsabilidade pelo oprimido, em face da destruição, da ordem injusta. Segundo Daniel Pansarelli (2013, p. 172) a noção de libertação implica invariavelmente uma negação da negação, ou seja, uma afirmação. O autor explicita<sup>54</sup>, ainda, que liberdade apresenta-se como autodeterminação, condicionada pelas possibilidades de escolha, contextualizadas socialmente, que se apresentam ao sujeito, sendo que o desrespeito à alteridade é a primeira condição limitadora da liberdade como autodeterminação, sendo, pois, origem da opressão. Afirma que “com efeito, a negação da alteridade implica necessariamente na negação da autodeterminação pela determinação ontológica eurocêntrica a partir do *mesmo*”. (PANSARELLI, 2013, p. 173)

Nessa esteia, a libertação, pois, ultrapassa o horizonte do mundo e faz com que o oprimido livre-se da opressão que o aflige. Como processo, não pode ser efetivada de uma só vez, sendo necessário mais de um momento. Em princípio, deve haver a negação da negação no sistema, bem como a afirmação da exterioridade, sempre alheia àquele, porque distinta, separada. Libertar-se é negar a negação e afirmar o que é exterior. As condições de possibilidade para se alcançar a consciência ética e buscar a libertação são: a descoberta do fetichismo do sistema e o respeito pelo outro como outro, bem como o diálogo com ele, reconhecendo a sua liberdade de outro.

Para Dussel, a libertação é o bem fundado na experiência de ir mais além do ser e abrir-se ao outro com amor de justiça e respeito pelo outro como outro autônomo. O autor observa (2001, p. 43) “que só um ato, instituição, que tenha pretensão de ser verdadeiro, válido e possível, terá pretensão de bondade”. A libertação é também a bondade, mas não a bondade ingênua, acrítica e passiva, mas fonte do ato libertador, a plenitude humana que permite exteriorizar-se em obras criadoras, confiantes no futuro. A bondade, para o filósofo, é como crítica do sistema, ruptura e destruição do perverso. Libertar não constitui somente

---

<sup>54</sup> Sobre o conceito de liberdade e libertação explicitado pelo autor, ver PANSARELLI, 2013 p. 172-177.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

quebrar as cadeias, ou as correntes, mas também desenvolver a vida humana, exigindo abertura de novos horizontes transcendentais à mera reprodução como repetição do mesmo. “É necessário converter o arado para abrir o sulco e produzir o pão para o faminto, que, comendo-o, se sacia na felicidade da reprodução da vida agora como aumento de vida”. (DUSSEL, 2002, p. 566)

O responsável pelo outro será, até mesmo contra a sua vontade, princípio ativo da transformação da ordem antiga, e demonstrará isso ativamente, no sentido de não apoiar fundamentos da ordem vigente, da dominação patente. O processo de libertação inicia-se com a consciência ética, capacidade de escutar a voz, o apelo do outro. A interpelação do outro provavelmente coloca em questão os princípios morais do sistema e somente quem possuir a consciência ética pode aceitar o questionamento a partir do critério absoluto. Aquele que ouvir o lamento do outro, o protesto, o grito, comove-se na própria centralidade, sente-se responsável por ele e descobre a necessidade de uma nova ordem. Não obstante, a responsabilidade pelo outro trará consequências, uma vez que, aquele que assim agir, será visto pelo sistema, pelos dominadores, como corruptor de ideias, como traidor, como perigoso, “como profeta do ódio e do caos”.

O reconhecimento da dignidade para todo sujeito vivo humano exige uma solidariedade responsável e, portanto, aquele que opera ético-criticamente deve libertar a vítima mediante uma transformação factível dos momentos que causam a negatividade material, impedindo algum aspecto da reprodução da vida, ou discursivo-formal. A mera práxis dentro do sistema é a práxis da dominação que, em vez de renovar, reforça, ratifica a totalidade vigente, consolidando o que já existe, materializando o *mesmo*.

Se a práxis dominadora é uma moralidade fundada na *totalidade*, cuja racionalidade consiste em conservar o sistema vigente, mediante um pragmatismo imoral, a práxis libertadora é um metafísico<sup>55</sup> compromisso com o outro e pelo outro para afirmar a exterioridade e o bem comum futuro. A libertação funda-se no amor ao outro como outro, como exterioridade. Amor ao oprimido, não como oprimido, mas como alguém, pessoa humana fora do sistema. A esse respeito, Dussel (s.d., p. 70) leciona:

O *ethos* da libertação se estrutura todo em torno de um eixo essencial que não é a compaixão [...], mas sim comiseração – no sentido real e pleno -, con-miseração. É a pulsão alternativa ou de justiça metafísica; é o amor ao outro como outro, como exterioridade (somente a isso chamaríamos de

<sup>55</sup> Metafísica não ontológica, mas com fundamento ético.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

miséria: a traumática posição do livre, do outro, da pessoa, que foi reduzida a um instrumento no sistema). Descobrir o outro como outro e pôr-se-junto-a (con-) sua miséria, viver como própria a desproporção de ser livre e sofrer sua escravidão; ser distinto e alguém, e ao mesmo tempo ser só uma parte diferente interna; doer-se com a dor de tal cisão, é a posição primeira do ethos libertador. Não é a amizade, nem a fraternidade (dos iguais), mas o amor aos oprimidos em razão de sua real dignidade como exterioridade.

A libertação realizará a justiça concreta vivenciada nas relações no campo da vida, pautada na dignidade alternativa. Tratar-se-á de uma justiça real, revolucionária da ordem anterior. O ato libertador lança-se confiante para o futuro, não o futuro do projeto ontológico, no qual permanece *o mesmo* sempre, configurando “o eterno retorno” de Nietzsche, mas para o futuro de uma utopia real, realização da exterioridade do outro, de uma nova ordem.

O projeto de libertação, portanto, não é um prolongamento do sistema, mas a recriação, a partir da revelação real da exterioridade do outro. É uma crítica real ao sistema, implicando ruptura do posto e construção de algo novo. A práxis libertadora deve aniquilar a dialética da dominação em vista de um novo homem histórico, vivo e real. Intervém crítica e responsavelmente no progresso qualitativo da história.

## 2.5. Método da Filosofia da Libertação

Pode-se entender por método o caminho que possibilita o pensar, a condição de possibilidade de um pensar. Ainda, meio para se chegar ao conhecimento ou, no caso da Filosofia, o modo de alcançar um objetivo filosófico. Na história da Filosofia, vários métodos foram desenvolvidos, dentre eles, a dialética, método com significado distinto em cada pensamento filosófico. A dialética parte do que as coisas são, portanto, parte do interior do sistema, contemplando, analisando suas forças aparentemente antagônicas, a fim de se chegar a uma conclusão. Dessa forma, a categoria própria do método dialético é a totalidade e o seu princípio, como não poderia deixar de ser, é o da identidade e diferença. Parte-se da identidade, de um horizonte suposto e concreto, indicando o movimento dos entes ao fundamento. Para Celso Ludwig (2006, p. 43) “a dialética é um método usado para descobrir a verdade do ser”.

A dialética reúne sujeito e objeto, superando-os em uma unidade, inviabilizando o conhecimento do diverso e fazendo com que o conhecimento seja autoconhecimento,



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

absolutiza o *mesmo*. Fora do sujeito e objeto em um sistema não há nada a se conhecer. Neste ponto encontra-se a eliminação da diversidade como condição para a constituição de um sistema operante dialeticamente. A ideia de superação da divisão sujeito/objeto em uma unidade implica eliminação da diversidade, superação da alteridade, pelo Mesmo sistêmico. A dialética constitui, pois, um sistema único, absoluto, totalitário do conhecimento que é sua própria perspectiva, representativo da realidade. A afirmação da totalidade do sistema é condição para a própria existência deste. “a razão dialética tem por fim mostrar outra verdade absoluta e prévia. A dimensão absoluta do sistema tal qual ele é”. Nessa esteira, a dialética nega oposições como absolutas, nega a corporalidade e se perpetua no sistema mundo, rumo ao sistema absoluto<sup>56</sup>. (PANSARELLI, 2013, p. 83)

Os limites da dialética são os limites da totalidade. “O método dialético é o caminho que a totalidade realiza em si mesma: dos entes ao fundamento e do fundamento aos entes”. (DUSSEL, 1986, p. 196) É sempre a passagem a um novo momento de si mesma. É o pensamento que parte do ser e volta a ele mesmo. O método dialético-ontológico vai de um horizonte a outro até chegar ao primeiro, esclarecendo o pensar, chega, pois, até o fundamento do mundo, partindo da identidade, o que pressupõe a inclusão do diferente como objeto ou coisa na totalidade. Partindo dos entes da totalidade, o outro se diferencia e, após as relações dialéticas, acabam retornando ao princípio da totalidade, em um caminho que se realiza a si própria.

Dialeticamente, a totalidade passa a um novo momento de si mesma. Nesse sentido, o método dialético é a expansão do mesmo e parte do que é dado, do existente, do comumente admitido, do culturalmente aceito, do cotidiano, do senso comum de um povo, da realidade histórica e estabelece contradições para, ao final, mostrar a impossibilidade do contraditório ao que é.

Todo o pensar moderno encontra-se inserto na imanência da subjetividade e o método dialético-ontológico parte e chega até o horizonte do mundo, a compreensão do ser, a identidade do conceito, “o pensar que pensa o pensado”. A esse respeito, Enrique Dussel (1986, p. 35) ensina que “a tarefa da dialética será passar da compreensão ôntica ou cotidiana que inclui implicitamente o ser na mera aparência, à compreensão fundamental do ser,

---

<sup>56</sup> A absolutização sistêmica que nega a individualidade faz parte da dialética hegeliana. Hegel não utiliza o método como tese, antítese e síntese, mas como afirmação, negação e negação da negação. Sobre o assunto ver DUSSEL, 1986, PANSARELLI, 2013.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

descartando o falso, o não-ser”. Falseando a realidade sob o manto da simplificação do mundo, garante-se a centralidade europeia e sua gestão. O ser é, pois, marco inicial, a partir do qual todos os entes poderão ser pensados e horizonte último para o qual os seres convergirão. “Pensar e ser é o mesmo”, entendia Parmênides. Não haveria pensamento para além do sistema absoluto:

Tudo o que é, é parte do sistema, visto que ele é absoluto. (...) Frente a esta condição, o que ocorre é a eliminação do *outro* como Outro, sua condenação ao *mesmo*. Inexiste alteridade. Em certo sentido, também inexiste movimento, uma vez que todo movimento de consciência conduz sempre ao *mesmo*, dada a totalização da consciência, do sistema. Trata-se de um labirinto em que todos os caminhos conduzirão ao ponto de partida; ou de um tentar movimentar-se enquanto se está amarrado por tiras elásticas que não nos permitem ultrapassar o limite imposto, o sistema. (PANSARELLI, 2013, p. 85/86)

O método dialético hegeliano que sustentou o pensamento hegemônico eurocêntrico encontrou crítica, sendo a mais pungente de Heidegger<sup>57</sup>, o que ocasionou mudanças sensíveis no movimento dialético. A questão dialética foi recolocada nas primeiras décadas do século XX, porém de forma não suficiente para desvelar o outro além do sistema. Enquanto movimento de realização da totalidade em si mesma, a dialética não permite a aparição do outro, a revelação. Continua a consistir “a negação do ser-que-não-eu”<sup>58</sup>.

O espírito europeu, que é o espírito do mundo, tanto para Hegel quanto para Heidegger - resguardados os sentidos diferentes de espírito -, deve ser o espírito da América e dos demais continentes. Segundo Pansarelli caberia um gesto de boa ação ou boa vontade dos europeus para com os americanos de ensiná-los a ser, emprestar a eles alguma essência, pois o não-ser nunca poderá vir a ser. “O espírito ou o ser eurocêntrico tem missionariamente que europeizar” (2013, p. 95). Com a ocultação do *ethos* alheio pela imposição do *ethos* europeu, único possível para a expansão do sistema-mundo, a dominação se justifica e se glorifica.

Sendo assim, é necessário um método que consinta partir do outro como liberdade, como um mais-além, fora do sistema, mais adiante da totalidade. A analética demarca esse caminho para a revelação positiva do outro enquanto outro. Apresentar-se-á como um discurso negativo do ponto de vista da totalidade, porque aponta para a impossibilidade de se pensar o outro sob os parâmetros do sistema, ou seja, a partir da mesma totalidade, mas

<sup>57</sup> Heidegger, mesmo propondo uma transcendentalidade do movimento dialético, o fazia para impor o ser aos entes. Por questões metodológicas, a pesquisa não aborda em profundidade a dialética moderna, bem como dos métodos de Hegel e Heidegger, fazendo a abordagem necessária à consecução do raciocínio proposto.

<sup>58</sup> Expressão utilizada por Daniel Pansarelli (2013, p. 93).

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

também como positivo do ponto de vista do outro, a partir dele próprio, pelo fato de apontar para a possibilidade de se interpretar a palavra, ouvida em decorrência da sua revelação. Interessante ressaltar que uma característica própria da analética é que ela é intrinsecamente ética e não meramente teórica, como o discurso ôntico das ciências ou o discurso ontológico da dialética moderna. A aceitação do outro significa uma opção ética prévia e o comprometimento com a ação libertadora.

O método da Filosofia da Libertação é o método analético que tem por ponto de partida a opção ético-política em favor do oprimido da periferia, o respeito pela exterioridade do outro, geopolítica e socialmente. O ponto de partida do referido método, portanto, é um “mais além” do sistema, a exterioridade, que se funda no distinto e não na identidade, é a superação da totalidade ontológica. Somente assim, haverá uma crítica real à totalidade e à injustiça, tendo em vista que o sistema funda-se nas mais diferentes formas de negação da alteridade e, para desenvolver a crítica não basta a dialética da totalidade fechada em si mesma, a qual remete o sentido dos entes ao fundamento ontológico, mas uma dialética que permite a abertura à exterioridade, com um novo fundamento, o transontológico.

O reconhecimento da exterioridade além do sistema ensejada por este compreende o momento analético da dialética. O juízo ético da razão prática crítico-negativa é trans-sistêmico, pois procede da vida negada das vítimas, em referência a uma totalidade ontológica de um dado sistema de eticidade. O juízo de fato exige o reconhecimento da vítima, o juízo normativo exige a responsabilidade da vítima a cargo de quem se conscientiza como obrigação ética. O mal é descoberto na totalização do sistema, que se fecha sobre si mesmo, não permitindo a descoberta, tampouco o reconhecimento da alteridade e da autonomia de suas vítimas, indiferente à factibilidade da reprodução e desenvolvimento da vida e a participação autônoma argumentante das vítimas.

O momento analético é a revelação do outro antropológico, é a aceitação do outro como outro, do “absolutamente outro”, que vem da exterioridade, mais além dos limites sistêmicos totalitários da dominação, negação. Insta salientar que tal revelação não se dá em relação de dependência com o ser do sistema, mas em relação de distinção e integralidade do outro não homogêneo, alheio aos padrões e determinações sistêmicas. Não se busca incluí-la na totalidade de forma subordinada, subalterna, mas revelá-la a partir da corporalidade negada, do discurso silenciado, negando a negação para interpelar criticamente a realidade empírica.

O método analético parte de “mais além” do sistema, além das fronteiras, parte do outro e avança dialeticamente. Segundo Celso Ludwig (2006, p. 329), o método afirma a negatividade do outro, incluindo o momento alterativo desde a anterioridade – movimento anadialético. Parte, pois, do outro enquanto livre, como um além do sistema da totalidade, portanto transcende ao método, neste momento analético que transforma a dialética negativa em dialética positiva. Inclui uma opção prática histórica prévia, uma opção ética, um saber-ouvir a voz de quem vem mais além, da exterioridade.

## 2.6. Vida humana

A realização da vida humana em comunidade é a razão para a organização e institucionalização política desta. O ser humano é um ser vivente. Nada há de mais digno do que a vida humana, real, corpórea, carnal. A vida humana não é abstrata, mas constituída por inúmeros aspectos materiais, biológicos, psíquicos, espirituais, emocionais, dentre outros, tais como a felicidade, as virtudes, os valores, elementos que devem coexistir e não esgotam o âmbito de sua essência ou de seu conteúdo complexo. Possui exigências próprias e fixa também conteúdos, tendo em vista a necessidade de alimentos, casa, segurança, liberdade, valores, identidade cultural, plenitude espiritual, dentre outros. Suas necessidades impõem limites materiais e normativos.

A vida, pois, não conceitual, não é discursiva, mas concreta, carnal<sup>59</sup>, singular. Daniel Pansarelli (2013, p. 64) afirma que a singularidade do ser humano o situa a um *ethos* local, regional, mas também social e político. É modo de realidade que determina a racionalidade e as necessidades da pessoa. Celso Ludwig (2004, p. 289) entende que a vida humana impõe limites e fundamenta normativamente uma ordem. A vida delimita seu conteúdo e ação vital, dentro de fronteiras que não podem ser ultrapassadas, quer por ação própria, quer por alheia, sob pena de eliminação.

A vida é natural e cultural, empírica, não é racional ou abstrata. “Antes do conhecer explícito do *cogito*, o sujeito já está inserido no mundo empírico, na faticidade pré-cognitiva”. (GUANDALINI JÚNIOR, 2007, p. 199). O conteúdo de vida é variado, podendo

---

<sup>59</sup> A carnalidade foi negada pela tradição histórica e filosófica hegemônica. Desde os gregos até a atualidade, nos padrões do sistema indo-europeu, cartesiano, dualista, a corporalidade carnal é negada, porque entendida como perniciososa. O corpo é negado em favor da alma, entendida abstratamente como desvinculada do corpo físico. O corpo é negado, a alma é exaltada.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

ir de necessidade de alimentação a valores, cultura. A vida não é mera condição de possibilidade de argumentação, da discursividade, da moral, a vida humana concreta é “modo de realidade”, realidade natural, mediada discursivamente. É referência e conteúdo da consciência cognoscente, do mundo, da linguagem, da discursividade. Não é horizonte ontológico (2011, p. 117), não é meramente sobrevivência, não se esgota na história, na cultura, nos valores, nas virtudes, não é condição de possibilidade de argumentação. Seu conteúdo não se define desde a racionalidade ou discursividade. Ao contrário, como realidade, funda a racionalidade e a discursividade – porque sou ser humano vivente, realidade concreta, sou racional e argumento -.

A vida é mais do que condições, conteúdo ou fundamento, ela é fonte, sendo a racionalidade, cultura, discursividade, momentos da vida humana concreta, empírica. Salienta Dussel (2001, p. 118):

A “vida humana não tem como referência a abstração universal, um conceito ou definição de vida. É a “vida humana” concreta, empírica, de cada ser humano. É a vida que para se viver, precisa-se comer, beber, vestir, ler, pintar, criar música, dançar, cumprir ritos e extasiar-se nas experiências estéticas e místicas. Vida humana plena, biológica, corporal, gozosa, cultural que se cumpre nos valores supremos das culturas, mas como já falamos, não se identifica com os valores, mas os origina, os ordena em hierarquias, de distintas maneiras e em cada cultura particular.

Humberto Maturana afirma que “nada serve em si mesmo”, sendo todos os conceitos relacionais. Em resposta ao questionamento “o que é um ser humano?” afirma que frequentemente se pensa na vida humana, no ser humano como ser racional e reputamos a esta característica como a que nos difere de outros seres. Entende o autor que reputar a razão como caracterizadora do ser humano é como colocar “antolhos como os que os cavalos usam para não se assustarem com o trânsito de veículos que os ultrapassam numa velocidade maior que a sua” (2009, p. 14), constituindo uma negação racional à complexidade da vida humana.

Ao nos declararmos seres racionais, reproduzimos, solidificamos uma cultura que desvaloriza as emoções e não vê o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, constitutivo do viver humano. Colocamos o racional como se tivesse um fundamento transcendental que lhe dá validade universal, independentemente do que fazemos como seres vivos. Segundo o autor citado, não é assim, todo sistema racional é baseado em premissas fundamentais aceitas “a priori”, sendo que, eventuais discordâncias, somente podem ocorrer no plano lógico e não no plano fundamental, já que são aceitas aprioristicamente. Não se

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

consideram, pois, os desacordos ideológicos, pois trazem consigo “ameaças existenciais”, no sentido de ameaçar a coerência racional da existência das próprias premissas fundamentais.

Não obstante, Maturana destaca que a aceitação das premissas fundamentais dá-se a partir das emoções<sup>60</sup>, não tendo fundamento racional. A partir da construção de premissas cuja aceitação não é racional, mas sim emocional, constroem-se argumentos racionais convincentes para defendê-las e justificá-las (2009, p. 15, 51). O fundamento emocional do racional, pois, é condição de possibilidade deste último. Nesse sentido, o ser humano é um entrelaçamento entre razão e emoção. As coerências operacionais dos sistemas argumentativos que construímos na linguagem para defender ou justificar ações têm fundamento emocional.

Segundo Dussel, a vida está sempre “a priori”, pressuposta, não só como condição, mas como “modo de realidade”, desenvolve-se concretamente em cada cultura, sendo a fonte última, assim como é fonte última dos valores, das virtudes e assim por diante. O ato praticado pelo homem para reproduzir a sua vida, com todas as suas necessidades, é um ato cultural. “Nossos antepassados não morreram, vivem ainda entre nós”. (DUSSEL, 1997, p. 182). Nesse sentido, a cultura é uma das dimensões da nossa existência intersubjetiva e histórica, um complexo de elementos que constituem radicalmente nosso mundo, nosso sistema concreto de significação que não se transmite, assimila-se. (DUSSEL, 1997, p. 38-40)

A cultura é a identidade de um povo e ainda que esse povo não tenha consciência, há um estilo de vida próprio, necessário à reprodução da vida. E, partindo do pressuposto que as significações são relacionais, as exigências de reprodução de vida é diferenciada em cada contexto cultural comunitário. Não há verdade única, mas múltiplas verdades, em diferentes domínios distintos, todos legítimos na sua origem, ainda que não sejam iguais em seu conteúdo. Não há realidade privilegiada, pois não se pode ter acesso a uma realidade

---

<sup>60</sup> As emoções são, biologicamente, disposições corporais humanas que definem os diferentes domínios da ação em que o ser humano se move. O autor afirma que a emoção maior que constitui o operar em aceitação mútua e funda o social como sistema de convivência é o amor. Biologicamente, o amor é fundamental na história da hominização. É a emoção que constitui o domínio das condutas em que se dá a aceitação do outro como legítimo outro, constituindo, assim, uma conduta de respeito. É o amor que respalda a aceitação do outro – da legitimidade do mundo do outro - e é a aceitação mútua que constroi um modo de viver que permita o desenvolvimento físico, comportamental, psíquico, social e espiritual do ser humano. O filósofo afirma que amar é uma característica biológica do ser humano. É, portanto, um fenômeno biológico que possibilita a abertura de espaço para interações recorrentes com o outro, no qual sua presença é legítima, sem exigências. Na espontaneidade de nossa biologia estamos abertos à aceitação do outro como legítimo na convivência, sendo tal disposição biológica básica, igualmente fundamental na nossa história hominídea (MATURANA, 2009, p. 15, 25, 67, 68)

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

transcendental independentemente do observador, assim, a observação do outro é tão legítima quanto a minha, ainda que não me agrade e pareça ameaçadora a minha existência ou minhas convicções. Se não concordo com a realidade divergente da minha, devo fazê-lo com responsabilidade e não porque ele está equivocado. (MATURANA, 2009, p. 48, 50)

“A filosofia da libertação submete-se ao humano”. O fazer filosófico não pode se perder da proximidade com o mundo concreto. (PANSARELLI, 2013, p. 64). A vida é material, concreta, corporal, antes de ser discursiva ou metafísica. Da vida concreta, da corporalidade carnal surge a consciência de sua humanidade, o discurso que, no plano dialógico buscará apresentar os fundamentos racionais para as realidades distintas de vida.

A vida é multidimensional e esta multidimensionalidade é pressuposto material da Filosofia da Libertação. A vida de cada ser humano é preciosa. Aquele atua ética e politicamente deve produzir, reproduzir e desenvolver a vida concreta de cada pessoa na comunidade, não apenas como sobrevivência, mas como um todo que integra a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana. O ser humano não se reduz ao corporal, ao contrário, constitui-se de todas as possibilidades do viver e de permanecer vivo, em comunidade – comum unidade.

A vida humana, em seu viés racional, como comunidade de seres vivos, é assegurada com o concurso de todos. A comunidade lingüística é uma dimensão essencial da vida humana, e a argumentação racional uma necessidade de vida. A função ética da norma básica da moral formal é fundamentar e aplicar concretamente as normas, juízos éticos, decisões, enunciados normativos ou diversos momentos da ética material. Sem o cumprimento da norma básica da moral formal, as decisões éticas não são válidas na comunidade e, por isso, não são universais. (DUSSEL, 2002, p. 203)

O autor ainda ensina (2002, p. 207-208):

O critério que estamos analisando é, em primeira instância e definido analiticamente, um critério de validade intersubjetivo. Toda argumentação tem simultaneamente uma dupla referência: por um lado, é um instrumento de verificação (em sentido lato); por outro, de validação. [...] o critério de validade, ainda abstratamente, é a pretensão de alcançar a intersubjetividade atual acerca de enunciados veritativos, como acordos obtidos racionalmente por uma comunidade.

O fato de um consenso ser racional não implica, necessariamente, verdade desse consenso. Por isso, faz-se imperiosa a articulação do conteúdo à forma. A vida é realidade



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

absoluta e conteúdo constituinte da realidade humana, portanto é condição de possibilidade de tudo e a responsabilidade de mantê-la e defendê-la impõe-se como imperativo. A vida é um antes originário, um antes argumentativo. A vida e o dever de produzir, reproduzir e desenvolver são subsumidos no exercício da dimensão dialógica. O argumentar deve ser compreendido de forma pragmática, ou seja, enquanto ato humano, é uma mediação da produção, reprodução e desenvolvimento da vida.

A realização da vida da comunidade requer uma forma válida de estabelecimento de união de vontades, mediante um procedimento intersubjetivo discursivo democrático. Nessa ordem de ideias, a ação que pretenda produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em sociedade deve ser decidida com mediação formal do princípio democrático intersubjetivo discursivo, porém, o consenso, obtido argumentativamente, tem a obrigação de estar orientado pela pretensão de vida concreta da humanidade. Enrique Dussel (2002, p. 215-216) entende que se argumentamos inteligivelmente, como membros de uma comunidade de comunicação, devemos ser responsáveis por nossa argumentação como mediação de verdade material para produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade, respeitando os outros membros como iguais. Entretanto, se somos afetados pelo que se argumenta, temos obrigação de lutar pelo reconhecimento, buscando alcançar a validade formal, a fim de defender a vida e a dignidade. Argumentar transforma-se em obrigação moral<sup>61</sup>.

Quem argumenta com pretensão de validade prática, a partir do reconhecimento recíproco como iguais de todos os participantes que por isso mantêm simetria na comunidade de comunicação, aceita as exigências morais procedimentais pelas quais todos os afetados (afetados em suas necessidades, em suas conseqüências ou pelas questões eticamente relevantes que se abordam) devem participar facticamente na discussão argumentativa, dispostos a chegar a acordos sem outra coação a não ser a do argumento melhor [...].

O conteúdo de vida sobre o qual se fez um acordo validado formalmente deve produzir efeitos, deve ser factível. A factibilidade é, pois, a possibilidade ou impossibilidade do objeto prático e depende de condições de possibilidades para sua realização como materiais, empíricas, formais, técnicas, econômicas, políticas, dentre outras. O verdadeiro e o válido, então, serão julgados em sua factibilidade pela razão instrumental e estratégica nos

---

<sup>61</sup> Argumentar como mediação de verdade material, como mediação para produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade.



diversos níveis de operabilidade lógica, técnica, empírica, política, econômica, ética, dentre outras.

Nesse sentido, a vida empírica, em toda a sua complexidade, é fundamento da ordem política. A vida humana concreta das pessoas que sentem fome, frio, solidão, prazer, raiva, “dor no estômago e no coração” é conteúdo do político e referência da política.

## 2.7. A ordem política: horizonte ontológico

Segundo Aristóteles, o ser humano é um animal político e, diante dessa condição, o meio político é essencial para o seu desenvolvimento e amadurecimento racional e humano. “Razão e política são elementos constitutivos do próprio ser humano” (PANSARELLI, 2013, p. 187). Segundo esse viés, o homem somente realiza a sua humanidade em comunidade, a racionalidade ética depende da relacionabilidade para emergir. Daniel Pansarelli (2013, p. 188) afirma: “Somos potencialmente humanos, mas apenas o desenvolvimento da potencialidade racional fará de nós atualmente, factualmente humanos. E esta capacidade, por sua vez, apenas desenvolve na pólis, na vida política.”

Razão e política são inseparáveis e constituem elementos fundantes da humanidade do ser humano. Tal concepção nos leva a compreender que a política precede a condição de humano do próprio ser, sendo, pois, o fundamento primeiro da humanidade do humano. Utilizando-nos, mais uma vez, do pensamento de Pansarelli podemos chegar à política como constitutiva do ser:

Se o sujeito não é dado, acabado como expressaria a noção cartesiana do cogito imediato; se o sujeito é resultado de um processo hermenêutico de interpretação constante das obras do mundo, um processo formativo de *si-mesmo* com os *outros*, o que o sujeito é resulta de suas relações *políticas*.

A política esvazia-se de seu conteúdo de vontade, de poder, sua articulação com as motivações dos cidadãos da comunidade política, tornou-se vazia de exigências normativas éticas. A legalidade imperante torna-a legalista, pautada em uma normatividade puramente formal, externa que conduz a uma despolitização, à realização de uma política perversa, sem parâmetros políticos normativos, uma política, portanto, ilegítima, que produz sistema normativo, da mesma forma, com conteúdo ilegítimo que perpetua a mitigação da vida, em vez de sua realização.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Para dar continuidade ao raciocínio, passaremos a reflexionar sobre a ordem política, seus conteúdos e categorias, apresentando uma visão complexa, que se coadune com a realidade plural. A política materializa-se no mundo dos sentidos, pleno de significados e valores, desenvolvem-se em um campo próprio, dentro do qual se cumprem as ações, sistemas e instituições próprios de cada uma das atividades humanas, sendo que todos os momentos constituem a referida ordem que pode ser repetida, renovada ou inovada/transformada. Todos os momentos políticos constituem uma ordem política vigente que se produz e reproduz, podendo renovar-se.

O presente estudo tem como marco teórico uma filosofia política que não reduz a política a algum de seus aspectos ou momentos, mas que busca integrar-se à multiplicidade do concreto, aborda categorias mínimas, porém, suficientes para a compreensão desse tema, complexo em sua essência. A realidade é multifacetária, rica em detalhes e possibilidades, impedindo a compreensão fechada e exata de seu contexto e, via de consequência, impossibilitando uma teorização que se pretenda perfeita e acabada. Nesse sentido, a filosofia política na qual se pauta o presente estudo é ciente de seu inacabamento e das várias possibilidades advindas do movimento dialético constante, existente nesse sistema aberto por excelência.

A filosofia política libertária, diferentemente das eurocêntricas, possui fundamento positivo, apresenta uma nova ordem, com princípios normativos políticos que nortearão o exercício obediencial da política, possibilitando o cumprimento das exigências de reprodução e desenvolvimento da vida dos cidadãos – material -, com legitimidade – formal – e com eficiência política com pretensão política de justiça, instituindo uma totalidade política legítima, verdadeira e humana. Não propõe projetos, nem transformações empíricas, anuncia princípios e critérios fundantes de novas práticas que se, realizadas empiricamente, substituirão o modelo hegemônico totalitário, superando o monopólio da política formal e rota.

A ordem política origina-se desde uma referência política primeira que funda toda a estrutura política e de poder da comunidade. O estudo pauta-se em uma nova ordem que tem como base, não o solipcismo, mas a intersubjetividade. Não a separatividade entre sujeito observador e sistema observado, mas a união entre ator responsável pela construção do sistema no qual vive e desenvolve sua vida. Não a visão privatista contratual, mas a visão comunitária e interrelacional do ser vivente em comunidade.

É empiricamente impossível que a comunidade política atue diretamente como ator coletivo substantivo unânime, diante disso, o seu poder objetiva-se no sistema de instituições políticas produzidas historicamente para o exercício desse poder com a finalidade de possibilitar a realização, o desenvolvimento e a reprodução da vida. Em outras palavras, o poder da comunidade política institucionaliza-se na ordem política para servir à vida.

Todo sistema político possui um “ser da ordem vigente” (DUSSEL, s.d., p. 120) que se constitui totalidade. No presente caso, raciocina-se a partir de além do sistema vigente, além do “ser político”, portanto o caminho percorrido pelo raciocínio deve ser bem explicitado a fim de que as argumentações sustentem e dêem autoridade à reflexão empreendida. Diante disso, em continuidade à demonstração do raciocínio, mister a abordagem, mínima, porém necessária, dos âmbitos diferenciados da ordem política<sup>62</sup>, indispensáveis para organizar a estrutura política. Dussel os divide em “A, B, C”, sendo o âmbito A da ação política estratégica - o mais concreto -, consiste nos diversos momentos da ação estratégico-política -, o âmbito B das instituições e mediações por intermédio das quais se exercem a ação política em um determinado campo político. Constituem os limites e marcos que delimitam funcionalmente a ação política no campo político e âmbito o C dos princípios implícitos, âmbito mais abstrato, consiste nas fronteiras intrínsecas e normativas da ação política e das instituições, sendo fundantes, determinantes e decisivos porque se tratam da essência e estrutura de toda ordem política.

Contrariamente aos que defendem uma política puramente procedimental, a política da libertação defende a subsunção dos princípios éticos ao campo político, como princípios normativos políticos. A normatização implícita da ordem política é fundamental para se aferir a legitimidade dos atos praticados e formalizados no interior do sistema político.

### **2.7.1. Âmbito estratégico: o campo político**

Situado no domínio mais concreto, o da ação política estratégica, essencial ao político, a categoria campo permite situar os diversas esferas possíveis de ações e instituições, nas quais o sujeito opera como ator de uma função, como participante de múltiplos horizontes práticos, dentro dos quais se encontram estruturados numerosos sistemas e subsistemas, recortados no interior da totalidade do “mundo da vida cotidiana” (DUSSEL, 2007, p. 17).

---

<sup>62</sup> Dussel denomina “nível”.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Dessa forma, o sujeito faz-se presente nos vários campos, em relações intersubjetivas, atuando funcionalmente em cada um deles de maneiras variadas, tal como no campo familiar, no esportivo, no profissional, no social, no político e assim por diante.

Âmbito de interações, espaço em que se realiza a razão prática, a atividade humana. Ainda que haja tensões, o campo guarda certa unidade, sendo que nesta há uma atualidade de temas, questões, oposições. O que está fora não lhe diz respeito. O que se encontra em seu interior segue regras/princípios que estruturam as práticas permitidas, sendo que os limites definem a superfície que fixa a esfera de realização e cumprimento normativo do seu conteúdo, diferenciando o possível do impossível. Para exemplificar, tem-se que vinte e dois desportistas jogam uma partida de futebol – prática no campo desportivo – portanto devem respeitar e cumprir as regras desse esporte. Nesse campo, o inimigo é desportivo, é o oponente, diferentemente do inimigo no campo da guerra. Se o desportista ultrapassar o campo desportista e, então, no campo político, da vida cívica, será necessário chamar a política para coibir o infrator da lei que agrediu outro cidadão. Tal exemplo nos mostra que em cada campo há papéis a ser representados, regras a ser seguidas, cada um possui sua própria estrutura de poder, mas os variados campos se cruzam em determinados momentos e contextos.<sup>63</sup>

Nesse sentido, mundo está atravessado por campos – espaços políticos de cooperação, coincidência e conflitos - que, por sua vez, são permeados por outros e por diversos sistemas. Cada campo possui grupos de interesses, hierarquia, manobras, expressões linguísticas simbólicas, imaginárias, significativas, explicativas, assim, os campos são atravessados por diversas forças, símbolos psíquicos e lingüísticos e também por ações realizadas com finalidades repetidas em instituições estruturadas em consensos, alianças, inimizades, vontades, respeitando uma disciplina, ainda que mínima. Os diversos campos se interagem e se cruzam, havendo tantos campos quantas forem as atividades humanas.

Para Dussel (2009a, p. 614), o campo é um espaço muito rico e o sujeito é sempre intersubjetivo e comunitário:

Há um campo onde o sujeito é intersubjetivo. Temos que partir de um conceito novo de sujeito. Somos intersubjetivos. Nós levamos conosco o nosso pai, a nossa mãe, nossa família, nossa comunidade, e temos de pedir ajuda a Freud para mostrar como o inconsciente é comunitário e intersubjetivo. Então, o sujeito é intersubjetivo e, desde a sua origem,

---

<sup>63</sup> Veja-se Dussel, 2009, p. 90-95.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

comunitário. Não há que fazer um pacto para criar a sociedade ou a sociabilidade, somos comunitários desde a origem. As instituições objetivas, como a monogamia ou a poligamia, ou poliandria, só parecem ser objetivas, mas, na realidade, são constituintes de minha subjetividade, porque meu pai e minha mãe são constituintes da minha subjetividade. De tal maneira que se dá um círculo entre a objetividade das instituições e a constituição subjetiva. Temos que ter já um conceito, não da metafísica individualista, mas atualizar para um sujeito comunitário desde sua origem, que vive sua vida em distintos níveis em que cumpre ações como ator, tendo um certo livro, ou narrativa, como tem o ator do teatro. De tal sorte que nós atuamos na família de uma maneira, como pai, filho, mãe; na economia de outra maneira, como diretor, trabalhador; nos esportes como espectador, jogador. Sabemos atuar em distintos campos exercendo uma autoria a partir de distintos livros. E um desses campos é o político. Então, como atuamos como sujeitos intersubjetivos e comunitários na política? E gostaria de distinguir o conceito de campo, como um espaço muito mais rico, o mundo, no sentido de Heidegger, e o conceito de sistema, mais abstrato, no sentido de Hume. O mundo é mais rico porque tem muitos sistemas. Num campo político pode haver o sistema liberal, o socialista etc. O sistema é sempre mais abstrato. O campo é mais rico.

Dussel (2009, p. 94) afirma que, no período Neolítico, os clãs exterminavam os outros clãs, era a guerra. Não obstante, a sobrevivência ensinou a tolerar os outros grupos, a fazer alianças, pactos. Nasceu então o campo político, em que as relações se racionalizam praticamente, graças à razão estratégica – para alcançar objetivos – e à razão discursiva – para realizar mediações que possibilitam a permanência e aumento da vida. Graças, pois, à razão estratégico-discursiva o campo político se constitui como um espaço do exercício delegado do poder disciplinado, racionalizado, humanizado.

Para o presente estudo interessa o campo político<sup>64</sup>. Nele se realizam as ações estratégicas dos atores políticos que se organizam em torno do exercício do poder político, em sentido estrito, ou seja, a unidade das vontades de uma comunidade ligada por consenso legítimo, que seja empiricamente factível. Nessa esteia, o campo político pode ser compreendido como uma das dimensões da intersubjetividade, como espaço intersubjetivo em que os atores políticos atuam publicamente, tanto os cidadãos, quanto seus representantes nas instituições políticas.

A política produz-se em um determinado campo em que o sujeito é intersubjetivo, no qual há variadas e fundamentais determinantes que se articulam entre si e que somente podem

---

<sup>64</sup> Ver Dussel, 2009, §16. O campo político pode ser descrito como tal a partir de relações determinantes fundamentais mínimas, porém suficientes. Nenhuma delas pode ser tomada exclusivamente, sob pena de reducionismo.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

ser consideradas em conjunto, não podendo, separadamente, refletir o conceito de político. É um âmbito permeado por forças, por sujeitos singulares com vontade e com certo poder. Tais vontades estruturam-se em universos específicos, sendo cada sujeito um ator, um agente definido em relação a outros, relacionados em estruturas de poder ou instituições de maior ou menor permanência, cujas relações nem sempre são de dominação, mas são sempre determinadas historicamente.<sup>65</sup>

A “vontade de viver” em comunidade, segundo Enrique Dussel, estrutura a atividade política. Em sendo assim, a política é a atividade tendente a organizar, produzir e reproduzir a vida humana em comunidade. Nesse sentido, o poder não se esgota na dominação, reencontrando a potencialidade da vida humana como horizonte. Para realizar a vida, necessário o exercício da razão prático-discursiva ampliada para a construção coletiva da vontade de viver juntos. O exercício do poder comunicativo é uma fase da materialização do poder popular constituinte e fonte da criação das instituições. Também são necessárias as instituições porque para a construção do poder político da comunidade requer a capacidade do conjunto social de se possibilitar as condições empíricas para a constituição e realização de seus fins legítimos.

No universo intersubjetivo do campo político, todas as mediações tais como atos, estratégias, estruturas legais, partidos políticos, Estado e demais categorias políticas têm valor político no sentido de possibilitarem o exercício ou operação da vontade de viver. Estruturam-se em universos específicos e se relacionam com vontade e com certo conteúdo de poder. Cada sujeito é um ator, agente que se define em relação aos outros, portanto, não é segregado ou individual tão somente, mas gregário, agregado, constituinte e constituído, intersubjetivamente, nos contextos históricos.

Cada campo possui grupo de interesses, hierarquização, expressões linguísticas, simbólicas, explicativas, as ações são realizadas com determinadas finalidades por instituições estruturadas em consensos, alianças, inimizades pela razão prática intersubjetiva. O campo político é um âmbito de interações, coincidências e conflitos, mesmo que haja divergência ou tensão, guarda certa unidade. É atravessado por inúmeras forças convergentes e divergentes sempre relacionadas a estruturas de poder (DUSSEL, 2009, p. 91,94).

---

<sup>65</sup> Quando o campo político é atravessado pela dominação, transmuta-se para um campo de guerra ou do cálculo da engenharia técnico-instrumental, produzindo subjugação e morte.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

No campo político as relações racionalizam-se praticamente, devido à razão estratégica, para alcançar objetivos, bem como à razão discursiva, para alcançar consensos sobre conteúdos de vida. A bipolaridade público-privado é uma das determinações desse campo, sendo diferenciadas pelo grau de intersubjetividade. O público alcança o máximo de publicidade, de ostentabilidade na intersubjetividade política, ao passo que o privado, embora experiência intersubjetiva, é experimentado com menor exposição, de forma mais reservada e pessoal.

Para Dussel (2009, p. 101, 103) denominar-se-á privado o agir do sujeito em uma posição intersubjetiva que se encontre protegida da presença e visualização dos demais membros dos múltiplos sistemas intersubjetivos. O privado é prática externa ao político, inserida em outros campos. Já o público é o modo ou determinação que transforma a mera intersubjetividade privada em uma subjetividade em posição mais à vista de todos os outros atores. Os limites e linhas divisórias existentes entre público e privado se entrelaçam, se cruzam, tornando sutis e dinâmicos os graus constitutivos das duas esferas. A subjetividade necessita do privado para reproduzir e desenvolver a vida em comunidade, para constituir-se a si própria, o que somente se dá com a manifestação, de certa forma, no espaço público. Emerge em determinado momento na rede interrelacional, sendo que este momento não se constitui apenas mero conteúdo externo, mas constitutivo da própria subjetividade.

A manifestação da subjetividade no espaço público, ainda que pública, não é imediatamente política, para tanto é necessário haver uma ação sistematizada no campo político. Para ser público a ação deve ter sistematicidade e institucionalidade suficientes. Para o ato estar inserido no campo político, deve-se ter em conta o “grau de sistematicidade institucional” (DUSSEL, 2009, p. 245) na diversa complexidade de estruturas de maior ou menor coerência, duração no tempo, com conteúdos diferenciados, bem como a universalidade da comunidade política ou a particularidade de interesses fragmentários.

As instituições intersubjetivas, tais como sistema de direito, sistema desportivo, econômico, familiar que atuam no campo político obrigam seus membros, objetivamente, independentemente, em certa medida, da vontade monológica de seus agentes. Tais instituições organizam e determinam, histórica e empiricamente, os momentos da intersubjetividade, constituindo, ao mesmo tempo, a subjetividade social de cada um dos membros. Pode-se dizer, em outras palavras, que a objetividade das instituições desempenha uma função constituinte da subjetividade dos agentes.



## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

No campo político, as ações estratégicas políticas efetivam-se intersubjetivamente, de forma sistematizada e institucionalizada, constituem a subjetividade dos agentes e são constituídas por eles, nas diversas relações vivenciadas histórica e empiricamente. Muito embora, a ação estratégica política tenha sido despojada de sua normatividade prática, considerada somente sob o viés técnico ou procedimental, para a Política da libertação, é desenvolvida neste âmbito de interações buscando-se conteúdo de vida e respeitando-se os procedimentos legítimos de formação do consenso político.

A ação política realiza-se em uma rede densa de relações de poder, constitutivas e constituintes da subjetividade humana, deve traduzir os anseios de vida da comunidade política, efetivar-se mediante o procedimento discursivo racional, com simetria entre os participantes e institucionalizar-se para permitir as condições da produção, reprodução e aumento da vida humana. Na seara política exige-se a legalidade legítima das ações ou instituições, sob pena de “esvaziamento da política” reduzida à prática meramente procedimental.

### 2.7.2. O poder político

Tem-se que o fio condutor de toda filosofia política é o poder político, constituindo, pois, sua categoria fundamental, a partir da qual se organizam as categorias restantes. Dussel afirma que o poder político é o “ser” do político (2011, p. 614). Sob a ótica da Filosofia Política da Libertação, o poder político é a expansão da vontade realizadora de vida que realiza as mediações para a permanência e aumento da vida humana. Quando a vontade traduz-se no querer-viver, pode realizar os meios de desenvolvimento e aumento da vida, dá-se, então o “acontecimento fundacional” que diferenciando ontologicamente *potentia* e *potestas* dá nascimento ao poder político.

A *potentia* é o poder em si, na comunidade política, no povo e *potestas* é o poder institucionalizado com a finalidade de realizar a *potentia*. Assim, a *potentia* realiza a *potestas*, sede da soberania e autoridade da comunidade política. Nesse sentido, o poder político é pensado, analisado sob um viés positivo, ou seja, para a realização da comunidade política. Poder não é, necessariamente, dominação ou subjugação, decorre da vontade consensual da comunidade e deve realizar-se em obediência a esta.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Segundo Dussel, o momento ontológico concreto e originário de toda ordem política é o desdobramento entre *potentia* e *potestas*. O autor afirma que toda ordem política emerge de um *acontecimento fundador*, de uma comunidade intersubjetiva de atores. Tal desdobramento por ser a última instância constitui o fundamento do ordenamento político. O momento de passagem da *potentia* – poder indeterminado – para *potestas* – materialização plena – está inserido em um contexto intersubjetivo. Não há sujeitos individuais situados imparcialmente, mas comprometidos, parte atuante em uma situação do mundo em uma intersubjetividade que o determina (2009, p. 74).

O viés apresentado pelo filósofo contraria a objetividade das estruturas científicas, econômicas, jurídicas que alijam os sujeitos e os coloca como meros expectadores objetivos. As estruturas citadas são interrelacionais e não podem exercer a eficácia social ou política como meras categorias abstratas, objetivas. As instituições constituem as subjetividades na intersubjetividade de cada participante solidário do acontecimento. A objetividade é subsumida na intersubjetividade. “Evidentemente há determinações que poderíamos denominar “objetivas”, mas que são vividas, interpretadas, exercidas desde um *ator* comprometido no “interior” de um processo histórico “<sup>66</sup> (2009, p. 71). No momento da experiência fundacional, do desdobramento original, segundo o filósofo, acontecem todas as possibilidades de acertos e atos de justiça política, mas também de desacertos, injustiças, fetichismos e dominações possíveis. A aparição fenomênica realiza-se na ordem política de uma comunidade política, fundando-a.

O momento de institucionalização da *potentia* é motivado pelo poder da comunidade política que intersubjetivamente manifesta a vontade, o querer-viver, é este que se realiza e se atualiza mediante instituições, agindo delegadamente. O poder advém da vontade de vida. A força desta vontade/ poder é a energia que impulsiona a realização fenomênica da *potentia* ou do poder em essência. A vontade de vida da comunidade deve se transformar em realidade empírica, necessitando de materializações por meio de instituições que realizem ações estratégicas concretas com propósito de vida humana. Não obstante, esse momento de passagem da *potentia* para a *potestas* contém inúmeras possibilidades, tanto de realização de justiça política, quanto de fetichismos e dominação.

---

<sup>66</sup> Evidentemente, tiene determinaciones que pudiéramos denominar “objetivas”, pero que son vividas, intrpretadas, ejercidas desde um *actor* comprometido em el interior de um proceso histórico que se le escapa ao observador “externo”, por no ser um actor del acontecimiento.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Vontade e razão são dimensões de vida subordinadas ao processo histórico. Nesse sentido, no contexto histórico da humanidade, o poder é descrito e pensado sob o viés negativo, como dominação. Desde o século XVI, enfrenta uma concepção negativa, colonialista, machista, racista e é definido como dominação desde Thomas Hobbes. Tal concepção é reducente, o que permite a construção de uma *falácia redutivista*, unilateral, sem a observância da complexidade mínima e necessária para a reflexão. Não há como tomar o poder por um de seus momentos ou uma de suas manifestações nos diversos campos reduzindo-o a alguma ou algumas de suas dimensões. É necessária reflexão ampla, mínima e suficientemente complexa para tal.

Segundo Dussel, os filósofos políticos empenham-se em descrever o político considerando apenas um momento – necessário, mas não suficiente e nem único – no interior de uma rede complexa de momentos. Assim, acabam por cair no que o filósofo denomina de *falácia redutivista*, ou seja, explicação unilateral e simplória de um tema complexo. No pensamento do filósofo (2009, p. 25):

É uma “falácia redutivista” intentar definir o todo por uma parte; é “reduzir” o “conceito” do político a um aspecto, repito, frequentemente *necessário*, mas de nenhuma maneira *suficiente*. A “suficiência” do conceito exige outras determinações que devem articular-se simultânea e diacronicamente sem fixar o processo descritivo em um aspecto e sem observar a mútua determinação dos diversos momentos, que se relacionam com os demais momentos do “conceito” constituindo uma complexa estrutura.

A análise crítico-reflexiva do presente trabalho buscará observar as variadas determinações que se articulam simultânea e diacronicamente, sem se fixar em um aspecto, mas atento a complexidade, ainda que mínima, porém suficiente sobre a categoria fundamental da política. A ordem política possui variadas determinações e inúmeros aspectos, categorias e momentos, não obstante, possui uma categoria fundante e fundamental: o poder político.

Em última instância, o poder, fio condutor da política, tem a ver com a vontade, sendo esta a sua essência. A vontade é o querer viver da vida humana que fundamenta a vontade de viver e não a vontade de poder. Sob esse viés, a categoria fundamental poder político deve ser redefinida para sustentar uma política da vida. Dessa forma, não se vincula em plano essencial o poder à vontade de poder, mas à vontade de viver. Assim, é a vontade de vida – em comunidade - fundamenta o poder e não a vontade de poder. Não se trata, pois,

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

da minha vontade sobre a vontade do outro, mas da minha vontade com a vontade do outro. (DUSSEL, 2009, p. 46; 2011, p. 89)

A vida quer viver, dessa vontade nasce a força que motiva e movimenta o poder para criar possibilidades de realizar e aumentar a vida humana. O fundamento do poder vai mais além dele próprio, encontra-se na corporalidade humana viva e que deseja manter-se e satisfazer-se dessa forma. Nesse sentido, o poder é uma mediação para alcançar e realizar vida. Sobre o assunto, Dussel (2009, p. 51) aponta:

A vida sem a vontade morreria, não tenderia a permanecer; a vontade sem seu poder nada poderia fazer. O poder sem as possibilidades, as mediações queridas e postas na existência como “condição” de sua própria realização não poderia exercer-se. Seria um poder no vazio, sem poder contar com nada para operar. Os entes valiosos são as “condições” da realização da própria vida, da vontade e do poder.<sup>67</sup>

A vontade de viver funda o poder, e a força decorrente deste, que está a serviço da efetivação da vida. A corporalidade humana é um modo de realidade e necessita de realizações materiais que possibilitem a sua manutenção e reprodução. O poder que nasce da vontade concretiza a vida humana, sendo uma mediação para tal. A força decorre e funda-se no poder e este, por sua vez, na vontade de viver. Dessa forma o poder possui força positiva, não é autorreferente e nem autofundante, sua essência vai além de si mesmo para realizar e aumentar a vida. É condicionado condicionante da vida humana em comunidade. Para Dussel, o poder político possui uma diferença ontológica originária e inevitável, ambígua por excelência, desdobra-se em *potentia* e *potestas*, sendo aquela o fundamento, “o ser do político” (DUSSEL, 2009, p. 38), última referência da política e este o exercício delegado desse poder mediante as instituições.

O poder político, portanto, está no povo, na comunidade política, é fundado na vontade de viver. O povo é soberano e não o Estado, sendo este o lugar delegado do poder. O Estado não é, pois, a sede do poder, mas tem a função de exercer esse poder de forma a realizar a vida humana em comunidade. O poder político não é atributo exclusivo de um único indivíduo não é uma vontade narcisista, mas um momento da comunidade política quando a pluralidade de vontade se liga intersubjetivamente.

---

<sup>67</sup> La vida sin voluntad moriría, no *tenderia* a su permanência; La voluntad sin su poder no obraría, nada podría hacer. El poder sin las posibilidades, los entes-mediaciones queridos y puestos en la existencia como “condición” de su propia realización, no podría ejercerse. Sería un poder en el vacío, sin poder contar con nada para nada operar. Los entes-valiosos son las “condiciones” de la realización de la propia vida, de la voluntad y del poder.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Seguindo esse raciocínio, a essência do poder político não é a força que decorre da vontade de poder, mas a pluralidade de vontades que decorre do querer viver. A vontade de viver justifica o poder e suas mediações são colocadas para cumprir o princípio da justiça, da paz, do aumento da vida. Essa descrição do poder político enseja um sentido forte, positivo, com a pretensão de verdade e legitimidade.

Max Weber (1994, p. 33) entende que o poder como a capacidade – independentemente de seu fundamento - de impor a própria vontade numa relação social mesmo contra resistências, sendo que, para a continuidade no exercício do poder, é necessário o surgimento de uma associação política que faça vigorar suas ordens, em determinado contexto territorial, garantidas mediante ameaça e aplicação de coação física, cujo monopólio legitima o poder. Nesse sentido, a dominação é exercida quando se tem o poder de mando e o aparato coativo. Reconhece-se como autoridade política<sup>68</sup> a dominação legítima. Inverte-se o fundamento. A instituição é sede do poder como dominação e exige obediência da sociedade. A legitimação pela obediência de Weber encobre a dominação como única possibilidade de exercício do poder. A legitimação e autoridade política são distorcidas e fundamentam a obediência e a opressão.

Dussel (2009a, p.615) assevera que se o poder é o exercício dominador não pode ser legítimo. Se há dominação não existe adesão subjetiva de legitimidade, portanto ela é aparente. Não obstante, há obediência, mas o filósofo ressalta que o cidadão obedece a uma dominação que aparece como legítima. Nesse tecer de situações, há toda uma quantidade de máscaras que vão ocultando o tema. A reflexão empreendida, sob a ótica libertária, nega a concepção de que o poder é uma dominação legítima sobre obedientes, considerando-o como a energia fundada na vontade de viver que move a atualização desta criando mediações para cumprir os pleitos de vida da comunidade política. Se há dominação, o poder não é legítimo, mas fetichizado, porque separado de seu fundamento.

O poder como dominação não é legítimo, ainda que haja obediência. Obediente é, ao contrário, a autoridade ante ao povo que propõe os requerimentos que, por seu turno, são necessidades de vida. Sob esse viés, o poder será obediencial, será exercido, de forma

---

<sup>68</sup> O autor distingue três tipos ideais de autoridade política: a tradicional – a tradição é fundamento suficiente para justificar a ordem -, a carismática – reconhecida pelo poder pessoal do líder - e a legal-racional – fundada em um corpo de regras legalmente instituídas. Os três tipos de autoridade se entrecruzam e entrelaçam para constituir o grupo político que governa.

delegada, sempre em obediência aos requerimentos e necessidades do povo, obedecendo à normatividade dos princípios políticos fundantes do atuar político. Em outras palavras, o governante manda obedecendo à comunidade política. Ao governante delega-se o exercício do poder da comunidade política para que aquele sirva a esta.

Essa força unificadora da comunidade que acumula *potentia* traduz-se em poder político sem necessidade de dominar, mas como capacidade construtiva de aumento de vida, por intermédio de atos institucionais pautados em decisões procedimentais reguladas pelas vontades organicamente unidas.

### **2.7.2.1. *Potentia***

Para Dussel, a *potentia* é o ponto de partida, é o poder originário da comunidade, o fundamento último do poder político que, não obstante, não possui existência real, objetiva, empírica, sendo indeterminado. Como vontade consensual factível da comunidade indeterminada, *em-si*, pode ser comparada, segundo o filósofo, como semente que possuindo em potência a árvore futura, ainda não é uma árvore, nem tem raízes, nem caule, nem ramos, nem frutos. (2007, p. 31). A *potentia* é, pois, o poder indeterminado, ínsito à comunidade política, fundamento de todo o poder político, mas que necessita ser atualizado mediante ação política ou institucionalizado por meio de mediações políticas para que se torne possibilidade concreta de ação no mundo factível.

A existência irrealizada, indeterminada do poder político é uma impossibilidade empírica (DUSSEL, 2009, p. 61). Diante disso, ocorre a cisão ontológica, originária entre *potentia*, poder indeterminado, poder *em-si*, instituinte e *potestas*, poder delegado, factível. A *potentia* precisa de mediações para o seu exercício, como a criação de instituições para a ação estratégica, a fim de que se torne factível, real. O processo de passagem do momento fundamental – do poder *em-si*, *potentia* – ao poder organizado – *para-si*, *potestas* – inicia-se quando a comunidade política afirma-se como poder instituinte e decide organizar suas funções a fim de alcançar fins diferenciados.

As vontades dos membros da comunidade unidas, baseadas no querer viver, não são suficientes para fundar o poder político. É necessário que tais vontades transformem-se em realidade empírica, necessitando de materializações por meio de instituições que realizem ações estratégicas concretas com propósito de vida humana. Dussel (2009a, p. 616) reforça

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

que, na essência o poder é vontade de vida. Vontades opostas negam-se mutuamente. A pretensão de afirmação da vontade particular torna impossível a universalidade.

A vontade geral – *potentia* - é impossível de ser implementada de maneira perfeita. Empiricamente a comunidade política é plural, diversa, com pluralidade de visões, vozes, vontades - causando, por vezes, tensões ideológicas -, ações motivadas por múltiplos interesses particulares, não obstante, enquanto comunidade tende, por finalidade, manter e aumentar a vida humana de todos. Diante disso, é necessário fixar normas procedimentais para a tomada de decisões e alcance do interesse comum. A diferenciação das funções dos atores para a tomada de decisão é necessária para o aumento de vida. Dessa forma surgem os setores ou movimentos que fazem parte do exercício delegado do poder em proporções diferentes na comunidade política (DUSSEL, 2009, p.149).

O ato simplesmente solipista, movido por interesse próprio, opõe-se à unificação das vontades como interesse comum, a pessoalidade do ato é real, porém com visão lúcida da perspectiva do conjunto social. Assim, para se chegar a uma razão comum e vontade geral busca-se o consenso racional sobre uma decisão possível na prática discursiva que deve respeitar e cumprir as exigências motivacionais da vontade e do consenso racional comunitário, em que cada participante utiliza-se da argumentação prático-racional, intentando honestamente integrar o momento material, formal e de factibilidade da ação, com a aceitação consensual da melhor razão na deliberação intersubjetiva.

O poder consensual da comunidade política existe realmente quando faticamente dá-se a união de vontades por acordos discursivos. A força desses consensos advém da coerência e unidade dos membros participantes e do respeito às necessidades materiais de vida. Segundo Dussel (2009, p. 143) tais acordos são uma codeterminação simultânea e consolidam como unidade da potência da pluralidade das vontades. Supõe liberdade e autonomia de cada um no processo deliberativo. O consenso racional, fruto do convencimento e não da violência, educa as vontades para a formação da vontade política, caso isso não ocorra a representação padecerá de um *vazio de poder* ou *vazio de legitimidade*.

O poder reside exclusivamente no povo, na comunidade, nos cidadãos, não se encontra no Estado ou na instituição. É uma faculdade ínsita à comunidade política, nasce com ela, sendo a dimensão *potentia* seu momento ontológico fundante. A soberania, pois, é ínsita à comunidade política, assim como a autoridade. Necessita de exteriorização, requerendo, pois, a materialização no mundo factível para efetivar, manter e desenvolver a

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

vida corporal humana requer, assim, a *potestas* para se materializar, embora conserve sua supremacia. Dessa forma, para que, da pluralidade de vontades forme-se a vontade geral realizam-se acordos discursivos.

A *potentia* se realiza na *potestas*, mas é soberana, podendo impugnar as instituições se estas contradisserem o fundamento. A vontade de vida é estruturada mediante atos práticos de atores políticos, sempre pautados em seu “ser”, na sua essência, em seu fundamento, em seu querer-viver. Saliente-se que a vontade é inalienável, irrenunciável e pode unir-se às demais vontades sem perder a autonomia, autoridade ou liberdade (DUSSEL, 2009, p. 134).

O poder da unidade de vontade, consensualmente delimitado, ou, em outras palavras, o poder consensual da comunidade política não é, desde logo, poder político institucionalizado, havendo de institucionalizar-se em um sistema político – *potestas* -, fazendo-se presente no campo político, com a articulação da estrutura política com funções heterogêneas. É necessário haver uma diferenciação interna institucional a fim de possibilitar o exercício da vontade consensual obtida dialogicamente.

#### 2.7.2.2. *Potestas*

Na esteia do já refletido acima, o exercício do poder originário, indeterminado pela comunidade política somente é possível mediante sua realização, ou seja, a transformação de possibilidade em realidade, de potência em ato, sendo, pois, necessária a institucionalização deste poder. Assim, *potestas* é o poder delegado pela comunidade política, organizado, com diferenciação heterogênea de funções mediante instituições que permitam que o poder se torne real, empírico, factível, que apareça no campo político como fenômeno (DUSSEL, 2007, p. 32). Dessa forma, o mero poder político da comunidade política, antes indiferenciado, sem mediações ou funções, sem heterogeneidade é exteriorizado e realizado factivamente. A *potestas* realiza, pois, a *potentia* sendo que, sempre, o exercício do poder será um momento da *potestas*.

Então, a comunidade cria instituições para operacionalizar, materializar, possibilitar a manutenção da vida. Importante destacar que uma vez institucionalizada a *potentia* inicia-se o exercício normal delegado do poder, sendo que todo exercício é institucional. Assim, o poder da comunidade como *potentia* não é um momento empírico inicial, mas o momento fundamental que permanece em ato sob as instituições e ações. Afirma Dussel (2009, p. 617):



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O poder em si se faz poder explícito quando cria instituições. As instituições ao as maneiras do exercício delegado, e ponho a força em delegado. Nenhuma instituição é sede de poder, nem a presidência, nem o Congresso, nem a polícia, nem a universidade, nem qualquer outra. É sede do exercício do poder delegado, não esqueçamos isso. E justamente quando se acredita ser a sede do poder, aí começa o problema. (...)As instituições são necessárias porque sem elas não há reprodução da vida, nem acordos de factibilidade possível. Mas as instituições se fossilizavam e os conservadores querem conservá-la, mas não, há que transformá-la. Assim, as instituições são necessárias, mas sempre que chegue o momento, há que transformá-las. São necessárias, mas não são eternas. São entrópicas.

Dussel afirma (2007, p. 33) que o exercício do poder sempre é atualizado em alguma de suas possibilidades institucionais. Nesse sentido, o exercício institucional não é o poder como *potentia*. A comunidade tem o poder ontológico originário, mas qualquer atualização é institucional e como tal é delegada. “O poder do povo requer a atualização mediante as instituições para seu exercício”. (RETAMOZO, 2007, p. 111)

Delegado é o poder que atua em nome do todo, da universalidade, em uma função diferenciada. A diferenciação funcional do todo deve permitir alcançar os objetivos complexos superiores (DUSSEL, 2007, p. 34). Nesse viés, o exercício do poder político – *potestas* - deve corresponder ao seu fundamento último – *potentia* – sendo que o poder delegado deve estar intrinsecamente em consonância com o poder delegante, obedecendo a este, sob pena de se tornar um poder fetichizado, alijado do fundamento último, do poder da comunidade política.

Ao poder delegado, exercido de forma responsável em nome e pela comunidade política, ligado à fonte, que busca cumprir a felicidade empiricamente possível para a comunidade política, dá-se o nome de poder obediencial. O grande político, segundo Dussel (s.d., p. 122) é aquele cujo projeto é o mesmo do povo, realiza-se em obediência a ele. O projeto político é conatural ao projeto do povo, nasce e cresce na exterioridade e na distinção do sistema, no lar do operário, do camponês, no trabalho alienante, na solidariedade da luta, na prisão, na cultura popular.

No campo político, o poder originário da comunidade política precisa objetivar-se, apresentar-se fenomenicamente, o que possível no sistema de instituições políticas produzidas para o exercício de tal poder. A *potentia* divide-se e institucionaliza a *potestas*. O poder político abstrato e indeterminado, emanada da pluralidade de vontades necessita de mediações para poder realizar a vida, de forma que exige a institucionalização como meio de



## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

atualização efetiva. Dussel (2009, p. 199) destaca: “Sem as mediações, sem as instituições, o poder abstrato é reduzido a uma pura possibilidade impraticável. As instituições políticas, então, são as mediações do poder”.<sup>69</sup>

Seguindo esse raciocínio, o campo político organiza-se em rede de instituições para possibilitar o exercício delegado do poder. Em última instância, as instituições têm a finalidade de reproduzir legítima e factivamente a vida da comunidade política, sendo esta vida o critério de verdade e de validade de toda instituição política. “O sujeito é *condição absoluta material da existência* da instituição, como um campo de exercício da subjetividade”<sup>70</sup> (DUSSEL, 2009, P. 194). Ao mesmo tempo, as instituições são condições *sine qua non* da existência política do sujeito como ator político. São condicionadas/condicionantes da subjetividade na rede relacional intersubjetiva.

Mister salientar que o poder é exercido de forma disseminada por intermédio das instituições, mas não é transferido a elas. Sem separação ou divisão a passagem da identidade indiferenciada, do conceito indeterminado de poder para o exercício empírico não é possível. A vontade unificada da comunidade política, mediante consenso, constitui-se em instituições para aparecer fenomenicamente, podendo realizar seu conteúdo vital.

Enfatiza Dussel (2009a, p. 616):

O poder reside exclusivamente na comunidade política, no povo, exclusivamente. Não está no Estado, ou na instituição. A soberania reside exclusivamente na comunidade política, no povo. A autoridade reside, exclusivamente, na comunidade política, nos cidadãos, nos participantes. Reside no povo e não nas instituições ou no estado. O estado não é soberano. É outra coisa. Partimos do fato de que a comunidade, nós, cidadãos, somos a única sede do poder. Contra o que foi dito no século XVI, de que a soberania estava no monarca, ou, depois, mais tarde, no Leviatã ou no Estado, e todas estas definições liberais do século XX que pensam que é o Estado que é soberano. Não é soberano o estado, mas a comunidade política. Que é o poder como faculdade da comunidade política? E aí se fala em “mudar o mundo sem tomar o poder”. Ora, o poder não se toma, e também a esquerda cometeu erros ao pensar isso. O poder não se toma como se pega uma garrafa, porque o poder é uma faculdade do povo, que o tem ou não. Ou seja, ou o povo exerce o poder ou se debilita. E se se debilita, não tem o poder. Então, o poder não se toma.

<sup>69</sup> Sin las mediaciones, sin las instituciones, el poder abstracto queda reducido a una pura posibilidad impracticable. Las instituciones políticas, entonces, son las mediaciones del poder.

<sup>70</sup> El sujeto es *condición absoluta material de la existencia* de la institución, como un campo de ejercicio de su subjetividad.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

As instituições são mediações do poder delegado, atualizado organizado e diferencialmente em uma estrutura heterogênea de funções. Acaso passem a atuar de forma destoante do fundamento da delegação daquele poder, desviando o “poder de” – *potentia* – para “poder sobre” – *potestas* corrompida que atenta contra a legitimidade de origem (comunidade política) e seu fundamento (vida). O exercício do poder perde sua identidade imediata, alienando-se, descaracterizando-se, objetivando-se. Tal objetivação converte-se em negação do exercício delegado do poder, em fetichização do poder.

### 2.7.3. Conteúdos do poder político

Em seguimento a linha de raciocínio empreendida até o presente momento, pode-se afirmar que o poder político possui vários aspectos, momentos, fundados na vontade de viver, havendo de ser exercido de forma consentânea com o seu fundamento, na busca da realização da vida humana. Diante disso, apresentam-se três determinações do poder político, a partir das quais a comunidade possuirá instrumentos para realizar sua soberania, quais sejam: vontade de vida em comunidade, querer-viver - de conteúdo material -, consenso, sistema de legitimidade – conteúdo formal -, e “como” se afirma a vida, administração dos meios-fins – conteúdo factível -.

As vontades, unificadas mediante consenso racional estratégico, efetivam-se mediante instituições políticas. Se houver queres individualistas, se cada querer-viver de cada membro da sociedade tender para direção contraditória, o poder se torna impotente, eis que as diversas vontades se anulam mutuamente. Havendo falta de unidade, o poder torna-se impotente, autoaniquila-se e a vida humana, ainda que fundada no querer-viver, com as vontades aniquiladas, não conseguem formar uma vontade política capaz de sustentar o poder político (DUSSEL, 2009, p. 58).

Os atores políticos atuam politicamente, como unidade das vontades de uma comunidade ligadas pelo consenso legítimo, as ações políticas buscam realizar a vida agindo empiricamente mediante instituições, que não são soberanas de per se, mas instituídas para exercer o poder delegado, respeitando o fundamento do poder consensual da comunidade política, última instância soberana.

### **2.7.3.1. O poder político como estratégia de dominação – concepção negativa**

Nesse momento da reflexão, interessante ressaltar, com os recortes devidos e necessários para o conjunto do trabalho, o poder político como estratégia de dominação, desde um giro descolonizador. No contexto latino-americano, as elites políticas sempre exerceram o poder em benefício das metrópoles estrangeiras, dos grupos dominantes, mas nunca como exercício do poder obediencial. O poder é entendido como dominação, ainda que a dominação seja consentida, tal qual preceitua Weber. O projeto político da totalidade dominadora funda a razão conquistadora, dominadora, repressora e guerreira (DUSSEL, s.d., p. 120)

O sistema político eurocêntrico, moderno, é sustentado por seu pilar fundamental - capitalismo – sendo que o modo capitalista de produção expressa individualismo, solipcismo, racionalização e subjugação do corpo. No interior desse sistema, a exploração e a subjugação não são circunstâncias adjacentes, mas a própria condição de existência, de manutenção e de sobrevivência do referido sistema (PANSARELLI, 2010, p. 179/180). A exterioridade é abafada pela realidade de dominação e de exclusão.

O pensamento político moderno definiu o poder como dominação. O poder motiva o próprio poder e deve ser imposto, ainda que seja necessária a utilização de violência. Nesse sentido, o ato de dominação, violento em sua essência, obriga as demais vontades negarem o “querer-viver” próprio em favor do “querer-viver” de quem os domina. O “eu conquisto” que, politicamente pode-se entender como “eu domino”, precedeu ao “eu penso”. A dominação do sujeito impotente pelo poderoso era a definição de poder político. O *ego dominans* passa a ser a definição do que se pode fazer o que se intenciona, se não há outra vontade que ofereça resistência, obrigando a realização de um pacto com simetria. (DUSSEL, 2009, p. 22)

Para Max Weber (1994, p. 33) poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo que haja resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas. A situação de dominação liga-se à presença de alguém mandando eficazmente em outros. Nesse sentido, a associação política será de dominação, na medida em que sua subsistência depende de vigência e cumprimento de ordens, mediante ameaça e aplicação de coação, por aqueles que detêm o monopólio legítimo da coação. O poder é visto, pois, como dominação com pretensão de legitimidade.

A concepção negativa de poder baseia-se na dominação, exploração e conflito, não serve, pois para uma política normativa de princípios, é intrinsecamente perversa, corrupta, sendo necessária uma concepção positiva que busque realizar a vida humana, ao contrário de negá-la.

### 2.7.3.2. Fetichização do poder

Fetichização do poder é uma corrupção ontológica que ocorre quando o representante arroga para si o direito de ser a sede última do poder político, absolutizando sua “vontade”, tornando-a fundamento do poder exercido. Nesse sentido, a vontade do governante é o fundamento do exercício do poder, o que produz uma ruptura com o poder político originário. A *potestas* desconecta-se da *potentia* e se absolutiza, com a pretensão de fundar-se em si mesma, de ser autorreflexiva ou autorreferencial. Dussel afirma (2009, p. 12) que quando o ator político que exerce o poder político institucionalizado afirma a si mesmo como a sede da soberania, da autoridade ou como última instância do exercício do poder para seu benefício, de um determinado grupo ou classe, origina-se ontologicamente a fetichização, a corrupção, a desnaturalização do poder como dominação, despotismo, tirania.

A fetichização do poder constitui dominação, com várias consequências nesse sentido, tais como a divisão e debilitação do poder político na comunidade, a exigência de recompensas ilícitas. Nas palavras do filósofo (2007, p. 44-50):

(...)o fetichismo na política tem a ver com a absolutização da 'vontade' do representante ('assim o quer, assim o ordeno; a vontade [do governante] é o *fundamento* [a razão]'), que deixa de responder, de fundar-se, de articular-se com a 'vontade geral' da comunidade política que diz representar. A conexão da fundamentação da *potestas* (o poder que devia ser exercido *delegadamente*) desconecta-se da *potentia* (o poder do próprio povo), e por isso se absolutiza, pretende fundar-se em si mesmo, auto-reflexiva ou auto-referencialmente. (...) Na economia, Marx explicou mais amplamente esta *inversão* que formulava como 'personificação de uma coisa e coisificação de uma pessoa' (...) fetichismo é esta inversão espectral: o fundado aparece como fundamento e o fundamento como fundado (...) A 'vontade' do governante, do representante, das instituições, do Estado, que Marx expressa corretamente em 'a vontade é a razão', torna-se o lugar do poder político em nome do próprio governo ou governante. 'Os que mandam, mandam mandando'. (...) A própria representação se corrompe. Elegem-se os dominadores. Toda a política foi *invertida*, fetichizada. (...) as reivindicações populares nunca poderão ser cumpridas, porque o poder funciona como uma instância separada, extrínseca, dominadora 'de cima' *sobre* o povo. (...) Em primeiro lugar, a fetichização do poder consiste em uma 'Vontade-de-Poder' como domínio do povo, sobre os mais [sic], sobre

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

os fracos, sobre os pobres (...) Em segundo lugar, para poder exercer um papel auto-referente, fetichização da *potestas*, é necessário antes e continuamente debilitar o poder político originário da comunidade (a *potentia*). A *potestas* destrói a *potentia*. Ou seja, desune a comunidade, impede o consenso 'de baixo' do povo; cria conflitos. 'Dividir para reinar' como diz o adágio fetichista. (...) Em terceiro lugar, o poder fetichizado espera recompensas (...) Em quarto lugar, corrompem-se as burocracias políticas dos partidos quando usam para seus fins a mediação necessária do exercício do poder. (...) Em quinto lugar, no interior dos partidos, as diversas 'correntes' (chamadas vulgarmente de 'tribos') lutam por sua 'cota de poder' (...) Em sexto lugar, pode haver corrupção entre grupos populares. (...) Em sétimo lugar, podem-se ainda corromper povos inteiros, como quando a população do Império guarda silêncio, olha para outro lado, diante da imolação de povos inocentes (...)

A realidade, pois, é distorcida, absolutizada, sendo que o exercício do poder originário da comunidade política é desvirtuado e desconectado de sua fonte, de seu fundamento, corrompendo-se. Dussel (2009, p. 619) exemplifica:

Quando um governante se senta na cadeira presidencial, ou um professor, ou um militar, ou qualquer funcionário do estado, e crê que ele é a sede do poder, não a serviço do povo, mesmo que seja muito honesto, não roube nada, e faça tudo para o povo, mas o faça ele apenas: está corrompido. Corrompeu-se e fetichizou o poder. “Eu sou a sede. Minha vontade é a sede. O estado sou eu”, dizia o rei da França. Isso é a fetichização corrupta do poder.

Quando a vontade do governante, do representante das instituições passa a ser a razão de ser do próprio poder, orienta-se para a dominação, repressão e morte, é dominadora, despótica, autorreferente, corrompida em sua essência. A vontade torna-se o lugar do poder político em nome do próprio governo ou governante. Nas palavras do filósofo (2007, p. 45):

A potencia foi despotencializada e se tornou uma massa passiva que recebe ordens do poder político (as classes dominantes, as elites do poder, as instituições políticas, o Estado, o Leviatã). A *potestas* divinizou-se; separou-se de sua origem e se tem voltado sobre si mesma, auto-referencialmente.

Uma vez fetichizado o poder, a ação do representante é dominadora e não exercício delegado do poder da comunidade, mas o exercício autorreferente, despótico, ainda que se tenha feito eleger procedimentalmente com a aparência de ter cumprido com instituições, como a eleição popular dos representantes. A fetichização baseia-se na “vontade-de-poder”, como domínio sobre o povo, sobre os mais fracos. A política, nesse caso, é a arte do exercício do poder sobre antagonistas, submetendo-os à vontade das instituições fetichizadas em favor

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

de alguns membros particulares da comunidade, sobre a qual se apoia o poder fetichizado – por não poder fundar-se na força do povo - (DUSSEL, 2007, p. 46 - 47).

Sobre o assunto, leciona Martin Retamozo (2007, p. 107):

A corrupção do poder ocorre quando o aparato institucional se separa da sua origem e fundamento – a soberania popular – que o funda e confere legitimidade, desta maneira fetichiza-se ao pretender inverter a relação com o povo fundante.

O exercício autorreferente, despótico, fetichizado da *potestas* enfraquece a *potentia*, poder político originário da comunidade política, além de criar conflitos e desunião. “o poder auto-referente só pode triunfar se destruir o poder originário e normativo de toda política: o poder da comunidade política”. Em acréscimo a isso, o poder fetichizado é exercido baseando-se em “recompensas” que saciarão a “vontade-de-poder”. Dussel afirma (2007, p. 48):

O poder fetichizado espera recompensas. No mundo feudal, por exemplo, a honra reconhecida publicamente era o fruto do exercício despótico do poder do Suserano sobre os servos e as cidades. Sua “Vontade-de-Poder” saciava-se com o reconhecimento político e eclesiástico de seu domínio. Na sociedade capitalista, em troca, sendo o capital o valor supremo, o triunfo se mede pelo enriquecimento dos cidadãos. O pagamento de quem entrega sua vida à profissão da política (como membro conspícuo de um partido ou como representante em um Congresso), quando o poder se corrompeu, ou seja se fetichizou, é o enriquecimento. E como os salários, embora altos, nunca não são suficientes (para a avareza desmedida daquele que se deleita no prazer do exercício do poder sem limitação alguma), a acumulação de riqueza por meios não legítimos se apresenta o mais rápido possível.

Ainda, o poder fetichizado corrompe as burocracias políticas dos partidos quando usam para seus fins a mediação necessária do exercício do poder. O povo, em vez de ser servido pelo representante, torna-se seu servidor. O exercício do poder não corresponde mais à comunidade política, os que mandam, “mandam mandando”, exercem a *potestas* negativa. Além disso, provoca disputas no interior dos partidos políticos entre diversas correntes que lutam por sua “cota de poder”. Dussel (2009, p. 15) salienta:

Toda corrupção é o fruto de uma “inversão” ontológica fundamental: é tomar a *potestas* (mero exercício *delegado* do poder de um representante por meio de uma instituição) como o *lugar* da autonomia, da autodeterminação, da soberania, da autoridade como exercício do poder que pertence ao seu representante, em última instância, fetichizando-se, sem referência à *potentia* (o poder cuja sede é o povo, do qual emana o poder

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

institucional da potestas). Fetichizado o poder delegado da representação, toda outra corrupção é possível. (...) <sup>71</sup>

O poder fetichizado esquece-se do exercício delegado ou obediencial do poder com respeito à *potentia*, não se importa com o bem comum da comunidade, subjuga-a violentamente, pratica medidas desonestas, fraudulentas, expressando profunda corrupção. Torna-se independente, acabando com a possibilidade de honestidade, justiça, necessidade de compromisso político.

### 2.7.3.3. O poder político como estratégia de libertação - concepção positiva

Em oposição à visão negativa de poder, pautada em uma racionalidade instrumental de dominação, exploração e conflito, o poder político fundado na vontade de viver possui uma consistência forte e aspecto positivo porque busca da realização da vida humana. Diante disso, apresentam-se três determinações do poder político, a partir das quais a comunidade possuirá instrumentos para realizar sua soberania, quais sejam: vontade de vida em comunidade, querer-viver, de conteúdo material, consenso, sistema de legitimidade, e “como” se afirma a vida, factibilidade, administração dos meios-fins.

O poder, sob a ótica libertária, não é tido como dominação legítima sobre obedientes. Se há dominação, não é obediente e, via de consequência, não é legítimo. O poder como dominação não é legítimo e nunca o será, porque corrompido desde sua origem. Legítimo é o poder obediente à autoridade da comunidade política, ante ao povo que propõe os requerimentos que, por seu turno, são necessidades de vida. Obediencial será o cumprimento do poder delegado de modo a buscar realizar uma pretensão política de justiça capaz de atender às exigências da vida em todas as suas dimensões, a respeitar sistema de legitimidade e observar estratégica que se mostre realizável no plano prático de modo a contemplar as esferas políticas material, formal e factível, respectivamente. Nas palavras de Dussel (2007, p. 37-40):

---

<sup>71</sup> Toda corrupción es fruto de una “inversión” ontológica fundamental: el tomar a la *potestas* (mero ejercicio *delegado* del poder de un representante por medio de una institución) como el *lugar* donde reside la autonomía, la autodeterminación, la soberanía, la autoridad como ejercicio del poder que pertenece al representante, en última instancia fetichizándose, sin referencia a la *potentia* (el poder cuya sede es el pueblo, del cual emana el poder institucional de la *potestas*). Fetichizado el poder delegado de la representación, toda otra corrupción es posible. (...)



### Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

(...) o ofício político pode ser interpretado e vivido existencial e biograficamente pelo sujeito como uma 'profissão' burocrática, em certos casos muito lucrativa, ou como uma 'vocação' motivada por ideais, valores, conteúdos normativos que mobilizam a subjetividade do político a uma responsabilidade em favor do outro, do povo. (...) deve-se lutar para o nascimento e crescimento de uma nova gera  o de patriotas, de jovens que se decidam a reinventar a política, a 'outra política' (...) uma fidelidade incorruptível no exercício delegado do poder a favor de seus povos (...) permanecerem fiéis até o final na perseverança    sua 'voca  o'(...) O que manda    o representante que deve cumprir uma fun  o da *potestas*.    eleito para exercer delegadamente o poder da comunidade; deve fazê-lo em fun  o das exigências, reivindica  es, necessidades da comunidade. Quando desde Chiapas nos    ensinado que 'os que mandam devem mandar obedecendo', indica-se com extrema precisão esta fun  o de serviço do funcionário (que cumpre uma fun  o) político, que exerce como delegado o poder obediencial [...] Temos, assim, um círculo categorial ainda positivo (ou seja, sem haver ainda caído na corrup  o fetichizante do poder como domina  o). O poder da comunidade (*potentia*) d  -se nas institui  es políticas (*potestas*) que são exercidas delegadamente por representantes eleitos para cumprir com as exigências do sistema da vida plena dos cidadãos (esfera material), com as exigências do sistema de legitimidade (esfera formal), dentro do estrategicamente factível. Ao representante    atribuída uma certa autoridade [...] para que cumpra mais satisfatoriamente em nome do todo (da comunidade) os encargos do seu ofício; não atua desde si como fonte de soberania e autoridade última, mas sim como delegado, e quanto a seus objetivos deverá trabalhar sempre em favor da comunidade, escutando suas exigências e reclama  es. 'Escutar aquele que se coloca diante', ou seja: obediência    a posi  o subjetiva primordial que deve possuir o representante, o governante, que cumpre alguma fun  o de uma institui  o política. O poder obediencial seria, assim, o exercício delegado do poder de toda autoridade que cumpre com a pretensão política de justiça; de outra maneira, do político reto que pode aspirar ao exercício do poder por ter a posi  o subjetiva necessária para lutar em favor da felicidade empiricamente possível de uma comunidade política, de um povo. [...] o poder que exerce    por delega  o em nome 'de outro', como o que se 'apresenta' em um nível institucional (*potestas*) em referência ('re') ao poder da comunidade (*potentia*).   , então, obediência.

Nesse sentido, o poder obediencial    exercido de forma delegada, sempre em obediência aos requerimentos e necessidades do povo, obedecendo    normatividade dos princípios políticos fundantes do atuar político. Aos atores políticos delegam-se o exercício do poder da comunidade política para que realizem o querer viver dessa comunidade, para que efetivem, no mundo empírico, a vida humana.

#### 2.7.4.   mbito político institucional

Conforme já salientado, o campo político    atravessado por vários campos tais como econ  mico, familiar, dentre outros, que se entrecruzam e interfaceiam, as a  es praticadas pelos atores na sociedade podem ser de diversos vieses. Será considerada política dependendo do grau de sistematicidade e institucionalidade. Nos termos da reflexão já empreendida até o



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

presente momento, temos que as instituições são fundamentais para a realização do poder da comunidade, possibilitando sua individualização e sistematização, a fim de mediatizar a realização da vida.

A vontade e a razão políticas devem convergir para constituir organicamente o poder da comunidade. O poder político da comunidade, consensual, que reúna as vontades dos cidadãos não é, desde logo institucionalizado em um sistema político. Indeterminado, o poder político deve determinar-se para tornar-se factível, com articulação real com uma estrutura política heterogênea, plural que permitirá a ação dos atores políticos. “A *potentia* divide-se e institucionaliza a *potestas*”<sup>72</sup> (DUSSEL, 2009, p. 198). Dessa forma, o exercício empírico do poder político exige mediações para sua atualização efetiva. O âmbito em que possibilitam tais mediações de poder é exatamente o das instituições políticas que organizam o exercício delegado do poder, fixando o limite do possível/impossível às ações estratégicas, indicando o politicamente factível. Sem as instituições o poder abstrato reduz-se a impossibilidade impraticável faticamente.

A institucionalização do poder político divide o poder, permitindo sua efetivação. O poder instituinte, indiferenciado, cinde-se e cria as instituições – poder instituído – com partes e funções heterogêneas organicamente determinadas. O poder instituinte, pois, diferencia-se e institucionaliza-se a fim de realizar-se. Como essência da comunidade política é inalienável e permanente, assim cada cidadão é fonte última e permanente do poder político. Não obstante, para o exercício delegado empírico é necessária a diferenciação do poder com a divisão institucional das diversas funções requeridas para a sobrevivência empírica da comunidade.

O processo de socialização, dentre outros meios, é feito mediante a institucionalização em que o ser humano se organiza em instituições nas quais ele mesmo se insere, assumindo determinadas funções. As instituições políticas são estruturadas heterogeneamente, com a finalidade de permitir o poder político. Exigem, subjetivamente, disciplina necessária que orientará objetivamente as ações estratégicas realizadas no campo político. Dussel (2009, p. 190) entende que com as instituições, o campo político restará ocupado, estruturado e organizado por uma rede de organismos institucionalizados para o exercício delegado do poder, sendo que tais instituições fixarão fronteiras do possível/impossível, do operável e factível politicamente.

---

<sup>72</sup> La *potentia* se escinde e institucionaliza la *potestas*.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Na comunidade política, os cidadãos aderem aos movimentos que sustentam diversas concepções de vida política e diferentes maneiras de solucionar problemas existentes. Dessa feita, o exercício do poder delegado somente é possível sem diferenciação interna, convergindo, de fato, para um poder político forte e unido. Pois bem, o poder da comunidade une-se mediante o consenso racional, dialógico constitui-se e autodetermina-se, institucionalizando-se, a fim de possibilitar a realização da vida humana, com práticas de ações diferenciadas e necessárias à comunidade. O poder soberano fundamental não é transferido para as instituições, a estas é delegado o exercício do poder na forma determinada pela união de vontades manifestada pelo consenso racional dialógico.

Dessa forma, a autoridade institucional pauta-se na obediência desta aos seus fundamentos. O poder consensual é um pressuposto fundante, é a última instância soberana. Desde este horizonte, tem-se que o exercício do poder delegado das instituições, dentre elas o Estado, é fundado, devendo ser exercido, sempre, de acordo com o poder fundante da comunidade política. Levando-se em conta a diversidade e complexidade da comunidade política, o exercício do poder institucional não alcança unanimidade, dessa feita deve aceitar que um grupo exerça delegadamente o poder político hegemônico, mas sempre com respeito aos direitos da minoria não hegemônica.<sup>73</sup>

O exercício do poder hegemônico é exercido desde que tenha um grau suficientemente aceitável de acordo por parte da comunidade política (DUSSEL, 2009, p. 151). Nesse sentido, se um grupo exerce o poder político delegado nas instituições, ainda que atue com particularidades, deve cumprir os interesses da universalidade concreta, mediante consenso e sempre respeitando os direitos da minoria. Saliente-se que a vida é o critério de verdade e validade de toda a instituição política e embora não haja unanimidade, o consenso deve pautar-se na reprodução e desenvolvimento da vida dos sujeitos concretos da comunidade e não de determinados grupos ou classes.

Dussel (2009, p. 199) salienta que é necessário distinguir entre sociedade política e governo. Afirma o filósofo que o poder – *potentia* – corresponde sempre e em última instância à comunidade política. A sociedade política é instituída e exerce delegadamente o poder diferenciado – *potestas* -. No entanto, é o governo que exerce a autoridade, delegadamente, quando a comunidade política houver obrigado a si mesmo obedecer-se mediando as exigências legítimas do governo. A autoridade é, de certa maneira, uma reflexão

---

<sup>73</sup> Ver mais em Dussel (2009).

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

do cidadão sobre si mesmo, enquanto legítima a origem da ordem emanada, porque pautada nas exigências mesmas daquele.

A instituição não é soberana de *per se*, mas exerce delegadamente o poder, respeitando a unicidade da vontade da comunidade política externada consensual e dialogicamente. O poder instituído, diferenciado internamente, traduz-se em uma estrutura de forças entrelaçadas e mutuamente constituídas. As instituições são reflexos da comunidade indiferenciada sobre si mesma como comunidade diferenciada, capaz de promover as mediações necessárias para o desenvolvimento e manutenção da vida humana. Os atores políticos insertos nas instituições devem cumprir obediencialmente a parcela de exercício do poder a ele determinada funcionalmente no interior da instituição política. A cada instituição ou função política assinala-se uma cota de poder político. Sobre a diferenciação interna, Dussel (2009, p. 202) assinala:

A comunidade política *diferencia-se* internamente, *institucionaliza-se*, reparte e distribui, divide as *funções heterogêneas do poder político* segundo as qualidades julgadas pelos cidadãos como mais aptas para o cumprimento das diversas exigências da vida somente como *delegação*. O funcionário (el que “funciona” nessa *diferenciada* instituição) cumpre com a obediência um dever cidadão.<sup>74</sup>

Franz Hinkelammert ressalta que por trás de todas as condições materiais empiricamente experimentáveis das instituições existem sujeitos que são as próprias instituições. Seguindo esse raciocínio, na escola há o sujeito escola como instituição, nas fábricas, a empresa, no quartel, o exército<sup>75</sup>. O autor afirma que as instituições são inevitáveis para a convivência humana. Podem ser “fantasmas que assombram” e tentam dominar, porém, são produtos humanos e indispensáveis à convivência humana. Afirma o autor (2012, p. 235/236):

As instituições surgem da própria convivência humana. (...) A convivência humana só é possível através de uma constante do processo de institucionalização. A convivência humana produz a institucionalização como uma necessidade que se impõe de maneira não intencional ou indireta. As instituições não crescem como árvores, mas a convivência humana não

---

<sup>74</sup> La comunidad política se *diferencia* internamente, se *institucionaliza*, reparte, distribuye, divide las *funciones heterogêneas del poder político* según las cualidades juzgadas por los ciudadanos como más aptas para el cumplimiento de las diversas exigências de la vida sólo como *delegación*. El “funcionario” (el que “funciona” em esa *diferenciada* institución) cumple con la obediência un deber ciudadano.

<sup>75</sup> O autor afirma que as instituições são fantasmas, mas estas podem materializar atos por intermédio das pessoas que a representam. A empresa pode não rir, mas seu empresário, ao constatar a saúde da empresa e seus lucros, pode rir por aquela. Ver mais em Hinkelammert (2012, p. 160/168).

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

podem não institucionalizar-se. (...) As instituições são sempre consequência da própria *conditio* humana (...)

A permanência e a coerência funcional autorregulativa da organização do sistema constituído por múltiplas instituições permite ao político acumular experiências, aumentar a eficácia operável, usar a coação decidida mútua ou legitimamente, formando as vontades para que se possa contar com a atuação de outros atores, de outros cidadãos responsáveis, que mediante a continuação da estrutura sistêmica vão construindo a história. As estruturas existentes são o ponto de partida ou o fundamento da operabilidade estratégica futura de todos e cada um dos membros da comunidade. “Nenhuma ação estratégica pode deixar de ter como referência as instituições como horizonte funcional original, como marco que situa o agir cotidiano, construtivo” (DUSSEL, 2009, p. 244)<sup>76</sup>

A necessidade de a comunidade organizar-se institucionalmente, a “factibilidade institucional” instaura uma tradição objetiva, surgida de experiências empíricas, sempre pressupostas e tem exigências próprias do ator estratégico político. As instituições são momentos estruturados no sistema, objetivadas com validade intersubjetiva que determinam relativamente comportamentos mutuamente funcionalizados, definidos, fixados, diferenciados e reconhecidos heterogeneamente por todos os membros do corpo institucional e da comunidade política. As instituições são determinantes/determinadas em uma relação intersubjetiva complexa e dinâmica.

O macrossistema institucional, totalidade que permite a realização dos fins da comunidade política é o Estado, tomado em seu sentido mais amplos e, portanto, em seus diversos graus de institucionalidade. Segundo o filósofo citado acima (2009, p. 245), à medida que cresce a complexidade comunitária, o Estado começa a ser cada vez mais com maior profundidade e extensão a expressão de uma diferenciação sistêmico-institucionalizada do poder político. Para que o Estado possa exercer o poder delegado deve organizar-se em instituições diferenciadas que permitam cumprir funções específicas.

A comunidade política, assim, institucionaliza-se criando uma estrutura abstrata a quem delega o poder político para que aja de acordo com ele, realizando e incrementando a vida humana. Essa estrutura abstrata, com grau máximo de complexidade política, auto-organiza-se com legitimidade para cumprir a tarefa com conteúdo de vida dos cidadãos. Pode-

---

<sup>76</sup> Ninguna acción esratégica puede dejar de tener referencia a las instituciones como el horizonte funcional original, como marco que situa el accionar cotidiano, constructivo.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

se entender Estado, segundo o raciocínio presente, como a comunidade política institucionalizada. O Estado, pois, será uma totalidade política criada para mediatizar a realização e desenvolvimento da vida humana em comunidade, impossível somente a partir do poder indeterminado da sociedade política. Ao manifestar-se fenomenicamente, como toda realidade empírica concreta, é imperfeito, contingente, falível.

Saliente-se que o Estado não é fonte própria de soberania, o cidadão representado pela instituição é sempre membro pleno e permanente, fundamento último da existência e atuação daquele. O poder soberano sempre será da comunidade política, fonte perene e única de soberania. Não há transferência, alienação, mudança de titularidade ou perda, tão somente delegação daquele. Apesar de perene, como sua realização depende de mediações institucionais, deve haver fiscalização do exercício do poder, para que não haja fetichização.

No caso de decisões tomadas pela instituição Estado, no que diz respeito à produção legal, como fruto de um consenso racional que respeita o conteúdo material de vida, esta pode determinar direitos dos cidadãos e das instituições por eles fundadas, bem como deveres e sanções que serão legítimas, tendo em vista a corresponsabilidade existente de cada cidadão ao se obrigar legalmente a seguir normas decididas legitimamente por ele mesmo.

A legitimidade é componente essencial da definição do político, não constitui puramente a coerência com formas procedimentais, mas o respeito a essas formas com conteúdo material político. Para que as decisões estatais – macroinstituição, totalidade política - sejam legítimas devem ser decididas de maneira racional, intersubjetiva, simétrica, a fim de que tenham a força normativa plena e não caiam no vazio de poder com a aplicação de força para sua “aceitação” e realização. Nessa esteia, a aceitação das razões que se oferecem ao consentimento ou aceitação racional do cidadão, tornando “forte” o poder emanado das decisões, supõe liberdade e autonomia, maior simetria possível dos participantes, além de envolver e alcançar aspectos da vida da comunidade política para efetivar as exigências dos projetos de vida referentes a todos os participantes.

Dussel (2009, p. 280) ressalta *in verbis*: O mero decidir algo entre muitas vontades põe sobre a mesa o *modo*, a *maneira* e o *procedimento* que se usará para efetuar a dita decisão desde uma pluralidade de vontades que podem opor-se irreconciliavelmente (e perder

portanto o poder)<sup>77</sup>. A comunidade deve ter a consciência política prática e a responsabilidade de ser participante pleno e agente último da soberania, assim, as decisões institucionais não serão simples imposições vazias de poder, mas frutos legítimos de decisões consensuais, racionais de uma comunidade política.

O poder político como pluralidade de vontades – momento material -, sempre alcançado pelo consenso racional dialógico é a força que mobiliza a diferenciação e institucionalização e dá legitimidade originária aos atos políticos. Ao contrário da posição legalista que se pauta na legalidade como a essência do político, para a filosofia política que pauta teoricamente esta pesquisa, o fundamento é a “legalidade legítima” que se funda na “vontade + racionalidade, materialidade + formalidade, poder político da comunidade que funda a decisão auto-determinante da soberania que se constitui como poder instituinte.”<sup>78</sup> Para o filósofo, a unidade das vontades consensuais que se institucionalizam fortalecem o poder, estabilizam-no no tempo e dão factibilidade às mediações. (DUSSEL, 2009, p. 285)

Institucionalizado original e essencialmente para servir à vida, o poder permanece no tempo e faz sua trajetória histórica, evoluindo, involuindo, transformando-se por intermédio de suas próprias decisões e atos mais ou menos legítimos. A diferenciação do poder político em instituições, bem como a realização de mediações supõe decisões, que para serem legítimas devem ser consensuais, simétricas, dialógicas.

A democracia é a mais antiga instituição das comunidades políticas como mediação para alcançar o consenso e exercer o poder<sup>79</sup>. Tendo em vista a absoluta impossibilidade fática de uma democracia direta na qual todos os cidadãos participam simétrica e dialogicamente a fim de obter o melhor consenso, exigem-se diferenciações de funções delegadas do poder político cujo organograma principal encontra-se insertas em uma Constituição e em um complexo normativo. Por óbvio, o aspecto formal deve buscar realizar a materialidade, conforme já explicitado em outros momentos desta reflexão, dessa forma, pode-se dizer que o formal deve cumprir as exigências da legitimidade institucional. Sem

---

<sup>77</sup> El mero decidir algo entre muchas voluntades pone ya sobre la mesa el *modo*, la *manera*, el *procedimiento* que se usará para efectuar dicha decisión desde una pluralidad de voluntades que pueden oponerse irreconciliablemente (y perder por lo tanto el poder).

<sup>78</sup> Voluntad + racionalidad, materialidad + formalidad, poder político de la comunidad que funda la decisión auto-determinante de la soberanía que se constituye como poder instituyente.

<sup>79</sup> Devido ao recorte necessário, a instituição democracia não será desenvolvida neste trabalho, sendo utilizada tão somente para a construção do raciocínio principal.

esta, perde-se o poder político em seu sentido forte, originário, proporcionando um ‘vazio de poder’ que fundamentará atos arbitrários, violentos, realizadores de dominação e de negação.

*Veritas, non auctoritas facit legem*<sup>80</sup> é a expressão apresentada por Dussel em parte de sua fundamentação filosófica traduzindo o pensamento de que é a verdade e não a autoridade que fundamenta a lei. Nesse sentido, se a autoridade reside na comunidade política que delega o exercício do governo – como parte funcional do Estado, instituição necessária para mediatizar a realização da vida – para produzir, acrescentar e desenvolver as dimensões materiais da vida tais como ecológica, cultural, econômica. Assim, a autoridade governamental é fundamentada pelo conteúdo de vida delimitado pelo consenso racional e dialógico.

*A ordem legal, como toda ordem, sustenta-se em uma decisão (Entscheidung) e não em uma norma*<sup>81</sup>. Esse pensamento sustenta que o fundamento ontológico de uma ordem sustenta-se em um acordo pautado na vontade soberana da comunidade política. A norma é o efeito do acordo dialógico e, por si só, não pode ser fundamento da ordem ou de autoridade governamental. A vontade do governante funda-se na vontade que outorgou delegadamente esta autoridade, decisão da comunidade no âmbito da razão político-consensual pautada no querer-viver da vida humana em comunidade. (DUSSEL, 2009, p. 290).

A Constituição é o primeiro passo do poder soberano - *potentia* - que se diferencia, se institucionaliza e se determina como poder instituinte – constituído, *potestas* – para dar-se uma lei fundamental que definirá o fundamento legal, constituirá e estruturará a atuação da instituição Estado. Nessa esteia, a comunidade política afirma-se, refletindo sobre si mesma de forma institucionalizada, sempre tendo em última instância o poder da comunidade política que se apresenta como decisão consensual da razão comunicativa. O Estado, assim, é criado segundo as exigências históricas e circunstanciais da comunidade política e se institucionalizará com a complexidade necessária, a fim de cumprir os ditos requerimentos. Dussel (2009, p. 294) destaca:

“A Constituição define a forma arquitetônica do Estado como sociedade política e civil (...). É um acordo segundo, institucional, explícito (*potestas*), do consenso da comunidade (que se funda no consenso primeiro da

<sup>80</sup> O filósofo apresenta a expressão em contraposição à expressão clássica retomada por Carl Schmitt: *auctoritas, non veritas facit legem*. Ver mais em DUSSEL, 2009, p. 290.

<sup>81</sup> El orden legal, como todo orden, se sustenta en una decisión (Entscheidung) y no en una norma.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

pluralidade de vontades pelo qual “um povo é um povo”<sup>82</sup>(...). Institucionaliza também os órgãos legítimos pelos quais o Estado exerce o monopólio da coação ante os que não cumprirem o que se comprometeram acordando livremente e participando simetricamente no pacto constitucional. (...)

A separação dos Poderes<sup>83</sup> – funções estatais - é necessária permitindo a fiscalização mútua entre os poderes-funções em relação ao cumprimento dos deveres, com respeito ao fundamento último, ao poder da comunidade política. A Constituição contém em si todas as determinações plurais, muitas vezes divergentes, da comunidade política que reflete. O poder-função legislativo deveria ser o momento ideal da discursividade, em que, a partir do sopesamento das razões, chegam-se a decisões consensuais em favor da produção e reprodução de vida da comunidade. A instituição, poder-função legislativo, é de onde provém o sistema jurídico infraconstitucional. Nesse sentido, a comunidade além de criar um ordenamento jurídico máximo constitucional que estrutura o Estado e impõe limites a esta instituição e tem por função garantir o respeito ao fundamento ontológico deste, cria também um ordenamento legal infraconstitucional que deve erigir-se sobre consensos que refletem as exigências materiais das relações humanas da comunidade política.

Dussel (2009, p. 297, 299) salienta que o poder-função legislativo é o lugar institucional no qual gera-se o “sistema de direito”. A comunidade política institucionaliza-se e cria uma Constituição fruto de um consenso político racional com fundamento material que fundamentará as demais tomadas de decisão da comunidade. Dentre as decisões, está a criação de uma estrutura jurídica que conceitualiza, normatiza, regula as situações concretas, os possíveis conflitos, negociações ou acordos advindos das relações intersubjetivas práticas.

As leis são o efeito das decisões deliberativas do Poder legislativo de cujo seio emanam estas exigências universais que devem ser aplicadas aos casos singulares pela consciência normativa-política cotidiana do cidadão e, nos casos de conflitos inegociáveis, pelos juízes.

O sistema de direito é a institucionalização concreta de um sistema cultural desde o mútuo reconhecimento, validade universal dialógica. Para se alcançar a validade desse sistema

---

<sup>82</sup> La Constitución es así el acuerdo segundo, institucional, explícito (*potestas*) del consenso de la comunidad (que se funda en el consenso primero de la pluralidad de voluntades por la que “ un pueblo es un pueblo (...) Instucionaliza también los órganos legítimos por los que el Estado ejerce el monopolio de la coacción ante los que no cumplieran a lo que se comprometieron acordándolo libremente y participando simétricamente en el pacto constitucional (...)

<sup>83</sup> Mais um recorte faz-se necessário na apresentação do raciocínio. Como a reflexão versa sobre a busca de ressignificação do princípio jurídico da legalidade, para que não haja divagação, restringir-se-ão as argumentações ao momento jurídico, abordando-se os demais – legislativo e executivo – de forma mínima, porém necessária à finalidade pretendida.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

deve haver o consentimento racional, livre, autônomo sobre as questões decididas praticamente, não se perquirindo tão somente a observância a regras de procedimentalidade. As condições de aceitação acerca das questões decididas praticamente de maneira racional dialógica e intersubjetivamente são condições de legitimidade.

Nessa linha de raciocínio, tem-se que a legitimidade do sistema de direito é fruto de uma institucionalização compartilhada pela comunidade política e aceita em sua determinação jurídica. A cidadania é origem da legitimidade política da lei, cuja obrigatoriedade constitui uma condição interna acordada por mútuo, autônomo e racional consenso para o cumprimento do pactuado. A legitimidade funda-se no poder consensual da comunidade política, única soberana. (DUSSEL, 2009, p. 304, 305)

Para a Política da Libertação, referencial teórico desta reflexão, a lei obriga não só pública ou externamente, além do fato de o público ser somente um modo de intersubjetividade, a lei deve obrigar subjetivamente, porque fruto de um ato deliberativo de uma comunidade política na qual cada membro foi ator político com direitos de participação simétrica, sendo, pois, em última análise, obra de cada um e, por isso, responsabilidade de cada um. O consenso firmado deve ser aceito, inclusive no foro íntimo, e cumprido nas relações intersubjetivas práticas cotidianas. A vontade contida na lei é uma exigência legítima, conforme ressalta Enrique Dussel (2009, p. 299):

A lei, longe de obrigar *externamente* e situar a ação meramente como *legal*, obriga normativamente e determina a vontade como exigência *legítima* (legitimidade que obriga deontica e subjetivamente aos participantes do *campo político* de maneira análoga a como obrigam as exigências éticas da conduta humana em *geral* ou *abstratamente*).<sup>84</sup>

A determinação jurídica não alcança somente o domínio externo, sendo alheio ao cidadão, ao contrário, atua internamente como comando do qual o próprio cidadão sente-se responsável por fazer parte de consenso racional estratégico buscando a realização de conteúdo de vida humana. Dessa forma, a legalidade deve decorrer da legitimidade, havendo de ser analisada a partir da consonância do conteúdo da lei com o conteúdo de vida exigido pela comunidade política, além do consenso racional dialógico, seu aspecto formal-procedimental. Legítima será a norma é fruto de participação livre e autônoma dos cidadãos

---

<sup>84</sup> La ley, lejos de obligar *externamente* y situar a la acción meramente como *legal*, obliga, normativamente y determina a la voluntad como exigência *legítima* (legitimidad que obliga deontica y subjetivamente a los participantes del *campo político* de manera análoga a como obligan las exigências éticas a la conducta humana en *general* o *abstractamente*).

#### Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

afetados pelo que se decide racionalmente e versa sobre conteúdo de vida requerido pela comunidade.

Nesse viés, a legitimidade é anterior à legalidade, determinando, inclusive a legitimidade ou não das leis. O comando legal que se afasta da vontade soberana da comunidade política ou não cumpre com a razão comunicativa, será ilegítima. O exercício da soberania deve ser legítimo, com participação simétrica da comunidade, por intermédio de seus representantes, com conteúdo de vida, para que haja o comprometimento e responsabilização dos cidadãos que, por haverem participado, ainda que virtualmente, são responsáveis pela normatividade que obriga a determinados atos e se não os cumpre, internamente são cientes que podem se submeter a eventuais penalidades impostas.

#### **2.7.5. Âmbito político principiológico: princípios normativos implícitos da política**

A ordem política vigente é estruturada sob o viés procedimentalista, cuja validade é auferida mediante a validade formal democrática das estruturas legítimas desde o ponto de vista dos sistemas políticos, do direito ou da participação contratual ou discursiva no âmbito público. Dussel (s.d., p. 143) afirma que o desde o século XV há uma ruptura na noção e na execução da prática política, acentuada pela dominação colonial e mundial. A política transforma-se em técnica de poder e de organização social, em um conjunto de regras que nada tem a ver com a moral. Tal cisão é fruto da totalização imperial do Estado europeu e absolutização dominadora de seu projeto.

Nesse viés, a política transforma-se na técnica do poder, numa ordem que, aos poucos assume caráter imperial e dominador, com afirmação do *ser* do sistema. Uma vez afirmado o ser ou fundamento do sistema como a causa exemplar ou modelo praticado e imperante, a mediação da teoria da prática é a de dominação. "Todas as mediações são instrumentos e a vitória é um fruto técnico de inteligência." (DUSSEL, s.d., p. 145). Dessa forma, passa-se a realizar o modelo construído teoricamente de forma meramente procedimental, sem ser, de forma alguma, prática política. Salienta o filósofo citado que para a ordem política imperial, a vitória é reduzir os dependentes à situação de vontade inerte, oprimida.

A política procedimental não possui normatividade. A legitimidade da ordem é extraída do cumprimento das exigências procedimentais do sistema democrático, do exercício

do poder e do direito. Não obstante, essa ordem é insuficiente para uma filosofia política que reflexione a partir da situação real, do contexto atual de vida - ou de morte - em que se encontra a humanidade. Há pobreza, subdesenvolvimento, exploração, dominação, o que reflete uma necessidade premente de reflexão crítica na filosofia política atual.

De outro viés, apresenta-se uma nova ordem política originada da práxis libertadora, que parte da responsabilidade com o outro, que toma a exterioridade, a exclusão, a marginalidade, a alteridade das vítimas como marco inicial e que seja atenta aos efeitos negativos, ainda que não intencionais e críticorreflexiva. A ordem política libertária pauta-se em princípios normativos políticos que subsumiram os princípios éticos libertários e normatizam, politicamente, o sistema político<sup>85</sup>. A política, portanto, deve ser concretizada respeitando-se os princípios normativos políticos da materialidade, da legitimidade – democrático - e da factibilidade. Dessa forma, o querer-viver, a vontade de viver, essência do poder, é o conteúdo material a ser realizado politicamente, mediante consenso mediado simetricamente pelas instituições pertinentes e de forma possível e realizável.

A política é uma forma de racionalidade prática que se relaciona com a produção e desenvolvimento dos indivíduos em contexto de comunidade e de cooperação mútua, dessa forma a razão política tem por conteúdo material e fundamental o dever de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade. Como os seres humanos são dialógicos, as interações são discursivamente mediadas. Assim, a razão política material e prática é universal, validada dialogicamente e democraticamente, buscando a justiça política.

Os princípios políticos são o fundamento do projeto existencial e político do povo, fundam e orientam o sistema político. Sem eles, não há possibilidade de haver exercício delegado do poder político, havendo a corrupção intrínseca da ordem. Tais princípios fundam a ordem política, sendo pressupostos implícitos a ser observados em toda ação política de

---

<sup>85</sup> Interessante o comentário que Márcio Berclaz (2013, p. 162) faz acerca da Política da libertação de Dussel: Em diversos momentos da Política da Libertação fica evidente que Dussel tem da política uma concepção absolutamente otimista e esperançosa. A própria crença de que a política das ações e das instituições está cercada de exigências deontológicas componentes de uma normatividade, ou seja, de princípios estabelecidos de modo implícito (mas que para serem transformadores devem ser também explicitados) e capazes de estabelecer obrigações e limites entre o que é possível e o que não é admissível dentro das regras do jogo do campo político, constitui um dos aspectos fundamentais da ideia inerente à política da libertação. Os princípios são condições radicais de possibilidade do político, afinal *sem princípios o político que tentasse ser crítico ficaria no meio da tormenta como um capitão de navio sem bússola: estaria perdido*. Nesse nível de abstração, mais uma vez, cada dimensão terá seu princípio correspondente, no caso, material (fraternidade), formal (democracia) e factível (liberdade), os quais codeterminam-se sem última instância. (grifos do autor)

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

toda instituição. Delimitam o campo político, constituem condição absoluta de possibilidade da *potentia* política e dos momentos primeiros do poder consensual. Devem ser observados em todos os âmbitos: na consensualidade do poder, no querer-viver comunitário institucionalmente, na relação de factibilidade com a escassez dos bens naturais, na ação estratégica e política e nas instituições como o sistema de direito.

Nos termos colocados por Enrique Dussel (2009, p. 347) não se trata de mera abstração filosófica sobre determinado tema que tenha causado *thauma* ao filósofo, mas de uma exigência política de vida ou morte de legitimidade real, cujo descumprimento produz incoerência prática, além de desnecessário sofrimento de povos inteiros, a destruição da origem última do político: a *potentia*. É premente definir-se a política sob novo viés, para que a transformação da ordem seja possível. Com a corrupção intrínseca ao sistema não há possibilidade de libertação da pobreza, da dependência, da ilegitimidade.

Os princípios normativos políticos constituem condição de possibilidade, o momento essencial do político. Dussel ensina (2009, p. 347) que se o político é de alguma maneira o exercício do poder consensual com capacidade de cumprir as mediações para a permanência e aumento da vida da comunidade política, os princípios são os pressupostos já sempre dados que permitem como exigência deôntica tanto o querer viver mesmo como o conteúdo da comunidade, como a possibilidade de gestar o consenso como unidade da *potentia*, como a consideração das circunstâncias para o seu desenvolvimento. Não são, portanto, momentos posteriores às ações ou instituições políticas, mas as condições *a priori* intrínsecas constitutivas da existência originária, os pressupostos normativos do poder político.

Nesse sentido, delimitam o campo político como tal e constituem os supostos ou condições absolutas de possibilidade da *potentia* política dos momentos primeiros do poder consensual. A inobservância ou descumprimento desses princípios causa a fetichização do poder, com a corrupção intrínseca da política em sua origem. O campo empírico do político debilita-se, desarticula-se em corrupção originária do exercício do poder “do outro” como poder próprio, em favor de si mesmo.

Os princípios políticos inserem-se como fundamento ontológico da ordem política, possuem, portanto, alto grau de abstração, subsumem os princípios éticos e constituem os princípios normativos políticos, enunciados que delimitam o campo político, transformam-se em postulados políticos e norteiam todas as instituições, projetos e ações estratégicas na

política, desde sua essência que é o poder político como *potentia* positiva, cujo “querer viver” é realizado consensualmente de forma viável para o contexto em questão.

A filosofia política estuda os princípios políticos que subsumem, incorporam os éticos e os exercem nas práticas constitutivas, implicitamente, como normatividade exercida em concreto, no campo político. Em outras palavras, os princípios éticos determinam os políticos, mas uma vez subsumidos incorporam-se como conteúdo ético nos princípios concretos em cujo campo específico houve a subsunção, transformando-os em normatividade política. Necessário frisar que os princípios determinam-se mutuamente, em uma múltipla e complexa codeterminação, cada um deles é “condição condicionante condicionada” (DUSSEL, 2007, p.76) dos outros, sem última instância.

Seguindo esse raciocínio, todo consenso acerca da esfera material deve ser formado pela aplicação do princípio democrático. A determinação material de permanência e aumento de vida do princípio material sobre a factibilidade implica limitações às ações e instituições empíricas, proibindo ações estratégicas que neguem tais conteúdos. A determinação de factibilidade sobre o princípio formal limita as deliberações sobre ações e instituições efetivamente possíveis desde as condições empíricas de escassez. A deliberação deve se restringir ao que pode estrategicamente ser real. De outro lado, a determinação formal sobre as exigências de vida

A questão dos princípios normativos políticos é problemática central da política atual, porque no contexto corrompido leva a se intentar efetuarlos sobre exigências puramente externas, legais ou formais, sem motivação profunda na subjetividade do ator, retirando, com isso, as reais consequências do ato. O campo político, segundo Dussel (2009, p. 16) pressupõe ontologicamente, sempre *a priori*, certas condições universais normativas, necessárias para que a ação política e as instituições sejam políticas e não de outra espécie. Os princípios normativos são, pois, marcos da ação política.

#### **2.7.5.1. Princípio político material**

A vida humana, como realidade concreta, conforme já salientado nesta reflexão, é constituída por inúmeros aspectos materiais, necessidades variadas tais como comer, beber, dormir, sonhar, contemplar, cuidar da estética, além de afeto, sentimento de pertença, autoestima, cognição, saúde, participação, dentre outras surgidas das manifestações das

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

diversas dimensões de vida. Tais necessidades devem coexistir e não esgotam o âmbito de sua essência ou de seu conteúdo complexo. Impõem limites materiais e normativos ao atuar político. Os conteúdos de vida não se definem desde a racionalidade ou discursividade, mas a partir dos variados aspectos reais, culturais, contextuais de cada comunidade.

O princípio político material busca a realização de conteúdo que, em última análise, é a vida humana, a vida concreta de cada um. O conteúdo/matéria de toda a política é, em última instância, a vida humana, “a vida nua”. Toda ação ou instituição política tem por conteúdo a referência à vida e a política cria condições de possibilidade de vida em comunidade e de cada membro e condições de melhoria dessa vida, a fim de que se torne qualitativamente melhor.

Toda ação política tem referência à vida, condição absoluta da existência humana. Nesse sentido, cria condições para a possibilidade e desenvolvimento da vida em comunidade de cada membro. A vida é possível e qualitativamente melhor. Diante disso, o princípio material pode ser enunciado da seguinte maneira: Devemos operar sempre para que toda norma ou máxima de toda ação, organização ou, de todo exercício delegado do poder obediencial tenha sempre por propósito a produção, manutenção e aumento de vida imediata dos cidadãos da comunidade política, em última instância, de toda a humanidade, sendo responsável também por esses objetivos a médio e longo prazo.

Dussel (2009, p. 462) descreve o princípio da seguinte forma:

Devemos operar sempre para que toda norma ou máxima de toda ação, de toda organização ou instituição (micro ou macro), de todo exercício do poder consensual, tenham sempre por propósito a produção, manutenção e aumento das dimensões próprias da vida imediata dos cidadãos, da comunidade política, em última análise, de toda a humanidade sendo responsáveis também por esses objetivos a médio e longo prazo (os próximos milênios). Desta maneira, a ação política e as instituições poderão ter pretensão política de verdade prática – não somente de retitude – na subesfera ecológica (de manutenção e acréscimo de vida geral do planeta em especial com respeito às gerações futuras), na subesfera econômica (de manutenção e desenvolvimento da produção, distribuição e intercâmbio de bens materiais) e na subesfera cultural (de conservação da identidade e crescimento dos conteúdos lingüísticos, valorativos, estéticos, religiosos, teóricos e práticos das tradições correspondentes). A satisfação das necessidades da corporalidade vivente dos cidadãos (ecológicas, econômicas e culturais) provará empiricamente a realização da pretensão política de justiça. É um princípio com pretensão universal, cujo limite é o

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

planeta Terra e a humanidade em seu conjunto, no presente e no distante porvir.<sup>86</sup>

A ação política deverá possibilitar a convivência social, bem como buscar desenvolver a vida, com a satisfação da necessidade da corporalidade vivente dos cidadãos. O alcance desse objetivo, com a satisfação de necessidades de vida provará empiricamente o sucesso da pretensão política de justiça.

Dussel (2009, p. 464) afirma que descobrir-se empiricamente ser humano, conhecer-se e aceitar-se como tal, implica o conhecimento da responsabilidade sobre as necessidades de sua própria vida. O ser humano é responsável por criar as condições para propiciar e desenvolver sua vida em comunidade, assim, as ações empreendidas para o alcance de tais objetivos são atribuídas a ele mesmo. A responsabilidade implica dever-ser, exigência normativa, com querer-viver, sabendo-se que a realização de vida está a seu cargo.

Na comunidade política, os viventes humanos, sabendo-se responsáveis pela própria existência, institucionalizam o poder decorrente da vontade de viver a fim de que possam realizar ações a serviço da vida. O exercício desse poder pelas instituições políticas tem como finalidade primeira e igualmente como conteúdo o preservar e acrescentar vida aos cidadãos.

O princípio material político, pois, deve orientar normativamente todo o conteúdo e também o atuar político. O que se discute se decide ou se faz em uma sociedade deve responder ao imperativo substancial de realização da vida. Nesse sentido, toda instituição, toda ação política, toda invenção tecnológica, incremento econômico, devem ser utilizados para a consecução das necessidades vitais complexas e reais do ser humano, não isoladamente, mas parte integrante de uma comunidade.

---

<sup>86</sup> Debemos operar siempre para que toda norma o máxima de toda acción, de toda organización o institución (micro o macro), de todo ejercicio del poder consensual, tengan siempre por propósito la producción, mantenimiento y aumento de las dimensiones propias de la vida inmediata de los ciudadanos de la comunidad política, en último término de toda la humanidad, siendo responsables también de esos objetivos en el mediano y largo plazo (los próximos milênios). De esta manera, la acción política y las instituciones podrán tener pretensión política de verdad práctica – no solo de rectitud -, en la bus-esfera ecológica (de mantenimiento y acrecentamiento de la vida en general de planeta, en especial com respecto a las generaciones futuras), en la sub-esfera econômica (de permanencia y desarrollo de la producción, distribución e intercambio de bienes materiales) y en la sub-esfera cultural (de conservación de la identidad y crecimiento de los contenidos lingüísticos, valorativos, estéticos, religiosos, teóricos y prácticos de la tradiciones correspondientes). La satisfacción de las necesidades de la corporalidad viviente de los ciudadanos (ecológicas, econômicas y culturales) probarán como hecho empírico el logro de la pretensión política de justicia. Es un principio con pretensión universal, cuyo limite es el planeta Tierra y la humanidad en su conjunto, en el presente y hasta en el lejano porvenir.



### **2.7.5.2. O princípio político formal-democrático**

A vontade de vida existente na comunidade e que funda o exercício do poder e determina o atuar de seus representantes políticos, somente é possível a partir de um consenso em que se elege o melhor argumento com conteúdo de vida. A comunidade política é uma comunidade de comunicação e para o alcance do consenso legítimo que represente sua vontade de vida tem-se implicitamente o princípio da legitimidade democrática, sendo que para a realização da vida em comunidade, é necessária a participação simétrica do cidadão dando razões para alcançar o consenso que obrigará a sociedade. A finalidade é o consenso legítimo. O princípio normativo formal-democrático diz respeito à legitimidade das decisões, à validade universal, não somente tomada por seu viés formal, mas também por seu conteúdo intrínseco de vida.

Os membros da comunidade, pois, buscando realizar e desenvolver a vida, necessitam da mediação discursiva a fim de estabelecer a vontade geral da comunidade que será pilar das ações institucionais. Nesse sentido, a vontade geral deve ser fruto de um processo de acordo no qual a discussão racional é pautada na igualdade dos participantes, na participação de todos os afetados pelas decisões e em que foi escolhido o melhor argumento, consensualmente. A soberania das decisões repousa sobre o respeito aos pilares fundamentais citados.

Nesse sentido, o princípio formal da política, que não é o único princípio a ser observado, conforme já mencionado, mas estar articulado com os outros dois princípios normativos – material e factibilidade – exige a discursividade dialógica com participação simétrica entre os participantes e presença dos afetados pela decisão e afere legitimidade às decisões e atos políticos. Dussel (2009, p. 405) propõe como descrição mínima do princípio formal político o seguinte enunciado:

Operemos sempre de tal maneira que toda norma ou máxima de toda ação, de toda organização ou das estruturas de uma instituição (micro ou macro) no nível material ou do sistema formal do direito (como o ditado de uma lei) ou sem sua aplicação judicial, é dizer, do exercício do poder comunicativo, seja fruto de um processo de acordo por consenso em que podem de maneira plena participar os afetados (que tenham consciência); referido entendimento deve ocorrer a partir de razões (sem violência) com o maior grau de simetria possível, de maneira pública e segundo a institucionalidade acordada anteriormente. A decisão assim eleita impõe-se como um dever

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

político que normativamente ou com exigência prática (que subsume como político o princípio moral formal) obriga legitimamente o cidadão.<sup>87</sup>

O respeito ao princípio imperativo, o cidadão tem honesta e seriamente pretensão de política de legitimidade no atuar formal político. O agir político, pois, estará sustentado pela liberdade de participação, autonomia da vontade e igualdade jurídica como equidade – com a observância da situação real e especificidades fundamentais – além de saber-se imperfeito, pois situado no âmbito empírico, com todas as restrições que dele advém (DUSSEL, 2009, p. 405). A unidade da vontade obtida mediante o consenso racional dialógico constitui-se, pois, como *potentia*.

Tendo em vista que o consenso<sup>88</sup> é realizado faticamente, no mundo empírico, deve-se ter a consciência de que a realização dos fundamentos necessários para a legitimidade da decisão é feita da melhor forma possível, ou seja, com o maior grau de simetria possível, com a participação mais plena possível, mas que nunca será perfeita. O fato de que o consenso não ser passível de perfeição não implica impossibilidade de se chegar a um conceito abstrato de legitimidade formal advinda do exercício da razão prática discursiva. Esse princípio procedimental e normativo, princípio democrático, permite ao cidadão possibilita ao cidadão exigir de seu representante, não a retórica, mas as argumentações substanciais fundamentos da decisão que será cumprida na sociedade.

Saliente-se que o princípio formal é implícito aos atos políticos, constituindo um dever-ser. Os atos que não o respeitem não serão políticos em sua essência. O princípio democrático não é mera formalidade, mas uma dimensão necessária para a formação da *potentia*, da vontade de viver da comunidade que fundamenta, por sua vez, as mediações

---

<sup>87</sup> Operemos siempre de tal manera que toda norma o máxima de toda acción, de toda organización o de las estructuras de una institución (micro o macro), en el nivel material o en del sistema formal de derecho (como el dictado de una ley) o en su aplicación judicial, es decir, del ejercicio del poder comunicativo, sea fruto de un proceso de acuerdo por consenso en el que puedan de la manera más plena participar los afectados (de los que se tenga consciencia); dicho entendimiento debe llevarse a cabo a partir de razones (sin violencia) con el mayor grado de simetria posible, de manera pública y según la institucionalidad acordada de antemano. La decisión así elegida se impone como um deber político, que normativamente o com exigência prática (que subsume como político al principio material formal) obliga legítimamente al ciudadano.

<sup>88</sup> Importante ressaltar que nem todo consenso racional é também verdadeiro, sendo que a validade formal não leva à verdade de conteúdo, em outras palavras, a verdade não decorre do consenso. Não há validade sem determinação de conteúdo. Da mesma forma, não haverá verdade em sentido pleno, sem pretensão de validade intersubjetiva acerca dos enunciados verdadeiros, fundamentados na vida, condição absoluta e conteúdo constituinte da realidade humana. A consensualidade é formal, mas deve aplicar os conteúdos materiais. Assim, o momento formal deverá estar em consonância com o material, ou, ainda, o cumprimento das exigências materiais deve ser acompanhado pelo cumprimento das regras do consenso intersubjetivo.

necessárias para o desenvolvimento e realização da vida humana. Segundo Dussel (2009, 407) o consenso é essencial para a definição do poder político.

O princípio democrático<sup>89</sup> tem como condição ontológica *a priori* o consenso que constitui a coesão do poder como poder consensual, vontade geral de vida da comunidade. A aplicação do princípio democrático não busca a unanimidade, mas a participação simétrica dos cidadãos afetados na decisão política, tendo a consciência de que esta, por falível intrinsecamente, sempre causará, ainda que intencionalmente, efeito negativo. Saliente-se, ainda, que a legitimidade é auferida não pela simples participação, mas pela participação simétrica que tenha conteúdo de verdade prática, ou seja, que busque realizar a vida humana em comunidade.

A *ratio* política livre, discursiva deve alcançar validade-legitimidade formal pela participação pública, efetiva, livre e simétrica dos afetados, cidadãos, sujeitos autônomos exercendo a plena autonomia na comunidade política. O princípio democrático não é tão somente um procedimento formal, ao contrário, possui fundamentação normativa, havendo de ser articulado com o princípio material. Sobre o assunto Dussel (2001, p. 54) ensina:

O princípio material da política (a reprodução da vida humana) e o formal (princípio democrático) se articulam mutuamente na constituição dos princípios objetivos, nos movimentos do processo (...) Nada acerca da produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade pode decidir-se politicamente sem a mediação formal que outorga pretensão de validade pública ou legitimidade, outorgada pelo princípio discursivo.

Nesse sentido, tudo o que se argumenta democraticamente deve estar orientado pela pretensão de verdade prática do princípio material. A comunidade discursiva será fonte do direito, com simetria, liberdade e autonomia comunitário-discursiva. O acordo alcançado não é a verdade prática, mas representa a decisão, naquele momento, para determinado assunto, da comunidade política destinatária do direito legítimo do qual é fonte primeira. A comunidade política delimitada institucionalmente em um campo político tem sempre implícita uma referência última ao critério político da legitimidade de todas as normas legais, ações ou instituições que determine, sendo este a participação simétrica dos afetados pelas

---

<sup>89</sup> Dussel (2009, p. 481) destaca que o princípio democrático, enquanto princípio é o dever de operar de certa maneira discursiva, chegando a decisões válidas mediante razões com a participação simétrica dos afetados de maneira pública e institucionalizada pelo direito, não incluindo um tipo concreto ou determinado de governo ou uma maneira de eleger ou votar por representantes. O princípio democrático não é um tipo ideal de governo, mas um princípio político universal de legitimidade..

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

decisões permitindo a união da vontade geral, a partir de uma racionalidade política livre, autônoma, discursiva, democrática.

A igualdade deve afirmar-se quando a diferença excluir, no entanto quando homogeneizar os que têm direitos, culturas e necessidades distintas, a partir de um grupo dominante, deve-se afirmar a diferença. A participação simétrica do cidadão afetado não implica simetria procedimental, apenas, alcançando, a simetria, a dimensão material normativa, porque determinação fundamental da vontade soberana. O consenso racional une discursivamente, as vontades aumentando o poder como *potentia*.

Destaque-se que não se perquire, pois, a validade formal do sistema, mas a legitimidade política ou a *ratio política* que se obtém discursivamente, com conteúdo político material. A comunidade política como intersubjetiva soberana politicamente é fonte e destino do direitos, exigindo-se que os acordos sejam fruto de discussão racional na qual há participação igualitária simétrica com autonomia comunicativo-discursiva de seus membros que também serão destinatários do direito. Nesse sentido o sistema deve ser erigido com pretensão política de legitimidade.

A fundamentação discursiva deve ser honesta, pautada na necessidade de realização de dimensões de vida. Trata-se de obrigação subjetiva, sempre intersubjetiva, de cada cidadão para se obter consensos<sup>90</sup> mais legítimos. Dessa forma, na ação política, as decisões políticas, as ações, instituições devem ser fruto de um processo de acordo racional dialógico no qual os afetados possam participar amplamente, a fim de se obter a maior simetria possível. O acordo deve decidir-se a partir das razões, de maneira pública, buscando o maior grau de legitimidade possível.

A decisão tomada, consensualmente, impõe-se à comunidade e a cada membro como dever político e obriga legitimamente o cidadão. Outro tipo de mediação que não a discursividade, tal como a violência ou a imposição, descaracteriza e esvazia o conteúdo político da decisão. “A democratização de um sistema empírico deve sempre partir da realidade existente, criando novas instituições em coerência com as já existentes nessa cultura

---

<sup>90</sup> Por óbvio, empiricamente, existem os dissensos, ou “não consensos legítimos” como chama Dussel (2009, §25). O dissenso legítimo como oposição é salutar à decisão, sendo essencial ao processo democrático, vez que permite a reflexividade, a reavaliação das argumentações, bem como dos próprios conteúdos de vida colocados sob discussão, além de possibilitar a mudança de agir no que diz respeito aos efeitos negativos sempre existentes. A oposição não implica contradição, mas a garantia de divergência, o respeito à posição fundamentada do outro, a sua visão de vida. Diante disso, o respeito aos direitos dos dissidentes, é um momento essencial à aplicação do princípio formal democrático.

política concreta.” (DUSSEL, 2009, p. 437). O cumprimento do princípio formal-democrático deve ser aplicado em todos os processos políticos, sem exceção, não para buscar a unanimidade, que não é a regra, mas a legitimidade da decisão política.

Porque imperfeito, o acordo produzirá efeitos positivos e negativos e deverá ser constantemente renovado, sempre com conteúdo material. Nenhuma decisão é perfeita, decorrendo dela efeitos negativos não desejados, não intencionais. A consciência desses efeitos negativos, bem como a solução para esses propicia a mudança qualitativa da vida. Nesse sentido, o respeito às contradições existentes no processo dialógico comunicativo é fundamental para a implementação do princípio político formal.

#### **2.7.5.3. Princípio político normativo da factibilidade estratégica**

Para alcançar as metas de vida consensualmente estabelecidas pela comunidade política, é necessária a existência de possibilidade de realização concreta, ante ao estado de recursos escassos. Em outras palavras, pode-se afirmar que a produção e reprodução da vida dos membros da comunidade política, cujas metas foram eleitas de maneira legítima, deve ser efetivada no plano empírico de recursos não suficientes. Nesse sentido, os resultados das ações e das instituições, indica o momento normativo do princípio da factibilidade no campo político. Para a Política da Libertação, a ação eficaz sistêmica não deve ser relegada a segundo plano, mas, ao contrário é relevada juntamente com os dois outros princípios normativos – material e formal – já enunciados.

Segundo Dussel (2009, p. 475) o princípio normativo político da factibilidade estratégica pressupõe os outros dois princípios, ao mesmo tempo em que também é pressuposto deles, havendo uma mútua codeterminação entre eles. Sem o princípio da factibilidade os princípios material e formal restariam abstratos, sem possibilidade de passar para a realidade empírica. Não se pode pretender uma ação ou instituição sem considerar os princípios material e formal, da mesma forma que não se delimita consensualmente vontade soberana, sem considerar as possibilidades empíricas de sua realização. “As condições de existência de um ato em toda sua complexidade devem ser “possíveis” para que sejam “políticas”.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> Las condiciones de existência de un acto en toda su complejidad deben ser “posibles” para que sean “políticas”

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O princípio da factibilidade estratégica/ possibilidade política delimita negativamente o campo político mediante a verificação do possível/impossível. As ações políticas devem ser possíveis, sendo necessário “poder atuar”, ou seja, haver condições suficientes que seja politicamente eficaz a intervenção no campo político. Sobre o assunto, Dussel destaca:

A ação politicamente eficaz, desde um ponto de vista estratégico, deve ponderar as estruturas de forças em jogo, deve analisar o estado do exercício do poder em um dado momento, para que a intervenção tenha um resultado de estabilização ou transformação (seja qual for o objetivo estratégico) da ação com a que se intenta fazer-se presente no campo político (...)<sup>92</sup>

Nesse sentido, o “poder atuar” não significa tão somente capacidade técnica para realizar um ato político, mas exige uma complexidade suficiente para que seja politicamente eficaz e alcance os fins a que se propõe.” O poder político, então, não é só *potentia*, é também *possibilitas*, é dizer *possibilitas potentiae* que consiste *operabilita*: o que opera segundo as possibilidades reais<sup>93</sup> (DUSSEL, 2009, p. 477). A *potentia* deve passar ao ato, por intermédio da factibilidade, com a observância dos outros dois princípios normativos.

Dussel (2009, p. 480) propõe como descrição mínima do princípio da factibilidade o seguinte enunciado:

Devemos operar estrategicamente, levando-se em conta que as ações e instituições políticas devem sempre ser consideradas como possibilidades factíveis, estratégicas, além de mera possibilidade conservadora e mais aquém da possibilidade-impossível do anarquista extremo (de direita ou esquerda). É dizer, os meios e os fins exitosos da ação e das instituições devem alcançar-se dentro de estritos marcos: a) cujos conteúdos estão delimitados e motivados desde dentro pelo princípio material político (a vida imediata da comunidade), e b) cuja legitimidade tenha sido determinada pelo princípio de democracia. O mesmo vale para os meios, as táticas, as estratégias para cumprir os fins dentro do projeto político concreto que se intenta. A “pretensão de factibilidade política” da ação estratégica, então, deve cumprir com as condições normativas materiais e formais em cada um de seus passos, mas com exigências próprias de eficácia política, no manejo da escassez e da governabilidade para permitir a factibilidade normativa o poder dar existência a uma ordem política que, a longo prazo, alcance permanência e estabilidade, devendo não so atender ao efetuar a ação aos efeitos positivos (causa de felicidade, mérito e honra),

---

<sup>92</sup> La acción políticamente eficaz, desde un punto de vista estratégico, debe ponderar las estructuras de fuerzas en juego, debe analizar el estado del ejercicio del poder en un momento dado, para que la intervención tenga un resultado de estabilización o transformación (sea cual fuere el objetivo estratégico) de la acción con la que se intenta hacerse presente en el campo político (...)

<sup>93</sup> El poder político, entonces, no es sólo *potentia*, es también *possibilitas*, es decir, *possibilitas potentiae* en la que consiste la *operabilita*: lo que há de obrarse según las posibilidades reales.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

mas especialmente devendo responsabilizar-se por todos os efeitos negativos (causa de crítica ou castigo), em cujo caso não deixará de corrigi-los para que os efeitos negativos, ainda que sejam indiretos ou não intencionais, não produzam fatos definitivamente irreversíveis.(...) <sup>94</sup>

A ação estratégica deve-se cumprir nos estritos marcos dos princípios normativos material e formal, com conteúdos de vida da comunidade política, legitimados pelo princípio democrático, para que tenha pretensão política de eficácia. As condições de factibilidade política da ação estratégica são intrinsecamente ligadas às condições normativas materiais e formais. Deve-se agir levando em conta as condições lógicas, empíricas, ecológicas, econômicas, sociais, históricas, a possibilidade real de efetivação concreta da norma, da ação, da instituição, do sistema.

A pretensão de factibilidade política deve seguir a obrigação normativa, deontica, pois, de cumprir as exigências de eficácia política, no manejo da escassez e da governabilidade, responsabilizando-se pelos efeitos negativos, ainda que não intencionais, buscando corrigi-los para que tais efeitos não sejam definitivamente irreversíveis. O problema ético-político da razão estratégica consiste na compatibilidade dos fins da ação com a possibilidade de reprodução de vida e com a legitimação democrática da sua eleição. Uma ação será integralmente política se cumprir os três princípios normativos: material (verdade), democrático (formal- validade discursiva) e factível (eficácia). (DUSSEL, 2007, p. 86)

A razão política, na dimensão da factibilidade estratégica e instrumental, deve levar em conta as condições lógicas, empíricas, físicas, de recursos, considerando, em primeiro plano, as exigências ecológicas, econômicas, sociais, históricas para ser uma possibilidade real política de efetuação de uma norma, ato, instituição. A plena aplicação do princípio da

---

<sup>94</sup> Debemos operar estratégicamente teniendo en cuenta que las acciones y las instituciones políticas deben siempre ser consideradas como posibilidades factibles, estratégicas, mas Allá de la mera posibilidad conservadora y más aça de la posibilidad-imposible del anarquista extremo (de derecha o izquierda). Es decir, los médios y los fines exitosos de la acción y de las instituciones deben lograrse dentro de los estrictos marcos: a) cuyos contenidos están delimitados y motivados desde dentro por el principio material político (la vida inmediata de la comunidad) y b) cuya legitimidad haya quedado determinada por el principio de democracia. Lo mismo vale para los médios, las tácticas, las estrategias para cumplir los fines dentro del proyecto político concreto que se intenta. La “pretensión de factibilidad política” de la acción estratégica, entonces, debe cumplir con las condiciones normativas materiales y formales en cada uno de sus pasos, pero además, con las exigências propias de la eficacia política, en el manejo de la escasez y la gobernabilidad, para permitir a la factibilidad normativa el poder dar existência a un orden político que, em el largo plazo, alcance permanência y estabilidad, debiendo no solo atender al efectuar su acción a los efectos positivos (causa de felicidad, mérito y honra), sino especialmente debiendo responsabilizarse de los efectos negativos (causa de crítica o castigo), en cuyo caso no dejará de corregirlos, para que los efectos negativos, aunque Sean indirectos o no-intencionales, no produzcan hechos definitivamente irreversibles. (...)



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

factibilidade, ou seja, efetuar a ação cumprindo com as condições exigidas normativamente, fortalece a ação, garante maior eficácia a médio e longo prazo.

Diante da complexidade empírica, a ação estratégica é também um processo constante de atos entrelaçados, realizados em diversos momentos e contextos nos quais a escassez é uma realidade. Assim, deve ser levada em conta, buscando extrair o máximo rendimento dos recursos existentes para realizar as metas legitimamente estabelecidas. Os recursos limitam a realização das mediações pelas instituições e orientam as necessidades da sociedade. Os meios e os fins das ações das instituições devem ser realizados em estritos marcos de possibilidade de realização de conteúdos legítimos da comunidade política. Algumas ações possíveis em determinadas civilizações são impossíveis em outras, tendo em vista o condicionamento tecnológico e econômico, o desenvolvimento civilizatório. A factibilidade perfaz-se pela escolha de mediações adequadas e eficazes para determinados fins. O não cumprimento dessas exigências empírico-tecnológicas culmina em um ato impossível. Aquele que opera politicamente uma norma, ação, instituição deve cumprir as condições de factibilidade lógica e empírica, realmente possíveis, a partir das exigências da comunidade política.

A factibilidade não é extrínseca ao ato, ao contrário insere-se no fundamento principiológico deste. O princípio político da factibilidade constroi-se no horizonte político delimitado pelos outros dois princípios normativos fixando limites negativos no âmbito do possível/impossível. A ação política deve cumprir as exigências materiais e formais em cada momento de sua realização, com exigências próprias da eficácia política, a fim de possibilitar a estruturação de uma ordem política estável e responsável pelos efeitos não só positivos, mas também negativos, ainda que indiretos ou não intencionais.

### **CAPÍTULO III**

## **LEGITIMIDADE JURÍDICO-POLÍTICA E DEVER DE RESISTÊNCIA**

“A vida não pode ser defendida só com palavras, mas talvez estas possam construir um primeiro momento de reflexão sobre a própria vida e os meios de defendê-la efetivamente” (TAVARES NETO E KOSICKI, 2008, p. 67). Este pensamento expressa a intenção da reflexão presente: inserida no “ainda não ser” defende “com palavras” - que não ecoam o *mesmo* discurso - outra realidade que pode vir a fundar momentos distintos de reflexão e motivar meios de transformação efetiva.

Definidos o lugar do discurso, bem como a orientação teórica do estudo, passa-se a refletir sobre o Estado, sua organização jurídico-estatal e a estrutura legal, bem como os princípios que o norteiam e fundamentam, sob o prisma político libertário, a fim de fundamentar a resistência à negação, à ilegitimidade como momento necessário do processo de libertação. A partir da política libertária, proceder-se-á a uma nova fundamentação estrutural normativa do Estado, o que ensejará uma releitura e ressignificação do princípio da legitimidade jurídico-política e do direito/dever de resistência. Para tanto, mister explicitar o caminho reflexivo, a fim de que se possa compreender o raciocínio empreendido neste estudo.

A organização política deve pautar-se em uma concepção integral de homem – ser -, com valor individual e necessidades biológicas, psicológicas, políticas, econômicas, sociais, culturais. A vontade e a razão política devem convergir para constituir orgânica e empiricamente o poder político da comunidade, com o fito de realizar a vida humana, em todas as suas dimensões.

A necessária sistematização do campo político ocorre por intermédio das instituições, o poder político se institucionaliza, buscando a produção, reprodução e aumento de vida dos cidadãos. O poder instituinte, indiferenciado, cinde-se e cria as instituições – poder instituído – com partes e funções heterogêneas organicamente determinadas. Como essência da comunidade política é inalienável e permanente, mas precisa ser diferenciado para se realizar e permitir as mediações necessárias para o desenvolvimento da vida empírica da comunidade.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

As instituições são condicionadas pela comunidade política e condicionantes dos atoures políticos, ou seja, devem realizar o conteúdo de toda ação política, com a garantia da legitimidade democrática, procedimental formal, sob o respeito aos marcos da possibilidade. Não são soberanas em si mesmas, exercem delegadamente o poder, respeitando a unicidade da vontade da comunidade política externada consensual e dialogicamente. São reflexos da comunidade indiferenciada sobre si mesma como comunidade diferenciada, capazes de promover as mediações necessárias para o desenvolvimento e manutenção da vida humana.

A comunidade política, assim, institucionaliza-se criando uma estrutura abstrata a quem delega o poder político para que aja de acordo com ele, realizando e incrementando a vida humana. Essa estrutura abstrata, com grau máximo de complexidade política, auto-organiza-se com legitimidade para cumprir a tarefa com conteúdo de vida dos cidadãos. Pode-se entender Estado, segundo o raciocínio presente, como a comunidade política institucionalizada. O Estado, pois, será uma totalidade política criada, segundo as exigências históricas e circunstanciais da comunidade política, que se institucionalizará, com a complexidade necessária, para mediatizar a realização e desenvolvimento da vida humana em comunidade política.

Saliente-se que o Estado não é fonte própria de soberania, o cidadão representado pela instituição é sempre membro pleno e permanente, fundamento último da existência e atuação daquele. O poder soberano sempre será da comunidade política, fonte perene e única de soberania. Não há transferência, alienação, mudança de titularidade ou perda, tão somente delegação daquele. Apesar de perene, como sua realização depende de mediações institucionais, deve haver fiscalização do exercício do poder, para que não haja fetichização, pois, ao manifestar-se fenomenicamente, como toda realidade empírica concreta, é imperfeito, contingente, falível.

No processo de institucionalização, comunidade política cria um consenso político racional com alicerce material que fundamentará as demais tomadas de decisão da comunidade. O consenso político é, pois, um passo do poder soberano - *potentia* - que se diferencia, se institucionaliza e se determina como poder instituinte – constituído, *potestas* – para dar-se uma lei fundamental que definirá o fundamento legal, constituirá e estruturará juridicamente a estrutura estatal e a sociedade. Nessa esteia, a comunidade política afirma-se, refletindo sobre si mesma, porém, de forma institucionalizada, cuja última instância sempre

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

será o poder da comunidade política que se apresenta como decisão consensual da razão comunicativa.

Nesse sentido, o sistema de legitimidade política tem como momento central referencial o sistema de direito instituído pela comunidade política que, realizando a *potentia*, constitui e organiza a estrutura jurídico-estatal que, por um lado deve refletir e orientar o atuar do Estado e, por outro, deve estar orientado a permitir ao povo o atuar como sujeito histórico em busca da realização da justiça e do bem comum. O sistema jurídico existe, pois, para promover e proteger os bens humanos, sendo que o principal a produção, reprodução e desenvolvimento da vida, na convivência social. Assim, deve ser construído sob o respeito aos princípios políticos normativos de libertação, tendo como fundamento e norte, a vida humana em comunidade. Em outras palavras, a vida humana funda e sustenta toda a juridicidade do sistema jurídico-estatal.

Seguindo esse raciocínio, o sistema jurídico situa-se no âmbito das mediações sistêmicas que buscam cumprir institucionalmente as exigências de realização e desenvolvimento de vida nas várias esferas, tais como ecológica, econômica, cultural, por meio de sistemas concretos, dentre eles o Estado que detém o monopólio do exercício do poder político e que assumiu, aproximadamente, a partir do século XIX, a produção do direito. Em outras palavras, pode-se afirmar que “o ser do político”, o poder, é estruturado mediante atos práticos de agentes de decisão, dentre os quais se inserem a produção legislativa e sua aplicação na comunidade, que sustentam o projeto político, vez que passam a ser de observância obrigatória.

Dessa forma, a comunidade política que se autoconstituiu soberanamente criando para si um ordenamento jurídico tem a obrigação de respeitá-lo e cumpri-lo, pois este é fruto da organização social em busca da realização da vida. O sistema jurídico, pois, possui a função específica no interior do sistema político qual seja a institucionalização dos deveres e direitos dos membros da comunidade política enquanto soberana. O exercício do poder político em sua plenitude normativa é prática com intenção de cumprir as exigências normativas próprias do campo político.

### 3.1. O político e o jurídico: entrelaçamento estrutural

No presente trabalho não se refletirá filosófica e metodicamente sobre o fenômeno jurídico e o sentido do direito, não se teorizará o fenômeno jurídico, com a análise de suas estruturas ou sistematização de conceitos, mas, proceder-se-á a reflexões a partir de uma opção teórica inicial, atenta às diversas dimensões da realidade com as quais o direito se relaciona e das quais depende.<sup>95</sup>

Inserto no âmbito das mediações, o direito é uma instituição que, como as demais, deve cumprir institucionalmente as exigências de realização e desenvolvimento de vida nas várias esferas, tais como ecológica, econômica, cultural. Empiricamente, a comunidade política organizou-se politicamente, sendo que tal estrutura de poder institucionalizado – Estado - detém o monopólio do exercício do poder político e acabou por assumir a produção do direito o qual se tornou fundamento e engrenagem necessária do projeto político. Nesse viés, o político e o jurídico se entrelaçam e as relações entre eles consolidam uma determinada estrutura estatal sobre a qual se pretende refletir, a partir de nova fundamentação política.

No processo histórico pode-se aferir o vínculo entre o político e o jurídico. Embora as funções políticas não sejam especificamente estatais, a estrutura política estatal acaba por monopolizá-las e até impô-las perante a comunidade, utilizando-se do fundamento procedimental encontrado no arcabouço jurídico. Nesse sentido, as funções jurídicas do poder institucional estão intimamente ligadas à sustentação procedimental das funções políticas. Alysson Leandro Mascaro (2013, p. 40/41) enfatiza:

O direito é talhado por normas estatais e o próprio Estado é forjado por institutos jurídicos (...). A forma política estatal estabelece-se definitivamente quando a sociabilidade geral se torna jurídica. O Estado de direito assim o é, fundamentalmente porque opera em conjunto com as relações sociais permeadas pelo direito. (...) Pode-se entender, então, que as formas política e jurídica, ambas singulares, são derivadas de formas sociais comuns e apenas posteriormente conformadas, reciprocamente. Em tal processo de conformação, os limites nucleares das duas formas são necessariamente mantidos em sua especificidade. (...) A forma jurídica preserva seu núcleo necessário em face do Estado, não porque o jurídico

---

<sup>95</sup> A discussão sobre se somente o que está estabelecido pelo Estado, democraticamente, é direito, não será abordada no presente trabalho por estar fora do foco escolhido. Conforme já salientado, a pesquisadora fez uma opção e a partir dela procedeu a um raciocínio. Saliente-se que se posiciona no sentido de que existem múltiplas manifestações do direito e não somente a estatal, assim como o próprio direito é complexo, não se limitando à estrutura legal.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

seja maior do que o político, mas porque ambas as formas não podem ser submetidas uma a outra a ponto de deixarem de existir.

Assim, direito e Estado apóiam-se mutuamente, em um complexo relacional, o contorno jurídico do atuar político legitima o poder político exercido e o contorno político do jurídico é o exercício da soberania na construção de seu ordenamento. Estabelecem pontes entre si, sem perder a singularidade.

### **3.1.1. Considerações sobre o direito**

Uma das indagações recorrentes em nossos dias é a questão relativa a “o que é direito?”. Herbert Hart (2009) afirma que essa é uma questão persistente e é formulada frequentemente e respondida das mais diversas maneiras. António Manuel Hespanha (2009, p. 27, 54, 82) destaca que o gênero a que o direito pertence é o dos complexos normativos que regulam as ações livres, dependentes das vontades dos homens, sendo que a diferença principal reside na coercibilidade estadual das normas jurídicas.

Nos últimos duzentos anos o direito vem sendo pensado como especificamente criado pelo Estado, reflexo de sua soberania e resultado de sua vontade, destacado de seu fundamento e fundado em si próprio. Vem sendo entendido como conjunto de normas estatais que regem a sociedade, regulando-a, organizando-a que, embora convivam com normas morais, religiosas, costumeiras, sobrepuja-as por ter o atributo da coercibilidade podendo ser imposto pela força do Estado que, por sua vez, a partir da segunda metade do século XIX passou a considerar-se soberano em si próprio, considerando a soberania como faculdade exclusiva de criar uma ordem autônoma e unificada. Nesse sentido, a soberania advém da unidade do direito e não das relações políticas realizadas no campo político.

Desde meados do século XIX, o direito é o direito do Estado, tornando-se a lei sua única fonte. Qualquer outra fonte tinha de ter uma ressalva da lei para ser considerada como fonte. As revoluções burguesas reforçaram ainda mais esse viés, conforme destaca Hespanha (2009, p. 55):

As revoluções liberais dos finais do séc. XVIII reforçaram ainda mais este primado da lei. Na verdade, ao conferirem a soberania ao povo e ao estabelecerem que a vontade deste novo soberano se manifestava por meio das leis votadas pelos seus representantes, estabeleceram um vínculo muito forte entre democracia e primado da lei, fosse esta a lei constitucional, que estabelecia as bases do convívio republicano, fosse esta a lei ordinária.

Quando se fala em teoria geral do direito a abordagem é feita como objeto estatal cujo modelo jurídico formou-se desde finais do século XVIII com base nas codificações e constituições, que correspondem às características necessárias das sociedades capitalistas. As leis eram fruto da vontade popular e, por isso, deveriam ser respeitadas. Não obstante, a estrutura legal que, no primeiro momento, tinha como fonte a vontade popular, passou a ser sua própria fonte, totalizando-se, despolitizando-se, tornando-se primado absoluto e o direito tecnicizou-se, sob o jugo legal.

A tendência formalista fortaleceu-se, produzindo ruptura entre o conceito e a realidade, com a ficção de que esta poderia ser reduzida àquele considerado única realidade aceitável. O formalismo desconectou o direito da realidade social da qual surgiu. Plauto Faraco de Azevedo (1996, p. 20, 22) assinala que, no formalismo, perde-se de vista a verdadeira conexão ideia-realidade e pretendem-se conhecer as normas jurídicas independentemente do contexto social que as produz, ocasionando uma deturpação e deformação do pensamento e da própria significação da realidade. “Não é possível erigir o mundo jurídico separado do mundo histórico”.

Em contrapartida ao abstrativismo, as escolas realistas do direito entendem-no fruto de uma realidade social observável e suscetível de ser descrita, buscam ater-se às descrições da realidade dos fatos, sem extrema preocupação com problematizações teóricas. É certo que a realidade é infinitamente mais vasta do que os preceitos jurídicos. O realismo jurídico defendido por António Manuel Hespanha ensina que a realidade do direito pode ser empiricamente constatada e reconhece como relevante o que realmente existe. Partindo de uma visão realista<sup>96</sup> do direito, a lei é uma realidade no ordenamento jurídico. Empiricamente, as leis são a maior expressão do direito.<sup>97</sup>

Não se insere no foco da pesquisa estudar as várias perspectivas realistas francesas, norte-americanas ou inglesas, não obstante, a título de argumentação, passaremos a abordar,

---

<sup>96</sup> Não é relevante ao presente abordar as dificuldades e objeções da teoria realista do direito.

<sup>97</sup> Independentemente de ser ou não legítimo que o Estado procure monopolizar a produção e aplicação do direito, a realidade nos mostra que o Estado representa a comunidade e não pode se arrogar como detentor de uma razão, não podendo, da mesma forma, impedir as declarações normativas de uma pluralidade de grupos na definição do que seja direito.



de forma mínima, porém suficiente para a construção do raciocínio proposto no presente estudo a teoria de Herbert Lionel Adolphus Hart, retomado por António Manuel Hespanha.

### 3.1.1.1. O realismo jurídico de H.L.A.Hart e António Manuel Hespanha

Hart buscou teorizar o direito de forma que se pudesse ser comprovada pela observação empírica, tomando por direito o que, numa dada sociedade, se observa ser comumente considerado e aplicado como tal. O filósofo pautou-se na *teoria da prática*, na descrição da realidade dos fatos, tentando evitar questões filosóficas teóricas mais complexas. Ensina Hart que, para além das normas que definem comportamento - normas primárias -, há as normas de reconhecimento que definem os critérios dos quais depende o carácter jurídico das normas sociais que prescrevem, proíbem, autorizam comportamentos - secundárias -. Assim, o direito é constituído de normas primárias e secundárias, sendo estas últimas os contornos do sistema jurídico, por conterem critérios de criação, transformação e aplicação das normas. António Manuel Hespanha (2009, p 117) afirma que as normas secundárias funcionam como uma espécie de metanormas, que observam o mundo normativo e identificam as normas que os operadores do direito e o público em geral têm como jurídicas.

Nesse sentido, o sistema jurídico possui uma composição dualística: regras de comportamento, válidas segundo critérios últimos de validade do sistema, devendo ser, geralmente, obedecidas e regras secundárias, normas de reconhecimento que funcionam como metanormas que especificam critérios de validade internos, “convicção de realidade”, podendo ter várias formas tais como ato legislativo, práticas consuetudinárias, decisões judiciais, “texto dotado de autoridade”<sup>98</sup>. As regras de reconhecimento especificam critérios de validade jurídica e as suas regras de alteração e de julgamento devem ser efetivamente aceitas como padrões comuns de comportamento. Saliente-se que tal convicção interna abarca a comunidade política, os cidadãos, devendo existir uma aceitabilidade generalizada, podendo, eventualmente, setorializada.

Desde o sistema jurídico moderno, a norma de reconhecimento é complexa, havendo uma Constituição, diversos critérios para identificar a lei, normalmente já constantes na

---

<sup>98</sup> Embora o autor dê uma primazia às normas constitucionais e legais e às decisões judiciais e de funcionários do Estado, estes textos de autoridade podem ser entendidos de forma mais aberta e flexível, correspondendo tal texto àqueles produzidos pelo Estado, reconhecido como competente, como àqueles oriundos de entidades não estatais, desde a autoridade seja reconhecida, de forma geral e não apenas parcial.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Constituição, precedentes jurisprudenciais, normas burocráticas da administração, doutrina firmada, sentimentos de justiça difusos na comunidade, opiniões setoriais, embora generalizadas, sobre boas práticas e bom governo. Em seu conjunto, pois, as normas de reconhecimento emergem como resultado de um complexo de práticas de tribunais, de funcionários ou de particulares, enquanto esses identificam o direito por meio da referência a certos critérios, por vezes, implícitos, desde que sejam aceitos como constituindo direito. (HESPANHA, 2009, p. 120) Em determinados sistemas, as normas de reconhecimento podem se relacionar apenas com o que Hart denomina normas de *pedigree*<sup>99</sup>, ou seja, normas que buscam somente a legitimidade formal, não obstante, há outros, em que aquelas incorporam valores religiosos, princípios de justiça, valores morais, dentre outros.

Assim, para se verificar se a norma é jurídica, buscam-se na norma de reconhecimento os valores fundamentais da norma, formal e/ou material, dependendo do sistema. Saliente-se que a existência da norma de reconhecimento constitui matéria de fato, empiricamente comprovada, não advém de nenhuma dedução lógica ou filosófica e nem se discute critérios de justiça ou de validade formal. Os elementos empíricos são os critérios de reconhecimento da norma como pertencente ao direito. A norma de reconhecimento existe no plano empírico, não no plano axiológico ou psicológico, ou, ainda, no plano lógico, como salientou Hespanha (2009, p. 126).

Hart (2009, p. 309) afirma que a teoria do realismo jurídico para conceituar direito busca ser, ao mesmo tempo, geral e descritiva. É geral no sentido de que não se vincula a nenhum sistema jurídico ou cultura jurídica específica e descritiva no sentido de que busca explicar e elucidar o direito como instituição social e política complexa, dotada de um aspecto regulatório e, nesse sentido, normativo. Salienta o filósofo que a exposição da teoria é descritiva, não tendo a finalidade de justificar, com base em quaisquer fundamentos, ou recomendar as formas e estruturas da descrição teórica.

Antônio Manuel Hespanha (2009, p. 133) enfatiza que a definição realista do direito permite evitar um legalismo fechado inexoravelmente na lei, tal como ela é promulgada, desatendendo completamente o resultado do seu confronto com a sociedade ao confrontar-se com a prática, quer com a prática dos sentimentos de justiça, quer com a prática doutrinal e jurisprudencial. O direito, segundo o autor, ganha flexibilidade, adapta-se às circunstâncias da vida jurídica efetiva e ganha legitimidade democrática, enraizando-se nas convicções

---

<sup>99</sup> Questões de *pedigree* são referentes à maneira e à forma da criação ou adoção das leis.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

populares, cumprindo, assim, o principal requisito de um sistema político democrático. A teoria realista evita o subjetivismo em que caem outras concepções que tomam distâncias em relação ao direito positivo formal, confrontando-o com princípios legitimadores ou princípios normativos como justiça, direito natural, os quais dependem de convicções não geralmente compartilhadas, carecendo de objetividade assegurada.

O sistema jurídico, pois, é dual, havendo-se de distinguir a visão interna da externa. Para quem participa do sistema, as normas são convictamente aceitas, reconhecidas como válidas, justas, adequadas, úteis, para quem está fora do sistema, a norma de reconhecimento apenas descreve aquilo que observa que outros aceitam como direito. Numa perspectiva externa, a norma é válida quando preencher os requisitos exigidos pela norma de reconhecimento, constituindo uma norma jurídica aceita. Já na perspectiva interna, deve haver aceitação do comando legal pelos participantes do sistema, gerando uma convicção de obrigatoriedade. (HESPANHA, 2009, P. 126/127)

A teoria realista de Herbert Hart não se ocupa da justificação, da finalidade ou do mérito em função dessa finalidade, da validade substancial, da fundamentação ontológica ou lógica, mas apenas da descrição das normas jurídicas, aceitando como tal as normas efetivamente reconhecidas como jurídicas. Para o reconhecimento do que é direito, é fundamental que o observador conheça o contexto histórico e social no qual está inserido. A aceitação das normas sem a observância do consentimento interno transforma os cidadãos em uma massa de fácil manipulação, tal como um rebanho de gado. O filósofo (2009, p. 313) assevera que embora as visões possam ser diferentes entre os que estão fora e dentro do sistema, tanto os participantes, quanto os não participantes aceitam a lei como provedora de orientações para seu comportamento e como padrão crítico.

A definição realista do direito, embora positiva, evita o legalismo fechado, fundado implacavelmente na lei, distante da sociedade que a criou e é sua “prova de fogo” ao confrontar-se com a prática dos sentimentos de justiça, doutrinal, jurisprudencial. Com esta construção, o direito torna-se flexível, capaz de adaptar-se às circunstâncias da vida jurídica efetiva e ganha legitimidade, enraizando-se nas convicções populares, cumprindo o principal requisito de um sistema político democrático.

Segundo a definição realista do direito apresentada por António Manuel Hespanha, em consonância com a proposta por Herbert L. A. Hart, o direito é um sistema de regulação social admitido em cada sociedade concreta, por uma série de entidades, a quem essa mesma

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

sociedade autoriza a dizer o que é o direito, apoiadas e também reforçando sentimentos comunitários sobre o que é direito. Essa definição mínima impede a racionalização das experiências histórico-geográficas concretas do direito, permitindo uma visão não etnocêntrica, que não exclui outras formas de organização do direito ou de relacionamento deste com as outras ordens normativas como a tradição, religião, bons costumes, dentre outras, mas reforça o caráter local e cultural: “o direito enraíza-se nos sentimentos jurídicos da comunidade”. (HESPANHA, 2009, 133, 164, 166)

As normas, portanto, são guias de conduta e padrões críticos aceitos pela comunidade, externa e internamente. Essa é a *teoria prática* do realismo jurídico, conforme nos apresenta Hart (2009, p. 329):

As normas sociais de um grupo são constituídas por uma forma de prática social que compreende tanto os padrões de conduta seguidos regularmente pela maioria dos membros do grupo quanto uma atitude normativa específica em relação a esses padrões, que denominei “aceitação”. Essa atitude consiste na disposição permanente dos indivíduos de aceitar esses padrões de comportamento, tanto como orientação para sua própria conduta futura quanto como padrões críticos capazes de legitimar exigências e várias formas de pressão em prol da obediência às normas.

O aspecto interno da norma é fundamental para a concepção de direito. Quando um hábito é generalizado em um grupo social, essa generalidade é apenas uma constatação de fato sobre o comportamento observável da maior parte do grupo. Para que tal hábito exista, é suficiente que cada pessoa se comporte da mesma forma como os outros o fazem, porém, para que exista uma norma social é preciso que, pelo menos algumas pessoas, encarem o comportamento em questão como padrão geral a ser seguido pelo grupo como um todo, sendo este o aspecto interno da norma. O aspecto interno é muitas vezes confundido com sentimentos e não como comportamento físico observável no exterior e que fundamentam a autoridade e obrigatoriedade normativa. Herbert Hart (2009, p. 76) considera:

Não há dúvida de que, quando as normas são geralmente aceitas por um grupo social e têm o apoio geral da censura social e da pressão no sentido da obediência, alguns indivíduos podem frequentemente ter experiências psicológicas análogas à contenção ou à compulsão. Quando dizem que “se sentem obrigados” a agir de determinadas maneiras, podem estar de fato se referindo a essas experiências. Mas esses sentimentos não são nem necessários nem suficientes para caracterizar a existências de normas “vinculantes”. Não há contradição em dizer que as pessoas aceitam certas normas sem experimentar esses sentimentos de compulsão. O que é necessário é que haja uma atitude crítico-reflexiva diante de certos padrões de comportamento aceitos como um modelo comum, e que essa atitude se

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

manifeste sob a forma de críticas (inclusive de autocrítica) e exigências de obediência à norma e também no reconhecimento de que tais críticas e exigências se justificam. Tudo isso encontra sua expressão característica na terminologia normativa do “deve”, “tem de”, “certo” e “errado”.

Empiricamente, as leis são manifestações reais do direito e devem ter a aceitação interna da comunidade política e a partilha do sentimento de obrigatoriedade para que seja efetivamente direito. A norma jurídica será válida quando satisfizer a todos os critérios propostos pela norma de reconhecimento, de aceitação compartilhada.

### **3.1.1.2. A teoria dialética do direito de Roberto Lyra Filho**

Em sua teoria dialética do direito, Roberto Lyra Filho apresenta uma visão diferenciada, nem positivista, nem jusnaturalista. Afirma o autor que quem entende o direito como sistema de normas estatais destinadas a garantir a paz social ou a reforçar o interesse e a conveniência da classe dominante nunca reconhecerá, no trabalho de campo, um direito *praeter, supra* ou *contra legem* e muito menos descobrir o próprio direito dos espoliados e oprimidos.

O positivismo entende o direito como fato, crê no que é “dado”, o jusnaturalista o entende como ideia, abstrata, estática. Apoiado na positividade da ordem, o positivista dissimula a significação social que não toma a sociedade como desigual, já o naturalista apoia-se na justiça alheia aos movimentos sociais. Lyra Filho entende que, em assim fazendo, tanto o positivista, quanto o jusnaturalista perdem o movimento histórico pelo qual os dados se cristalizam em conceitos e as ideias se petrificam em instituições, perda que deixa a ambos impossibilitados de compreender como a ordem “dada” se converte em ordem necessária e como a justiça “pensada” se converte em legalidade instituída. Com a teoria dialética o autor busca superar essa antítese abstrata, buscando, via de consequência, reencontrar a origem sócio-política da ordem e da justiça, as diferenças sociais, ressignificar a lei e resgatar a dignidade política do direito. (CHAUÍ, 1986, p. 20)

Em reação à visão tradicional, Roberto Lyra Filho busca apreender o direito na totalidade histórica. Afirma que a história do direito é a história das contradições sociais, das tensões, dos conflitos de classes. O direito apresenta-se como positivação da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais e formula princípios de justiça social que nela

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

se desvendam. Discorda da visão que o direito é um mero elenco de restrições de liberdades, que se restringe a norma, que a sanção pode definir norma e que o Estado é o único titular do poder de normar e sancionar. Salienta (1986, p. 310): “O Direito como organização da liberdade em convivência não é, porém, um modelo fixo, mas, ao contrário, está presente no processo libertador e acena para os novos espaços de liberdade, que cumpre conquistar”

Para o jurista, o direito positivo é um fetichismo. Entende que além de tomar a norma pelo direito e a sanção pela norma, o pensamento jurídico tradicional continua invertendo as coisas, para dar como direito único o direito positivo, estatal, como se não houvesse normas jurídicas para ou supra-estatal e para considerar que a violência estrutural encampada pelo Estado torna jurídica a injuridicidade material. Afirma que a superação do positivismo não prejudica a positividade do direito, somente recusa-se a identificar lei e direito.

De outro lato, defende que a positividade do direito não conduz, necessariamente, ao positivismo. O direito não está na lei, embora esta possa ser sua principal fonte, exprime-se em normas costumeiras e legais que só podem servi-lo, na medida em constituam canais para transformação da ordem coma absorção dos avanços libertadores que surgem da dialética social. Quanto há a intolerável baixa de legitimidade, a conscientização dos destituídos expõe as contradições da estrutura, levando os espoliados a procurar sua realização fora, acima ou contra o conjunto das leis. (1986, p. 310)

No processo dialético do direito, as negações objetivadas em normas abrem campo para a própria superação. As normas devem ser meios de expressão de um direito em constante mutação. Na visão dialética do autor o direito nasce nos constantes embates, pressões, tensões, vivenciados na sociedade civil, busca sempre a realização da liberdade e pode ser entendido como uma busca constante de existência positiva da liberdade. A mera positividade ou legalidade não é por si só, critério de validação do direito. “O estabelecimento da legalidade, por si só, não importa legitimidade do poder” (1982, p. 52). O critério de validade do direito positivo deve fundar-se em um critério metapositivo de legitimidade historicamente determinado, porquanto o direito surge e legitima-se no contexto social e histórico e dialético (1984, p. 16):

É antes de tudo, liberdade militante, a afirmar-se, evolutivamente, nos padrões conscientizados de justiça histórica, dentro da convivência social de

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

indivíduos, grupos, classes e povos – e isto quer dizer que o Direito é, então, em substância, processo e modelo de liberdade conscientizada ou conscientização libertadora, na e pra a práxis transformativa do mundo; e não ordem social (que procure encerrá-lo e detê-lo), nem norma (que bem ou mal pretenda veicular), nem princípio abstrato (que desvincule das lutas sociais e concretas), nem apenas luta social e concreta (que desconhece os limites jurídicos de uma práxis transformativa do mundo e reivindicadora de direitos sonegados: não se conquistam direitos pelo esmagamento de direitos, isto é, direitos humanos e gerais, pois o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos. – o que exclui a pretensa legitimidade duma ação majoritária aniquiladora do que são, sentem, pensam, carecem e reclamam os titulares do direito inalienável à diferença pessoal ou grupal irredutível.

No processo histórico, o jurídico deve abranger todos os aspectos em movimento e não tomá-los abstratamente, situando a dialética em “nuvens idealistas”. O direito constrói-se a partir das conquistas libertárias, em vista disso é entendido como liberdade militante que busca justiça histórica e concreta e se determina pelo estabelecimento gradual de porções crescentes de liberdade conscientizada, na luta de classes, grupos e povos, refletindo a dialética de opressores e oprimidos, dominadores e dominados, cujo padrão de legitimidade está no vetor histórico, de onde advém uma correlação de forças e reivindicações<sup>100</sup> de um processo libertador. Nesse viés, o direito positiva-se dialeticamente, efetivando-se gradualmente nas polarizações práticas da totalidade histórica em movimento. Como todo processo, não há perfeição, repouso ou estabilidade no direito, que se enriquece a cada aquisição histórica, a cada direito afirmado.

Tendo em vista que a realidade é infinitamente mais rica do que a positivação dos direitos que vão se afirmando dialeticamente, historicamente, o direito não pode ficar aprisionado, estagnado, em um conjunto de normas estatais, de padrões de conduta impostos pelo Estado, isolado em “campos de concentração legislativa”. A visão dialética abrange pressões coletivas que emergem na sociedade civil que a partir de uma conscientização gradual com a descoberta do que condiciona, possibilitando a realização gradativa do processo de libertação, num jogo dialético de conscientização, opressão, acomodações, resistências, superações e rupturas. Sobre o assunto, afirma Lyra Filho (1984, p. 23):

A liberdade não se realiza, não por si mesma, senão que, dialeticamente, pela ciência dos condicionamentos, isto é, não somos livres, porque

---

<sup>100</sup> Reivindicações de direitos oficiais, mas também de emergentes, não declarados senão em polarizações da práxis, ou em documentos não oficiais.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

incondicionados, mas nos libertamos, na medida em que sabemos o que nos condiciona e, assim, nos habilitamos a descondicionar-nos, gradualmente.

Enfatiza o autor que as normas não estatais não menos jurídicas do que as estatais, pois precisamente a presença destas é que impulsionam a dialética específica e determina as mutações, com reflexo no poder central. O direito não estatal não é inferior, ele faz parte da essência jurídica deduzida do processo jurídico dialético. Seguindo esse raciocínio, o direito não estatal faz parte do processo histórico de libertação, faz parte da essência e da garantia do livre desenvolvimento de cada pessoa, classe, sociedade. A pretensão de exclusividade estatal quanto à norma liquidaria a liberdade a pretexto de discipliná-la.

Sob a visão dialética, o direito não pode se entorpecer com visões tranquilizadoras, certezas estabilizantes, posicionamentos estanques, deve estar aberto para as mudanças, sendo que a única certeza é a da incerteza do devenir. Segundo o autor *desordem e processo* são a chave para tal questão. Salienta que desordem não significa anarquia, mas a ênfase no fato de que nenhuma ordem é eterna e que a legitimidade do poder social e das normas não está nos tipos de ordenação, sempre transitórios, mas sim no processo, ou seja, nas transformações incessantes e polarizadas que orientam os posicionamentos em cada contexto. Esse olhar dinâmico nos permite ver o direito (LYRA FILHO, 1984, p. 30):

Em totalidade e movimento, como padrão atualizado de Justiça Social militante que enseja a determinação das condições de coexistência das liberdades individuais, grupais e nacionais, com as únicas restrições admissíveis, na raiz da validade específica de toda norma legítima; e elas constituem precisamente o que define de forma histórico-evolutiva e concreta, a essência manifesta da liberdade, como “o direito de fazer e buscar tudo o que a outrem não prejudica”.

O direito vem a ser nas incessantes transformações de seu conteúdo e forma de manifestação concreta no mundo histórico e social. A essência do direito é a libertação constante vivida no processo histórico, em vista disso, não pode se estagnar por “congelamento dogmático”, mas transformar-se, em um ímpeto constante de ruptura e reordenação mais abrangedora, que incorpora, transmuda e reenquadra constantemente as ordens superadas, em novos modelos, “com a poda necessária de suas partes mortas e o enxerto de suas partes vivas no projeto e efetivação do futuro a construir”. Cada mudança no direito é um instante do processo de sua eterna renovação.

Sobre a teoria apresentada, de clara influência marxiana, o autor ressalta que, de fato, ela se encontra além dos limites tópicos, porém, não é absolutamente utópica, a não ser como princípio-esperança e acredita que o impossível torna-se gradualmente possível, na medida em que nos conscientizamos para pressionar e conquistar, ponto a ponto, etapa a etapa, as condições fundamentais de libertação.

### **3.2. Estado e sociedade – breve panorama: do olhar tradicional ao libertário**

Para Aníbal Quijano, a ideia de sociedade está associada a uma racionalidade que consiste na congruência dos elementos da totalidade em uma lógica única. A sociedade seria tanto mais racional, quanto mais plenamente regida pela lógica da totalidade, sem a qual a própria sociedade não se poderia ser pensada. Para o autor, a ideia de realidade social está associada, no contexto da modernidade europeia, ao processo de formação do Estado-nação (2014a, p. 745-746):

A ideia de que a realidade social se constitui sempre como uma totalidade estruturada é uma questão antiga que permanece aberta. Essa ideia foi ganhando terreno no transcurso da modernidade europeia e contra uma resistência intelectual, particularmente dos empiristas britânicos. De fato, o ponto de partida da investigação científico-social desde o século XIX e durante o século atual pode parecer que a ideia de sociedade como totalidade havia se estabelecido, pelo menos formalmente, como um consenso virtual no debate. (...) A razão burguesa manteve uma posição ambivalente e contraditória frente à categoria da totalidade social, embora de maneira diferenciada entre as principais sedes centrais do movimento da modernidade. No contexto britânico, particularmente, se pode distinguir, de um lado, uma prática sobre toda a política, que não seria compreensível separada da ideia de totalidade: do outro, uma ideologia que explicitamente nega a essa categoria todo valor teórico, considerando-a uma abstração sem sustento na realidade social. Em verdade, a constituição e a admissão da ideia de totalidade social (também a categoria geral de totalidade?) parecem estar associados, na modernidade europeia, ao processo de formação do Estado-nação.<sup>101</sup>

---

<sup>101</sup> La idea de que la realidad social se constituye siempre como una totalidad estructurada es una cuestión antigua que permanece abierta. Esa idea fue ganando terreno en el transcurso de la modernidad europea, y contra una resistencia intelectual extendida, en particular entre los empiristas británicos. De hecho fue el punto de partida de la investigación científicosocial desde el siglo XIX, y durante el siglo actual pudo parecer que la idea de sociedad como totalidad se había establecido, por lo menos formalmente, como un consenso virtual en el debate.. (...) La razón burguesa ha tenido una posición ambivalente y hasta contradictoria frente a la categoría de totalidad social, aunque de manera diferenciada entre las principales sedes centrales del movimiento de la modernidad. En el contexto británico, particularmente se puede distinguir, de un lado, una práctica, sobre todo política, que no sería inteligible separada de la idea de totalidad: del otro, una ideología que explícitamente niega a esa categoría todo valor teórico, considerándola una abstracción sin sustento en la realidad social. (...)

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

A formação do Estado surge da busca de proteção aos interesses privados. O exercício da vida social realiza-se especificamente no âmbito privado, cuja defesa e fortalecimento são os motes propulsores e finalidade básica de toda ação social, como o interesse central de toda ação social. A própria ação do Estado é percebida como garantidora do âmbito privado. A sociedade aparece, não como uma relação entre as partes e uma totalidade e entre as partes dentro de um todo, mas entre privados originalmente atomizados e dispersos que, desde e ante si, estabelecem e regem suas relações. Nesse sentido, toda perspectiva de sociedade como totalidade tem de ser percebida desde esse ponto de vista, como uma ameaça contra o privilégio do privado, sendo o Estado o “público do privado” (QUIJANO, 2014a, p. 746, 753):

A própria ação do Estado é percebida como garantia do privado. A sociedade aparece de tal modo, não como uma relação entre as partes e uma relação entre as partes dentro de um todo, mas entre privados originariamente atomizados e dispersos que desde si e ante si estabelecem e regem suas relações, ou não. Toda ideia ou perspectiva da sociedade como totalidade tem que ser percebida, desde esse ponto de vista, como uma ameaça contra o privilégio do privado.<sup>102</sup>

De outro viés, a Política da Libertação apresenta o Estado como uma totalidade política criada a serviço da comunidade política, segundo as exigências históricas e circunstanciais dessa. Não é fonte própria de soberania, a comunidade política é fundamento último da existência e atuação daquele. O poder soberano sempre será da comunidade política, fonte perene e única de soberania. Não obstante, várias visões de Estado e de soberania se materializaram historicamente, sendo variados também os fundamentos do poder político, sempre com visão negativa.

---

En verdad, la constitución y la admisión de la idea de totalidad social (¿también la categoría general de totalidad?) parecen estar asociados, en la modernidad europea, al proceso de formación del Estado nación.

<sup>102</sup> La propia acción del Estado es percibida, ante todo, como garante de lo privado. La sociedad aparece, de tal modo, no como una relación entre las partes y una totalidad y entre las partes dentro de un todo, sino entre privados originalmente atomizados y dispersos que desde sí y ante sí establecen y rigen sus relaciones, o no. Toda idea o perspectiva de la sociedad como una totalidad tiene que ser percibida, desde esse punto de vista, como una amenaza contra el privilegio de lo privado.

### 3.2.1. Soberania e Estado

O Estado nem sempre foi uma forma de organização política tal qual se apresenta na atualidade e o conceito de soberania transmutou-se no movimento evolutivo histórico. Em um primeiro momento, o poder divino fundava a soberania, sendo os deuses os únicos detentores do poder e outorgavam o exercício deste diretamente ao soberano. Nesse viés, a autoridade política fundava-se na autoridade divina suprema delegada ao soberano. Aos poucos, o sagrado vai sendo substituído pela razão, que tem na propriedade a condição racional de sobrevivência, e o poder passou a fundar-se na propriedade e na razão.

Para Pietro Costa (2010, p. 82), a imagem medieval da ordem política é correspondente a visão de um cosmo hierarquicamente estruturado, sendo que a sociedade humana, tal qual o universo, é composta de papéis desiguais, de poderes e obediências rigidamente estabelecidos. A unidade do todo se rege sobre a desigualdade das partes: a diferenciação social, política e jurídica do *status* dos sujeitos e a sua disposição hierárquica tornam possível a existência da ordem. A ordem está inscrita na natureza dos próprios seres e repousa nas diferenciações objetivas entre eles. Nesse horizonte, no medievo podemos encontrar uma pluralidade de centros de poder, substancialmente autônomos, todavia idealmente buscando a unidade de uma ordem que encontra no *imperator* o seu vértice simbólico, sua condição de legitimidade.

Várias teorias intentam justificar e explicar a origem do Estado, bem como sua soberania, para os objetivos desta reflexão, o exame ficará adstrito a algumas teses, notadamente as contratualistas, por opção metodológica, que justificam e explicam o Estado como fenômeno original e histórico de dominação, utilizando-se de uma visão negativa de poder político – poder como dominação –.

Relativamente às teses contratualistas, Lênio Luiz Streck e José Luis Bolzan de Moraes (2006, p. 29) afirmam que a visão do Estado é instrumental, sendo que este consiste em um instrumento criado artificialmente pela vontade racional dos homens, com a finalidade de atingir determinados fins que marcam ou identificam as condicionantes de sua criação. O pensamento contratualista busca estabelecer a origem do Estado, bem como o fundamento do poder político, a partir de um acordo de vontades que finde o estágio pré-político – estado da natureza – e inicie a sociedade política – estado civil, *civitas*. Nesse sentido, o contrato aparece como instrumento de legitimação do Estado e como base sistemática para a construção do sistema jurídico.

A denominação Estado como conceito político aparece inicialmente em *O príncipe* de Nicolau Maquiavel. Iniciando a reflexão sobre a origem do Estado e o fundamento do poder político, citaremos o pensamento do filósofo, por ter sido este que primeiro utilizou o termo em sua conceituação político. Saliente-se que a referida expressão era usada na chamada Idade Média para qualificar condição ou situação social, porém, o filósofo passou a utilizá-lo politicamente, com a visão negativa de poder político, ou seja, poder como dominação.

Maquiavel entende que o príncipe é o fundador do Estado e deve manter-se no poder pela força, tanto bruta, quanto virtuosa. Alega que o poder funda-se na força, mas o príncipe deve possuir *virtù* para se manter no poder. O príncipe deve aprender, inclusive, a ser mau e se valer dessa maldade, em determinadas circunstâncias, segundo as necessidades contextuais. Nesse sentido, a *virtù* pode ser extraída de vícios. Segundo o filósofo (1983, p. 63), há coisas que parecem vícios, mas, se realizadas, trazem segurança e bem estar, basta ao príncipe a sabedoria de agir conforme as circunstâncias.

Thomas Hobbes, rompendo com a tradição medieval, sustentou que os homens deram origem ao Estado em busca de segurança, porquanto a igualdade entre os homens e sua liberdade ensejavam um estado de insegurança e de guerra, pois sendo livres e iguais, poderiam desejar a mesma coisa, discordar de ideias e, por isso, criar animosidades, lutar entre si, generalizando o estado de guerra de todos contra todos. Salienta (1983, p. 74):

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isso em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo.

O filósofo (1983, p. 78, 105) enfatiza que o direito da natureza ou *jus naturale* é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, da sua vida, fazendo tudo aquilo que seu julgamento e razão permitem fazer para alcançar tal fim. Dessa forma, o estado da natureza é um estado de discórdia provocada pela competição, desconfiança ou glória. Os homens estão constantemente envolvidos em competição pela honra e pela dignidade, inveja ou ódio. É

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

necessário um poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e injúrias uns dos outros, garantindo-lhes a segurança.

Diante disso, a única maneira é conferir toda força e poder a um homem ou a uma assembleia de homens que possa reduzir as diversas vontades a uma só. Nesse viés, o Estado surge após um pacto social com regras de convívio social e subordinação política. Nasceu, pois, para controlar e reprimir esse ímpeto natural, essa animosidade irracional. Todos submetem suas vontades à vontade do representante. Hobbes afirma que no pacto de cada homem com todos os homens, é como se cada um dissesse ao outro (1983, p. 105): “Cedo e transiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito autorizando de maneira semelhante todas suas ações”.

Nesse contexto, a multidão une-se numa só pessoa – Estado – a quem todos conferem autoridade, tamanha força e poder e “espada” que o terror inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da realização da paz entre eles e contra inimigos estrangeiros. O poder soberano, pois, é conferido a um homem ou assembleia de homens mediante o consentimento da união de vontades, estes são os soberanos, sendo que todos os restantes serão os súditos. Com o pacto, o soberano recebe o poder e a “espada” para possibilitar a realização deste, alcançando a finalidade da paz social, já que quem tem direito a um fim tem direito aos meios para a realização desse fim. A soberania para Thomas Hobbes estava acima das leis, afirma o filósofo (1983, p. 162):

O soberano de um Estado, quer seja uma assembleia ou um homem, não se encontra sujeito às leis civis. Dado que tem o poder de fazer e revogar as leis, pode quando lhe aprouver libertar-se dessa sujeição, revoando as leis que o estorvam e fazendo outras novas; por consequência já antes era livre. Porque é livre quem pode ser livre quando quiser. E ninguém é possível estar obrigado perante si mesmo, pois quem pode obrigar pode libertar, portanto quem está obrigado apenas perante si mesmo não está obrigado.

O soberano surge devido ao pacto, em cuja decorrência se constitui uma sociedade, *civitas*, o que não existia antes. O poder do soberano tem de ser absoluto para garantir a segurança, sob pena de se perpetuar o estado de guerra. Cabe àquele, portanto, a segurança e proteção de seus súditos que se submetem livremente a seu poder. O soberano, pois, deve ser temido, tanto pelos súditos quanto pelos inimigos. Nesse sentido, o Estado hobbesiano é

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

marcado pelo medo, antes do estado de guerra e depois do grande poder<sup>103</sup> àquele concedido em troca de proteção. “Os homens firmam entre si um pacto de submissão pelo qual, visando a preservação de suas vidas, transferem a um terceiro (homem ou assembleia) a força coercitiva da comunidade, trocando voluntariamente sua liberdade pela segurança do Estado-Leviatã” (MELLO, 2006, p.86)

John Locke, considerado um dos principais representantes do jusnaturalismo, afirma que a passagem do estado da natureza ao estado civil é mediada por um contrato social. Locke, em sua concepção individualista, entendia que os homens viviam originalmente em um estágio pré-social e pré-político – estado da natureza - caracterizado pela extrema liberdade e igualdade, relativa paz e concórdia. Para o filósofo, os homens já eram dotados de razão e desfrutavam da propriedade que, para ele, tal como a vida e a liberdade, era um direito natural.

Não obstante o estado da natureza relativamente pacífico, há a possibilidade de violação dos direitos do homem – vida, liberdade e bens –. Diante da liberdade existente no estado da natureza, a invasão dos direitos do homem por outros, gera o direito de castigo dos transgressores da lei, na medida do entendimento e julgamento de cada um e, na falta de lei estabelecida, juiz imparcial e força coercitiva para dirimir contradições e executar decisões, coloca os indivíduos em estado de guerra contra os outros.

Diante desse contexto, a necessidade de superar tais inconvenientes levou os homens a se unirem e estabelecerem livremente entre si um pacto social que funda a sociedade política, em que, dentre os principais fundamentos está a proteção dos direitos naturais do homem. Afirma John Locke (1978, p. 71):

Sendo os homens, conforme acima dissemos, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela. Qualquer número de homens pode fazê-lo, porque não prejudica a liberdade dos demais; ficam como estavam na liberdade do estado da natureza. Quando qualquer número de homens consentiu desse modo em constituir uma comunidade ou governo, ficam, de fato, a ela

---

<sup>103</sup> Da espada pública como salienta o filósofo. Ver Hobbes, 1983.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

incorporados e formam um corpo político no qual a maioria tem o direito de agir e resolver por todos.

Lênio Streck e Bolzan de Moraes enfatizam que John Locke alterou substancialmente o conteúdo do contrato, admitindo, inclusive, seu caráter histórico, muito embora permaneça tal pacto como legitimador do poder. A existência e permanência dos direitos naturais circunscrevem os limites da convenção. O “pacto de consentimento” que se estabelece serve para preservar e consolidar os direitos já existentes no estado da natureza. O acordo é firmado com a intenção de resguardar a possibilidade de generalização do conflito. Por intermédio do pacto os indivíduos dão seu consentimento para a entrada do estado civil e, posteriormente para a formação do governo que agirá em nome dos cidadãos, assumindo o princípio da maioria. Afirmam os autores (2006, p. 34)

(...) para John Locke, a passagem do Estado de Natureza para o Estado Civil, mediada por este Contrato Social, se fará para permitir que aqueles direitos pré-sociais, vistos como direitos naturais, dos indivíduos, presentes no Estado de natureza, possam ser garantidos mais eficazmente pelo soberano. Assim, o conteúdo do Contrato Social será constituído pelo conjunto de direitos naturais presentes no EN<sup>104</sup>, os quais irão traçar os limites do poder soberano no Estado Civil.

Segundo o pensamento de Locke, o corpo político formado pela união das vontades assume a obrigação com todos os membros da sociedade de submeter-se às decisões da maioria, que se considera como sendo a decisão de todos, com o intuito de proteger os direitos naturais pré-existentes ao Estado. As decisões, as leis, portanto, não podem contrariar ou alterar os direitos pré-existentes, apenas protegê-los, pois os direitos naturais são inalienáveis. Da mesma forma, o exercício do poder além do limite do pacto social, sem ser direcionado a satisfazer os direitos e proteger a propriedade da sociedade, implica tirania. Para o filósofo, a tirania começa com a transgressão da lei para dano de outrem. Contra o exercício da tirania, é lícita a resistência e oposição.

Jean-Jacques Rousseau entende que toda intervenção de poder deve ser para justificar ou constituir a vontade da nação, para o filósofo, há uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. A soberania advém da vontade do povo ou vontade geral que é unificada e colocada, mediante convenção, a que denomina pacto social, nas mãos do governante, mas sob a suprema direção da vontade geral. A soberania do povo

---

<sup>104</sup> Abreviação utilizada, originalmente pelos autores, significa Estado de Natureza.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

dá-se por intermédio de um contrato no qual os indivíduos transformam-se em cidadãos de uma comunidade orientada ao bem comum.

O contrato social, na visão de Rousseau advém da necessidade de união de forças entre os homens como meio de protegê-los e orientá-los para a realização do interesse comum. O ato de associação pauta-se em um acordo multilateral no qual se convencionam compromissos recíprocos, sob a direção suprema da vontade geral, ou seja, a vontade que governa a vida da nação durante diferentes idades e contextos. A desigualdade física dos homens é compensada pela igualdade de direitos advinda da convenção social. Nesse sentido, há uma conexão recíproca entre o público e o privado, sendo que cada indivíduo acha-se ligado sob um duplo aspecto: membro do soberano em relação aos particulares e como membro do Estado em relação ao soberano. Desde que a multidão reunida constitui um corpo, não se pode ofender um dos membros sem atacar a integralidade, neste caso, as partes contratantes devem auxiliar-se mutuamente para a obtenção da finalidade comum (1983, p. 33, 34).

Embora haja interesses particulares contrários ou diversos da vontade geral, esta deve prevalecer, porque de interesse comum da sociedade. De fato, como indivíduo, o homem pode ter vontade própria diferente do interesse comum, mas, como cidadão, tal vontade deve se submeter racionalmente à vontade geral, porque ela visa ao bem comum. O homem não é mais tão somente instinto, agora ele é razão e sabe que necessita da associação para garantir sua segurança e efetivar direitos. Estabelecendo-se o pacto, aquele que recusar a obedecer à vontade geral será constrangido por todo o corpo, a fim de legitimar os compromissos políticos e civis, sem que isso seja considerado uma tirania.

A esfera pública em Rousseau ganha precedência em relação à privada, sendo que o objetivo da ordem pública não é simplesmente assegurar a liberdade e a propriedade privada. As leis devem refletir a vontade geral. O direito que cada particular tem sobre sua propriedade está subordinado ao direito que a comunidade tem sobre todos. Sem isso não haveria solidez no vínculo social, nem força no exercício da soberania, entendida, por sua vez como exercício da vontade geral. O corpo político, pois deverá exercer o poder sempre de forma adstrita àquela. Todo ato de soberania é ato autêntico da vontade geral, obriga ou favorece igualmente aos cidadãos, sem privilégios ou diferenças infundadas.

Não obstante, deve-se estatuir o que seja vontade geral, a fim de que se possa realizá-la. A reunião da universalidade da vontade é ordenada pela lei, expressão da soberania

popular. Segundo Rousseau (1983, p. 56) a lei é ato autêntico da vontade geral. O povo é o autor das leis às quais devem respeito e os mandamentos nada mais são do que expressões da vontade geral, ainda que esta seja fruto de consenso pautado pela maioria.<sup>105</sup>

Tércio Sampaio Ferraz Júnior (1994, p. 178) afirma que a soberania é intrinsecamente marcada por mecanismos de apossamento de terra e da riqueza, sendo que, a partir do Renascimento<sup>106</sup>, com o crescimento das atividades mercantis, o intercâmbio com o Oriente, as grandes descobertas, afetaram a relação concreta do senhor sobre a terra e sobre os que nela vivem. Por meio do comércio, engendra-se uma nova forma de relação, que não é poder apenas sobre objetos, sobre bens, riquezas, mas é poder a possibilidade de apossamento de terras, bens e riquezas.

Alysson Leandro Mascaro destaca que figuras de poder político anteriores até poderiam levar o nome de Estado e entende o autor que até podem ser considerados embriões do Estado contemporâneo, mas não operam da mesma forma, isso porque, nesse processo marcado por contradições, marchas, refluxos, a forma política instaurada foi a tipicamente capitalista<sup>107</sup>. Considera o autor (2013, p. 56)<sup>108</sup>:

O momento central e decisivo para a consolidação do poder político estatal capitalista é a Idade Moderna. Se a Idade Média é desconhecadora da forma política estatal e a Idade Contemporânea é plenamente assentada no Estado, a Idade Moderna é uma fase de transição. Pode-se enxergar nela o germe da forma política atual, embora nem todas as estruturas de reprodução econômica capitalista estejam presentes. Já há uma classe burguesa, há um circuito intenso de troca de mercadorias, mas há uma política absolutista, que respalda privilégios estamentais e está ainda jungida à Igreja. Trata-se de um processo conflituoso e contraditório, que revela, menos que um circuito político-social contínuo, lógico e estável, uma consolidação de instituições e padrões de poder a partir de movimentações sociais e de classes não necessariamente funcionais nem intencionais.

Por conseguinte, o Estado moderno não pode ser confundido com outras formas de poder da história nem ser considerado como a única estrutura de dominação política possível às sociedades. Dos velhos aparelhos políticos à moderna forma de Estado, o processo é de ruptura, criação e reconfiguração de instituições políticas que se sucedem. Comenta o autor

<sup>105</sup> Para o filósofo, o fato de o consenso ser referente à maioria das vontades, não retira o seu valor de vontade geral, uma vez que o seu conteúdo deve ser, necessariamente, referente ao interesse comum.

<sup>106</sup> A ideia é do autor citado e, por isso a utilização da expressão Renascimento.

<sup>107</sup> O autor faz uma tessitura reflexiva acerca de que o Estado é uma manifestação especificamente moderna e capitalista. Ver mais em Alysson Leandro Mascaro, 2013.

<sup>108</sup> Mascaro considera o nexos entre capitalismo e Estado estrutural. O aprofundamento da questão não é o foco do presente trabalho, de modo que o recorte faz-se necessário.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

que os senhores feudais enfeixavam em si os poderes sociais de tal modo que pouco restava a outras formas de mediação ou imposição social. A existência de outros poderes, tais como o da Igreja, não eram concorrentes com o poder econômico-político feudal.

A soberania, desde a chamada Idade Média, fez-se em torno de um poder real que tendeu a um centralismo crescente. O rei era o centro do poder político, nele se fundava o poder soberano. O crescimento das atividades mercantis, o intercâmbio com o Oriente, as colonizações foram fatores que mudaram a noção de soberania. Por meio de um comércio engendra-se uma nova forma de relação que não é poder sobre objeto, bens, riquezas, propriedade em geral, mas o poder sobre o trabalho, que gera a possibilidade de se adquirir riquezas. Trata-se de um poder disciplinar que, ao contrário da soberania medieval é mais contínuo e permanente, dessa forma, a relação externa entre senhor e súdito passa a um exercício interno de poder de organização, de disciplina e de comando. Sustenta Tércio Ferraz Júnior (1994, p. 178):

Esta nova forma de soberania exige do Estado uma capacidade gestora dos bens comuns, em consequência, a ideia de cálculo, de arte econômica (economia política). (...) o crescimento populacional exigiu uma espécie de quantificação racionalizada da produção e do consumo social (estatística). As populações passam a ser, simultaneamente, o sujeito das necessidades, das aspirações e o objeto nas mãos do governo. Assim, a soberania, antes uma relação externa entre senhor e súdito, toma agora a forma de um exercício interno de comando e de organização. Ela se burocratiza. Multiplicam-se as agências estatais. *O direito de soberania se transforma também num direito de sistematização centralizada das normas de exercício do poder de gestão.*

Seguindo esse raciocínio, a soberania, antes relação externa entre senhor e súdito, toma forma do exercício interno de comando e de organização, burocratiza-se, multiplica-se em agências estatais, centralizando também o poder de sistematizar as normas de exercício do poder de gestão. Nessa ordem de ideias, a concepção do ordenamento como sistema é consentânea com o aparecimento do Estado moderno e o desenvolvimento do capitalismo. O direito nascia centralizado no soberano e nele fundava-se a obediência e os limites do Estado e do direito. Alysso Leandro Mascaro (2013, p.18) enfatiza que devido à circulação mercantil e à posterior estruturação de toda a sociedade sobre parâmetros de troca, surge o

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Estado como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho, sendo a soberania fundamental para tal relação.<sup>109</sup>

A soberania, em um primeiro momento, centrou-se no âmbito divino, a autoridade suprema era divina, sagrada, os únicos soberanos eram os deuses e estes ditavam as leis à comunidade. Progressivamente, o sagrado foi substituído pela relação externa de propriedade entre rei e súdito e, após, pela técnica do saber e o direito divino foi substituído pelo direito racional que não indaga as relações morais do bem da vida, mas as condições efetivas e racionais da sobrevivência e o faz por intermédio de soluções técnicas inseridas em doutrinas jurídicas sistematizadas. O sagrado cedeu lugar à razão. Enrique Dussel (2011, p. 120) salienta:

O conceito de soberania sofreu uma evolução no que tange ao seu referente. No começo, os únicos soberanos eram os deuses, que ditavam as leis da comunidade. Depois, lentamente os deuses deram esse poder delegado aos reis, como vemos no Código de Hammurabi na mesopotâmia (no século XVIII a.C). Na república romana o senado tinha soberania, uma oligarquia minúscula. O processo histórico terminará por compreender que a soberania pertence somente à comunidade política, ao povo. O povo é o único soberano, primeira e última instância de autodeterminação na criação de todas as instituições (...).<sup>110</sup>

O soberano é o povo e o Estado é uma instituição em seu serviço e, como toda instituição, deve exercer delegadamente a soberania popular, não em nome próprio, mas em nome de toda a comunidade política. Quando se pretende cumprir o poder em nome próprio e não do povo, única sede da soberania, ocorre a inversão do sentido, bem como a ocultação da verdadeira fonte do poder, proporcionando a corrupção suprema da política.

---

<sup>109</sup> O autor segue defendendo ser o Estado necessário à reprodução capitalista, sendo o amálgama necessário de capitalistas e trabalhadores, sob o signo de pátria ou nação. A existência de um âmbito político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva. No entanto, essa digressão não é afeta ao objeto do trabalho. Ver mais em Mascaro, 2013, p.15-50.

<sup>110</sup> El concepto de soberanía sufrió entonces una evolución en cuanto a su referente. Al comienzo los únicos soberanos eran los dioses, que dictaban las leyes de la comunidad. Después lentamente los dioses dieron esta potestad delegada a los reyes, como lo vemos en el Código de Hammurabi en Mesopotamia (en el siglo XVIII a.C). En la república romana la soberanía la tenía el Senado, una oligarquía minúscula. El proceso histórico terminará por comprender que la soberanía pertenece solo a toda la comunidad política, al pueblo. Es el pueblo es el único soberano, primera y última instancia de autodeterminación en la creación de todas las instituciones (...)

### **3.2.2. Estado como mediação para realização de vida da comunidade política**

Sob a ótica da Política da Libertação, o Estado constitui-se a partir de uma vontade instituinte e terá a função conjuntural concreta determinada pela comunidade política. Nasce para realizar vida, não obstante, desde a concepção moderna, funda-se na dominação, na coação, erigido sobre uma matriz corrompida de poder fetichizado que privilegia interesses de determinados grupos sociais, afastando-se das exigências de realização e desenvolvimento de vida da comunidade que o institui e funda. A institucionalização do poder político instituinte é mediação necessária para a efetivação desse poder político pautado na vontade de viver. Sob esse império, o poder instituinte, indiferenciado, cinde-se e cria as instituições – poder instituído – com partes e funções heterogêneas organicamente determinadas, a fim de possibilitar a realização das mediações necessárias para o desenvolvimento da vida empírica da comunidade. Márcio Soares Berclaz (2013, p. 282), afirma:

Sendo o Estado uma criação humana, evidente que sua existência precisa se justificar para aumentar a chance de reprodução da vida, não o contrário. É por conta disso que o Estado, na sua principal finalidade de existir perante o cidadão, precisa produzir políticas públicas que atendam e permitam incrementar a realização de direitos humanos (ter saúde, ter educação, ter o que comer/beber, ter onde morar etc.). Do mesmo modo, não há como se despertar interesse e motivação da sociedade em participar dos assuntos relativos ao Estado se não for com o propósito de criar condições capazes de melhorar a vida do povo.

O poder indiferenciado autodetermina-se e constitui-se em instituições que lhe permitem a realização da ação estratégica com o objetivo de desenvolver a vida da comunidade. Em outras palavras, o poder político indeterminado, abstrato, sem mediação, que emana da pluralidade de vontade formalizada em um consenso discursivo racional necessita, para seu exercício empírico, de mediações que ocorrem, justamente, no campo das instituições políticas. Sem elas não há atualização e o poder abstrato ficará reduzido à abstração e irrealização. Nesse sentido, Dussel afirma que as instituições são as mediações do poder (2009, p. 199)

O exercício empírico do poder demanda diferenciação antes da delegação, com determinação de funções específicas, distintas, heterogêneas para que cada membro da instituição exerça diferencialmente parte do poder do grupo operando em nome de todas as vontades por consenso racional e dialógico. Para Dussel (2009, p. 200) diferenciação ou institucionalização são graus de eficácia instrumental no exercício do poder da comunidade.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Nesse viés, a identidade indiferenciada determina-se e diferencia-se em estruturas relacionais, com funções distintas e forças relacionadas, possibilitando o exercício empírico do poder.

A comunidade política, então, institucionaliza-se criando uma estrutura abstrata a quem delega o poder político para que aja de acordo com ele, realizando e incrementando a vida humana. Essa estrutura abstrata, com grau máximo de complexidade política, auto-organiza-se com legitimidade para cumprir a tarefa com conteúdo de vida dos cidadãos. A instituição não é soberana em si mesma, exerce delegadamente o poder, respeitando a unicidade da vontade da comunidade política externada consensual e dialogicamente. A cada instituição ou função política assinala-se uma cota de poder político.

Nesse sentido, pode-se entender Estado a macrossistema institucional de uma comunidade política institucionalizada, é uma “criação da soberania popular” (DUSSEL, 2011, p. 121). O Estado, pois, será uma totalidade política criada a serviço da comunidade política, segundo as exigências históricas e circunstanciais dessa. Saliente-se que o Estado não é fonte própria de soberania, o cidadão representado pela instituição é sempre membro pleno e permanente, fundamento último da existência e atuação daquele. O poder soberano sempre será da comunidade política, fonte perene e única de soberania. Não há transferência, alienação, mudança de titularidade ou perda, tão somente delegação daquele.

Ao institucionalizar-se, o poder fraciona-se em partes funcionais heterogêneas organicamente determinadas. A relação obediencial entre poder instituído e instituinte deve ser constante. O poder instituído deve ser constantemente renovado por sua fonte instituidora e fundamento da autoridade da comunidade política. Cada ator institucional exerce cota de poder diferenciado e deve fazê-lo delegadamente, em nome da comunidade.

No processo de institucionalização, sociedade política instituída estrutura a diferenciação do poder político, outorgando a cada parcela institucional, poder específico, fruto de um consenso político racional com alicerce material que fundamentará as demais tomadas de decisão da comunidade. É, pois, um passo do poder soberano - *potentia* - que se diferencia, se institucionaliza e se determina como poder instituinte – constituído, *potestas* – para dar-se uma lei fundamental que definirá o fundamento legal, constituirá e estruturará juridicamente a estrutura estatal e a sociedade. Nessa esteia, a comunidade política afirma-se, refletindo sobre si mesma, porém, de forma institucionalizada, cuja última instância sempre



será o poder da comunidade política que se apresenta como decisão consensual da razão comunicativa.

O Estado exerce o poder, a soberania popular, em nome da comunidade política. O exercício da soberania em nome próprio é efeito de uma fetichização do poder que ocorre quando há rompimento do exercício do poder com a fonte primeira que delegou tal exercício. No exercício fetichizado, oculta-se a verdadeira fonte do poder e exerce a soberania em nome próprio e não em nome da comunidade política. Tal inversão caracteriza a corrupção suprema da política. O político diz-se fonte soberana do poder, porque pretende ter o “monopólio do poder” (DUSSEL, 2011, p. 121), quando, na realidade, usurpou o que não lhe pertencia inteiramente<sup>111</sup>, afirmando-se “dono do poder”.

Decisões individualistas, pautadas em interesses particulares que não guardam relação com a pretensão de justiça política por parte dos governantes têm, na sua essência, a matriz corrupta, porque desvirtuam o exercício do poder cujo fundamento é a realização da vida da comunidade para a realização de interesses de vida de alguns. Os governantes que se predizem fonte e sede de poder exercem, pois, ilegitimamente o poder.

### **3.3. O sistema de direito e sua função no campo político**

Jesús Antonio de La Torre Rangel entende que a estrutura teórica do direito atual remonta à modernidade. A concepção jurídica moderna criou um aparato governamental com centralização de exercício do poder, criação e aplicação da legalidade. O direito funciona como uma instância normativa da classe dominante, sendo as normas jurídicas a expressão última da estrutura sócio-econômica. Em sendo assim, vivemos a “legalidade da injustiça”, tendo em vista que a normatização responde aos anseios dominadores e exploradores da racionalidade capitalista.

Os princípios jurídicos, políticos e econômicos derivam da concepção individualista de ser humano predominante na sociedade liberal. O princípio jurídico fundamental é o direito do indivíduo a liberdade pessoal, que se opõe a obrigação de outros indivíduos e do Estado de respeitar esse direito a liberdade. Nesse sentido, o Estado é uma instituição cujo único objeto é assegurar ao indivíduo a maior quantidade de liberdade. O Estado nasce da

---

<sup>111</sup> A soberania do político é auferida por intermédio de sua cidadania, enquanto membro da comunidade política, não individualmente como se fosse fonte única do poder soberano.

livre decisão dos homens, por efeito da vontade contratual dos indivíduos. (RANGEL, 2006, p. 76)

A concepção moderna de direito é unívoca, reduziu o direito à lei que procede do Estado. “Direito é igual à lei do Estado e lei do Estado é igual a Direito” (RANGEL, 2006, p. 82). O Estado produz o direito objetivo e este desenvolve o aspecto social, em cujo cerne está o capitalismo. Nesse contexto, o direito moderno sofreu um processo de fetichização, em seu conteúdo e sua forma, ou seja, criado pelos homens, transformou-se em algo divino, absoluto, ao qual é necessário obedecer e render culto.

De outro viés, enfatiza o autor que o jurídico é fundamental no “bloque histórico”<sup>112</sup> das forças coordenadas na luta por formar uma sociedade mais livre, mais igual e mais fraterna, entende o autor que a organiza política deve basear-se em uma concepção integral de homem, considerando-o como ser tanto com valor individual como uma tendência e uma necessidade social, *in verbis* (2006, p. 19):

(...) entre o biombo indivíduo-sociedade existe uma solidariedade que retroalimenta a ambos em seu desenvolvimento, uma complementaridade dialética, tanto o indivíduo como a sociedade são valiosos e se pressupõem para seu mútuo desenvolvimento.<sup>113</sup>

Nesse sentido, a finalidade do direito é o bem comum e a justiça e este pode ser colocado a serviço da comunidade, como instrumento de libertação. Contemplando a juridicidade de forma menos ideal e mais real, desde o mundo dos pobres, desde os marginalizados, desde os “sem direitos”, desde os que possuem direitos formais, mas não reais, o direito pode ser instrumento orientador do Estado, bem como o instrumento orientador do atuar, solidário e libertador, do povo. Jesús Antonio de la Torre Rangel (2006, p. 20) destaca:

A organização jurídico-estatal, solidária e libertadora é circular. Por um lado deve ser o ideal e o reflexo do atuar dos membros do Estado, mas, essa mesma organização deve estar de tal maneira orientada que permita ao povo

---

<sup>112</sup> Unidade historicamente orgânica. Categoria utilizada pelo autor, pautada nas reflexões de Antonio Gramsci. Sobre o assunto, Jesus António de la Torre Rangel, 2006, capítulo IV.

<sup>113</sup>(...) entre el biombo individuo-sociedad existe una solidaridad que retroalimenta a ambos en su desarrollo, una complementariedad dialéctica; tanto el individuo como la sociedad son valiosos y se presuponen para su mutuo desarrollo.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

do Estado o atuar solidário e libertador, como sujeito da História e ator no terreno existencial da luta pela justiça e pelo bem comum.<sup>114</sup>

Enrique Dussel entende o sistema de direito como um aspecto formal do sistema político. Entende o filósofo que existe no sistema político - como totalidade - um aspecto formal que garante a legitimidade procedimental por meio da participação simétrica dos afetados – princípio democrático – que juntamente aos aspectos material e factível possibilitam a realização e desenvolvimento da vida humana. Situado no âmbito das mediações sistêmicas da política, o sistema jurídico possui como função específica permitir e justificar a ação das instituições políticas com a finalidade de realizar atos possíveis e, assim, desenvolver e reproduzir a vida humana, em outras palavras, cumprir a pretensão política de justiça.

O princípio democrático determina a institucionalidade da comunidade política que, como soberania popular, dá-se a si mesma as normas e se obriga a obedecê-las. Segundo Dussel (2001, p. 150) a comunidade política – e cada membro – se autoconstitui com o dever de cumprir a lei que se autopromulgou democraticamente. Surge, pois, o sistema de direito, guardando a legitimidade democrática das decisões, com conteúdo material e nos limites da factibilidade. A soberania da comunidade política se autoconstitui institucionalmente e obriga-se a cumprir as leis que ela própria autopromulgou democraticamente. Para o filósofo, o sistema de direito possui a função específica de constituir a referência formal ou a institucionalização dos deveres e direitos que devem cumprir todos os membros da comunidade política enquanto soberana. A pretensão política de justiça tem no sistema de direito a garantia procedimental formal da legitimidade. É uma “legítima pretensão” porque respeita um marco de decisões institucionais que se autorregulam, enquanto em comum acordo – simétrico – democrático com todos os demais afetados, geram regras, normas que valem para todos os cidadãos equitativamente.

O olhar mais formal do sistema jurídico apresentado por Dussel é ampliado no presente estudo. Salienta-se, mais uma vez, que empiricamente, o sistema legal é uma realidade do direito, não sendo, todavia, a única dimensão de constituição do sistema jurídico.

---

<sup>114</sup> La organización jurídico-estatal, solidaria y liberadora, se hace en un círculo. Por un lado debiese el ideal y el reflejo del actuar de los miembros del Estado, pero a su vez esa misma organización debe estar de tal manera orientada que permita al pueblo del Estado su actuar solidario y liberador, como sujeto de la Historia y actor mismo en el terreno existencial de la lucha por la justicia y el bien común

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O direito não se resume às leis, nem ao âmbito estatal, embora o estudo presente tenha escolhido justamente a esfera legal para reflexionar sob um viés crítico, a partir de uma nova fundamentação política. A legitimidade sistêmica a ser resguardada para a concretização da pretensão política de justiça não é somente a formal, o sistema de direito deve pautar-se na realização dos princípios políticos normativos – material, formal e factível. Dessa forma, a análise da legalidade de uma ordem não será observada somente em termos formais de validade positiva, mas de legitimidade política obtida mediante o respeito aos princípios normativos políticos.

Seguindo esse raciocínio, o sistema de direito será marco legítimo de legalidade se for fruto da institucionalização do poder comunicativo, com conteúdo de vida, nos limites de sua factibilidade. Nesse sentido, as exigências da produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana afetiva, racional e comunitária devem ser erigidas mediante consenso racional no qual a melhor razão foi escolhida simétrica e democraticamente pelos participantes, nos limites factíveis de sua realização. As normas advindas dessa autorregulamentação são, pois, marcos legítimos de legalidade jurídica.

### **3.3.1. O dever-ser normativo - olhar tradicional**

Sob o viés liberal moderno, a lei emanada do Estado é fonte de poder e somente ela pode determina e organiza racionalmente a sociedade. O complexo institucional formado desde o século XVIII constitui um sistema de controle do indivíduo que o isola, mede, vigia, hierarquiza, pune, disciplina de acordo com os critérios normalizadores que se espalham em diversos âmbitos institucionais da sociedade, tais como escolas, hospitais, fábricas. Os indivíduos, a partir de então, sofrem a incidência de poderes constantes e constritivos que moldam suas ações, bem como o modo de constituição da sociedade e da subjetividade (FONSECA, 2004, p. 265)

Para Hans Kelsen o Estado é uma sociedade política que pode formar uma unidade social, apenas com base em uma ordem, ou seja, o elemento constitutivo da comunidade política é uma ordem, cujo cumprimento é pautado na coerção. Afirma o autor (2001, p. 276):

O Estado não é seus indivíduos; é a união específica de indivíduos, e essa união é função da ordem que regulamenta sua conduta recíproca. É apenas nessa ordem que a comunidade social existe. É uma comunidade política porque e na medida em que o meio específico pelo qual essa ordem reguladora busca atingir seu fim é a decretação de medidas de coerção.

Sustenta, ainda, que a ordem jurídica de um Estado é um sistema hierárquico de normas legais, cuja validade repousa em autorizações hierarquicamente superiores. Nesse sentido, o fundamento de validade de uma norma é outra norma. “Um *dever ser* deve ser sempre deduzido de outro *dever ser*; nunca é consequência de um mero ser” (KELSEN, 2001, p. 215) fundado em *ultima ratio* em uma norma hipotética, base de todos os juízos jurídicos de valor possíveis na estrutura da ordem jurídica de um Estado.

O dever-ser jurídico ficou adstrito à legalidade formal da norma jurídica, aferida mediante a observância de critérios formais de produção, competência e produção normativa. Para Hans Kelsen, um dos maiores expoentes do positivismo jurídico, o sistema jurídico é unitário, orgânico, fechado, completo e autossuficiente, nada faltando para o seu aperfeiçoamento. Normas hierarquicamente inferiores buscam seu fundamento de validade em normas hierarquicamente superiores. O ordenamento jurídico resume-se, pois, a um complexo de relações normativas, sem fatos extrajurídicos, sendo que a norma fundamental desempenha o papel de fechamento desse sistema normativo escalonado. Para o filósofo, o sistema de direito é um sistema hierárquico de normas legais fundado em uma norma transcendental que ordena e dá segurança a todo o ordenamento.

O fenômeno da positivação do direito permitiu a criação e manipulação de uma estrutura normativa racional, um todo homogêneo, conjunto de preceitos reguladores. Tal sistema de normas, diante de sua mobilidade necessitava de um conceito que permitisse operacionalizar dicotomias, mantendo a unidade e coerência. Nessa esteira de pensamento, o dever-ser estava vinculado à formalidade. A norma válida será expedida pela autoridade competente, dentro da forma procedimental prevista e publicada de acordo com parâmetros legais superiores a ela. A legalidade é extraída pelo cumprimento objetivo da lei, verificado pelas instâncias hierárquicas de legalidade.

O critério de validade de uma norma é formal, para Hans Kelsen, a validade só pode ser verificada em relação a outra que a antecede hierarquicamente, sendo que fundamentalmente há a *grundnorm*, abstrata, desprovida de conteúdo ético ou empírico, validando todo o conjunto jurídico, pressuposta a todo o ordenamento, anterior ao sistema e condição para a existência desse. Os valores são relacionais, relativos, no caso das normas jurídicas, a validade não pode depender de relações, a não ser entre normas inseridas em um mesmo sistema hierarquizado, em que uma norma subordinada tem o seu fundamento de

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

validade em outra norma, hierarquicamente superior. O juízo de valor feito por Kelsen, pois, é a verificação e conformidade com a norma pressuposta. O valor não é inerente ao objeto, mas à relação do objeto com a norma pressuposta.

Para Kelsen, a validade justifica o *dever ser*. É a “força da obrigatoriedade” que faz da lei um comando, sendo que a obrigatoriedade depende do fato de o indivíduo que comanda ser autorizado para tal, investido de poder. O sistema jurídico possui uma estrutura hierárquica, sendo que o critério de validade é derivado de uma norma hierarquicamente superior. A função da norma fundamental é tornar possível a interpretação normativa de certos fatos. Ela não é produto aleatório da imaginação jurídica, seu conteúdo é determinado por fatos, através dos quais se aplica a referida ordem e aos quais se conforma de uma maneira geral, a conduta dos indivíduos regulada por essa ordem.

Segundo o filósofo, a procura do fundamento de validade de uma norma não é *regressus ad infinitum*, é limitada por uma norma mais alta que é fundamento último de validade de uma norma dentro do sistema normativo. Com relação à norma fundamental, afirma o filósofo (2000, p. 163):

Chamamos de norma “fundamental” a norma cuja validade não pode ser derivada de uma norma superior. Todas as normas cuja validade podem ter sua origem remontada a uma mesma norma fundamental, formam um sistema de normas, uma ordem. Esta norma básica, em sua condição de origem comum, constitui o vínculo entre todas as diferentes normas em que consiste uma ordem.

Norberto Bobbio (1995, p. 61, 62) afirma que a validade de uma norma diz respeito à pertinência desta ao ordenamento. A primeira condição para que uma norma seja considerada válida é que ela advenha de uma autoridade com poder legítimo de estabelecer normas jurídicas. Para o autor, O ordenamento jurídico é estruturado hierarquicamente em forma de pirâmide, sendo que a norma fundamental é o critério supremo que permite estabelecer se uma norma pertence a um ordenamento, sendo o fundamento de validade de todas as normas do sistema. A norma fundamental é, simultaneamente, o fundamento de validade e o princípio unificador das normas de um ordenamento. É uma convenção ou uma proposição posta no vértice do sistema para que a ela se possam reconduzir todas as demais normas.

Na visão de Bobbio (1995, p. 51), a produção jurídica é expressão do poder soberano e sua execução revela o cumprimento de um dever. Para o autor, uma norma que

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

atribui a uma pessoa ou órgão o poder de estabelecer normas jurídicas, atribui, ao mesmo tempo, a outras pessoas o dever de obedecer. “Poder e dever são dois conceitos correlatos: um não pode ficar sem o outro”. A força é um instrumento necessário do poder, não é seu fundamento, não obstante, é indispensável para o exercício do poder e não para justificá-lo. Os detentores do poder são aqueles que têm a força de fazer respeitar as normas que deles emanam. “O Direito é a expressão dos mais fortes e não dos mais justos”.

Sob esse viés, o direito é impensável sem a força que advém do poder. O fato de se colocar o poder como fundamento último do ordenamento jurídico não significa reduzir o direito à força, mas simplesmente reconhecer que a força é necessária para a realização daquele, garantindo sua eficácia. Para Kelsen (2001, p. 263), se dizemos que uma norma existe queremos dizer que é uma norma válida. As normas são válidas para aqueles cuja conduta elas regulamentam, dessa forma, o indivíduo deve conduzir-se segundo prescreve a norma. A norma jurídica é a expressão do dever-ser, porque contém em si a força necessária à obediência de seus comandos, estipulando, quando for o caso, sanção para conduta contrária aos seus mandamentos.

Max Weber (2013, p. 60) sustenta que Estado e violência têm relação íntima. Desde sempre, agrupamentos políticos mais diversos, iniciando-se pela família, recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal do poder. Não obstante, entende o autor que o Estado contemporâneo reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. Nesse caso, o Estado é a única instituição que tem a autorização para o uso de esforços que podem chegar à violência com o intuito de exercer o seu poder. Salienta o autor que o Estado consiste em uma relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência legítima. Dessa feita, somente pode existir se os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada mediante força.

O dever-ser, entendido como dominação para Max Weber (2013, p. 61), pode ser justificado por três razões: Inicialmente, a autoridade do “passado eterno”, ou seja, de costumes santificados, hábito enraizado nos homens. Segundo o autor, assim se apresenta o “poder tradicional” que o patriarca ou senhor de terras exercia. Em segundo lugar, a autoridade baseada em dons naturais pessoais e extraordinários de um indivíduo, a que o autor denomina carisma, que implica devoção e confiança estritamente pessoais. Nesse sentido, o poder é “carismático” e pode ser exercido pelo profeta ou por um herói de guerra, dirigente guerreiro eleito, soberano escolhido. A obediência dá-se por fé na pessoa que



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

inspira tal confiança e não por costume ou força de uma lei. Finalmente, a autoridade imposta pela “legalidade”, pela crença na validade de um estatuto legal, estruturado em regras racionalmente estabelecidas, autoridade pautada na obediência que reconhece as obrigações concernentes ao estatuto estabelecido. O dever-ser decorre da dominação da instituição Estado sobre o monopólio da violência física legítima.

Segundo se constata do pensamento do filósofo, o dever-ser é extraído do medo, da esperança ou da obediência. A legitimidade de uma ordem social pode estar garantida por uma atitude interna, unicamente de modo afetivo, de modo racional referente a valores supremos e obrigatórios e de modo religioso. É justamente o fundamento dessa obediência que perquirimos nesta reflexão. A legalidade, desde sua concepção moderna, não exige convicção interna, subjetiva, é formalista e pautada na coação externa. Sustenta a obediência ao ordenamento, fundamenta a legitimidade, mediante a obediência às formalidades externas à norma, não obstante, com um olhar pautado em novas correntes paradigmáticas, reflete-se quais são os fundamentos que legitimam a obediência ao ordenamento jurídico?

### **3.3.2. O dever-ser na filosofia de Habermas – a legitimidade democrática**

Jünger Habermas pauta o dever-ser na legitimidade do direito que, pautado na razão comunicativa, garante a higidez de seus comandos. O filósofo destaca que o sistema e o mundo da vida são fatores imprescindíveis para a sociedade, afirmando que tais esferas são interligadas e unidas pelo direito que, quando legítimo, tem por mister garantir a liberdade, democracia, interação igualitária entre os sujeitos e grupos sociais.

Sistema e mundo da vida são espaços sociais autônomos, possuem funções e lógicas diferentes, mas em conjunto dão conta de explicar adequadamente a sociedade. Os dois conceitos podem ser comparados a partir de vários quesitos: enquanto o mundo da vida cuida da reprodução simbólico-cultural da sociedade, o sistema cuida da reprodução material; enquanto o mundo da vida produz a integração social, o sistema produz a integração sistêmica; enquanto o mundo da vida opera pelo mecanismo do entendimento elaborado na esteira da razão comunicativa, o sistema opera pelos mecanismos do dinheiro e poder baseados na razão instrumental.

Para Habermas, deve existir um equilíbrio entre sistema e mundo da vida. Não obstante, o mundo da vida – que era para ser uma área de livre interação sem qualquer tipo de

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

dominação, cuja racionalidade se basearia na força do melhor argumento – começa a ser instrumentalizado e o agir orientado pelo interesse do sucesso individual. Ressalta o filósofo (1997a, p.44):

Quanto maior for a complexidade da sociedade e quanto mais se ampliar a perspectiva restringida etnocentricamente, tanto maior será a pluralização de formas de vida e a individualização de histórias de vida, as quais inibem as zonas de sobreposição ou de convergência de convicções que se encontram na base do mundo da vida; e, na medida de seu desencantamento, decompõem-se os complexos de convicções sacralizadas em aspectos de validade diferenciados, formando os conteúdos mais ou menos tematizáveis de uma tradição diluída comunicativamente. Antes de tudo, porém, os processos da diferenciação social impõem uma multiplicação de tarefas funcionalmente especificadas, de papéis sociais e de interesses, que liberam o agir comunicativo das amarras institucionais estreitamente circunscritas, ampliando os espaços de opção, o que implica uma intensificação das esferas do agir orientado pelo interesse do sucesso individual.

Nesse sentido, o equilíbrio pretendido pode ser rompido, ensejando desequilíbrio ao qual Habermas denomina “colonização do mundo da vida”, na qual as funções exercidas pelo sistema deixam de respeitar a autonomia do mundo da vida, os imperativos de reprodução sistêmica operam não pelo consenso intersubjetivo, mas pelos meios que fundamentam o sistema – poder e dinheiro – e invadem a esfera de comunicação do mundo da vida em sociedade, levando a uma sensível perda da deliberação democrática.

Habermas (1997, p. 169) entende que mediante um sistema de direitos, baseado nos pressupostos pragmáticos de comunicação, ou seja, do discurso dos cidadãos que por meio de um processo histórico revelam a identidade de determinada sociedade, os membros de uma comunidade jurídica buscam a legitimidade a um direito, sem invocar motivos de ordem religiosa ou metafísica. A razão é legitimadora do direito e este ocupa espaço central na soberania popular mediante fluxos comunicativos que permitem a participação popular.

No entender do filósofo alemão (1997, p.172), o direito terá potência transformadora porque pode ser um legítimo condutor de democratização da sociedade, mas para isso, é imprescindível sua legitimidade democrática, ou seja, sua derivação, em última instância, do agir comunicativo. Mozart Silvano Pereira (2013, p. 74) analisando o pensamento de Habermas afirma:

Temos que na teoria habermasiana o direito se revela como um instrumento que, se legitimamente estatuído, é o agente de democratização radical das sociedades capitalistas contemporâneas, já que ele tomaria conteúdos elaborados em uma situação de discurso isenta de dominação ou coerção, na

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

qual os indivíduos, reunidos por uma esfera pública, teriam posições iguais e onde só reinaria o melhor argumento, e os institucionalizaria para a sociedade como um todo. O poder administrativo, como diz Habermas, não deve reproduzir-se a si mesmo, mas deve estar ancorado no poder comunicativo, e sem as instituições do Estado de direito isso simplesmente não poderia ser realizado.

A sociedade civil moderna é fundada no modelo do contrato social, em que as partes livres, racionais, autônomas e iguais relacionam-se intersubjetivamente, pautadas em interesses próprios, individuais. Nesse contexto, há necessidade de, apenas, um direito formal, ou seja, de regras formais que orientem as relações contratuais privadas. O direito, sob essa perspectiva, funcionará como estabilização de expectativas de comportamento, especializando-se em generalizar consensualmente expectativas na dimensão temporal, social e objetiva - permitindo uma solução de conflitos contingentes, de acordo com o código binário: lícito, ilícito -. O direito racional será também contratual e terá como fundamento a visão privada e individual e mercantil. A figura elementar do direito privado burguês é o contrato. Destaca Habermas (1997a, p. 67):

O modelo do contrato social podia apoiar-se na evidência de que a moderna sociedade de troca garantia às pessoas privadas autonomia e igualdade através da participação no intercâmbio econômico. Esse caráter da sociedade civil, que garantia espontaneamente a liberdade, parecia necessitar apenas da declaração de um direito formal.

O direito formal, com neutralização ética, encaixa-se especialmente à integração de sociedades econômicas, como a liberal, satisfazendo as necessidades funcionais desta, na medida em que garante a liberdade de ação pautada em leis cuja legitimidade é obtida procedimentalmente, a partir da legalidade. O direito passou a afirmar-se como forma que reveste determinadas decisões e competências com a força da obrigatoriedade fática. Estrutura-se a partir de um sistema de normas positivas e impositivas que pretendem garantir a liberdade. Para isso, segundo Habermas (1997a, p. 307) as características formais da obrigação e da positividade vêm associadas a uma pretensão de legitimidade, pois existe a expectativa de que as normas, asseguradas através de ameaças de sanção por parte do Estado, resultantes das decisões modificáveis de um legislador político, possam salvaguardar simetricamente a autonomia de todos os sujeitos de direito.<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Tale expectativa de legitimidade acompanha a criação e imposição do direito e se reflete na ambivalência da validade do direito, revelando uma dupla face: facticidade e validade. Sobre o assunto, ver Habermas 1997 e 1997a.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Não obstante, Habermas enxerga o direito como um instrumento privilegiado de democratização da vida social, na medida em que ele pode se expressar como um espaço de liberdade isento de opressão, uma leitura que, sem dúvida, desvia de todas as interpretações que entendem o direito como um instrumento de dominação. O autor entende que, no mundo contemporâneo, o Estado e o direito não devem ser compreendidos como meios de controle ou de opressão comandados pelos detentores do poder, ao contrário, o direito, se usado como dominação trai sua finalidade, pois, em sua estrutura o vincula, necessariamente, à democracia. É exatamente mediante o sistema de direito que a comunidade busca legitimidade a um direito, sem invocar motivos de ordem religiosa ou metafísica.

Para o filósofo, no entanto, o procedimento discursivo de legitimação do Estado de direito, cujo fundamento é a busca de um consenso racional, é o mecanismo que permitiria harmonizar a cisão e apagar o conflito entre vontade pública e vontade privada. Seu modelo procedimental/deliberativo de democracia – em que cada cidadão dispõe da liberdade comunicativa para se expressar e interferir na formação da vontade e em que a legitimidade não depende da escolha de um determinado conteúdo normativo, mas apenas do respeito pelo procedimento em si. Nessa compreensão, aposta na edificação de um pacto social legítimo e inclusivo, que tem no direito discursivamente criado o seu instrumento de autodeterminação.

Por sistema jurídico, na visão habermasiana, entende-se um conjunto de princípios jurídicos que objetivam a legitimidade do ordenamento jurídico positivado. Esse sistema é baseado nos pressupostos pragmáticos da comunicação, ou seja, dos discursos dos cidadãos que, por meio de um processo histórico, revelam a identidade de uma determinada sociedade de pessoas livres e iguais. Todavia, é preciso distribuir a todas elas, de modo igualitário, a oportunidade de participar da vontade pública. A razão é legitimadora do direito que ocupa, pois, espaço central na construção da soberania popular por meio de fluxos comunicativos que permitem a participação popular.

Para Habermas (1997, p. 171) em uma coletividade delimitada no tempo e no espaço e que tenha identidade de membros mediante agir comunicativo deve existir uma instância central autorizada a agir em nome do todo que mantenha a convivência juridicamente organizada. É necessária a institucionalização de um tribunal politicamente organizado e que opere mediante o poder de sanção. Nesse sentido, o filósofo ressalta:

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O Estado é necessário como poder de organização, de sanção e de execução, porque os direitos têm que ser implantados, porque a comunidade de direito necessita de uma jurisdição organizada e de uma força para estabilizar a identidade, e porque a formação da vontade política cria programas que têm que ser implementados. Tais aspectos não constituem meros complementos, funcionalmente necessários para o sistema de direitos, e sim, implicações jurídicas objetivas, contidas em suma nos direitos subjetivos. Pois o poder organizado politicamente não se achega ao direito como que a partir de fora, uma vez que é pressuposto por ele: ele mesmo se estabelece em formas do direito. O poder político só pode desenvolver-se através de um código jurídico institucionalizado na forma de direitos fundamentais.

O sentido do direito não está no seu conteúdo moral, mas no procedimento que o legitima. O direito tem sua fundamentação em uma esfera pública, aberta e inclusiva, com certo grau de equidade entre os participantes e que seja livre das interferências que possam distorcer a comunicação e, conseqüentemente, o consenso. Para Habermas (1997, p. 173) com os direitos passamos por uma organização jurídica, sendo que o exercício de um direito deve estar relacionado a um poder político. Nesse viés, o poder político e o direito sancionado pelo Estado são componentes complementares – o poder do Estado organizado o é segundo o direito. O direito torna-se obrigatório por meio do poder, destacando-se que o poder deve estar ao lado do direito, e para que isso seja possível o direito se liga naturalmente a um poder comunicativo capaz de produzir um direito legítimo e que se assenta sobre a vontade da coletividade. O poder institucionaliza a política do direito e o direito empresta a forma jurídica ao poder político.

O procedimento legitima o direito. Só é legítimo o direito que apresenta aceitação racional da sociedade, na formação do discurso originado na opinião e na vontade do cidadão. O direito deve estar entre o plano da factibilidade e o plano da validade, consistindo um elo. A factibilidade deve revestir-se de validade, o que quer dizer tornar-se obrigatória – válida -, e a validade deve ser factível, possível de ser realizada e concretizada como um fato.

Em uma sociedade plural, via de consequência, complexa, nem sempre será possível obter um consenso racional sobre valores. Assim, sempre que não existir um consenso sobre valores, deverá haver um consenso sobre o procedimento democrático a ser escolhido para resolver litígios. Segundo o autor (1997, p. 227):

O consenso no qual deságua uma autoconscientização coletiva bem-sucedida não é expressão de uma combinação – como no caso de um compromisso negociado – nem pura e simples convicção racionalmente motivada – como é o caso do acordo sobre questão de fato ou de justiça, obtido discursivamente. Nele se manifestam simultaneamente duas coisas: o

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

autoconhecimento e a decisão para uma forma de vida. Para que isso aconteça, é necessário o preenchimento de certas condições de uma comunicação não-deformada sistematicamente, as quais protegem os participantes contra repressões, sem arrancá-los de seus genuínos contextos de experiências e de interesses.

As instituições como o Estado, por exemplo, devem garantir o exercício da autonomia política de cidadãos socialmente autônomos para que a vontade racional surja, se manifeste e se desenvolva mediante integração social e realização de fins coletivos. Nesse contexto, o direito estabelece o regramento dos comportamentos sancionados pelo Estado e a legitimidade dos processos racionais da norma e da aplicação do próprio direito.

As decisões coletivamente obrigatórias do poder político organizado não revestem apenas forma de direito, mas se legitimam pelo direito, ou seja, são aceitas racionalmente por parte dos membros da sociedade, mediante formação discursiva da opinião e da vontade, sob as regras de direito. Salienta o filósofo (1997, p.172): “Não é a forma do direito, enquanto tal, que legitima o exercício do poder político, e sim a ligação com o direito legitimamente estatuído.”

O poder político e o direito sancionado pelo Estado, pois, surgem como dois componentes dos quais se origina o poder do Estado organizado de acordo com o direito. As funções do Estado passam a ser institucionalizadas no exercício do poder político. A legitimação do poder político não é mais função exclusiva do direito, pois o Estado pode servir-se dele como de um meio de organização. A autoridade normativa compete tomar decisões que se tornam obrigatórias e, com isso, os tribunais transformam-se em órgãos do Estado e os tribunais decidem sobre o que é direito e o que não é. O poder institucionaliza a política do direito e o direito empresta forma jurídica ao poder político.

### **3.3.3. Estado de direito e *irracionalidades* da lei**

Construído sob uma matriz de dominação, o sistema de direito nunca foi legitimamente pensado e nem teve a intenção de proteger toda a comunidade política ou de responder às necessidades sociais. A formação da vontade da comunidade política é fetichizada, havendo um abismo entre as dimensões normativas e sociais, pernicioso à realização das demandas humanas vitais, porque preenchidas pelos interesses dos grupos dominantes que se autoconsideram “donos do poder”.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

O direito, criado para a organização e ordenação social e política, tem sido um instrumento político fundamentalmente capitalista e colonialista, utilizado para a manutenção do *statu quo*, cujo monopólio de produção e fonte única de autoridade tem sido o poder estatal. Destaca Ricardo Marcelo Fonseca (2004, p. 259):

O poder só pode vir encartado pela embalagem da lei: afinal, a lei, segundo o típico racionalista iluminista, é a expressão da vontade do soberano (mais tarde se dirá: da vontade do povo) e, assim, é dotada de um conteúdo intrínseco de racionalidade que legitima o exercício do poder.

O (des) respeito à lei, às instituições é recorrente na realidade. De fato, as leis são uma necessidade na vida política. Na formação do Estado moderno, em oposição às monarquias de direito divino, a lei serviu como instrumento de proteção contra os abusos do Estado, criou-se o Estado de direito, sistema de ordem em que os cidadãos se socorriam do sistema legal para dirimir conflitos e exigir proteção ou prestação estatal, em que o soberano deveria se submeter ao ordenamento legal para o exercício de seu poder, em que havia submissão do soberano ao “império da lei”. Uma vez criadas pelo próprio Estado, as leis passam a regular todo o atuar estatal que fica adstrito ao cumprimento do regramento e dos limites por ele mesmo impostos.

A ideia de um Estado regido pelo direito desenvolveu-se aos poucos no Ocidente, de acordo com o contexto histórico, político, social, econômico, surgindo primeiro nos países da Europa e depois nos da América. *Rule of law*, *État légal*, o Estado deve sujeitar-se ao regramento do direito, há a prevalência das leis sobre a discricionariedade do poder estatal. Pautado no império da lei, na divisão de poderes do Estado, bem como na garantia de direitos individuais, dentre os quais o binômio liberdade/igualdade é fundamento, o Estado de direito é uma situação de ordem em que os cidadãos se socorrem do sistema legal para dirimir conflitos, exigir proteção ou prestação das instituições.

Para Hans Kelsen (2000, p. 273), o Estado é uma ordem jurídica centralizada. Se o Estado é uma comunidade, é uma comunidade jurídica. Na condição de comunidade, ele é a ordem jurídica. Nem toda ordem jurídica é um Estado, apenas a relativamente centralizada. As propriedades que se atribuem ao Estado são concebíveis como propriedades de uma ordem normativa ou de uma comunidade constituída por tal ordem. A qualidade essencial do Estado de ser superior aos indivíduos, obrigando-os também é extraída juridicamente. Somente como ordem normativa, o Estado pode ser autoridade com poder e obrigar. Ainda



## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

que se considere o Estado como sociedade politicamente organizada, somente o é porque é constituído de uma ordem coercitiva – o direito. Para o autor, o dualismo entre Estado e direito é uma “superstição animista”, pois o Estado não é um poder separado da ordem jurídica.

Segundo Franz Hinkelammert (2012, p. 141, 142) desde a revolução francesa, entendida pelo filósofo como revolução estritamente burguesa, o mercado constituiu-se como mercado capitalista mundial e o ser humano passou a ser compreendido de forma abstrata, sendo ele masculino, proprietário, de exploração extrema, inclusive com o trabalho forçado da escravidão. Inicia-se, segundo o filósofo, um novo humanismo - do sujeito vivo diante da redução do humanismo burguês ao humanismo de proprietários numa sociedade de mercado, cujo único direito humano é o direito de propriedade. O Estado de direito reduziu-se à proteção à propriedade.

Nesse sentido, afirma Hinkelammert (2012, p. 110, 112) que sobre a lei pesa uma maldição, a de excluir, a de levar as pessoas a situações nas quais são condenadas a morrer, ainda que de modo lento, porque a lei é instrumentalizada pela cobiça. O autor enfatiza a existência de um estado de exceção com a vigência de leis irracionais. Em nome da lei, cometem-se irracionalidades “a lei é a vigência da propriedade, da contratualidade e, por conseguinte, da lei do mercado”, sendo que todas as demais leis se orientam por esse norte. É a “irracionalidade do racionalizado por meio da lei formalizada”. O autor afirma que o fundamento contratual implica o critério denominado “cálculo de vidas”, mas que, na realidade, é um “cálculo de mortes”, no qual as vítimas são irrelevantes e enseja uma potência destruidora sem limite.

O autor acima citado ressalta que o homem está encarcerado, antes pelo pecado, agora pelas leis de mercado. O homem está enfeitiçado pelo fetichismo do mercado, do dinheiro e do capital. Passou a ser *homo economicus* e submete-se lei do mercado, que é lei absoluta (2012, p. 136):

Na linguagem do neoliberalismo atual, que também domina nossos meios de comunicação, isso é expresso de maneira muito clara. Temos a lei do mercado como a lei absoluta, diante da qual todas as tentativas de assegurar a vida humana e da natureza em geral são denunciadas como distorções do mercado e decorrentemente perseguidas. Leis sociais, leis para a proteção da natureza, política de salários, sistemas públicos de saúde ou de educação, sindicatos, organizações populares em geral são apresentados como deformações do mercado e contra eles nossa classe dominante, os governos

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

e os meios de comunicação de todo o mundo chamam a uma luta contínua em nome da pretensa racionalidade da lei absoluta do mercado.

As irracionalidades da lei fundam-se na violência, na fetichização do poder e na produção de dominação e morte, ao invés de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana. Sob o fundamento formalista do direito, absolutamente separado do conteúdo da norma, efetiva-se exploração e exclusão. Opressão e abuso realizam-se quando a lei é cumprida. Franz Hinkelammert (2012, p. 14, 110) denuncia o cometimento de verdadeiros crimes em cumprimento da lei. Crimes protegidos pelo aparato estatal e jurídico que declara um estado de exceção em nome da lei. Segundo o autor, “a lei é a vigência da propriedade, da contratualidade e, por conseguinte, da lei do mercado”, a legalidade é pautada na concepção negativa de poder, ou seja, na vontade de poder, somente considera vitória com a derrota do outro. “sou se derroto você”, enquanto se deveria observar positivamente que “sou se você é”.

O simples cumprimento da lei não implica legitimidade desta. Cumpre-se o mandamento pela força e não por crença em sua obrigatoriedade ou o respeito as suas prescrições. A legalidade, enquanto não exige convicção interna, subjetiva, é formalista e impõe-se coercitivamente, não tem força de legitimidade, porquanto esta exige a participação simétrica dos afetados e a estipulação de um consenso aprovado por razões e não por violência. A legitimidade agrega ao cumprimento objetivo da lei, a convicção subjetiva sobre as razões de sua aplicação.

### **3.3.3.1. A lei e o mercado**

A opressão e exploração irracional pelo respeito e cumprimento à própria lei advém da visão formalista da lei, vista a partir do mercado. Franz Hinkelammert<sup>116</sup> enfatiza que a lei aparece com duplo sentido, como lei formal e como representação de um mercado totalizado, cujas consequências são dominação e exploração. Tais consequências surgem do interior da legalidade formal que tem como centro a relação contratual entre as pessoas – proprietárias - e protege primariamente a propriedade. Essa é a legalidade burguesa que resultam nas leis do mercado e que acabam por produzir irracionalidades. “O fato de que a injustiça seja cometida cumprindo-se a lei é precisamente o problema do cumprimento da lei. É a maldição que pesa

---

<sup>116</sup> O autor funda seu pensamento na produção teórica de Karl Marx.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

sobre a lei”, ou seja, é exatamente a produção de irracionalidades sob a aparência de racionalidade. Afirmo o filósofo (2012, p. 311):

Nossa racionalidade produz irracionalidades, inclusive monstros. Quanto mais racionalizamos e nos tornamos eficientes, tanto mais aparece a irracionalidade dessa mesma ação racional. Surgiu uma racionalidade dessa mesma ação racional. Surgiu uma racionalidade que se impôs de modo universal, que não é racional e que hoje ameaça mais visivelmente a própria sobrevivência da humanidade.

Sob a influência de uma visão de mundo em termos mecanicistas e de funcionamento, reduz-se o mundo a puros mecanismos de funcionamento. Nesse sentido, os valores que sustentam a legitimidade da lei decorrem de um cálculo de utilidade e são, em especial a competitividade, a eficiência, a racionalização e funcionalização dos processos institucionais e técnicos e, em geral, os valores da ética do mercado. Podemos sintetizá-los no valor central de cálculo da utilidade própria, seja de parte dos indivíduos, ou das coletividades que se comportam e que calculam, como indivíduos, como Estados, agrupações de Estados, instituições, incluindo as empresas e organizações. Não obstante, o cumprimento da lei ou o cálculo da utilidade não legitimam a ação que ocasionará exclusões, injustiças, sob o mando da legalidade<sup>117</sup> e (ir) racionalidade. (HINKELAMMERT, 2012a, 176, 184).

Karl Marx (1989, p. 29) afirma que as relações dos indivíduos na sociedade civil, regulamentadas pela lei, têm a mesma conformação do que as relações entre os homens nas guildas, que eram ordenadas por privilégios. A lei tem por pressuposição a igualdade entre os participantes que a promulgam, pois bem, para o mercado, essa igualdade é analisada abstratamente, vista a partir de um ponto de vista valorativo e de “cálculo de utilidade”. Isso se dá em decorrência de as relações jurídicas refletirem as relações econômicas que, por sua vez, se pautam em relações objetivas de propriedade. Hinkelammert (2012, p. 248) salienta:

---

<sup>117</sup> Salienta Hinkelammert (2012a, p. 201) que a visão de inversão de valores decorre do marco categorial da modernidade, e que tal visão constitui o cárcere da vida humana, provoca sofrimento e morte e somente poderá ser contestada sob outro marco categorial, partindo-se da afirmação da vida. *In verbis*: Esta interpretación es el marco categorial de la modernidad y este marco categorial es desarrollado como una razón mítica que sostiene su mística. Es la mística del progreso infinito, del crecimiento infinito, de la eficiencia infinitamente perfecta. Es la razón mítica de la modernidad. Es a la vez la mistificación de la muerte y del suicidio. Es la razón mítica de la praxis de la muerte. Esta mística es no solamente la cárcel de la poesía, sino de toda la vida humana y a través eso, de toda la vida, que ahoga todo. No se puede contestar a este marco categorial y esta razón mítica sino desarrollando otro marco categorial a partir de la afirmación de que *el sentido de la vida es vivirla y vivirla entre todos*.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

A relação jurídica é o espelho no qual se reflete a relação econômica. Esta implica a realidade da vida e dá ao conteúdo material às relações jurídicas. Em outros termos: a relação jurídica dá o quadro categorial no interior do qual se vê e se interpreta o mundo. Esse quadro categorial apresenta, ao mesmo tempo, ao lado da relação jurídica, a relação mercantil e as relações de produção. O que antes era a superestrutura é agora quadro categorial do real. Marx usa a expressão “reflexo no espelho, porque neste se vê o mundo invertido e alterado. O principal, a vida humana, é visto como o secundário e o secundário, as instituições sobretudo do mercado, como o principal. O ser humano é transformado num ser desprezível e explorado. Chega a sê-lo pela própria forma categorial de ver. Os que veem se tornam cegos.

Não há determinismo do jurídico pelo econômico, mas um reflexo indireto do econômico no jurídico. As relações econômicas são vistas no espelho do jurídico. Karl Marx entende que a relação econômica, refletida no espelho da relação jurídica, é vista de maneira invertida. A relação econômica é reflexo da relação jurídica e lhe dá conteúdo. Na realidade do mundo mercantil, a pessoa torna-se indivíduo se tem algo para trocar. As pessoas se reconhecem mutuamente como proprietários – relação jurídica - e estabelecem, entre si, relações contratuais. Nesse viés, o indivíduo internaliza e reproduz o que as coisas refletem no espelho das relações jurídicas.

Seguindo esse raciocínio, a propriedade é o fundamento último da qualidade de pessoa, pois, se me reconheço e sou reconhecido como proprietário, tenho algo a dar em troca nas relações, pautadas na intercambialidade. Não há dimensão humana refletida nas relações jurídicas, pois as pessoas se reconhecem como proprietários e não como sujeitos de necessidades e passam a estabelecer relações pautadas nesse entendimento. As relações sociais não acontecem entre pessoas diretamente, mas sempre mediadas pelos objetos das vontades e de propriedade dessas pessoas. Nesse contexto, tal dimensão constitui uma “ausência presente” que, embora seja vivenciada por cada um dos participantes do mercado, é escondida. Franz Hinkelammert (2012, p. 261) salienta que o que está presente por sua ausência é exatamente o fato de o ser humano ser o ser supremo para o ser humano. Esse é o vértice do humanismo burguês que funda a humanização das relações apenas na liberdade e igualdade formal. A humanidade negada está sempre presente em sua maneira de ausência.

A negação da humanidade e a dominação, pois, constituem-se internamente às relações pautadas na propriedade e são aceitas formalmente pela sociedade, sob a égide da legalidade racional que, em vez de realizar a humanidade, provoca irracionalidades desumanizantes na estrutura das relações de dominação capitalistas. “Essas relações de

dominação como o que é revelam o que não é, ou seja, que o ser humano não é reconhecido como ser humano, sendo, na verdade desumanizado.” (HINKELAMMERT, 2012, p. 267). A realidade apresentada esconde a realidade da vida real que, aos poucos, se destrói sob a dominação e exploração presentes. O núcleo da legalidade traz em si o processo destrutivo.

Para se “abrir a visão” deve-se buscar enxergar o que “não é”, retirando o véu da invisibilidade sobre a ausência, a todo tempo, presente. Nesse sentido, para ser retirar o véu da invisibilidade que encobre a ausência, é necessário a negação da negação, ou seja, a negação da dominação. O humano deve transcender o cálculo de utilidades que um indivíduo faz sobre outro indivíduo, romper tal cálculo, criando uma nova perspectiva, a de cooperação, de união: “eu sou se você é, eu vivo se você vive”. Parafraseando Marx podemos dizer que o desenvolvimento de todos é a condição do desenvolvimento de cada um. Agindo assim, podemos restituir o mudo humano e das relações humanas ao próprio homem.

### **3.4. O fundamento de validade do sistema jurídico sob o viés libertário**

Nas esteiras do raciocínio empreendido, as instituições políticas são necessárias ao exercício do poder delegado e o exercem diferencialmente em um sistema político em três esferas, material, formal e factível, mutuamente codeterminantes, sendo cada tipo de instituição uma condição das restantes, com outro conteúdo determinado. O material, o formal e o factível isoladamente não são suficientes e nenhum deles pode ser colocado como última instância. A esfera material determina o conteúdo; a formal, a legitimidade e a factível, a possibilidade de realização empírica. O sistema jurídico, entendido como inserto no âmbito institucional formal da legitimidade institucional, deve respeitar e realizar todos os princípios normativos políticos – o material, o formal e o factível.

A sociedade em sua autoconstituição, no exercício de sua soberania, institui, democraticamente<sup>118</sup>, um sistema de direito que regulará a própria sociedade. Além de criar um ordenamento jurídico máximo constitucional que estrutura o Estado e impor limites ontológicos e normativos a esta instituição, cria também um ordenamento legal infraconstitucional que deve erigir-se sobre consensos que refletem as exigências materiais

---

<sup>118</sup> O respeito ao princípio formal político, democrático, de participação simétrica dos afetados, com conteúdo de vida e nos limites do possível, no momento de produção do direito não é o mesmo que direito democrático, que busca garantir os direitos e direitos a todos os cidadãos.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

das relações humanas da comunidade política. Nesse sentido, o sistema de direito é a institucionalização concreta de um sistema cultural desde o mútuo reconhecimento, validade universal dialógica. Para se alcançar a validade desse sistema deve haver o consentimento racional, livre, autônomo sobre as questões decididas praticamente, não se perquirindo tão somente a observância a regras de procedimentalidade.

Seguindo o raciocínio, a pluralidade de vontades – *potentia* – diferencia-se e organiza-se institucionalmente, formando o poder instituinte soberano que se determina e constitui um sistema legal estabelecendo a estrutura do Estado, bem como a construção do sistema legal normativo. O sistema de direito constituído pela comunidade política tem no sistema legal sua principal manifestação e busca orientar a estruturação do Estado e as ações políticas institucionais e da sociedade. Sob tal viés, o sistema jurídico não é um sistema de dogmas forjados pelos ideais dominantes, reflete o consenso racional, dialógico da comunidade política com o intuito de realizar e desenvolver a materialidade da vida humana. Por intermédio deste a comunidade dá-se uma forma de Estado, estrutura e funda o ordenamento jurídico, institucionalizando também os órgãos legítimos pelos quais o Estado exerce o monopólio da coação sobre os que não cumprirem com o que se comprometeram no acordo livre e simétrico constitucional.

A legitimidade é componente essencial da definição do político, não constitui puramente a coerência com formas procedimentais, mas o respeito a essas formas com conteúdo material político. Para que as decisões estatais – macro-instituição, totalidade política - sejam legítimas devem ser decididas de maneira racional, intersubjetiva, simétrica, a fim de que tenham a força normativa plena e não caiam no vazio de poder com a aplicação de força para sua “aceitação” e realização. Nessa esteira, a aceitação das razões que se oferecem ao consentimento ou aceitação racional do cidadão, tornando “forte” o poder emanado das decisões, supõe liberdade e autonomia, maior simetria possível dos participantes, além de envolver e alcançar aspectos da vida da comunidade política para efetivar as exigências dos projetos de vida referentes a todos os participantes.

A instituição jurídica é condicionada condicionante do atuar político, é fruto de ação prévia de outra instituição e condiciona ações futuras da própria instituição instituinte, garantindo a legitimidade de ações e de instituições políticas a fim de atender as reivindicações do campo material. Para que as mediações práticas sejam legítimas é necessária a participação simétrica, de alguma maneira, de todos os cidadãos, com a

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

finalidade de formar um consenso a fim de realizar alguma esfera material, tal como cultural, econômica, ecológica ou outra dentre as inúmeras existentes.

Entendendo a lei como uma das principais expressões do direito, emanada de instituições políticas competentes, principal fonte do direito, busca-se, a partir de um viés libertário, ressignificar o princípio da legitimidade sistêmica, cujo sentido e fundamento de validade devem ter comprometimento com a realização de vida e não com a validação formal, apenas. A visão e atuação do direito deve ser consentânea com a (ana)dialética histórica no seu conjunto e transformações. A legalidade deve ser legalidade-legitimidade e a legitimidade é extraída do respeito aos princípios políticos normativos implícitos que fundamentam o sistema jurídico. O comando legal deve ser legítimo a fim de ser intimamente aceito pela comunidade e obedecido porque outorga legítima de poder que permitirá a realização de vida. Assim, o comando legal será obedecido sem violência, temor ou qualquer tipo de coação que não a da própria consciência de sua responsabilidade.

Consenso racional que obriga normativamente a comunidade política por haver esta participado simetricamente nos acordos de vontades dos cidadãos, a lei emana de uma sociedade política que a funda e, portanto não pode fundar-se em si mesma. A força da lei tem fundamento no respeito aos princípios políticos, na convicção da responsabilidade de cada um, na participação simétrica no processo de edição e na matéria de realização de vida própria da comunidade. A mera busca de validação pela forma é vazia de sentido político legítimo. Se a lei não é legítima, não há legalidade, ainda que tenha editada respeitando os ditames formais procedimentais. A pura legalidade não pode se fundar em si mesma, porque emana de um momento político que a funda.

A vontade soberana da comunidade política não pode ser abafada pela vontade arbitrária da instituição Estado, convertida em direito. Sem legitimidade política do instrumento normativo, este não tem fundamento e seu cumprimento não pode ser exigido pela comunidade, sob pena de fetichização jurídica. O sistema jurídico deve obrigar legitimamente o cidadão que, em última análise, está a se obrigar a si mesmo. O fundamento substancial da legalidade legítima constitui-se da vontade, materialidade, formalidade, poder político consensual que funda a decisão autodeterminante da soberania que se constitui como poder instituinte.

Sem legitimidade, as leis nascem separadas de sua fonte, tornando-se essencialmente fetichizadas, cuja normatização passa a ser enganosa e artificial, corrompida e divorciada de



## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

seu fundamento. Sem legitimidade o poder político é disforme, sem vontade de vida, não tem conteúdo, sem institucionalização, não tem factibilidade, dissolvendo-se na impossibilidade de seu exercício. No direito, a fonte de legitimidade é o respeito aos princípios normativos políticos. Coercibilidade não é fonte de legitimidade, ao contrário, a coercibilidade tem na legitimidade o seu fundamento, não sendo uma característica externa da norma jurídica, mas um dever-ser interno, uma adesão subjetiva ao comando legal do qual o afetado, democraticamente participou, buscando a realização da vida em comunidade.

A pretensão política de justiça tem no sistema de direito sua garantia formal e procedimental de legitimidade. Nesse sentido, no sistema político, o sistema de direito tem a função específica de constituir a referência forma ou a institucionalização dos deveres e direitos que devem cumprir todos os membros da comunidade política soberana. Assim, o sistema de direito rege as condutas dos cidadãos partícipes de uma comunidade política institucionalizada historicamente mediante o poder comunicativo, marco legítimo que permite a legalidade das ações. (DUSSEL, 2001, p. 150)

Se o direito é entendido como substância e processo<sup>119</sup> realizado historicamente, no interior das tensões da convivência social, não é apenas ordem social, norma, princípio abstrato, luta social e concreta, mas uma complexidade e unidade de todos esses vieses resultado de uma ação legítima da comunidade política. O direito em sua concepção ampla é reflexo do processo político, não se podendo olvidar a sua importância como instrumento de libertação, no caso da presente reflexão, a partir de uma nova fundamentação. Sem legitimidade não há obrigatoriedade legal de obediência às estruturas jurídicas. Em outras palavras, sem legitimidade não há normatividade legítima, não há validade jurídica, há opressão e corrupção originária da estrutura legal, justificando o direito de resistência do cidadão como primeiro passo na luta contra a dominação e morte advinda da fetichização do direito.

O direito é mediação que estrutura e organiza o Estado para a realização de conteúdos materiais de vida, nos limites da possibilidade fática. A política orienta o direito na realização da justiça política, obtida mediante o respeito e cumprimento dos princípios políticos normativos material, formal e factível. O direito deve ser *direito com o outro*, buscando a realização legítima do poder político visando a realização da vida em comunidade. Não obstante, a aplicação do direito de forma comprometida com a afirmação

---

<sup>119</sup> Conforme o pensamento de Roberto Lyra Filho apresentado acima.

do outro, que cumpra os objetivos libertários, somente se realiza se um novo Estado surgir a partir de um novo olhar, novos conhecimentos, nova fundamentação política.

### 3.5. O dever de obediência

Os positivistas afirmam que em sendo a lei válida, deve ser obedecida, sob pena de sanção. Para Kelsen, a validade justifica o *dever ser*. É a “força da obrigatoriedade” que faz da lei um comando e impõe a obediência a ela. O dever-ser decorre da dominação da instituição Estado sobre o monopólio da violência física legítima. Nesse viés, a obediência decorre de fatores externos, a autoridade é imposta pela “legalidade”, pela crença na validade de um estatuto legal, estruturado em regras racionalmente estabelecidas. O dever-ser jurídico ficou adstrito à legalidade formal da norma jurídica, aferida mediante a observância de critérios formais de produção, competência e produção normativa. A obediência decorre da dominação da instituição Estado sobre o monopólio da violência física legítima.

Para Habermas, o procedimento discursivo de legitimação do Estado de direito, cujo fundamento é a busca de um consenso racional em que cada cidadão dispõe da liberdade comunicativa para se expressar e interferir na formação da vontade a que deverá se submeter, pois o comando adveio da vontade do próprio participante, discursivamente apresentada e transformada em instrumento de autodeterminação.

Não obstante, questiona-se até que ponto essa obediência deve ser levada a cabo. Os marginalizados, os que vivem em situação de pobreza extrema devem obedecer ao direito? Roberto Gargarella (2005, p. 37) defende que grupos marginalizados não têm o dever geral de obedecer ao direito, dado que a ordem legal não lhes assegura a proteção de que necessitam, ao contrário, o direito encontra-se intrinsecamente ligado ao sofrimento, na medida em que impõe àqueles medidas produzem ou aumentam severos danos. Nesse contexto, questiona-se se a opressão, a marginalização, exploração é justificativa para resistir à obediência legal. Se o direito não tem sido mediação de exercício de soberania, de autogoverno e de proteção, afirmação e reprodução de vida, mas, ao contrário, tem sido instrumento que contribui decisivamente para forjar a dominação, a negação e a morte, a resposta é afirmativa, podem os marginalizados, excluídos desobedecer aos comandos legais.

O autor acima referido justifica a resistência à ocorrência de “alienação legal”<sup>120</sup>, ao descumprimento dos deveres de humanidade afetos ao sistema jurídico.

### 3.5.1. O direito de resistência

O direito de resistência figurou como um dos conceitos centrais do direito, havendo sido defendido por vários teóricos que, embora com pensamentos e ideais diferentes, concordavam com o pressuposto comum de que a resistência defendia o homem contra situações em que o direito não servia aos propósitos que justificavam sua existência e passava a oprimir os interesses fundamentais das pessoas. Durante séculos, o direito de resistência apareceu como “um dos direitos centrais do direito”, o único mecanismo adequado para garantir a responsabilidade dos governantes e coibir abusos políticos. Constituía o único instrumento “em poder da gente” para evitar excessos por parte dos governantes. Nos últimos duzentos anos, todavia, por diversas razões, o direito de resistência deixou de ocupar o lugar privilegiado que tivera, a ideia de resistência começou a perder sentido e força, desaparecendo, gradativamente, dos discursos políticos e legais.

A resistência contra ordem ou autoridade ilegítima é uma necessidade, tornando-se um imperativo da dignidade humana, sempre que esta estiver ameaçada pelos “donos do poder” que respondem ao interesses invertidos do mercado e não da humanidade e da natureza. Sob a perspectiva da totalidade, a resistência sempre será transgressão, entretanto, sob o olhar libertário é um imperativo, constituindo no movimento consciente de denúncia de negação e em um primeiro momento da negação da negação.

O direito de resistência<sup>121</sup>, de longa data, é refletido, sob vários parâmetros ideológicos, filosóficos, pragmáticos, não obstante, por opção metodológica, a análise sofrerá recortes a fim de se afinar com a finalidade do presente estudo. Desde a formação do cristianismo como doutrina política sob a ingerência da teologia oficial, fundamentou-se na

---

<sup>120</sup>Michael William Chamberlin Ruiz (2002) utiliza a expressão exclusão estrutural.

<sup>121</sup> Na literatura grega, a renomada tragédia de Sófocles nos apresenta Antígona, filha de Édipo e Jocasta que enfrenta a tirania de Creonte, rei tirano. Os irmãos de Antígona Etéocles e Polínice disputavam a sucessão de Édipo. Os irmãos pactuaram que a cada ano iriam se revezar no poder. Etéocles, após o primeiro ano, não quis cumprir com o pactuado, o que fez Polínice aliar-se a rivais de Tebas e lutar pelo trono. Etéocles e Polínice acabaram mortos na batalha pelo trono – um matou o outro. Creonte, irmão de Jocasta, assumiu o trono e ordenou que Polínice, por ter lutado contra Tebas, não pudesse ser sepultado, havendo seu corpo de apodrecer. Antígona desobedeceu a ordem tirânica, enfrentou os soldados e realiza o sepultamento do irmão, sob o fundamento de que ser sepultado seria um direito decorrente de leis divinas, superiores às leis terrenas. Entende ela que a lei divina é universal, transcende ao poder soberano, terreno, e diz respeito ao mínimo de dignidade que merece um ser humano.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

existência de dois poderes coexistentes: o poder espiritual, divino, proclamado pela Igreja e o poder temporal, terreno, laico, poder dos governantes. A Igreja Romana como instituição suprema, com legitimidade maior da cristandade consolida ensinamentos de uma filosofia política em que a obediência era dever determinado por Deus, conforme estabelecido, por exemplo, na Epístola de São Paulo aos Romanos, Capítulo XIII, versículos 1-7:

Cada qual seja submisso às autoridades constituídas, porque não há autoridade que não venha de Deus; as que existem foram instituídas por Deus. Assim, aquele que resiste à autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus; e os que a ela se opõem, atraem sobre si a condenação. Em verdade, as autoridades inspiram temor, não porém a quem pratica o bem, e sim a quem faz o mal! Queres não ter o que temer a autoridade? Faze o bem e terás o seu louvor. Porque ela é instrumento de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, porque não é sem razão que leva a espada: é ministro de Deus, para fazer justiça e para exercer a ira contra aquele que pratica o mal. Portanto, é necessário submeter-se, não somente por temor do castigo, mas também por dever de consciência. É também por essa razão que pagais os impostos, pois os magistrados são ministros de Deus, quando exercem pontualmente esse ofício. Pagai a cada um o que lhe compete: o imposto, a quem deveis o imposto; o tributo, a quem deveis o tributo; o temor e o respeito, a quem deveis o temor e o respeito.

Já não mais fundamentada na divindade, a resistência às ordens do Estado é defendida por John Locke, quando estas se dão fora do limite estabelecido pelo pacto social. Quando o Estado viola lei estabelecida e atenta contra a propriedade, o governo deixa de cumprir o fim a que fora destinado, tornando-se ilegal, degenerando-se em tirania, deslegitimando o atuar do Estado, conferindo, via de consequência, ao povo, o direito legítimo de resistir à opressão e à tirania. Em outras palavras, o filósofo defende que o exercício ilegal do poder reconhece ao povo a legitimidade da resistência. Para Locke o recurso da resistência se justificava pelo fato de que o governante abandonara o uso da razão e o recurso da lei, substituindo-os pelo uso da violência. Salienta o filósofo (1978, p. 114):

Onde quer que a lei termine, a tirania começa, se se transgredir a lei para dano de outrem. E quem quer que em autoridade exceda o poder que lhe foi dado pela lei, e faça uso da força que tem sob as suas ordens para levar a cabo sobre o súdito o que a lei não permite, deixa de ser magistrado e, agindo sem autoridade, pode sofrer oposição como qualquer pessoa que invada pela força o direito de outrem.

O filósofo citado considerava o direito de resistência como direito subjetivo inato, ou seja, anterior ao contrato social, portanto inalienável e deveria ser realizado, pois sua

realização opunha-se à tirania dos governantes, protegendo direitos fundamentais inalienáveis das pessoas. O mal extremo é o despotismo resultante da conduta desordenada do soberano. Nesse sentido, a resistência à autoridade era legítima, sendo inevitável ante a traição do governante que prometia uma coisa e fazia o contrário, usando artimanhas para violar a lei, usando poderes ilegítimos contra o bem-estar do povo.

Celso Lafer (1999, p. 189) comentando sobre Locke, afirma que, para o filósofo liberal, o Estado não deve anular a condição natural do homem, mas conservá-la e preservá-la, pois a concessão de poderes à sociedade, na passagem do estado da natureza para o da instauração do governo, faz-se com a intenção de cada um para melhor preservar a integridade, a liberdade e propriedade. O fim da lei não pode ser abolir ou retrair tais direitos, mas protegê-los e ampliá-los. Consequentemente, as leis do Estado só podem substantivamente ser a positividade, a estabilização e a garantia das leis naturais, nas quais se fundamentam os direitos do indivíduo.

Na Revolução norte-americana, a justificação do direito de resistência tornou-se mais robusta, combinando razões procedimentais e substantivas e foi positivada<sup>122</sup> na Declaração de Independência dos Estados Unidos, a qual contém detalhada lista dos agravos considerados graves a ponto de fundamentar o direito de resistência à autoridade britânica, que segundo os insurgentes, havia convertido o direito em um instrumento de opressão, em vez de liberdade, transformando, via de consequência, os americanos em vítimas das normas que deveriam encarregar de melhorar suas vidas, situação entendida como capaz de justificar o levantamento frente à ordem vigente (GARGARELLA, 2005, p. 25).

Da mesma forma, a Declaração do bom povo da Virgínia, artigo 3.º também no ano de 1776, contemplou o direito de resistência afirmando-o indiscutível, inalienável e irrevogável:

Que o governo é instituído, ou deveria sê-lo, para proveito comum, proteção e segurança do povo, nação ou comunidade; que de todas as formas e modos de governo esta é a melhor, a mais capaz de produzir maior felicidade e segurança, e a que está mais eficazmente assegurada contra o perigo de um mau governo; e que se um governo se mostra inadequado ou é contrário a tais princípios, a maioria da comunidade tem o direito indiscutível, inalienável e irrevogável de reformá-lo, alterá-lo ou aboli-lo da maneira considerada mais condizente com o bem público.

---

<sup>122</sup> Muitas constituições nascidas no calor das revoluções confirmaram os compromissos dos movimentos. Na América Latina pode-se citar a Constituição do México de 1814.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão aprovada na França em 1789 também positivou o direito de resistência, considerando-o em seu artigo segundo direito natural e imprescritível ao homem:

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disto, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

**Art.1º.** Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

**Art. 2º.** A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

No final do século XIX, Henry David Thoreau reflete sobre a resistência pacífica do cidadão que não quer colaborar com as decisões tomadas pelo Estado em seu nome. Contrário à guerra contra o México e à escravidão nos Estados Unidos, resistiu ao pagamento do imposto, receita mantenedora do exército, tendo sido, em virtude de tal desobediência, preso. Entende que a resistência consiste em desobediência civil, em não colaboração com o sistema, ou conflito com a ordem estabelecida, é exercida pacificamente e tem como fundamento a tirania ou ineficiência do governo.

O filósofo entende que “O direito à revolução é reconhecido por todos, isto é, o direito de negar lealdade e de oferecer resistência ao governo sempre que se tornem grandes e insuportáveis sua tirania e ineficiência”. O cidadão tem o direito de resistir e se opor ao Estado sempre que houver grandes e insuportáveis tiranias e ineficiência deste. Nesse sentido, não é necessário lutar fisicamente contra um governo, mas sim não apoiá-lo, não contribuir com ele, ignorar suas leis. Thoreau (2005, p. 39) afirma que a autoridade do governante, a ser observada, deve pautar-se no consentimento dos governados e no respeito a eles:

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

A autoridade do governo, inclusive a do governo ao qual estou disposto a me submeter – eis que obedecerei de bom grado aos que saibam e façam melhor do que eu e, sob certos aspectos, obedecerei até àqueles que não saibam nem façam as coisas tão bem -, é ainda impura; para se tornar totalmente justa, ela precisa contar com a sanção e com o consentimento dos governados. O governo não pode ter sobre a minha pessoa e meus bens qualquer direito puro além do que eu lhe concedo. A evolução de uma monarquia absoluta para uma monarquia constitucional, e desta para uma democracia, é um progresso no sentido do verdadeiro respeito pelo indivíduo. Será que a democracia tal como a conhecemos é o último aperfeiçoamento possível em termos de construir governos? Não será possível dar um passo a mais no sentido de reconhecer e organizar os direitos do homem? Não poderá haver um Estado de fato livre e esclarecido até que ele venha a reconhecer no indivíduo um poder maior e independente - do qual a organização política deriva o seu próprio poder e a sua própria autoridade - e até que o indivíduo venha a receber um tratamento correspondente. Ponho-me a imaginar, prazerosamente, um Estado que possa enfim se dar ao luxo de ser justo com todos os homens e de tratar o indivíduo respeitosamente, como um vizinho. Idealizo um Estado que sequer consideraria um perigo à sua tranquilidade a existência de alguns poucos homens que vivessem à parte dele, sem nele se intrometerem nem serem por ele abrangidos, e que desempenhassem todos os deveres de vizinhos e de seres humanos. Só um Estado que produzisse esta espécie de fruto, e que estivesse disposto a deixá-lo cair tão logo amadurecesse, construiria via segura para um Estado ainda mais perfeito e glorioso. Durante muito tempo imaginei um Estado desses, mas infelizmente nunca o encontrei em lugar nenhum.

A desobediência civil, da forma apresentada por Thoreau<sup>123</sup> é individual quanto ao exercício, quanto ao sujeito passivo do direito e quanto à titularidade. Visa demonstrar a injustiça da lei através de uma ação individual que almeja a inovação e a mudança da norma, mediante a publicidade do ato de transgressão, vista pelo transgressor como um dever ético, inserto no imperativo pessoal, numa dada situação concreta e histórica.

Para John Rawls, a desobediência civil é um mecanismo de exceção com o que contam as minorias para defender-se de uma maioria que promulga leis que prejudicam e não correspondem às necessidades ou exigências. Tal teoria é destinada ao caso especial de uma

---

<sup>123</sup> A reflexão de Thoreau influenciou Gandhi que liderou pacificamente a desobediência civil no processo de independência da Índia, porém com postura diferente, pois para o líder espiritual tal resistência tende a ser uma ação coletiva e só pode ter sucesso se grande número de pessoas o exercerem em conjunto e de maneira convergente. Possui afinidades com o direito individual, mas postula, como nota específica uma sólida e vigorosa ética de grupo. Celso Lafer (1999, p. 200, 201) em comentário sobre a desobediência civil afirma que no século XX esta conserva o caráter predominantemente não violento da resistência individual à opressão e à injustiça, e de Gandhi a dimensão de uma ação de grupo, que se exprime através de uma resistência coletiva, afirmada eticamente através da convergência entre meios e fins.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

“sociedade quase-justa<sup>124</sup>, bem-ordenada”, porém em que acontecem algumas transgressões da justiça. A possibilidade de desobediência do cidadão está restrita à transgressão, por parte do governante ou lei, do contrato social entre livres e iguais. Ainda, há condições de exercício da referida desobediência. Para ele, a desobediência é limitada à violação dos princípios de justiça, mais especificamente, o princípio da liberdade, havendo, ainda, de esgotar todos os meios legais, havendo a desobediência de ser o último recurso do qual se deve lançar mão. Respeitando tais condições, comprova-se à maioria que o ato de desobediência é político, sincero e legítimo, apoiado na concepção de justiça da sociedade. Afirma o filósofo (2008, p. 467):

A injustiça que se protesta é uma violação clara das liberdades da cidadania igual, ou da igualdade de oportunidades, violação essa mais ou menos deliberada durante longo período de tempo em face de oposição política normal, e quaisquer complicações geradas pela questão da equidade são resolvidas.

Rawls define desobediência civil como um ato político – não só por se dirigir à maioria hegemônica, mas por ser orientado e justificado por princípios políticos -, público, não-violento e consciente contra a lei, realizado com o fim de provocar uma mudança nas leis ou nas políticas do governo (2008, p. 453). Tal ato dirige-se ao senso de justiça da maioria da comunidade e declara que os princípios de cooperação social entre homens livres e iguais não estão sendo respeitados.

O ato de desobediência civil, embora esteja à margem da lei, se houver fidelidade a ela no exercício da ação, tal fidelidade ajuda a comprovar que o ato é “politicamente consciencioso e sincero”. John Rawls<sup>125</sup> (2008, p. 457, 476) salienta que a ação conscienciosa funda-se em atos estruturados de ruptura e de resistência ao sistema e não apela para o senso de justiça da maioria, mas procura atacar a visão prevalente de justiça ou forçar um movimento na direção desejada. Sempre que empregada com a devida limitação e prudência, ajuda a manter e fortalecer as instituições justas. Em uma sociedade considerada como sistema de cooperação entre iguais, aqueles atingidos por grave injustiça não precisam

<sup>124</sup> Afirma o filósofo (2008, p. 452) que o Estado de quase-justiça requer um regime democrático, portanto a teoria trata do papel e da conveniência da desobediência civil para a autoridade democrática legítima.

<sup>125</sup> Rawls entende que não há distinção nítida entre desobediência civil e objeção de consciência, diferencia os dois institutos, pois a objeção de consciência é o não cumprimento de uma exigência legal, é uma recusa ao recebimento de uma ordem, em dada situação, com base em razões de consciência, mas sem o fundamento político. Não se fundamenta obrigatoriamente em princípios políticos e também não é um ato público. Não abordaremos a objeção de consciência por opção metodológica.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

resignar-se, podendo resistir à injustiça sendo fiel aos limites legais. Resistir à injustiça é um dos recursos de estabilização do sistema justo, ainda que tal atuar seja considerado como recurso ilegal. Segundo o autor, a disposição geral de engajar-se na desobediência civil justificada acrescenta estabilidade à sociedade bem-ordenada, ou quase-justa.

Nesse sentido, relativamente a transtorno eventualmente causado pelo atuar desobediente, Interessante a ressalva do filósofo no sentido de que se a desobediência parece ameaçar concórdia civil, a responsabilidade não recai sobre quem protesta, mas sobre aqueles cujo abuso de autoridade e do poder justifica tal oposição, tendo em vista que empregar o aparato coercitivo do Estado para manter instituições manifestamente injustas é, em si, uma forma de força ilegítima à qual os homens têm o direito de resistir no momento apropriado (RAWLS, 2008, p. 485).

Sobre desobediência civil, Hannah Arendt resgata os encarceramentos de Sócrates e Thoreau e afirma que a literatura sobre o assunto repousa em grande parte sobre esses fatos nos quais ambos aceitaram a punição pelo ato de desobediência à lei. Entende a autora que a aceitação da desobediência é proporcional à aceitação do suposto infrator da lei aceitar a sua punição que a lei venha a impor. Há uma grande dificuldade em explicar a compatibilidade da desobediência civil com o sistema legal, uma vez que a lei não pode justificar a violação da lei.

Segundo a autora citada, para o olhar ocidental sob o crivo da consciência, é natural considerar o acordo com os outros secundários em relação à decisão solitária, como se o que a humanidade tivesse uma “consciência comum”, em vez de opiniões ou juízos e o que importasse fosse “a relação moral do cidadão com a lei”.<sup>126</sup> Afirma a filósofa que a desobediência civil é refletida não no campo moral do cidadão em relação à lei, mas no campo da consciência individual e do compromisso moral da consciência, apolítica, sem interesse nas consequências que o erro que ensejou a desobediência terá na sociedade, porque focadas no interesse do eu. A esse respeito, o “homem bom” pode não se identificar com o “bom cidadão”. Enfatiza a filósofa (2013, p. 75):

O compromisso moral do cidadão em obedecer às leis, tradicionalmente provém da suposição de que ele, ou deu seu consentimento a elas, ou foi o próprio legislador; sob o domínio da lei, o homem não está sujeito a uma vontade alheia, está obedecendo a si mesmo – e o resultado, naturalmente é que cada pessoa é ao mesmo tempo seu próprio senhor e seu próprio

---

<sup>126</sup> Hannah Arendt reflete sobre os dois fatos vivenciados por Sócrates e Thoreau – ver 2013, p. 56-64.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

escravo, e o que é visto como o conflito original entre o cidadão, relacionado com o bem público, e o eu, que persegue sua felicidade particular, fica subjetivado.

Para Hannah Arendt (2013, p. 68,69) a desobediência civil aparece quando um número significativo de cidadãos de que os canais normais para mudanças já não funcionam e que as queixas não serão ouvidas ou terão qualquer efeito, desse modo envolvem-se em modos de agir cuja legalidade é exposta a dúvidas. A desobediência é uma contestação civil pública, ainda que dissidente da maioria, mas pelo bem de um grupo. Desafia a lei e as autoridades estabelecidas. Segundo a autora, o contestador civil “toma a lei em suas próprias mãos em aberto desafio”.

Roberto Gargarella entende que as severas privações e injustiças sócio-econômicas sistemáticas minam a legitimidade da ordem social, justificando a violação à lei como resistência à ilegalidade. Aqueles que a lei não serviu de modo apropriado não têm o mesmo dever de obediência que aqueles que a lei serviu apropriadamente. Afirma o filósofo (2005, p. 37):

(...) Os grupos que sofreram grave marginalização não tem um dever geral de obedecer ao direito, dado que a ordem legal não lhes assegurou a proteção de que necessitavam contra os danos mais severos que sofriam, ao contrário, foi responsável pela imposição de alguns desses severos danos. Na medida em que o direito se encontra causal e moralmente implicado em seu sofrimento, certas formas de resistência ao direito deveriam ser vistas, em princípio, como moralmente permissíveis.<sup>127</sup>

No sentido apontado pelo filósofo, José Augusto Guterres e Ricardo Prestes Pazello (2011, p.330) ressaltam que os atos de desobediência civil são legítimos perante a injustiça social<sup>128</sup> somada à inércia governamental. A ilegalidade é aparente, pois denuncia caráter

---

<sup>127</sup> ...Los grupos que han sufrido aquella grave marginación no tienen un deber general de obedecer el derecho, dado que el orden legal no les á asegurado la protección que necesitaban contra los daños más severos que sufrían, a la vez que ha sido en parte responsable de la imposición de algunos de esos severos daños. En la medida en que el derecho se encuentra causal y moralmente implicado en su sufrimiento, ciertas formas de resistencia al derecho deberían ser vistas, en principio, como moralmente permisibles.

<sup>128</sup> A título de proposta reflexiva, apresentamos uma matéria intitulada *'Respire fundo, isso que é violência', diz guia sobre esgoto a céu aberto na Rocinha* veiculada no site <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/06/10/respire-fundo-isso-que-e-violencia-diz-guia-turistico-sobre-esgoto-a-ceu-aberto-na-rocinha.htm>> Acesso em 10.06.2014.

Ele nasceu e cresceu na Rocinha, na zona sul do Rio de Janeiro, e fala cinco línguas sem nunca ter saído do Brasil. Carlos Antônio de Souza trabalha à noite em um hotel e durante o dia faz visitas guiadas pela maior favela do Brasil. Mas o passeio que ele propõe aos visitantes, a maioria estrangeiros, é diferente. Em vez de percorrer as principais ruas da comunidade onde, segundo estimativas não oficiais moram 180 mil pessoas, Souza guia os turistas por vielas e um labirinto de ruas onde pedestres disputam espaço com um emaranhado de

moralmente injusto de uma norma ou política governamental tratando, contudo de uma ilegalidade relativa, pois tais normas carecem de legitimidade sistêmica.

Gargarella enfatiza que não basta que a marginalização, a pobreza seja declarada violação de direitos humanos para justificar um desvio tão radical das normas gerais da sociedade, é necessário a existência de justificativas a ser consideradas, tais como o uso de um parâmetro objetivo a fim de definir situações de extrema exclusão social, pobreza, marginalização, além de comprovação de que o transgressor vive em situação de “alienação legal”, ou seja, privado de certos bens humanos básicos.

### 3.6. O dever de resistência

O olhar apresentado até agora foi no sentido tradicional de que a resistência realiza-se, dentre outras maneiras, sob a forma de desobediência civil, portanto o atuar é considerado extremo e ilegal. O comportamento resistente, de protesto, sempre ilegal, pois visto segundo os ditames sistêmicos. De fato, sob o ponto de vista da totalidade a resistência é um “desafio” ao direito e sempre será ilegal. Os padrões normativos e interpretativos existentes na totalidade não permitem mesmo raciocínio diverso. Não obstante, outros olhares são possíveis, sendo um deles o apresentado neste estudo.

Sob o viés libertário, a obediência advém da autoconstituição da soberania da comunidade política que institui, democraticamente, um sistema de direito que estrutura o âmbito institucional e dever erigir-se sobre consensos que refletem as exigências materiais das relações humanas da comunidade política. Para se alcançar a validade desse sistema deve haver o consentimento racional, livre, autônomo sobre as questões decididas praticamente, bem como a factibilidade das decisões, não se perquirindo tão somente a observância a regras de procedimentalidade. Nessa ótica, o direito de resistência deve ser entendido como dever, não consiste na suspensão do Estado de direito, ou seja, na suspensão de todo o ordenamento

---

fios pedurados. Ele diz que gosta de expor os problemas de infraestrutura da comunidade e a falta de investimentos públicos. Ao passar por um esgoto ao céu aberto, ele diz em um inglês fluente: "Não tape o nariz, respire fundo, porque vocês só vão passar cinco minutos aqui. Essas pessoas vão morar aqui a vida toda". Em depoimento à "BBC", Souza disse que "isso é violência, as pessoas morando no meio do esgoto". "Olha para este lugar, estamos entre dois bairros ricos da cidade. De um lado, apartamentos são vendidos por US\$ 4 milhões. De outro, são alugados por US\$ 1.500 mensais. **Isto é violência**".

Sobre a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), presente na Rocinha desde setembro de 2012, o carioca opina que a situação na comunidade está "pior do que antes". "Não tem pacificação, estamos vivendo uma ditadura, eles pedem que fechemos a boca fechada e fiquemos em casa. E não precisamos da polícia. Precisamos de projetos de infraestrutura, educação, saúde e dignidade".

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

jurídico, mas resistência à “legalidade irracional”, ao que não é legítimo e produz morte, mesmo estando protegido formalmente sob o manto da legalidade.

Quando as instituições corrompidas, os governos ilegítimos com leis ilegítimas encobrem a pluralidade de realidades, sob a máscara da ordem, em nome do Estado de direito, ocorre o fetichismo do poder que corrompe toda a estrutura estatal e jurídica, o direito de resistência é mais do que um mero direito subjetivo, consiste em um dever de resistência à corrupção matricial do sistema jurídico, exigindo a retomada da autoridade a quem ela realmente pertence. A instância última é a soberania popular, fonte de autoridade e poder e esta possui o dever de resistência, o dever de mostrar a quem se entenda *dono do poder* que deve exercê-lo delegadamente.

Sem legitimidade as leis, separadas de sua fonte, tornam-se essencialmente fetichizadas, e seus comandos, ao invés de normativos, são corrompidos, divorciados de seu fundamento. Coercibilidade não é fonte de legitimidade. No direito, a fonte de legitimidade é o respeito aos princípios normativos políticos. Sem legitimidade não há obrigatoriedade legal de obediência às estruturas jurídicas, não há normatividade legítima, mas opressão decorrente da corrupção originária da estrutura legal, o que justifica a resistência como atuar libertário.

O dever de resistência não pode ser compreendido como desobediência civil, pois não se pode obedecer ao que está corrompido e causa dominação, exclusão e morte, ainda que com a capa da juridicidade. Se o comando legal estiver corroído pela corrupção ínsita, não possui a autoridade de ordem necessária para cumprir o seu mister de realizar e desenvolver a vida em comunidade, deve ser combatido mediante a resistência. Sem legitimidade não há obrigatoriedade legal de obediência às estruturas jurídicas. Não há normatividade legítima, não há validade jurídica, há opressão e corrupção originária da estrutura legal, há fetichização, justificando o direito de resistência do cidadão como primeiro passo na luta contra a dominação e morte.

O dever de resistência é manifestação da soberania política. Apesar de, formalmente, poder ser contrário à lei, a reivindicação é legítima. Por óbvio, tal assertiva somente poderá ser aceita sob o ponto de vista analético, ou seja, além do sistema, a partir do olhar do marginalizado, do excluído, do “sem direito”, da periferia, contra o poder político perverso e excludente que se perfaz, na atualidade, como poder particular dos representantes da sociedade e dos senhores do capital e de terras. O direito de resistência é expressão da soberania popular, da *potentia* que, ao ser potencializada, via *potestas*, fetichizou-se.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

A resistência é o exercício legítimo da *potentia* no julgamento da *potestas*. Se há o reconhecimento de que o exercício do poder pela autoridade a quem cujo poder foi delegado está sendo de forma opressiva, a resistência é um primeiro passo para a retomada da autoridade. Sendo a *potestas* o poder institucionalizado com a finalidade de realizar a *potentia*, sede da soberania e autoridade da comunidade política, não pode desvirtuar-se exercendo dominação ou subjugação, mas sempre decorrer da vontade consensual da comunidade e realizar-se em obediência a esta.

A vontade de viver funda o poder, e a força decorrente deste, que está a serviço da efetivação da vida. A essência do poder político não é a força que decorre da vontade de poder, mas a pluralidade de vontades que decorre do querer viver. A vontade de viver justifica o poder e suas mediações são colocadas para cumprir o princípio da justiça, da paz, do aumento da vida. Nesse sentido, ao poder político, porventura sendo fetichizado, com desvio de seu exercício, impende-se o dever de resistência.

O poder como dominação não é legítimo, ainda que haja obediência. A *potentia* se realiza na *potestas*, mas é soberana, podendo impugnar as instituições se estas contradisserem o fundamento. A vontade de vida é estruturada mediante atos práticos de atores políticos, sempre pautados em seu “ser”, na sua essência, em seu fundamento, em seu querer-viver. Em havendo a fetichização do poder, ou seja, a corrupção ontológica que ocorre quando o representante arroga para si o direito de ser a sede última do poder político, tornando sua vontade ou vontade de determinado grupo fundamento do poder exercido, ocorre uma ruptura com o poder político originário. A *potestas* desconecta-se da *potentia* e se absolutiza, com a pretensão de fundar-se em si mesma, de ser autorreflexiva ou autorreferencial.

Quando o ator político que exerce o poder político institucionalizado afirma a si mesmo como a sede da soberania, da autoridade ou como última instância do exercício do poder para seu benefício, de um determinado grupo ou classe, origina-se ontologicamente a corrupção do poder que passa a ser exercido como dominação, corrompendo o exercício do poder originário da comunidade política que acaba por ser desvirtuado e desconectado de sua fonte, de seu fundamento.

O exercício do poder fetichizado não corresponde mais aos anseios de realização de vida da comunidade política. Os que mandam, “mandam mandando”, exercem a *potestas* negativa. Além disso, disputam “cota de poder”. Dessa forma, a comunidade política, em vez de ser servida pelo representante, torna-se sua serva. Nesse viés, a resistência torna-se ação

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

em busca do resgate à fonte formadora do poder pautado na realização da vida em comunidade. O fato de o poder ser exercido por representantes, por instituições não retira a autoridade de sua origem e fonte. O dever de resistir é o dever de se manter hígida a origem do poder.

Diante do contexto apresentado, defende-se que, frente à situação de corrupção matricial de poder quando a vontade torna-se o lugar do poder político em nome do próprio governo ou governante, ocasionando a ilegitimidade sistêmica, impõe-se o dever de resistência como mecanismo legítimo e necessário na luta da libertação contra o abuso do exercício do poder pelos que se dizem “donos do poder”, leal à legitimidade do sistema político pautado na realização da vida em todas as suas dimensões.

A resistência realiza o papel de mediação para o cumprimento do compromisso de realização de vida assumido pela comunidade política. Aos olhos da legitimidade moderna, pautada na legalidade, sempre será ilegal, ilegítima, no entanto, sob o olhar libertário, é um passo necessário, entre tantos em busca da libertação.



## CONCLUSÃO

A reflexão empreendida no presente estudo, situada no âmbito do pensamento crítico, pauta-se em uma racionalidade alternativa que supõe o estabelecimento de uma nova intersubjetividade, sob a perspectiva de vida de orientação ecossociocêntrica. Considera elementos até então omitidos, silenciados, negligenciados e marginalizados. Não intenciona a abolição da lei ou o desrespeito às estruturas legais, ao contrário, intende cumpri-la na medida em que tenha por fundamento e finalidade a realização da vida, em todas as suas dimensões. Não se pode concordar com a aplicação mecânica e formal da lei, com produção de exclusão, opressão e morte, sob a proteção da formalidade legal abstrata e írrita, ilegítima, ainda que sob a aparência de legal. Exclusão e opressão em nome da legalidade pautada formalidade e procedimentalidade.

As ações e reflexões no campo político e jurídico, na atualidade, observam tão somente, o âmbito de validade formal democrática das estruturas legítimas desde o ponto de vista dos sistemas políticos, do direito, da participação contratual ou discursiva no âmbito público, o que não se pode aceitar em lugares em que condições mínimas de vida não são garantidas. Tais reflexões, baseadas em teorias contratuais e discursivas, são insuficientes para uma filosofia política e mantêm a precariedade, perpetuam a dominação e exploração. O conhecimento e a reflexão devem contribuir para a transformação da realidade. Diante disso e das inquietações filosóficas e empíricas, o presente estudo buscou enriquecer o debate apresentando novos fundamentos, procurou-se fazer uma reflexão crítica sobre o sistema, sobre o *statu quo*, ontológico, totalizador, homogeneizador, que produz injustiça e dominação. A crítica é o primeiro passo para a mudança, eis que é a denúncia da negatividade e é capaz de trazer à tona e se fazer enxergar a *ausência* presente no sistema, retirando-a de sua invisibilidade.

O respeito e cumprimento dos três princípios políticos normativos legitimam o ordenamento legal diante da *pretensão política de justiça*, intersubjetiva e objetiva, com legitimidade real e não somente legal ou formal. A realização dos três princípios fundamentais constitui a possibilidade real da existência do poder consensual, não fetichizado, como mediação para não somente a sobrevivência, mas também o desenvolvimento, o crescimento e aprimoramento histórico-qualitativo da vida humana em comunidade.

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

Na construção do raciocínio que se iniciou situando-se o lugar do discurso no âmbito do pensamento descolonial, ciente das diferenças havidas e da exploração materializada, no paradigma transmoderno, mas além do sistema totalitário e de exclusão, sob a perspectiva relacional e de complementariedade das tensões, o direito de resistência é ressignificado, entendendo-se como dever frente à corrupção sistêmica que produz dominação e morte. Não se pode obedecer ao que está corrompido e causa exclusão e negatividade, ainda que com a capa da juridicidade. Sem legitimidade não há obrigatoriedade legal de obediência às estruturas jurídicas. Não há normatividade legítima, não há validade jurídica, há opressão e corrupção originária da estrutura legal, há fetichização, justificando o direito de resistência do cidadão como primeiro passo na luta contra a dominação e morte.

A opressão e exploração irracional pelo respeito e cumprimento à própria lei advém da visão formalista desta. Se o comando legal estiver corroído pela corrupção ínsita, não possui a autoridade de ordem necessária para cumprir o seu mister de realizar e desenvolver a vida em comunidade, deve ser combatido mediante a resistência. Diante desse contexto, defende-se a tese de que frente a ilegitimidade sistêmica, impõe-se o dever de resistência como mecanismo legítimo e necessário na luta da libertação contra os “donos do poder”.

A política e o direito estão repletos de conceitos inquestionáveis, quase axiomas, verdades absolutas, fetichização filosófica que causam e mantêm a opressão. A proposta libertadora será julgada pela história. A política e o direito devem partir *do outro*, buscar superar horizontes reducionistas e estreitos e ser realizada *com o outro*. Pautada em princípios normativos políticos com o viés transmoderno, transcapitalista, contrária à hierarquia estabelecida e consensos que justificam e legitimam exclusões, critica a ilegalidade e ilegitimidade do sistema e busca a legalidade e legitimidade sob o ponto de vista do dominado, do excluído, busca a solidariedade, além da fraternidade, busca justiça, não desde a ordem, desde o sistema vigente, mas desde os excluídos e sempre com respeito à ordem futura.

Ressalte-se que não se pretende incluir o outro no sistema totalitário, no qual uns são donos e dominadores de outros, mas a superação desse e sua transformação em um novo sistema que subsume os princípios éticos libertários. Saliente-se, ainda, que a reflexão empreendida não é quimérica. A utopia é possível. A reflexão é utópica no sentido de que projeta para o futuro uma sociedade mais justa, em que a vida é levada a sério e as pessoas sejam tratadas com dignidade, na qual a política busca a realização da vida e não a dominação

## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

pelo poder. O critério de verdade da reflexão proposta é a vida humana em comunidade, que é modo de realidade. A pretensão de justiça política deve fundar o sistema de direito, satisfazendo, ao menos, o mínimo necessário para a preservação e melhoria da qualidade de vida do ser humano em comunidade.

O Estado não, em si, fonte soberania, mas é a instituição que representa o cidadão, membro pleno e permanente, fundamento último de sua existência e atuação. O poder soberano sempre será da comunidade política, fonte perene e única de soberania. A legitimidade política tem como momento central referencial o sistema de direito instituído pela comunidade política que, realizando a *potentia*, constitui e organiza a estrutura jurídico-estatal que, por um lado deve refletir e orientar o atuar do Estado e, por outro, deve estar orientado a permitir ao povo o atuar como sujeito histórico em busca da realização da justiça e do bem comum.

O sistema jurídico existe para promover e proteger os bens humanos, sua existência é atrelada fundamentalmente à realização das exigências de realização e desenvolvimento da vida humana, em comunidade, nas várias dimensões. Deve ser construído sob o respeito aos princípios políticos normativos de libertação, tendo como fundamento e norte, a vida humana em comunidade. A política orienta o direito na realização da justiça política, obtida mediante o respeito e o cumprimento dos princípios políticos material, formal e factível. O direito deve ser orientado para a afirmação do outro, para a realização e desenvolvimento da vida em comunidade, sob o viés de complementaridade – o direito com o outro – e não de separatividade.

Diante de instituições corrompidas, governos ilegítimos, leis ilegítimas, mantenedores do fetichismo do poder que provoca negação, a resistência não é ilegalidade ou sequer mero direito subjetivo, ao contrário, consiste em um dever de resistência à corrupção sistêmica, negação da negatividade, retomada de autoridade e poder da comunidade política. A resistência é mecanismo legítimo e necessário na luta pela libertação contra os “donos do poder”.

A humanidade do ser humano deve ser resgatada e a vida, em todas as dimensões, realizada. As reflexões efetivadas no presente estudo intencionam dialogar para construir, superando os desafios de morte causados pelas “irracionalidades” legais, ínsitas ao sistema perverso. A realidade exige mudanças, é hora de transpor o “eu sou se domino você”, de uma sociedade individualista, para realizar o “eu sou se você é”, “eu sou com você”, a fim de

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

alcançar “nós vivemos” em uma sociedade construída cooperativa e solidariamente, na qual haja espaço e acolhida para todos os seres humanos e pertença, enfim, a toda a humanidade.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*. 2. ed. São Paulo: Federação agostiniana brasileira; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

ALEJO, Esteban Ticona. *La producción del conocimiento descolonizador en contextos del colonialismo interno*: El caso de Fausto Reinaga en Qullasuyu-bolivia. Disponível em <http://revistasbolivianas.org.bo/pdf/rieiii/v3n1/a03.pdf> Acesso em 24 de janeiro de 2014.

ALVES, Claudenir Módolo. *Ética da Libertação*: a vítima na perspectiva dusseliana. Disponível em < [http://www.sapientia.pucsp.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1547](http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1547)> Acesso em 13.01.2014.

ANAYA, Mario Magallón. *Filosofía y pensamiento crítico latinoamericano de la actualidad*. In De raíz diversa. Vol.1, num.1, abril-setembro 2014. P. 41-65. Disponível em < <http://derazdiversa.wordpress.com/2014/04/30/numero-1/> > acesso em 01.05.2014.

ANDRÉ MANCE, Euclides. *Globalização, dependência e exclusão social* - o caso brasileiro: conferência realizada na Universidade Católica de Milão em 20.01.1999, disponível em < [www.milenio.com.br/mance/dependencia.htm](http://www.milenio.com.br/mance/dependencia.htm)> acesso em 18.02.2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed., Rio de Janeiro: Forense universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. *As origens do totalitarismo*: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

ARNAUD, André-Jean (org). *Globalização e Direito I*: impactos nacionais, regionais e transnacionais. 2. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2005.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

AZEVEDO, Plauto Faraco. *Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1996.

\_\_\_\_\_. *Aplicação do direito e contexto social*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

BAGÚ, Sergio. *Índole de la economía colonial y La economía como capitalismo colonial*. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=50345>. Acesso em 03 de fevereiro de 2014.

BARRETO, Vicente de Paulo. *Dicionário de filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BECK, Ulrich. *Que és la globalización?* Falacias al globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós, 1998.

BERCLAZ, Márcio Soares. *A natureza político-jurídica dos conselhos sociais no Brasil: uma leitura a partir da política da libertação e do pluralismo jurídico*. Dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BETTO, Frei. A crise da modernidade e espiritualidade. In ROITMAN, Ari (org). *O desafio ético*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BITTAR, Eduardo C.B. *O Direito na pós-modernidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

\_\_\_\_\_. *Teoria do ordenamento jurídico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995a.

\_\_\_\_\_. *A era dos direitos*. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORON, Atilio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

BOURDIEU Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu, RODRIGUEZ, José Rodrigo (orgs). *Hermenêutica plural*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BUENO DE ALMEIDA, Dean Fabio. América Latina: filosofia jurídica da alteridade. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org). *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004. P.47-88.

CABRAL, Amílcar. *Amilcar Bueno – livro*. Disponível em <http://www.amilcarcabral.org/livro.pdf> acesso em 06.05.2012.

CALDEIRA, Alejandro Serrano. *Filosofia e crise: pela filosofia latino-americana*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

CASALI, Alípio. Para ler Enrique Dussel. In: LAMPE, Armando (org). *Ética e a Filosofia da libertação*. Edição bilíngüe. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 229-261.

CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso; Rio de Janeiro: LTP, 2002.

\_\_\_\_\_. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo, 2006.

CASELAS, José Maria Santana. *A utopia possível de Enrique Dussel: a arquitetura da Ética da Libertação*. In Cadernos de Ética e Filosofia Política 15, 2/2009, p. 63-84. Disponível em < [https://www.academia.edu/4126917/A\\_utopia\\_posivel\\_de\\_Dussel](https://www.academia.edu/4126917/A_utopia_posivel_de_Dussel) > Acesso em 30.01.2014

CASTRO, Flávia Lages. *História do direito: geral e do Brasil*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Roberto Lyra Filho ou da Dignidade Política do Direito. In ARAÚJO, Doreodó (org). *Desordem e processo: estudos sobre o direito em homenagem a Roberto Lyra Filho na ocasião do seu 60º aniversário*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1986. P. 17-28.

CHOMSKY, Noam. *Ou o lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem social*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CLIMACO, Danilo Assis. *Anibal Quijano antologia esencial: cuestiones y horizontes, de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2014.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

COELHO, Fábio Ulhoa. *Direito e poder: ensaio de epistemologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1992.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria da ciência do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1974.

\_\_\_\_\_. *Teoria crítica do Direito*. 3. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

\_\_\_\_\_. *Saudade do futuro*. 2. ed. rev. Curitiba: Juruá, 2007.

CÓRDOVA, Dania López. La reciprocidad como lazo social fundamental entre las personas y con la naturaleza en una propuesta de transformación social. In PIMENTEL, Boris Marañón (coord). *Buen vivir y descolonialidad: crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales*. México: UNAM, 2014. P. 99-120.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. P. 105-132. Disponível em [HTTP://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/lander/coronil.rtf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/lander/coronil.rtf). Acesso em 12 de junho de 2013.

COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. Curitiba: Juruá, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Oprimidos pero no vencidos*. La Paz: La Miranda Salvaje, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Três desafios para um direito mundial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

DIMOULIS, Dimitri. *Positivismo jurídico: introdução a uma teoria do direito e defesa do pragmatismo jurídico-político*. São Paulo: Método, 2006.

DORIGO, Gian Paolo; VICENTINO, Cláudio. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Editora Scipione, 2004.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. LAFER Celso e SILVA Carlos Eduardo Lins da (orgs). *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DUSSEL, Enrique. *Para uma ética da libertação latino-americana IV: política*. São Paulo: Loyola e Piracicaba: Unimep, 1979.

\_\_\_\_\_. *Método para una filosofía da libertação: superação analética da dialética hegeliana*. São Paulo: Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. *Hacia un Marx desconocido: um comentário de los manuscritos Del 61-63*. Iztapalapa: Siglo XXI, 1988.

\_\_\_\_\_. *1492 O encobrimento do outro: a origem do “mito da Modernidade”*. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Filosofía de la liberación*. 4. ed. Bogotá: Nueva América, 1996.

\_\_\_\_\_. *Oito ensaios sobre a cultura latino-americana e libertação*. São Paulo: Paulinas, 1997.

\_\_\_\_\_. *Hacia una filosofía política crítica*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer S.A, 2001.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

\_\_\_\_\_. *Ética da Libertação: na idade da globalização e exclusão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

\_\_\_\_\_. *20 teses de política*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ethics is the original philosophy; or, the barbarian words coming from the third world: interview with Enrique Dussel*. Disponível em <<http://168.96.200.17/ar/libros/dussel/artics/gomez.pdf>> Acesso em 02.04.2008.

\_\_\_\_\_. *Europe, Modernity and Eurocentrism*. Disponível em <<http://www.ifil.org/dussel/>> Acesso em 02.04.2008.

\_\_\_\_\_. *Política de la liberación: arquitetura*. Volume II. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

\_\_\_\_\_. *Vivemos uma primavera política*. Captura críptica: direito, política, atualidade. Florianópolis, n.2., v.1., jul./dez. 2009 a. P. 611-628. Disponível em <<http://www.ccj.ufsc.br/capturacriptica/documents/n2v1/parciais/26.pdf>> Acesso em 16.01.2014.

\_\_\_\_\_. *Carta a los indignados*. México: La jornada ediciones, 2011.

\_\_\_\_\_. *Entrevista da Revista Psicologia e Saúde com Enrique Dussel*. Ética, filosofia política e o campo da saúde. V. 3. N. 2. Julho-dezembro 2011 a. P. 79-90. Disponível em <<http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/view/106/195>> Acesso em 16.01.2014.

\_\_\_\_\_. *A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. *16 tesis de economia política: interpretación filosófica*. México: Siglo XXI Editores, 2014.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

\_\_\_\_\_. *Filosofia da libertação na América Latina*. São Paulo: Edições Loyola e Piracicaba: Editora Unimep, s.d.

\_\_\_\_\_. *Para uma ética da libertação latino-americana III: erótica e pedagógica*. São Paulo: Loyola e Piracicaba: Unimep, s.d.

FARIA, José Eduardo. *Direitos humanos e globalização econômica: notas para uma discussão*. Disponível em < <http://xoomer.alice.it/direitousp/curso/socio14.htm> > Acesso em 19.01.2008.

\_\_\_\_\_. *O Direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 2002.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o Direito*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FONSECA, Ricardo Marcelo. O poder entre o direito e a “norma”: Foucault e Deleuze na teoria do Estado. In FONSECA, Ricardo Marcelo (org). *Repensando a Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004. P.259-281.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23. ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 27. ed., São Paulo: Graal, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 46. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GARCÍA, Ana Pamela Paz. *El proyecto des-colonial em Enrique Dussel y Walter Mignolo: hacia una epistemologia otra delas ciências sociales em América latina*. Disponível em <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/crs/article/view/24449>> Acesso em 12.12.2013.

GARGARELLA, Roberto. *El derecho a resistir el derecho*. Buenos Aires, Miño y Dávila, 2005.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GUANDALINI JÚNIOR, Walter. *O sujeito da práxis de libertação na filosofia transmoderna*. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, n. 46, Curitiba: SER/UFPR, 2007. P. 195-206.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

GUTERRES, José Augusto; PAZELLO, Ricardo Prestes. *Os atos de desobediência civil do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST: direito à insurgência e direito insurgente*. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 321-348, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 1.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a, v. 2.

\_\_\_\_\_. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HART, Herbert Lionel Adolphus. *O conceito de direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HELD, David. *La democracia y el orden global: del Estado moderno al gobierno cosmopolita*. Barcelona: Paidós, 1997.

HELLER, Agnes; FEHER, Ferenc. *A condição pós-moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

HESPANHA, António Manuel. *O Caleidoscópio do Direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje*. 2.<sup>a</sup> Ed. Coimbra: Almedina, 2009.

HINKELAMMERT, Franz. *Crítica à razão utópica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.



Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

\_\_\_\_\_. *A Maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012.

\_\_\_\_\_. *Lo indispensable es inútil: hacia una espiritualidad de la liberación*. San José, Costa Rica: Arlekin, 2012a.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. 3. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983.

JINKINS, Ivana (org). *Margem esquerda: ensaios marxistas n.15*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Margem esquerda: ensaios marxistas n. 16*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. KEEN, Benjamin. *Latin American civilization: history and society, 1492 to the present*. 6. ed. Colorado: Westview press, 1996.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *O que é Justiça?* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LACERDA, Marina Basso. *Ocupações como manifestação legítima do direito de resistência: caracterização e fundamentação constitucional*. Captura Crítica: direito, política e atualidade. N. 1, volume 2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, jan./jun. 2009. P.181-206

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Historia de las Indias*. Tomo I. Madrid: Miguel Ginesta, 1875. Disponível em < <https://archive.org/stream/historiaindias01casarich#page/n11/mode/2up>> .

\_\_\_\_\_. *Del único modo de atraer a todos los pueblos a la verdadera religión*. 2. ed. Mexico: FCE, 1975.

\_\_\_\_\_. *Brevisima relación e la destrucción de las Indias*. Barcelona: editorial Juventud, 2008.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

\_\_\_\_\_. *O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América espanhola*. 22 ed. Porto Alegre: L&PM, 2008a.

LÉON-PORTILLA, Miguel. *A visão dos vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas*. 2 ed. São Paulo: L&PM, 1987.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. 3 ed. Coimbra: biblioteca de filosofia contemporânea, 2008.

\_\_\_\_\_. *Humanismo do outro homem*. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. *Globalização econômica, política e direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico*. Porto Alegre: Sergio Antio Fabris Editor, 2002.

LINERA, Alvaro Garcia. *A potência plebéia: ação coletiva e identidades indígenas, operares e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade da decepção*. São Paulo: Manole, 2007.

LYRA FILHO, Roberto. *Por um Direito sem dogmas*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1980.

\_\_\_\_\_. *O que é Direito?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. Posfácio explicativo. In *Desordem e processo: estudos sobre o direito em homenagem a Roberto Lyra Filho na ocasião do seu 60º aniversário*. ARAÚJO, Doreodó (org). Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1986. P.263-332.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa em que Direito?* Brasília: Edições Nair, 1984.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. 2. ed. São Paulo; Abril cultural, 1978. Coleção Os pensadores.

LOPES, Fátima Hurtado. Pensée critique latino-américaine: de la philosophie de la libération au tournant décolonial. In *Cahiers des Amériques Latines: Philosophie de la libération et tournant décolonial*. Paris: IHEAL editions, 2009. P.23-46

LUDWIG, Celso Luiz. *Da Ética à Filosofia política crítica na Transmodernidade: reflexões desde a Filosofia de Enrique Dussel*. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org). *Repensando a Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004. P. 282-355.

\_\_\_\_\_. *Para uma Filosofia jurídica da libertação: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *Filosofia da Libertação* In: BARRETO, Vicente de Paulo. *Dicionário de Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006 a. P. 327-333.

MAGÓN, Ricardo Flores. *Antología*. Disponível em <  
<http://www.kclibertaria.comyr.com/lpdf/l006.pdf>> Acesso em 12.12.2013.

MANCIE, Euclides André. *Globalização, Dependência e Exclusão Social: O Caso Brasileiro* Conferência Realizada na Universidade Católica de Milão, Itália, em 20 de janeiro de 1999, com o título "Gli effetti della globalizzazione in Brasile", disponível em <  
<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/dependencia.htm>> acesso em 03.03.2013

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe: escritos políticos*. 3. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983- Coleção Os pensadores.

MARQUES FILHO, Agostinho Ramalho *et al.* *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba: EDIBEJ, 1996.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

MARTINEZ, José Maria Seco. *Globalización: El nirvana del viejo orden burguês*. In: RUBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquim Herrera; CARVALHO, Salo de (orgs). *Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004. P. 141-160.

MARTINS, Luciano. A (dê)ordem mundial, o fenômeno dos terrorismos e as instituições democráticas. In DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2001. P. 183-201.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Nova cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *A questão judaica*. 1989, Disponível em < [www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net) >, acesso em 01.06.2014.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MÉDICI, Alejandro. *La Globalización como Trama Jerárquica: “Gobernancia” sin Gobierno o Hegemonia? El Nuevo Contexto e los Derechos Humanos*. In: RUBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquim Herrera; CARVALHO, Salo de (orgs). *Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004. P. 161-202.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In *Os clássicos da política*. Volume 1. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006. P. 81- 110.

MIGNOLO, Walter. *Da necessidade de um pensamento complexo: para navegar no século XXI*. Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva (orgs). 2. ed. Porto Alegre: Edupucsr, 2000.

\_\_\_\_\_. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. P. 23-76.

\_\_\_\_\_. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da Modernidade*. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6\\_Mignolo.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf)> Acesso em 21.08.2013.

\_\_\_\_\_. *La Idea de América latina: La herida colonial y La opción decolonial*. Barcelona: Gerdisa editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. 21. ed. Bogotá: Siglo Del hombre editores, Universidad central, Instituto de estudios sociales contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007a.

\_\_\_\_\_. *La Idea de América Latina: La derecha, La izquierda y la opción decolonial. Crítica y emancipación*. (2): 251-276, primer semestre, 2009.

\_\_\_\_\_. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para onde vai o mundo?* Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Por uma reforma do pensamento. In *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. PENA-VEJA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do, Rio de Janeiro: Garamond, 2010. P. 21-34.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

MORSE, Richard. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NETO, Tavares; KOSICKI, Katya. *Do “eu” para o “outro”: a alteridade como pressuposto para uma (re)significação dos direitos humanos*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, n. 47. Curitiba: SER/UFPR, 2008. P. 65-80.

NOGUEIRA, Alberto. *Direito constitucional das liberdades públicas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

NOUR, Soraya. Dialética. In: *Dicionário de Filosofia do Direito*. BARRETO, Vicente de Paulo (org). Rio de Janeiro: Renovar, 2006. P. 208-211.

NOVAES, Adauto. Perto de um mundo distante In *Oito visões da América Latina*. NOVAES, Adauto (org). São Paulo: Senac, 2006. P. 9-21.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoliceno; DIAS, Alder Sousa. *Ética da Libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social*. In Conjectura, Caxias do Sul, v. 17, n. 03, p. 90-106; set/dez-2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download/1798/1129>> Acesso em 30.01.2014.

PANSARELLI, Daniel. *Ética e libertação: uma filosofia no contexto latino-americano*. In: *Ética, cidadania e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

\_\_\_\_\_. *Filosofia e práxis na América Latina: contribuições à filosofia contemporânea a partir de E. Dussel*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042010-143015/>>. Acesso em: 2014-01-13.

\_\_\_\_\_. *Filosofia latino-americana a partir de Enrique Dussel*. Belo Horizonte: Ufabc, 2013.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide R.S. PETRAGLIA, Isabel (orgs). *Edgar Morin: ética, cultura e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Mozart Silvano. *Democracia, legitimidade e capitalismo: para uma crítica da teoria jurídico-política de Habermas*. Dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PEREIRA, Rodolfo Viana. *Hermenêutica filosófica e constitucional*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

\_\_\_\_\_. PIMENTEL, Boris Marañón. Crisis global y descolonialidad del poder: la emergencia de una racionalidade liberadora y solidaria. In PIMENTEL, Boris Marañón (coord). *Buen vivir y descolonialidad: crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales*. México: UNAM, 2014. P. 21-60.

PONTES, Kassius Diniz da Silva; CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão; KAUFMANN, Rodrigo de Oliveira. *O raciocínio jurídico na filosofia contemporânea: tópica e retórica no pensamento de Theodor Viehweg e Chaim Perelman*. São Paulo: Cartago editorial, 2002.

POULANTZAS, Nico. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. 30 ed. México: Siglo XXI, 2007.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, globalización y democracia*. 2000. Disponível em < [www.rrojasdatabank.info/pfpc/quijano02.pdf](http://www.rrojasdatabank.info/pfpc/quijano02.pdf) > Acesso em 12.12.2013.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. P. 227-278. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/lander/quijano.rtf>> Acesso em 12 de junho de 2013.



## Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

\_\_\_\_\_. Os fantasmas da América Latina. In *Oito visões da América Latina*. NOVAES, Adauto (org). São Paulo: Editora Senac, 2006. P. 49-85.

\_\_\_\_\_. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundação Biblioteca Ayacucho, 2007.

\_\_\_\_\_. WALLERSTEIN, Immanuel. *Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system*. s.d. Disponível em <  
<http://www.javeriana.edu.co/blogs/syie/files/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf> > Acesso em 20.11.2013.

\_\_\_\_\_. Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas. In CLIMACO, Danilo Assis. *Anibal Quijano antologia esencial: cuestiones y horizontes, de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2014. P. 606-624.

\_\_\_\_\_. La razón del Estado. In CLIMACO, Danilo Assis. *Anibal Quijano antologia esencial: cuestiones y horizontes, de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2014a. P. 743-755.

\_\_\_\_\_. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidade del poder. In CLIMACO, Danilo Assis. *Anibal Quijano antologia esencial: cuestiones y horizontes, de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2014b. P. 847-859.

PRZEWORSKY, Adam. *Estado e Economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RAJAGOPAL Balakrishnan. *El derecho internacional desde Abajo: el desarrollo, los movimientos sociales y la resistencia del tercer mundo*. Bogotá: ILSA, 2005.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

RANGEL, Jesús Antonio de la Torre. *El derecho como arma de liberación en América Latina: Sociología jurídica y uso alternativo del derecho*. 3. ed. México: CENEJUS, Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Gutiérrez, Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México. 2006.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REINAGA, Fausto.

<http://www.faustoreinaga.org/index.php/component/mailto/?tmpl=component&link=0f4fd2fd8589da6c3e3b54c2337862480d4ae3b6>

RETAMOZO, Martin. *Enrique Dussel. Hacia una filosofía política de la liberación*. “Notas entorno a 20 tesis de política”. Utopia y praxis latinoamericana. Enero-marzo, año/vol. 12. Numero 36. Universidade Del Zulia. Maracaibo, Venezuela. 2007. P. 107-123.

RIBEIRO, Gustavo Lins e ESCOBAR, Arturo coord. *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistema de poder*. Ciesas, Enviñón, Popayán-Colômbia, 2008. Disponível em: [http://www.ram-wan.net/documents/06\\_documents/antropologias\\_del\\_mundo.pdf](http://www.ram-wan.net/documents/06_documents/antropologias_del_mundo.pdf) Acesso em 30.01.2014.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In WEFFORT Francisco C. org. *Os clássicos da política*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006. P. 51-78.

RICOEUR, Paul. *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70, 1986.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato social: princípios de direito*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os pensadores.

RUIZ, Michael William Chamberlin. El derecho a la resistencia frente al déficit democrático en México. Dissertação de mestrado. México: FLACSO, 2008.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de *virtù*. In WEFFORT Francisco C. org. *Os clássicos da política*. 14. Ed. São Paulo: Ática, 2006. P. 11-50.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: ILSA, 1998.

\_\_\_\_\_. *Poderá o direito ser emancipatório?* Revista de Ciências Sociais, n. 65, 2003. P. 3-77.

\_\_\_\_\_. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003a.

\_\_\_\_\_. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHIMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SILVA, Moacyr da. *Direito, justiça, virtude moral & razão*. Curitiba: Juruá, 2003.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Direito como liberdade: o direito achado na rua. Experiências populares emancipatórias de criação do direito*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília – UNB, 2008.

STRECK, Lênio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2005.

\_\_\_\_\_. & MORAES, José Luis Bolzan. *Ciência política e teoria do Estado*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2006.

TARNAS, Richard. *A epopéia do pensamento ocidental: para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2005.

TAVARES NETO, José Querino e KOSICKI, Katya. *Do “eu” para o “outro”: a alteridade como pressuposto para uma (re) significação dos direitos humanos*. Revista da Faculdade de direito da UFPR, n. 47. Curitiba: SER/UFPR, 2008. P. 65/80.

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

TIRSO, Gonzales. Kawsay(Buen vivir) y afirmación cultural: pratec-naca, um paradigma alternativo nos Andes. In PIMENTEL, Boris Marañón (coord). *Buen vivir y descolonialidad: crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales*. México: UNAM, 2014. P. 121-142

Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ULRICH, Beck. *Que és la globalizacion?: Falacias del globalismo, respuestas a La globalización*. Barcelona: Paidós, 1998.

VASCONCELLOS, Mércia Miranda. *Proteção Internacional dos direitos humanos na realidade latino-americana: reflexão filosófica sob a perspectiva da ética da libertação*. Curitiba: Juruá, 2010.

VIEIRA, Antonio Rufino. *O Projeto utópico da filosofia em libertação*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Instituto de Filosofia e Ciencias Sociais, 1988.

\_\_\_\_\_; SEZYSHTA, Arivaldo José. Ética material da vida: o projeto ético-político crítico a partir da Filosofia da Libertação. In SANTOS DE CARVALHO, Maria da Penha; PIZZI, Jorino (orgs). *Temas do capitalismo tardio: ensaios de ética e filosofia política*. Pelotas: UFPEL, 2011. P. 29-56.

\_\_\_\_\_. *Ética e filosofia crítica na construção do socialismo no século XXI*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

VITA, Alvaro de e BORON, Atilio A (orgs). *Teoria e filosofia política: a recuperação nos clássicos no debate latino-americano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Buenos Aires: Clacso, 2004.

WARAT, Luiz Alberto. *Introdução geral ao Direito*. Interpretação da lei: temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 1994.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. I, 3ª.ed, Brasília: Editora UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos. *O pensamento político medieval: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino*. Revista Crítica Jurídica, n. 19, julho-dezembro, 2001. P. 15-31.

Disponível em <

<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/critica/cont/19/teo/teo2.pdf>> Acesso em 09.06.2014.

\_\_\_\_\_. Fundamentos da crítica no pensamento político e jurídico latino-americano. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org). *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004. P.01-46.

ZAVALETA, René. La autodeterminación de las masas. In TAPIA, Luis. *René Zavaleta antologia*. Bogotá: Siglo del hombre editores y Clacso, 2009.

ZEI, Leopoldo. *Discurso desde a marginalização e a barbárie seguido de: a filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ZIMMERMANN, Roque. *América Latina o não ser: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.